



RELATÓRIO AMBIENTAL
SIMPLIFICADO [RAS]

VOLUME 3

LT 500kV
SAPEAÇÚ
- POÇÕES
III C1

ÍNDICE

VOLUME 1

| | |
|--|-----------|
| INFORMAÇÕES GERAIS ----- | 7 |
| IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDEDOR ----- | 7 |
| IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDIMENTO ----- | 7 |
| IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA CONSULTORA ----- | 7 |
| IDENTIFICAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA ----- | 8 |
| APRESENTAÇÃO ----- | 11 |
| 1 - CARACTERIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO ----- | 13 |
| 1.1 - DESCRIÇÃO TÉCNICA DO PROJETO ----- | 20 |
| 1.2 - IMPLANTAÇÃO DO PROJETO ----- | 25 |
| 1.3 - OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO ----- | 50 |
| 2 - LEGISLAÇÃO AMBIENTAL APLICÁVEL ----- | 55 |
| 2.1 - DIRETRIZES DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL ----- | 57 |
| 2.2 - PROCEDIMENTOS DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL ----- | 58 |
| 2.3 - A COMPETÊNCIA DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL ----- | 59 |
| 2.4 - A LEGISLAÇÃO AMBIENTAL APLICÁVEL AO EMPREENDIMENTO ----- | 64 |
| 3 - LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO E JUSTIFICATIVA ----- | 67 |
| 3.1 - METODOLOGIA E CRITÉRIOS ESTABELECIDOS ----- | 69 |
| 3.2 - ALTERNATIVAS LOCACIONAIS ----- | 71 |
| 3.3 - AVALIAÇÃO DAS ALTERNATIVAS ----- | 72 |
| 3.4 - MATRIZ DE AVALIAÇÃO DAS ALTERNATIVAS ----- | 78 |
| 3.5 - HIPÓTESE DE NÃO INSTALAÇÃO DO EMPREENDIMENTO ----- | 79 |
| 3.6 - CONSIDERAÇÕES FINAIS ----- | 80 |

VOLUME 2

| | |
|---|-----------|
| 4 - DIAGNÓSTICO AMBIENTAL ----- | 81 |
| 4.1 - DEFINIÇÃO DAS ÁREAS DE INFLUÊNCIA ----- | 84 |
| 4.1.1 - Área de Influência Direta (AID) ----- | 84 |
| 4.1.2 - Área de Influência Indireta (AIi) ----- | 84 |
| 4.2 - CARACTERIZAÇÃO AMBIENTAL DO MEIO FÍSICO ----- | 86 |
| 4.2.1 - Clima e Condições meteorológicas ----- | 87 |
| 4.2.2 - Geologia ----- | 94 |
| 4.2.3 - Paleontologia ----- | 113 |
| 4.2.4 - Recursos Minerais ----- | 114 |
| 4.2.5 - Geomorfologia ----- | 122 |
| 4.2.6 - Espeleologia ----- | 138 |

Thayana C. V. de M. Loui Bastos

| | |
|--|------------|
| 4.2.7 - Sismologia | 140 |
| 4.2.8 - Pedologia | 146 |
| 4.2.9 - Recursos Hídricos | 149 |
| 4.3 - CARACTERIZAÇÃO AMBIENTAL DO MEIO BIÓTICO | 156 |
| 4.3.1 - Diagnóstico da Flora | 156 |
| 4.3.1.1 - Introdução | 156 |
| 4.3.1.2 - Caracterização Geral da Vegetação | 157 |
| 4.3.1.3 - Metodologia | 162 |
| 4.3.1.4 - Resultados | 168 |
| 4.3.1.5 - Considerações Finais | 188 |
| 4.3.2 - Caracterização da Fauna | 189 |
| 4.3.2.1 - Justificativa | 190 |
| 4.3.2.2 - Objetivos | 190 |
| 4.3.2.3 - Área de Estudo | 190 |
| 4.3.2.4 - Métodos de Amostragem | 194 |
| 4.3.2.5 - Resultados | 202 |
| 4.3.2.6 - Considerações Finais | 261 |
| 4.3.3 - Unidades de Conservação | 262 |
| 4.3.3.1 - Metodologia Aplicada | 263 |
| 4.3.3.2 - Resultados | 263 |
| 4.3.3.3 - Áreas Prioritárias para Conservação da Biodiversidade (APCB) | 266 |

VOLUME 3

| | |
|---|------------|
| 4.4 - CARACTERIZAÇÃO AMBIENTAL DO MEIO SOCIOECONÔMICO | 268 |
| 4.4.1 - Metodologia | 268 |
| 4.4.2 - Composição do Diagnóstico da Área de Influência Indireta (AII) | 269 |
| 4.4.2.1 - Histórico de Ocupação Populacional | 269 |
| 4.4.2.2 - Dinâmica populacional | 278 |
| 4.4.2.3 - Sistemas de Infraestrutura e Serviços | 293 |
| 4.4.2.4 - Uso e ocupação do Solo | 341 |
| 4.4.2.5 - Atividades Econômicas | 347 |
| 4.4.2.6 - Populações Tradicionais | 363 |
| 4.4.2.7 - Projetos de Assentamento | 367 |
| 4.4.2.8 - Organização Social | 367 |
| 4.4.3 - Composição do Diagnóstico da Área de Influência Direta (AID) | 370 |
| 4.4.3.1 - Considerações metodológicas | 370 |
| 4.4.3.2 - Considerações iniciais sobre a AID | 371 |
| 4.4.3.3 - Principais Usos do Solo | 372 |
| 4.4.3.4 - Intervalos de análise da LT | 374 |
| 4.4.3.5 - Síntese dos Aspectos Socioeconômicos da AID | 415 |
| 4.4.4 - Patrimônio Histórico, Cultural, Paisagístico e Arqueológico | 415 |
| 4.4.4.1 - Patrimônio Histórico, Cultural e Paisagístico | 416 |
| 4.4.4.2 - Contextualização Arqueológica e Etno Histórica da AID | 418 |
| 4.4.4.3 - Definição de Área de Estudos e Metodologia de Pesquisa para Caracterização Arqueológica da ADA | 437 |
| 4.5 - ANÁLISE INTEGRADA | 442 |

VOLUME 4

| | |
|--|------------|
| 5 - IDENTIFICAÇÃO E ANÁLISE DOS IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS MITIGADORAS | 447 |
| 5.1 - METODOLOGIA | 449 |
| 5.1.1 - Conceitos | 451 |
| 5.2 - ANÁLISE DOS IMPACTOS AMBIENTAIS | 451 |
| 5.2.1 - Impactos sobre o Meio Físico | 451 |
| 5.2.2 - Impactos sobre o Meio Biótico | 459 |
| 5.2.3 - Impactos Sobre o Meio Socioeconômico | 466 |
| 5.3 - MATRIZ DE IMPACTOS | 476 |
| | |
| 6 - PROGRAMAS AMBIENTAIS | 487 |
| 6.1 - PROGRAMA DE GESTÃO AMBIENTAL (PGA) | 489 |
| 6.2 - PLANO AMBIENTAL PARA A CONSTRUÇÃO (PAC) | 491 |
| 6.3 - PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (PCS) | 494 |
| 6.4 - PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL (PEA) | 495 |
| 6.5 - PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA TRABALHADORES (PEAT) | 497 |
| 6.6 - PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS | 498 |
| 6.7 - PROGRAMA DE LIBERAÇÃO FUNDIÁRIA | 499 |
| 6.8 - PROGRAMA DE RESGATE DE GERMOPLASMA | 500 |
| 6.9 - PROGRAMA DE SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO (PSV) | 501 |
| 6.10 - PROGRAMA DE AFUGENTAMENTO, MANEJO E RESGATE DA FAUNA | 501 |
| 6.11 - PROGRAMA DE MONITORAMENTO DA FAUNA | 502 |
| 6.12 - PROGRAMA DE GESTÃO DE INTERFERÊNCIA COM ATIVIDADES MINERÁRIAS | 504 |
| 6.13 - PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS (PRAD) | 505 |
| 6.14 - PROGRAMA DE IDENTIFICAÇÃO, MONITORAMENTO E CONTROLE DOS PROCESSOS EROSIVOS | 506 |
| 6.15 - PROGRAMA DE REPOSIÇÃO FLORESTAL (PRF) | 507 |
| 6.16 - PROGRAMA DE PROSPECÇÃO ARQUEOLÓGICA | 510 |
| | |
| 7 - CONCLUSÃO | 513 |
| | |
| 8 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 517 |
| | |
| 9 - GLOSSÁRIO | 543 |
| | |
| 10 - ANEXOS | |
| Anexo A - Anuências das Prefeituras Municipais | |
| Anexo B - Relatório de Pré-Comunicação Social | |
| Anexo C - Manifestações das Prefeituras Municipais quanto as UCs Municipais | |
| Anexo D - Autorização de Abertura de Picada | |
| Anexo E - Cadastro Técnico Federal (CTF) | |
| Anexo F - Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) | |
| Anexo G - Caderno de mapas | |
| Anexo Digital | |

4.4 CARACTERIZAÇÃO AMBIENTAL DO MEIO SOCIOECONÔMICO

A análise socioeconômica objetiva a compreensão do cenário social, econômico, político e cultural no qual poderá ser implantada a Linha de Transmissão (LT) 500 kV Sapeaçu - Poções III C1. Engloba, para tanto, a observação das condições gerais de vida da população inserida nas áreas de estudo, apontando a compatibilidade do referido empreendimento com a dinâmica socioeconômica e cultural, local e regional.

O diagnóstico socioeconômico mostra elementos informativos fundamentais para a adequada concepção de programas ambientais que serão implementados na gestão ambiental da futura LT. Nesse sentido, conhecendo as especificidades socioeconômicas locais e regionais, será possível inserir adequadamente o empreendimento, coadunando a necessidade de transmissão de energia elétrica ao aproveitamento de potenciais econômicos e sociais, tanto para as pessoas que vivem nos municípios que terão parte de seu território atravessado pela linha de transmissão, como para as que vivem em localidades próximas ao traçado da futura LT. Portanto, levam-se em consideração também, os princípios constitucionais de garantia da defesa e da preservação do meio ambiente ecologicamente equilibrado, como bem de uso comum do povo e sadia qualidade de vida (art. 225, da Constituição da República Federativa do Brasil).

A seguir, é apresentada a caracterização socioeconômica da região do empreendimento e a metodologia utilizada para a elaboração deste diagnóstico.

4.4.1 METODOLOGIA

A metodologia aplicada para a elaboração deste diagnóstico socioeconômico foi definida visando o atendimento integral da legislação ambiental vigente, em destaque para a Resolução CONAMA nº 001, de 23 de janeiro de 1986 e Portaria MMA nº 421, de 26 de outubro de 2011. As atividades metodológicas consistiram nas pesquisas de dados secundários, a partir de fontes oficiais, portais públicos na Internet e referências bibliográficas, e de dados primários, nos levantamentos de campo.

A partir da análise e consolidação dos dados coletados, foi possível identificar o processo de ocupação do território em estudo, as motivações culturais, políticas e econômicas, os aspectos populacionais, o conhecimento do atual uso e ocupação do solo, a estrutura produtiva da região, a infraestrutura e os serviços em geral (saúde, educação, saneamento, energia, transporte, segurança, comunicação e outros), os instrumentos de gestão e planejamento municipal (Plano Diretor, Zoneamento, leis de uso e ocupação do solo), as organizações sociais e atividades relacionadas ao turismo, cultura e lazer.

A elaboração do diagnóstico socioeconômico da Área de Influência Direta (AID) foi subsidiada por uma combinação de compilações, a saber: 1) dados populacionais coletados juntos aos Setores Censitários do Censo Demográfico de 2010 – IBGE e 2) dados coletados em campanha de campo, realizada em janeiro de 2017, onde foram obtidas informações espontâneas de moradores e líderes sociais e políticos da região, e junto à realização de registro fotográfico voltado ao zoneamento socioambiental local.

A equipe técnica de socioeconomia percorreu o traçado da futura LT, considerando a faixa de servidão (500 metros para cada lado), as vias de acesso ao empreendimento e o entorno das Subestações – de modo a identificar localidades com ocupação social diretamente impactadas pelo empreendimento, infraestrutura disponível e uso e ocupação do solo.

A utilização de dados primários e secundários associados foi bastante relevante, permitindo uma visão global das características socioeconômicas da AII, da AID e do empreendimento. As descrições apresentadas referentes à AII são o resultado do cruzamento analítico de todo o conjunto desses dados.

A análise da existência ou não de Terras Indígenas, Comunidades Remanescentes de Quilombos e outras Populações Tradicionais nas Áreas de Estudo (AII e AID), foi realizada por meio de consultas bibliográficas e nos sites oficiais dos órgãos competentes – Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Fundação Cultural Palmares (FCP), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Comissão Pró-Índio de São

Mariana C. Ustini Eliani Bastos

Paulo (CPISP) - que também pesquisa as questões indígenas e quilombolas no Brasil.

A seguir, é apresentada a caracterização dos aspectos do Meio Socioeconômico, considerando as atividades que foram desenvolvidas no âmbito dos estudos ambientais e as diretrizes básicas para a sua realização.

4.4.2 COMPOSIÇÃO DO DIAGNÓSTICO DA ÁREA DE INFLUÊNCIA INDIRETA (AII)

4.4.2.1 Histórico de Ocupação Populacional

Neste item serão abordados aspectos de ocupação histórica da população dos municípios integrantes da AII, a saber: Poções, Boa Nova, Manoel Vitorino, Jequié, Jaguaquara, Itaquara, Cravolândia, Ubaíra, Jiquiriçá, Laje, Amargosa, São Miguel das Matas, Varzedo, Castro Alves, Conceição do Almeida e Sapeaçu.

O item também trará informações da localização dos municípios em relação às mesorregiões do estado da Bahia, Territórios Identidade, distância até a capital Salvador, uma breve contextualização socioeconômica e ambiental atual e, por último, sua localização em relação à LT.

Para a apresentação do item, foram consultadas bases estatísticas do IBGE Cidades, sítios das respectivas Prefeituras Municipais, Câmaras Municipais, Blogs Locais e informações coletadas em campo junto a gestores e lideranças.

4.4.2.1.1 Poções

Localizado na mesorregião Centro-Sul do estado da Bahia, integrante do Território Identidade de Vitória da Conquista e a aproximadamente 444 km da capital Salvador, a atual cidade de Poções tem sua história associada à ocupação das margens e regiões circunvizinhas do Rio de Contas, Rio Verde e cabeceira do Rio São Mateus.

Esta ocupação populacional foi motivada pela exploração de minério (ouro) e liderada pelo então Coronel André da Rocha Pinto, que dirigiu uma grande

empreita pela mata dos vales destes rios. A canoa, no entanto, que os transportava na viagem submergiu, obrigando-os a abrigaram-se em uma ilha. Pouco tempo depois, segundo registros históricos do IBGE cidades (2016), estes cidadãos foram levados por Jesuítas a uma fazenda aos arredores da cidade de Porto Seguro.

Tempos mais tarde, o Coronel André da Rocha Pinto envolveu-se em um incêndio criminoso na então Vila do Príncipe, hoje importante município da Bahia – Caetité, incorrendo na ira do Vice Rei – o qual mandou decapita-lo. O Coronel, para defender-se e escapar da mandatária, reuniu 200 homens e ocupou o lugar conhecido, à época, como Passagem da Conquista – região da atual sede do município de Poções.

O Coronel e seus homens se estabeleceram na região e se transformaram em profundos conhecedores das matas e dos melhores lugares para exploração de minério, tornando-se donos de grande fortuna.

Após a sua morte, seus filhos assumiram a ocupação e desenvolvimento da localidade, construindo uma grande rodovia de lá até a cidade de Ilhéus.

Segundo ainda o IBGE “confere-se ao coronel André da Rocha Pinto a primazia da penetração inicial na região que hoje integra o município de Poções, que fazia parte do antigo e bravo sertão da Ressaca, da comarca de Jacobina”. “A povoação foi fundada por Thimóteo Gonçalves da Costa e seus filhos Bernardo e Roberto Gonçalves da Costa, após a conquista dos indígenas residentes no local pelo capitão-mor João Gonçalves da Costa, que doou o terreno onde foi construída uma capela sob a invocação do Divino Espírito Santo. As obras da capela foram iniciadas em 03 de agosto de 1830, continuadas em 1842 pelo capitão-mor João Dias de Miranda, e terminadas pelo capitão Antônio Coelho Sampaio”.

Atualmente o município tem diversas ligações rodoviárias (BR e BA) sendo que no entorno das mesmas há diversificado setor terciário (tais como: restaurantes, borracharias, postos de gasolina, mecânica de automóveis, ferro velho). O município abriga uma pista de pouso de aviões de pequeno porte, uma grande barra-

Thayana C. Vitorino Esmi Barata

gem para abastecimento de água potável – Barragem de Morrinhos e centenas de plantações de palma na zona rural – sendo este o cultivo predominante em sítios e pequenas propriedades em geral.

Poções é um município com uma pequena sede urbana, dividida entre ruas asfaltadas e com paralelepípedo, com setor de serviços diversificado. Em suas ladeiras, de canto a canto, encontram-se centros religiosos, praças arborizadas, áreas para feira livre e áreas para apresentações culturais. Durante toda a semana a cidade é movimentada até a noite, contudo, com poucas opções de restaurantes e hotéis.

Em relação ao empreendimento o mesmo será instalado, sentido Jequié, do lado esquerdo da BR- 116, em zona periférica da cidade, onde nota-se recente ocupação populacional de padrão mais simples.. Há também propriedades rurais de pequeno porte, com plantio de palma. Quanto a infraestrutura pública local, destaca-se apenas a rede de baixa tensão de energia elétrica. O acesso a SE Poções II é via estrada sem pavimentação.

4.4.2.1.2 Boa Nova

Localizado na mesorregião Centro-Sul do estado da Bahia, integrante do Território Identidade de Médio Rio das Contas e a aproximadamente 480 km da capital Salvador, a atual cidade de Boa Nova tem seu surgimento datado do século XVII, quando então os bandeirantes André da Rocha Pinto, João da Silva Guimarães e João Gonçalves da Costa iniciaram o desbravamento da região em busca de minas auríferas na Serra do Timorante.

Pouco a pouco, em razão de suas férteis terras para a implantação da agricultura, o povoado foi se formando na localidade, recebendo, por volta de 1860, o nome de Boa Nova.

Segundo consta nos registros históricos, "certo frade que se perdera nas selvas, socorrido pelos moradores da região, lhes ofereceu uma figura de Nossa Senhora da Boa Nova, pedindo que edificassem no local uma capela dedicada à santa, o que se efetivou em 1870".

Em 1903 a localidade foi elevada a Vila e a freguesia foi criada em 1918. Segundo consta, há divergências quanto ao aspecto político administrativo deste município em razão dos sérios conflitos entre as importantes famílias residentes, contudo, Boa Nova foi elevado à categoria de cidade em 1921.

Desde 2010 o município abriga uma grande área de Parque Nacional de Boa Nova e Refúgio de Vida Silvestre, onde ocorre o turismo científico, ecológico e de observação de aves endêmicas – sendo este então o destaque municipal. Localmente a área é conhecida como Mata – de – Cipó, informações que serão detalhadas no item "Uso e Ocupação do Solo – Unidade de Conservação".

Atualmente o município de Boa Nova compreende uma sede urbana relativamente grande, com ruas quase que em sua totalidade em paralelepípedo. O setor terciário é reduzido, porém o município tem uma ótima apresentação no que tange a limpeza, as instalações públicas, a conservação de prédios do século passado e de suas pequenas praças – as quais são menos presentes em razão do terreno bastante acidentado.

O clima segue o ritmo da transição de biomas, áreas muito quentes mais próximas ao cinturão de caatinga e áreas amenas, com disponibilidade de água, na zona de transição para a Mata Atlântica. Nas zonas de expansão do município, notou-se forte atuação do setor primário.

Em relação à LT a mesma será instalada em zona rural, distante da sede urbana e fora da zona de amortecimento do Parque Estadual Boa Nova. Com relação a BR-116, a LT está do lado esquerdo sentido Jequié e em sua margem, próxima a poucas ocupações rurais com plantações de palma, áreas de morros, encosta e pasto. Na localidade foi notada rede de baixa tensão de energia elétrica. O acesso a LT neste município se dá apenas pela BR.

4.4.2.1.3 Manoel Vitorino

Localizado na mesorregião Centro-Sul do estado da Bahia, integrante do Território Identidade de Médio Rio das Contas e a aproximadamente 380 km da capital Salvador, Manoel Vitorino tem nome que homenageia

Manoel Vitorino *Luiz Bastos*

um dos governadores do Estado da Bahia e Vice-Presidente Brasileiro.

A localidade que pertencia originalmente à Vila Nova do Príncipe e Santana de Caetité e, por sucessivos desmembramentos, veio finalmente a se emancipar de Boa Nova, foi elevado à categoria de município com a denominação de Manoel Vitorino, pela lei estadual nº 1771, 30-07-1962.

Segundo informações do Governo do Estado da Bahia/2001 (SEI) e informações coletadas in loco em janeiro de 2017, atualmente o município apresenta baixa taxa de ocupação populacional, sendo sua base econômica a pecuária extensiva (caprinos, bovinos e ovinos) e agricultura de sequeiro, tendo no processo extrativista de Umbu, um complemento de renda importante para a sobrevivência dos residentes. O município tem uma pequena sede urbana e, assim como Boa Nova, segundo informações do sítio UC Ambiental, abriga parte do Parque Estadual Boa Nova, em torno de 4,5% de sua área total.

Em relação à LT a mesma será instalada em zona rural, distante em torno de 20 km da sede urbana. Com relação a BR-116, a LT está do lado esquerdo, distante de qualquer ocupação social. As áreas de travessia municipal são tomadas de mata nativa. A instalação mais próxima a LT é o lixão municipal e algumas poucas residências de padrão mais simples. O acesso a LT se dá através da BR-116 e, posteriormente, por meio da via local sem asfalto.

4.4.2.1.4 Jequié

Localizado na mesorregião Centro-Sul do estado da Bahia, integrante do Território Identidade de Médio Rio das Contas e a aproximadamente 365 km da capital Salvador, o município de Jequié tem sua origem ligada ao comércio. Segundo consta em registros históricos, grandes feiras aconteciam na região e estas atraíam inúmeros comerciantes de todo o seu entorno no século XIX.

Segundo IBGE/2016, Jequié é originado da sesmaria do capitão-mor João Gonçalves da Costa, que sediava a Fazenda Borda da Mata. Esta, mais tarde, foi vendida a José de Sá Bittencourt, refugiado na Bahia após

o fracasso da Inconfidência Mineira. Em 1789, com sua morte, a fazenda foi dividida entre os herdeiros em vários lotes. Um deles foi chamado Jequié e Barra de Jequié. Em pouco tempo, Jequié tornou-se distrito de Maracás, e dele se desmembrou, tendo como primeiro intendente (prefeito) Urbano Gondim. Entre os anos de 1860 a 1897 Jequié pertenceu ao município de Maracás.

Em 1910 Jequié é elevada à categoria de cidade e, aos poucos, adquire grande importância econômica dentre os demais municípios baianos. A região é privilegiada pelo percurso navegável do Rio das Contas, onde pequenas embarcações, a época de seu desenvolvimento, desciam transportando hortifrutigranjeiros e outros produtos de subsistência.

Segundo o IBGE/2016 "no povoado, os mascates iam de porta em porta vendendo toalhas, rendas, tecidos e outros artigos trazidos de cidades maiores. Tropeiros chegavam igualmente a Jequié carregando seus produtos em lombo de burro. O principal ponto de revenda das mercadorias de canoeiros, mascates e tropeiros deu origem à atual praça Luís Viana, que tem esse nome devido a uma homenagem ao governador que emancipou a cidade".

A partir desta grande troca de mercadorias é que surgiram as feiras livres apoiadas por comerciantes e líderes da comunidade italiana lá instalada. Em 1914 a cidade passa por uma grande enchente que destruiu o espaço da feira, o comércio local e grande parte da cidade, obrigando seus moradores a ocuparem a parte mais alta da região.

Ainda segundo o IBGE/2016 "em 1927 os moradores festejaram a chegada da "Estrada de Ferro de Nazareth". Já nesse tempo, Jequié era uma das cidades mais importantes do Estado e teve no comerciante Vicente Grillo seu grande benfeitor. Importante episódio da história estadual foi a decisão inusitada tomada pelo então presidente da Assembleia Legislativa do Estado, Aurélio Rodrigues Viana, que, assumindo o governo em 1911, decretou a mudança da capital do estado, de Salvador para Jequié, ocasionando imediata reação do governo federal, que bombardeou Salvador e forçou a renúncia

Mariana C. Vitorino *Rauli Bentes*

cia do político que adotara a medida. Jamais tendo se constituído de fato, o gesto, entretanto, marcou a história da Bahia, como um dos mais tristes, sobretudo por ter o bombardeio da capital provocado o incêndio da biblioteca pública, onde estava guardada a maior parte dos documentos históricos de Salvador”.

A título de informação, o município, dentre os demais no estado baiano, destaca-se por ter acolhido imigrantes vindos da Itália, Síria, Líbano, Palestina e Espanha.

Atualmente o município continua com uma economia forte pautada no desenvolvimento da agricultura e pecuária, tendo a primeira como foco o plantio de cacau, café, cana-de-açúcar, maracujá e melancia. O setor mineral também tem apresentado crescimento, principalmente em função das jazidas de granito da região.

O município compreende uma grande área urbana, assim como uma grande zona de expansão em direções diversas, uma pista de pouso de aviões de pequeno a médio porte, abriga diversas instalações estaduais de educação e saúde, instalação de empresas privadas de grande porte e um forte setor de serviços e comércio.

Jequié dá nome e suporte a sua microrregião econômica e de desenvolvimento social, tendo uma vida de cidade de médio porte com grande movimentação de pessoas e veículos durante o dia e a noite. Sua sede municipal é cortada pelo Rio de Contas.

Em relação à LT a mesma será instalada em zona rural, sendo que o uso de solo é majoritariamente de mata nativa.

4.4.2.1.5 Jaguaquara

Localizado na mesorregião Centro-Sul do estado da Bahia, integrante do Território Identidade Vale do Jiquiriçá e a aproximadamente 336 km da capital Salvador, a região de Jaguaquara é um recanto de terras férteis na Bahia, tornando-se conhecida a partir de 1840 quando do início da prosperidade da fazenda chamada “Toca da Onça”.

Segundo registros históricos do IBGE/2016, está fazenda pertenceu a vários membros da mesma família, sendo em 1896 fundada uma sociedade mercantil com denominação de Guilherme Silva & Cia.

A história do município está intimamente ligada ao desenvolvimento e a ocupação dessas terras. Em 1912 iniciaram as primeiras construções residenciais na fazenda, casas estas que dariam formato ao povoado da Toca da Onça, cujo território pertencia ao município de Areia, atual Ubaíra, sob orientação e incentivo daquele que tinha o firme propósito de transformá-lo em cidade.

Em 1913 a estrada de ferro Nazaré passou pelo povoado, que teve seu nome reconhecido em 1916. Em 1916 teve sua primeira delegacia. Em 1921 foi elevado à categoria de município, já com o nome de Jaguaquara.

Assim como outros municípios da região, Jaguaquara também acolheu imigrantes Italianos, Japoneses, Portugueses, Espanhóis e Peruanos, os quais desenvolveram principalmente a cultura da uva e do trigo na região.

Desde o início de sua ocupação, o município carrega a prosperidade e determinação de seus fundadores. Atualmente este abriga indústrias, um Parque Hoteleiro, atividades de mineração, forte agricultura pautada no plantio de flores, abacate, limão, maracujá, tomate, e a pecuária.

Jaguaquara atrai muitos turistas, tem um forte setor terciário, sediando instalações do SEASA e grande feira aberta alimentícia – a qual é considerada uma das mais expressivas da região. O município abriga praças, áreas de lazer e tem movimento diuturno intenso.

Em relação à LT a mesma irá interceptar a zona rural, distante da sede urbana.

4.4.2.1.6 Itaquara

Localizado na mesorregião Centro-Sul do estado da Bahia, integrante do Território Identidade Vale do Jiquiriçá e a aproximadamente 327 km da capital

Mariana C. Ustini Esmi Pontes

Salvador, a região da atual Itaquara não se remonta a “eras longínquas”.

Segundo registros históricos do IBGE/2016, seu início deu-se a pouco mais de um século com um agrupamento de casas rústicas na grande sesmaria da região de Poço do Vação, Vazante, Santana e Casca, presumidamente construídas à época das rodovias estaduais e doadas “aos bravos desbravadores” do interior da atual Bahia.

“Os beneficiários, segundo o IBGE, estabeleceram-se desde logo, talvez antes mesmo, um pouco abaixo da atual cidade de Itaquara, no lugar denominado Santana, com fazendas de cultura e criatório de gado solto. Ainda há pouco se lia em um velho eixo de bolandeira, de fabrico de farinha de mandioca, uma semi-apagada inscrição de 1811”.

Este lugarejo, após abertura da tal estrada e sua intensa operação junto a tropas carregadas que subiam para o Alto Sertão, servia de ponto de pouso (rancharia) para pernoite e descanso dos viajantes e alimárias, desenvolvendo-se em pouco tempo em Vila.

Um dos seus colonizadores mais notados da atual Itaquara foi Diogo Espínola de Andrade, o qual viu a oportunidade de construir na localidade uma casa comercial, a compra de fazendas, a venda de gado, a realização de intercâmbio de mercadorias e até a construção de uma capela em homenagem à Nossa Senhora da Natividade.

“Em 1913 o lugarejo/povoado de Caldeirão foi elevado à categoria de distrito de paz, pertencendo ao município de Areia, atual Ubaíra, isso por haverem aí chegado os trilhos da Estrada de Ferro de Nazaré. Nessa ocasião, foi construída a estação da ferrovia de Caldeirão, que permaneceu com seu ponto terminal na localidade durante vários meses, o que muito contribuiu para o seu desenvolvimento”.

“Como distrito administrativo foi classificado pela Lei municipal nº 203, de 22 de julho de 1918, subordinado ao município de Areia; depois, com a criação do município de Santa Inês, desmembrado do primeiro”. Mais tarde através da Lei estadual nº 1873 de 17 de julho

de 1926 foi criado o atual município, com a denominação de Itaquara, e território desmembrado do de Santa Inês.

Atualmente o município tem sua economia pautada na produção agrícola, em especial o plantio de maracujá, desenvolvimento industrial e comércio. O município tem uma pequena sede urbana, com ruas predominantemente em paralelepípedo. Aos finais de semana a feira livre ocorre nas ruas centrais, sem que, no entanto, haja um espaço adequado para isso.

4.4.2.1.7 Cravolândia

Localizada na mesorregião Centro-Sul do estado da Bahia, integrante do Território Identidade Vale do Jiquiriçá e a aproximadamente 225 km da capital Salvador, Cravolândia foi fundada pelo industrial do café Mario da Silva Cravo em 08 de dezembro de 1962. Natural de Pedrão, no município de Alagoinhas, era Deputado Estadual na época.

O nome Cravolândia, segundo registros históricos do IBGE/2016, foi dado em homenagem ao seu fundador Mario da Silva Cravo – também primeiro prefeito municipal.

Conforme segue nos registros, o município teve sua base econômica, em função das atividades exercidas pelo seu fundador Mário Cravo, ligada a cultura do café. Contudo, apesar de seu intenso desenvolvimento, na década de 1970 sofreu grande abatimento, não recuperando.

Atualmente o município gera renda mediante suas festas tradicionais e em razão do restrito setor de serviços e comércio. Sua agricultura, em geral, é de subsistência. A pequena sede urbana compreende pracinhas de uso público e muitas ladeiras de paralelepípedo. Alguns prédios históricos podem ser encontrados.

Com relação à LT a mesma será instalada na zona rural, distante da sede urbana e em área predominantemente de mata nativa e pasto. O acesso a LT neste município ocorre pela BA – 552 e, posteriormente, por uma precária vicinal sem asfaltamento.

Mariana C. Vieira Loui Bastos

4.4.2.1.8 Ubaíra

Localizado na mesorregião Centro-Sul do estado da Bahia, integrante do Território Identidade Vale do Jiquiriçá e a aproximadamente 190 km da capital Salvador, Ubaíra tem como primeiros ocupantes os índios mongóis, segundo registros de IBGE/2016, e posterior conquista do território, em 1790, por João Gonçalves da Costa. Segundo consta, essa região estava instalada as margens do Rio Jiquiriçá.

A data da ocupação do território, efetivamente, é de 1781 e posteriormente, anos mais tarde, em 1777 já com meia légua para cada lado do Rio Jiquiriçá, denominados Barra da Estopa e Riacho da Torre.

Moradores após moradores e beneficiários de doações de sesmarias, passaram a ocupar a região mediante construção de residências e plantio de culturas diversas.

Segundo registros ainda do IBGE, por motivo da profunda decadência da vila de Santo Antônio do Jiquiriçá, foi sua sede transferida para o então povoado de Areia. Desde então, teve Areia a denominação de Vila de Jiquiriçá, até perder este nome por força da Lei nº 1611 de 16 de junho de 1876, passando a chamar-se São Vicente Ferreira de Areia.

"O Ato estadual de 30 de junho de 1891 concedeu foros de cidade à sede municipal, sob o nome de Areia, nome que se estendeu ao município. Conforme a divisão administrativa do Brasil de 1911, Areia figurava integrado unicamente pelo distrito-sede, apresentando-se nos quadros de apuração do recenseamento geral de 1920 composto de 6 distritos: Areia, Riachão, Volta do Rio (Sapucaia), Santa Inês, Caldeirão e Jaguaquara. Segundo a divisão administrativa do Brasil, concernente ao ano de 1933, o município formava-se dos distritos de Areia, Riachão e Sapucaia, situação mantida nas divisões territoriais de 31 de dezembro de 1937. Com os mesmos distritos apareceu ainda no quadro territorial em vigor no quinquênio 1939-1943, estabelecido pelo Decreto estadual nº 11089, de 30 de novembro de 1938, observando-se, porém, as alterações toponímicas sofridas pelos dois últimos, que passaram a chamar-se, respectivamente Baixinha e Engenheiro Franca. Em virtude do Decreto-Lei estadual nº 141, de 31 de

dezembro de 1943, que fixou o quadro territorial a vigorar no quinquênio 1944-1948, o nome do município e do seu distrito-sede foi substituído pelo de Ubaíra. Com a retificação do referido quadro pelo Decreto estadual nº 12978, de junho de 1944, o município de Ubaíra permanece constituído dos três distritos citados acima: Ubaíra, Baixinha e Engenheiro Franca, situação que perdura até os dias de hoje".

Atualmente a economia municipal é pautada na agricultura, em especial o cacau, o café, a mandioca, o cereal e o hortigranjeiro, além da exploração acentuada do ecoturismo rural e de aventura. Há forte turismo municipal relacionado às cachoeiras, sendo que, segundo relato dos moradores, nos finais de semana estas abrigam dezenas de ônibus turísticos. Na região há forte cultura de produção de leite.

O município de Ubaíra, com terreno bastante acidentado e dentro de um Vale, tem suas estreitas e graciosas ruas asfaltadas. Destacam-se as praças equipadas com playground para crianças. Segundo informações do Seplan/BA, Ubaíra junto com os municípios de Jiquiriçá e Wenceslau, abrigam a APA Caminhos Ecológicos da Boa Esperança, que funciona como zona de amortecimento para a EE de Wenceslau Guimarães.

Com relação a LT, esta será instalada em sua zona rural. Sua via de acesso pela estrada vicinal, após passar pela BR-240, também passa por um pequeno aglomerado de casas de médio a baixo padrão construtivo. A LT neste município interceptará predominantemente áreas de pasto, morro e vegetação nativa.

4.4.2.1.9 Jiquiriçá

Localizado na mesorregião Centro-Sul do estado da Bahia, integrante do Território Identidade Vale do Jiquiriçá e a aproximadamente 179 km da capital Salvador, o município de Jiquiriçá foi criado via desmembramento dos territórios das freguesias de Santo Antônio de Jiquiriçá e Estiva, recebendo a denominação de Vila de Jiquiriçá por resolução provincial de 09.05.1833.

Segundo registros históricos do IBGE/2016, em 1868 era incorporado pela Vila de São Vicente Ferrer D'Areia (atual Ubaíra). No ato estadual de 31.01.1891,

Mariana C. Ustini Esmi Bastos

restaurava o município com sede na povoação de Velhas e com a denominação de Vila de Capela Nova de Jiquiriçá. O nome foi simplificado para Vila de Jiquiriçá, em 1904. Hoje, denomina-se Jiquiriçá. A sede foi elevada à categoria de cidade através decreto-lei estadual de 30.03.1938.

Atualmente a economia base municipal está relacionada ao setor de serviços, comércio e turismo, este último em razão das manifestações culturais e religiosas presentes no cotidiano desta população que se divide entre o catolicismo e o candomblé. Jiquiriçá abriga uma fábrica de biscoitos – GEOPAN, uma sede urbana com muitas ladeiras e vielas que dão para bairros periféricos.

Com relação a LT, esta será instalada na periferia de sua zona urbana implicando em alterações em sua rotina de serviços e processos quando a LT estiver em construção. A área interceptada é de morros e um misto de vales, predominando pastos e plantações.

4.4.2.1.10 Laje

Localizado na mesorregião Centro-Sul do estado da Bahia, integrante do Território Identidade Vale do Jiquiriçá e a aproximadamente 226 km da capital Salvador, Laje tem sua história ligada a uma trágica enchente ocorrida por volta do ano 1850.

Segundo informações constantes em registros históricos do IBGE/2016, esta enchente desviou o curso do rio Jiquiriçá e provocou uma imensa destruição na sua margem direita. Os moradores, então, lá instalados, reuniram-se e reconstruíram uma capela sob invocação a Nossa Senhora das Dores – dando início a um novo povoado na margem esquerda do rio.

“Em virtude da existência de enormes lajedos nas proximidades, o povoado passou a denominar-se Nova Laje. A povoação progrediu com a chegada dos trilhos da Estrada de Ferro de Nazaré, em 1901, ampliando-se bastante o número de habitação em torno da Estação Ferroviária ali edificada”.

Laje foi criado com o território do distrito de Nova Laje, desmembrado de Aratuípe e recebendo a denominação de Vila de Laje por Lei Estadual de

20.07.1905. Sua sede foi elevada à categoria de cidade através Decreto Lei Estadual de 30 de março de 1938.

Atualmente o município conta com o desenvolvimento da atividade agrícola e com a produção de derivados da mandioca. Sua pecuária também diversificada, conta com criações de bovinos, suínos, asininos e muares – segundo informações do sítio Bahia/2016.

Em relação a LT a mesma será instalada em sua zona rural, distante da sede urbana e de maiores ocupações sociais.

4.4.2.1.11 Amargosa

Localizada na mesorregião Centro-Sul do estado da Bahia, integrante do Território Identidade Vale do Jiquiriçá e a aproximadamente 245 km da capital Salvador, a região de Amargosa era de domínio dos índios Karirís de língua Karamuru e Sapuyá. No século XIX, contudo, após chegada dos colonizadores brancos, esta população foi dizimada, entrando para história como os primeiros colonizadores da região.

Por volta de 1840, segundo registros históricos do IBGE/2016, “começou a formar o próspero povoado iniciado com as famílias de Gonçalo Correia Caldas e Francisco José da Costa Moreira, em volta de uma Capelinha por eles construída”. “Fruto da localização e ponto de troca comercial com o sertão, em 1855, foi ereta freguesia a Capela de Nossa Senhora do Bom Conselho das Amargosas, pertencendo a Vila de Tapeira (atual Santa Terezinha)”.

O povoado não se demorou para crescer e devido o plantio de fumo e café, em 1878, foi instalada a Vila de Nossa Senhora do Bom Conselheiro de Amargosa. Em 1891 foi elevada à categoria de cidade de Amargosa.

“A importância da imigração e colonização europeia no final do século XIX está presente na cultura de Amargosa e nas construções ainda existentes, seja ela italiana, portuguesa ou espanhola que se estabeleceram na cidade. A maioria entrou no comércio com os armazéns de secos e molhados, empórios, na exportação e importação e na área rural com plantio de café e fumo. Também é necessário ressaltar a impor-

Mariana C. V. U. M. e Lami B. A. S.

tância dos afrodescendentes que aqui chegaram na condição de escravos para executarem o trabalho na cultura do café. As marcas desse povo estão em toda parte, seja na religiosidade, ritmos musicais, folclore, a forma de produção das culturas de subsistência, principalmente na cultura da mandioca” – IBGE/2016.

Atualmente o município é popularmente conhecido como “Cidade Jardim”, segundo a Universidade do Recôncavo Baiano, “pela beleza de suas praças e jardins”. Sua importância regional se verifica por ser conhecida internacionalmente pela festa de São João, pelo crescimento econômico e educacional e, por abrigar, segundo informações do Ministério do Meio Ambiente (MMA)/2016, “um dos últimos remanescente do bioma Mata Atlântica da região” na fazenda Timbó.

A cidade está em franco desenvolvimento, tendo como economia a agricultura e a pecuária de corte. Há muitas áreas de lazer, balneários, um grande parque para exposições e vaquejadas, área para feira livre, algumas instalações industriais e agroindustriais, uma pista de pouso para pequenos e médios aviões, um estádio municipal e uma sede municipal graciosa repleta de restaurantes, bares, hotéis, entre outros serviços.

Com relação à LT a mesma interceptará sua zona rural, distante da sede urbana, onde predomina mata e pastagem.

4.4.2.1.12 São Miguel das Matas

Localizado na mesorregião Centro-Sul do estado da Bahia, integrante do Território Identidade Vale do Jiquiriçá e a aproximadamente 245 km da capital Salvador, a região de São Miguel das Matas era de domínio dos índios Karirís de língua Karamuru e Sapuyá, especificamente nos aldeados da fazenda Arco Verde – uma das principais áreas municipais até os dias atuais. Devido sua localização, esta tribo era conhecida como Índios do Arco Verde.

Também como em outras regiões, tais índios abandonaram a área após serem expulsos pelos colonizadores em meados do século XVIII. Na mesma época, Joaquim Tirana adquiriu uma grande área de mata virgem, estabelecendo um engenho de açúcar e rapadura, e, então,

desenvolvendo a cultura da cana-de-açúcar.

Pouco a pouco moradores foram se estabelecendo na região, construindo capelas, cemitérios e inúmeras edificações com fins residenciais e comerciais - “estava definitivamente formada a povoação que, inicialmente, chamou-se São Miguel da Aldeia, pela sua proximidade da aldeia dos “índios do arco verde” – IBGE/2016.

Na localidade também se desenvolveu a cultura da mandioca, fumo e café.

Depois de ter alterada a denominação para Vila São Miguel, em 1891, passou a denominar-se São Miguel das Matas, em 1948, topônimo justificado por situar-se em região de matas.

Atualmente o município destaca-se pela grande produção da hortaliça, mandioca e seus derivados.

Em relação à LT a mesma interceptará sua zona urbana, muito próxima a sede municipal.

4.4.2.1.13 Varzedo

Localizado na mesorregião metropolitana de Salvador, integrante do Território Identidade do Recôncavo e a aproximadamente 129 km da capital, há poucos registros históricos sobre a ocupação de Varzedo.

Segundo informações do IBGE/2016, “município criado com o território do distrito de Varzedo, foi desmembrado de Santo Antônio de Jesus, por força de Lei Estadual, de 13/06/1989. A sede foi elevada à categoria de cidade através da própria lei que criava o município”.

Atualmente o município destaca-se pela grande produção de hortaliça, mandioca e seus derivados, além do amendoim e da banana.

Em relação à LT a mesma será instalada próxima a sede urbana da cidade.

4.4.2.1.14 Castro Alves

Localizado na mesorregião metropolitana de Salvador, integrante do Território Identidade do Recôncavo e a

Mariana C. Ustini Eliani Bastos

aproximadamente 197 km da capital, Castro Alves teve sua primeira ocupação no início do século XVIII, quando a sesmaria do Aporá foi desmembrada em 2 (duas), uma das quais doada a João Evangelista de Castro Tanajura, que veio a ser, tempos depois, o avô do poeta Antonio Frederico de Castro Alves (Castro Alves).

Segundo consta em registros históricos do IBGE/2016, "o donatário em causa, para colonizá-la, procurou pessoas de recursos nos mais diversos lugares, distribuindo-lhes terras do seu vasto domínio, com a condição de nelas iniciarem plantações, construir moradias e currais".

"Coube ao Capitão-Mor Antonio Brandão Pereira Marinho Falcão a primeira destas penetrações e estabelecer a construção da casa-sede da Fazenda Curralinho, no local onde se ergue a cidade, nascente do Rio Jaguaripe, à margem da Estrada das Boiadas de Minas Gerais para Feira de Santana. Tratou do desmembramento das matas, da plantação de cana-de-açúcar, construções de engenhos e da criação de gado. Estabeleceu, assim, o aldeamento que era conhecido como Curralinho, nome que perdurou por bom tempo".

Ainda segundo o IBGE, "não foi fácil ao desbravador a sua missão. Teve ele de suportar grandes combates com os índios Sabujas e Cariris, descendentes dos Tupinambás, que assolavam a povoação nascente e circunvizinhanças. Não há certeza do desaparecimento dos gentios citados; no entanto, sabe-se, por tradição, que o seu último chefe Baitinga dirigiu-se para as matas da zona de Conquista. Muito influiu no progresso do povoamento o fato de ser pouso obrigatório de tropeiros que viajavam de São Felix e de outras localidades do recôncavo para as Minas do Rio das Contas, adjacências e Estado de Minas Gerais".

Pela Lei provincial de nº 1987, de 26 de junho de 1880 foi o Arraial de Nossa Senhora de Curralinho elevado à categoria de Vila. Essa mesma lei, assinada pelo Bel Antônio de Araújo Aragão Bulcão, criou o Município de Curralinho, desmembrado do de Cachoeira, e instalado na mesma data. A sede do município obteve foros de cidade em virtude da Lei nº 88, de 22 de junho de 1895.

Atualmente o município abriga a Serra da Jiboia, que atrai, por suas altas elevações e exuberante beleza,

centenas de turistas de toda a baía praticantes de voo livre. Como economia, dá-se destaque para a produção de abacate, amendoim, fumo, mandioca e seus derivados, além da banana.

Com relação a LT a mesma interceptará sua zona rural, distante da sede urbana. Sua ocupação se dará em matas nativas e áreas de pastagem.

4.4.2.1.15 Conceição do Almeida

Localizada na mesorregião metropolitana de Salvador, integrante do Território Identidade do Recôncavo e a aproximadamente 170 km da capital, Conceição do Almeida teve sua primeira ocupação no início do século XIX, com uma aglomeração formada em torno de uma capela construída sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição.

Segundo registros históricos do IBGE/2016, "o município foi criado com território desmembrado de São Felipe, pelo Ato Estadual de 18.07.1890, com a denominação de Conceição do Almeida. A sede foi elevada à categoria de cidade através Lei Estadual de 17.08.1909, com a denominação de Nossa Senhora da Conceição do Almeida. A origem do topônimo deve-se a combinação do nome da padroeira - Conceição, com o da família Almeida. Antes de ser município já se denominava Freguesia de Conceição do Almeida".

Atualmente o município é conhecido pelas festividades de São João, com comidas típicas, licor, bolos, canjica e muitas frutas da época. Segundo o site Bahia, "as ruas são enfeitadas com bonecos, bandeiras e outras inventividades, e contam ainda com apresentação de quadrilhas e muito forró-pé-de serra, para ninguém ficar parado. O poeta Castro Alves já imortalizava no hino "Sultana das Flores" a generosidade do povo e as belezas naturais da cidade".

Com relação a LT a mesma interceptará sua zona rural, distante da sede urbana. Sua ocupação dar-se-á em matas nativas e áreas de pastagem.

4.4.2.1.16 Sapeaçu

Localizado na mesorregião metropolitana de Salva-

Mariana C. Ustini *Rauli Barata*

dor, integrante do Território Identidade do Recôncavo e a aproximadamente 160 km da capital, este município, em seu surgimento datado de 17 de janeiro de 1557, integrava a sesmaria de Paraguaçu, doada pelo segundo Governador – Geral do Brasil. Sua ocupação se deu com o D. Álvaro da Costa.

Segundo informações históricas do IBGE/2016, houve uma grande luta com os índios residentes locais, sendo estes expulsos para outras localidades. No século XVII formou-se, então, a fazenda Sapé Grande de propriedade de Pedro Barbosa Leal, "onde foi construída uma capela dedicada à Nossa Senhora da Conceição. Nesta capela o Padre Vitorino, filho da região, veio cantar a sua primeira missa".

"O proprietário da fazenda Sapé Grande cedeu terreno para vários colonos que construíram as suas habitações em torno da capela, formando-se o Povoado de Sapé, pertencente ao Município de São Felix do Paraguaçu, cuja capela foi elevada à categoria de freguesia, com o nome de Nossa Senhora da Conceição de Sapé, pela Lei Provincial nº 2548, de 09 de setembro de 1885, desmembrada da Freguesia de Cruz das Almas, a partir da criação do Distrito de Paz".

Atualmente a cidade encontra-se em expansão com a chegada de empreendimentos e comércio.

Com relação à LT o município de Sapeaçu já possui uma grande quantidade de LTs que seguem na mesma direção da Subestação. De qualquer modo, a LT Sapeaçu - Poções irá acompanhar um traçado que não irá prejudicar a infraestrutura da cidade.

4.4.2.2 DINÂMICA POPULACIONAL

Neste item serão abordados aspectos da dinâmica populacional dos municípios integrantes da All, a saber: Poções, Boa Nova, Manoel Vitorino, Jequié, Jaguaquara, Itaquara, Cravolândia Ubaíra, Jiquiriçá, Laje, Amargosa, São Miguel das Matas, Varzedo, Castro Alves, Conceição do Almeida e Sapeaçu - a partir da análise dos seguintes temas: 1) composição populacional e distribuição geográfica; 2) estrutura etária; 3) longevidade, mortalidade e fecundidade, e, por fim, 4) Índice de Desenvolvimento Humano – IDMH.

Para a apresentação do item, as principais fontes consultadas foram: IBGE Cidades (2000 e 2010); Estimativa da População (2016); Atlas do Desenvolvimento Humano, Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura do estado da Bahia – SEAGRI (2016); além das informações qualitativas obtidas durante a realização do trabalho de campo em janeiro de 2017.

4.4.2.2.1 Composição populacional e distribuição geográfica

Conforme divisão regional do Brasil em mesorregiões e microrregiões geográficas estabelecidas pelo IBGE (1990), os municípios integrantes da All do empreendimento localizam-se nas mesorregiões Centro Sul e região Metropolitana de Salvador. Com relação às microrregiões, os municípios estão localizados em Vitória da Conquista, Jequié e Santo Antônio de Jesus.

Em consulta a base de dados estatísticos do Governo do Estado da Bahia, esses municípios também integram os "Territórios Identidades", sendo esta uma unidade territorial complementar a do IBGE, adotada pelo Governo do Estado da Bahia e/ou Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura do Estado da Bahia – SEAGRI, que agrupa os municípios em regiões de desenvolvimento a partir do auto reconhecimento de qualidades ambientais, geográficas, socioculturais e conforme predisposição de expansão dos recursos existentes. Além disto, essas unidades, conforme disposições do Plano Plurianual Territorializado e Participativo do estado da Bahia "é a regionalização oficial do governo do estado e a sua identidade de planejamento".

Mais adiante, conforme citado e segundo base de dados do Governo do Estado da Bahia, 4 (quatro Territórios Identidades serão foco deste estudo, a saber: 1) Vitória da Conquista, 2) Médio Rio das Contas, 3) Vale do Jiquiriçá e 4) Recôncavo – os quais, então, estão diretamente relacionados aos municípios integrantes da All conforme apresentado no Quadro 4.4-1. Na sequência, segue breve introdução dos Territórios Identidade.

Mariana C. Ostini Esmi Bastos

Quadro 4.4-1: Divisão regional dos municípios em Mesorregiões, Microrregiões e Território Identidade.

| Municípios | Mesorregião | Microrregião | Território Identidade |
|----------------------|---------------------------|------------------------|-----------------------|
| Poções | Centro Sul | Vitória da Conquista | Vitória da Conquista |
| Boa Nova | Centro Sul | Vitória da Conquista | Médio Rio de Contas |
| Manoel Vitorino | Centro Sul | Vitória da Conquista | Médio Rio de Contas |
| Jequié | Centro Sul | Jequié | Médio Rio de Contas |
| Jaguaquara | Centro Sul | Jequié | Vale do Jiquiriçá |
| Itaquara | Centro Sul | Jequié | Vale do Jiquiriçá |
| Cravolândia | Centro - Sul | Jequié | Vale do Jiquiriçá |
| Ubaíra | Centro - Sul | Jequié | Vale do Jiquiriçá |
| Jiquiriçá | Centro - Sul | Jequié | Vale do Jiquiriçá |
| Laje | Centro - Sul | Jequié | Vale do Jiquiriçá |
| Amargosa | Centro - Sul | Jequié | Vale do Jiquiriçá |
| São Miguel das Matas | Centro - Sul | Jequié | Vale do Jiquiriçá |
| Varzedo | Metropolitana de Salvador | Santo Antônio de Jesus | Recôncavo |
| Castro Alves | Metropolitana de Salvador | Santo Antônio de Jesus | Recôncavo |
| Conceição do Almeida | Metropolitana de Salvador | Santo Antônio de Jesus | Recôncavo |
| Sapeaçu | Metropolitana de Salvador | Santo Antônio de Jesus | Recôncavo |

Fonte: IBGE (2016) e Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura do estado da Bahia – SEAGRI (2016).

4.4.2.2.1 Territórios Identidade – Vitória da Conquista

Segundo informações do Zoneamento Ecológico-Econômico da Bahia, o TI Vitória da Conquista está inserido na macrorregião semiárido, com precipitações médias anuais variando de 700 a 900 mm, compreendendo uma área de 27.275,6 km², equivalente a 4,7% do território do Estado. Segundo consta, o TI engloba 27 municípios, dentre estes, Poções.

O TI Vitória da Conquista possui, como principais arranjos produtivos rurais, a apicultura, a avicultura integrada, a bovinocultura, a manicultura e o cultivo de café. A apicultura é uma atividade familiar, geralmente polivalente, mantendo outras atividades complementares. O manejo do solo é classificado pelo baixo nível de tecnologia em seus processos produtivos.

Por fim, ainda segundo informações do ZEE da Bahia, no arranjo da bovinocultura a pecuária de corte predomina e o manejo do solo adota técnicas de médio a alto nível tecnológico. O cultivo da mandioca se assinala como um processo produtivo rotineiro, com

a mão de obra familiar e manejo do solo baseado em médio nível tecnológico.

4.4.2.2.1.2 Territórios Identidade – Médio Rio de Contas

O Território de Identidade Médio Rio de Contas, segundo informações do ZEE Bahia, está inserido na macrorregião semiárido, compreendendo uma área de 9.903,7 km², equivalente a 1,8% do território do Estado. Segundo consta este engloba 16 municípios, entre eles: Boa Nova, Jequié e Manoel Vitorino.

Conforme informações do ZEE, o TI Médio Rio de Contas compreende áreas sob influência predominante de clima Semiárido e Subúmido a Úmido com precipitações médias anuais variando de 500 a 800 mm e 1.100 a 2.000 mm, respectivamente.

O território possui poucas áreas legalmente protegidas, sendo identificadas quatro unidades de conservação, total ou parcialmente inseridas na região, com cerca de 28.079 ha (2,84% da do TI). Mais de 95% das áreas protegidas são de proteção integral, e entre

Mariana C. Uetzi *Rauli Barata*

estas, a unidade que mais se destaca é o Refúgio de Vida Silvestre de Boa Nova, com aproximadamente 15.016 ha inseridos nos municípios de Dário Meira (5,7% da área), Boa Nova (86,9%) e Manoel Vitorino (7,4%). O Bahia Arqueológica, segundo o ZEE, ainda aponta presença de sítios arqueológicos em Manoel Vitorino, conhecida por registros em rochas.

O TI Médio Rio de Contas possui, como principais arranjos produtivos rurais, a caprinocultura/ovinocultura e os cultivos de café e mandioca. A caprinocultura/ovinocultura é bastante primitiva nesta região, executada de forma extensiva e predominantemente familiar. O patamar tecnológico observado está direcionado para a produção de carne e leite, com o manejo do solo baseado em técnicas de baixo nível tecnológico. O cultivo de café é realizado de forma incipiente, sem grande mecanização e insumos muito modernos e o manejo do solo é realizado com técnicas de médio nível tecnológico.

Por fim, o cultivo de mandioca é feito de forma elementar e como produção para subsistência, usando técnicas de manejo do solo com baixo nível tecnológico.

4.4.2.2.1.3 Territórios Identidade – Vale do Jiquiriçá

O Território de Identidade Vale do Jiquiriçá, inserido na macrorregião semiárido, compreende uma área de 10.287,0 km², equivalente a 1,9% do território do Estado.

Segundo consta em documentos oficiais, o TI Vale do Jiquiriçá engloba 20 municípios, dentre estes: Amargosa, Cravolândia, Itaquara, Jaguaquara, Jiquiriçá, Laje, São Miguel das Matas e Ubaíra.

Compreende áreas sob influência predominante de clima Semiárido e Subúmido a Seco com precipitações médias anuais variando de 500 a 800 mm e 700 a 900 mm, respectivamente.

Poucas áreas do território se encontram legalmente protegidas, sendo identificadas duas unidades de conservação com aproximadamente 25.271 ha, correspondente a 2,46% da extensão do TI Vale do Jiquiriçá. As unidades de conservação são de uso sustentável, sendo a RPPN Fazenda Kaybí, localizada em Ubaíra, de competência federal, enquanto a APA Caminhos Ecológicos da Boa Esperança é de competência estadual e abrange seis municípios em uma área de 25.266 ha.

No TI Vale de Jiquiriçá, os arranjos produtivos rurais mais expressivos são a avicultura integrada, a manicultura e o cultivo de maracujá.

4.4.2.2.1.4 Territórios Identidade – Recôncavo

O Território de Identidade Recôncavo, inserido na macrorregião Recôncavo-RMS, compreende uma área de 5.221,1 km², equivalente a 0,9% do território do Estado e engloba 20 municípios, dentre estes: Castro Alves, Conceição do Almeida, Sapeaçu e Varzedo.

Compreende área sob influência predominante do clima Úmido (seguindo à porção oriental) e Úmido a Subúmido nas proximidades do rio Jacuípe, com precipitações médias anuais entre 1.200 a 1.800mm e 1.300 a 2.000mm, respectivamente. Em direção ao interior do território, tal como Castro Alves, observa-se clima Subúmido a Seco com precipitação médias anuais entre 700 e 900 mm.

Os arranjos produtivos rurais mais importantes para o TI Recôncavo são: avicultura integrada, bovino-cultura, cacauicultura, caprinocultura/ovinocultura, citricultura e os cultivos de cana de açúcar, coco, dendê e mandioca.

Mariana C. Ostini Esmi Bastos

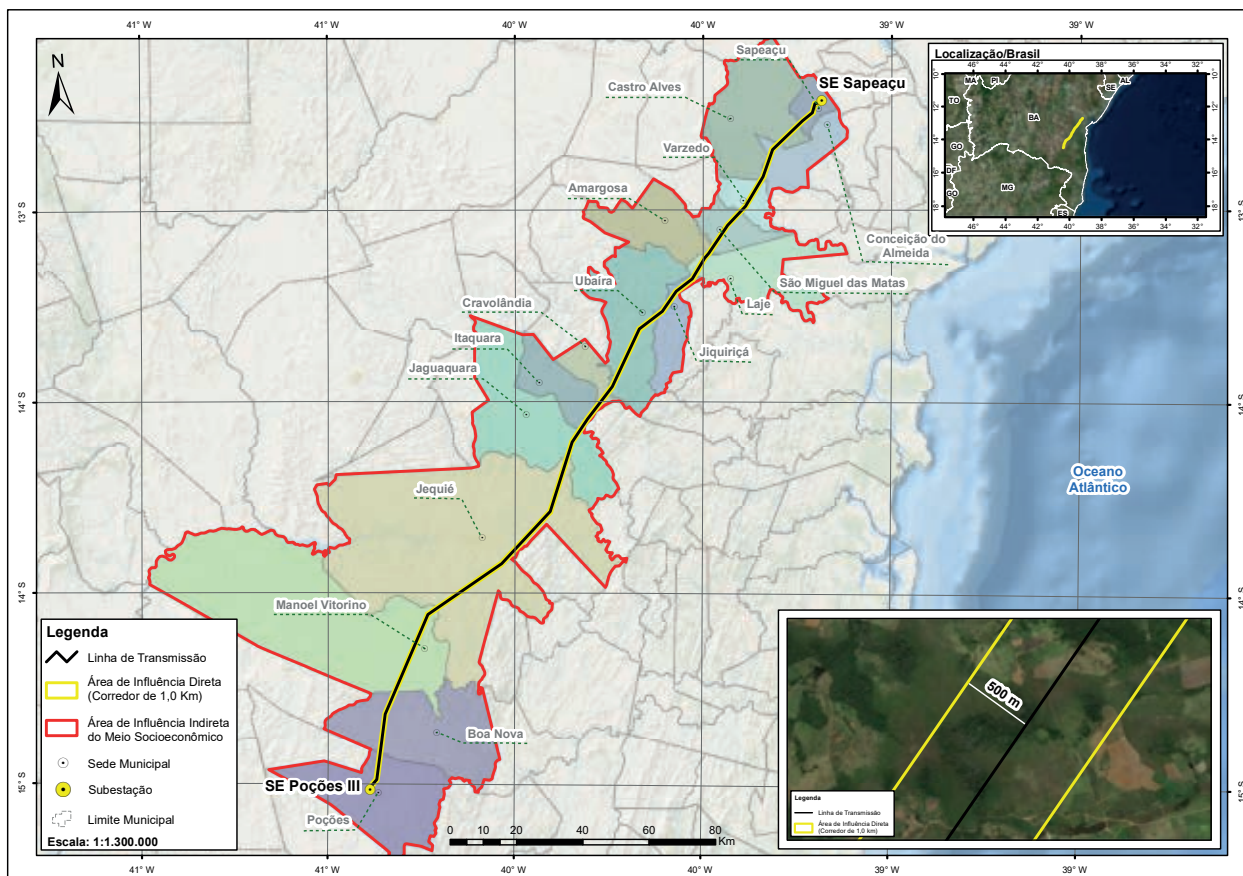


Figura 4.4 2: Localização do empreendimento.

De acordo com o último Censo Demográfico do IBGE, em 2010 a AII em estudo compreendia um total de 459.949 habitantes, mantendo a tendência de crescimento vegetativo negativo constatado em anos anteriores – conforme demonstrado na Tabela 4.4-1, ocupantes, em igual proporção, da área urbana quanto da área rural dos respectivos municípios e com taxas de densidade demográfica bastante assimétrica entre os municípios, informações que serão detalhadas a seguir.

Thayana C. Uetzi Eliani Batista

Tabela 4.4-1: Dinâmica demográfica dos municípios da All em série histórica.

| Municípios | Total Populacional Residente | | | Taxa anual de crescimento (2000 – 2010) | Densidade Demográfica (hab/Km ²) 2010 | Taxa de urbanização (2000 – 2010) | Estimativa populacional 2016 |
|----------------------|------------------------------|--------|---------|---|---|-----------------------------------|------------------------------|
| | 1991 | 2000 | 2010 | | | | |
| Poções | 42.011 | 46.858 | 44.701 | -0,47% | 54,08 | 77,54% | 48.798 |
| Boa Nova | 11.426 | 18.073 | 15.411 | -1,58% | 17,74 | 37,66% | 14.314 |
| Manoel Vitorino | 16.308 | 16.524 | 14.387 | -1,38% | 6,45 | 51,15% | 14.364 |
| Jequié | 150.641 | 152.46 | 151.895 | -0,04% | 47,07 | 91,79% | 161.880 |
| Jaguaquara | 38.678 | 46.308 | 51.011 | 0,97% | 54,95 | 76,16% | 55.751 |
| Itaquara | 6.819 | 7.661 | 7.678 | 0,02% | 23,77 | 60,02% | 8.557 |
| Cravolândia | 5.446 | 5.707 | 5.041 | -1,23% | 31,08 | 63,08% | 5.568 |
| Ubaíra | 19.643 | 20.549 | 19.750 | -0,40% | 27,19 | 44,67% | 20.793 |
| Jiquiriçá | 11.482 | 12.244 | 14.118 | 1,43% | 58,97 | 39,53% | 15.071 |
| Laje | 17.064 | 18.439 | 22.201 | 1,87% | 48,50 | 27,39% | 24.112 |
| Amargosa | 27.009 | 30.963 | 34.351 | 1,04% | 74,16 | 72,46% | 38.041 |
| São Miguel das Matas | 9.311 | 10.020 | 10.414 | 0,39% | 48,57 | 32,26% | 12.051 |
| Varzedo | 9.859 | 9.344 | 9.109 | -0,25% | 40,16 | 36,93% | 9.409 |
| Castro Alves | 26.324 | 25.588 | 25.408 | -0,07% | 35,70 | 61,74% | 27.161 |
| Conceição do Almeida | 18.670 | 20.143 | 17.889 | -1,18% | 61,70 | 44,31% | 18.278 |
| Sapeaçu | 14.635 | 14.781 | 16.585 | 1,16% | 141,50 | 48,74% | 18.083 |

Fonte: IBGE Cidades (2016) e Atlas do desenvolvimento Humano no Brasil (2016).

Dentre os municípios em análise, mais da metade destes (10 do total de 16 ou 62,5%) apresentaram estimativa populacional em 2010, inferior a 20 mil habitantes, sendo estes: Boa Nova, Manoel Vitorino, Itaquara, Cravolândia, Ubaíra, Jiquiriçá, São Miguel das Matas, Varzedo, Conceição do Almeida e Sapeaçu.

Dentre estes, os municípios que apresentam taxas negativas de crescimento vegetativo, do menor para o maior entre os demais, citam-se: Boa Nova seguido de Jiquiriçá, Manoel Vitorino e Cravolândia. No que tange à densidade demográfica, ainda neste universo em análise, os municípios que se destacam são: Sapeaçu com 141,50, Conceição do Almeida com 61,70 e Jiquiriçá com 58,97. E, por fim, no que cabe a taxa de urbanização, os municípios que se destacam com as maiores taxas são: Cravolândia com 63,08% e Itaquara com 60,02%.

Um segundo grupo de municípios, por assim dizer, está na faixa populacional entre 20 a 50 mil habitan-

tes, representando 31,25% do total, a saber: Poções no Território Identidade de Vitória da Conquista, Jaguaquara, Laje e Amargosa no Vale do Jiquiriçá e Castro Alves no Recôncavo.

Dentre estes, o município que apresenta taxa negativa de crescimento vegetativo é Poções. A taxa de crescimento vegetativo deste, mesmo negativa e alta com relação às demais dentre os municípios de médio porte no universo em análise, ainda é maior do que as taxas apresentadas para os municípios com menos de 20 habitantes, indicando, dessa forma, maior tendência de crescimento populacional neste segundo grupo de municípios em destaque.

Com relação à densidade demográfica, no universo de municípios de médio porte, destaca-se Amargosa com 74,16. No que se refere à taxa de urbanização, dá-se destaque aos municípios com as maiores taxas, sendo estes: Poções com 77,54%, Jaguaquara com

Mariana C. Ustini Eliani Bastos

76,16% e Amargosa com 74,16%. Já o município com a menor taxa é Laje.

Por fim, como último grupo de análise, os municípios em destaque são aqueles com população superior a 50 mil habitantes, sendo estes: Jequié no Território Identidade de Rio das Contas e Jaguaquara no Vale do Jiquiriçá.

Os municípios em destaque possuem perfil semelhante na taxa de densidade demográfica, mas Jaguaquara possui maior tendência de maior expansão populacional em relação a Jequié. Nos municípios de médio porte, os que seguem a mesma tendência são: Poções e Amargosa. E nos municípios com menos de 20 mil habitantes, destacam-se: Cravolândia, Manoel Vitorino e Jiquiriçá. Com relação aos Territórios Identidade, destacam-se, tanto no quesito de crescimento populacional quanto na urbanização: o Recôncavo Baiano e o Vale do Jiquiriçá, seguido de Rio de Contas e Vitória da Conquista.

4.4.2.2 Estrutura etária

Em que pesem os dados compilados para a AI, as respectivas pirâmides etárias apresentam equilíbrio entre as faixas que representam o ciclo de nascimento/envelhecimento da população, não refletindo, portanto, distúrbios concernentes às taxas de natalidade e mortalidade de sua população, o mesmo ocorrendo na proporção homem/mulher.

Tais informações podem ser aferidas na Tabela 4.4-2 disposta a seguir e, posteriormente, nas figuras ilustrativas das pirâmides etárias dos respectivos municípios, por porte populacional, assim como o subitem anterior. É válido colocar, a título de interesse, que à medida que uma dada sociedade alcança um maduro desenvolvimento social e econômico, sua pirâmide tenderá à forma retangular, e, assim, pouco a pouco, deixará seu aspecto triangular.

Tabela 4.4-2: Estrutura Etária da População residente na AI no ano de 2010.

| Municípios | População Total | Menos de 15 anos | 15 a 64 anos | População de 65 anos ou mais | Razão de dependência | Taxa de envelhecimento |
|----------------------|-----------------|------------------|--------------|------------------------------|----------------------|------------------------|
| Poções | 44.701 | 27,80% | 62,33% | 9,87% | 60,44 | 9,87 |
| Boa Nova | 15.411 | 27,05% | 61,95% | 11,00% | 61,42 | 11,00 |
| Manoel Vitorino | 14.387 | 27,36% | 63,06% | 9,58% | 58,57 | 9,58 |
| Jequié | 151.895 | 24,21% | 67,48% | 8,31% | 48,05 | 8,31 |
| Jaguaquara | 51.011 | 28,78% | 63,09% | 8,12% | 58,07 | 8,12 |
| Itaquara | 7.678 | 25,32% | 65,37% | 9,31% | 52,64 | 9,31 |
| Cravolândia | 5.041 | 27,10% | 63,68% | 9,22% | 57,04 | 9,22 |
| Ubaíra | 19.750 | 26,56% | 64,39% | 9,05% | 53,64 | 9,05 |
| Jiquiriçá | 14.118 | 26,32% | 65,85% | 7,83% | 51,86 | 7,83 |
| Laje | 22.201 | 27,11% | 65,82% | 7,07% | 51,93 | 7,07 |
| Amargosa | 34.351 | 25,32% | 64,51% | 10,17% | 55,01 | 10,17 |
| São Miguel das Matas | 10.414 | 25,97% | 65,10% | 8,92% | 53,60 | 8,92 |
| Varzedo | 9.109 | 24,33% | 66,41% | 9,27% | 50,59 | 9,27 |
| Castro Alves | 25.408 | 25,48% | 65,84% | 8,67% | 51,88 | 8,67 |
| Conceição do Almeida | 17.889 | 22,45% | 67,97% | 9,58% | 46,75 | 9,58 |
| Sapeaçu | 16.585 | 24,76% | 66,69% | 8,55% | 49,95 | 8,55 |

Fonte: IBGE Cidades (2016) e Atlas do desenvolvimento Humano no Brasil (2016).

Thayana C. V. de M. e Lami B. de S.

Em análise dos dados apresentados no quadro a cima, é possível afirmar que dentre os municípios considerados de pequeno porte populacional (até 20 mil habitantes), em geral, a estrutura etária é bastante semelhante, apresentando certo equilíbrio nas faixas etárias de até 15 anos, de 15 a 64 anos e mais de 65 anos.

Em relação as faixas etárias, é, importante destacar, que comporta, segundo demonstra figuras a seguir, maior número de habitantes, em todos estes municípios deste universo, são as estabelecidas entre 10 a 25 anos de idade – faixas em que os cidadãos se preparam para iniciar trabalhos de jovem aprendiz e entram na faixa economicamente ativa da população. Ainda, seguindo neste quesito, o município com maior número de jovens nas referidas faixas são Boa Nova, Itaquara e Jiquiriçá.

Em relação à razão de dependência e taxa de envelhecimento, dá-se destaque para o município de Boa Nova, com relação aos demais. Boa Nova Em relação as faixas etárias, é localizado no Território Identidade de Rio de Contas. Os municípios com as menores taxas de envelhecimento são Sapeaçú e São Miguel das Matas.

Com relação à composição de gêneros, nota-se pequena predominância de habitantes do gênero feminino na terceira idade (mais de 65 anos), principalmente em São Miguel das Matas e Varzedo – sendo que o primeiro está instalado no Território Identidade do Vale do Jiquiriçá e o segundo no Recôncavo. No restante dos municípios, nas demais faixas etárias, há diferenças pouco significativas entre os gêneros.

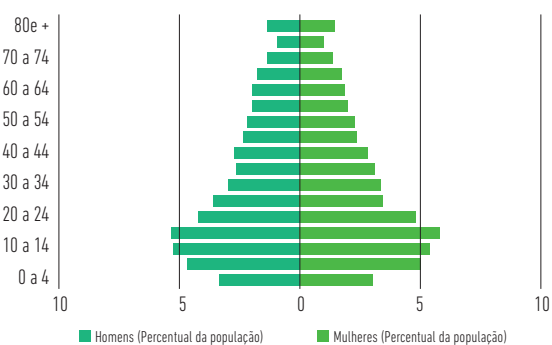


Figura 4.4-2: Pirâmide etária de Boa Nova.

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil.

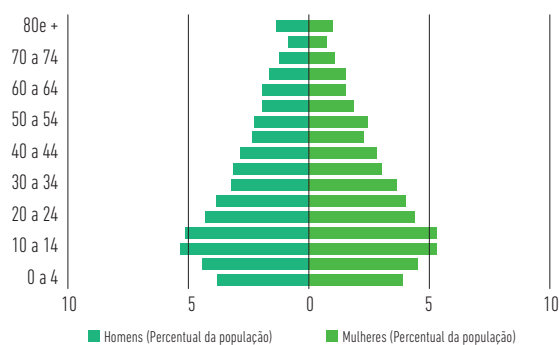


Figura 4.4-3: Pirâmide etária de Manoel Vitorino.

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil.



Figura 4.4-4: Pirâmide etária de Itaquara.

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil.

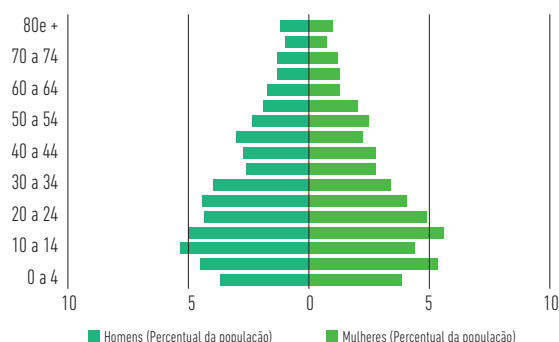


Figura 4.4-5: Pirâmide etária de Cravolândia.

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil.

Mariana C. Ostini Eliani Pontes

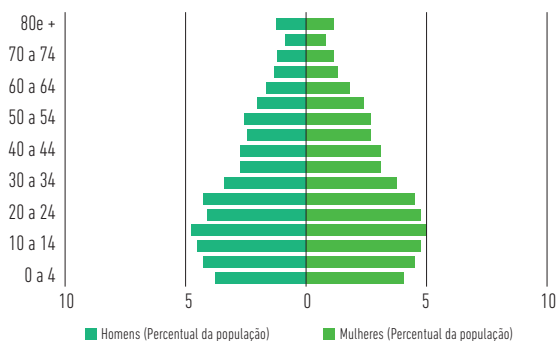


Figura 4.4-6: Pirâmide etária de Ubaíra.

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil.

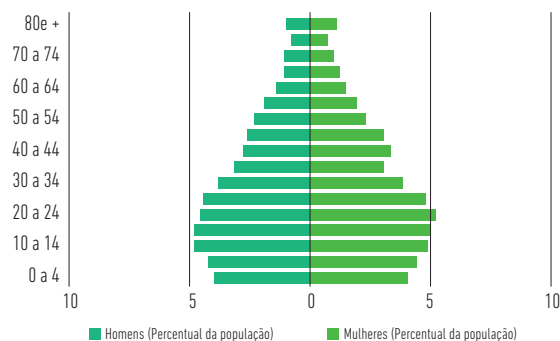


Figura 4.4-7: Pirâmide etária de Jiquiriçá.

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil.

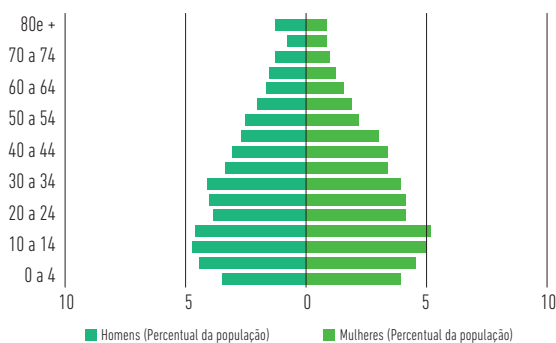


Figura 4.4-8: Pirâmide etária de São Miguel das Matas.

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil.



Figura 4.4-9: Pirâmide etária de Varzedo.

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil.

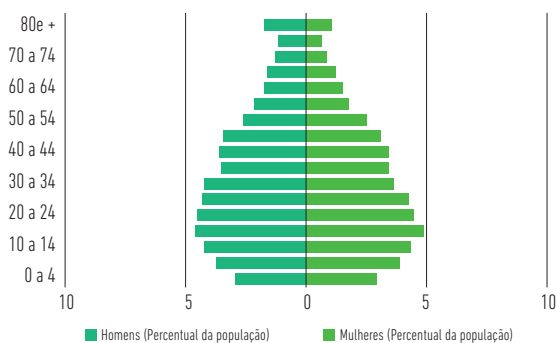


Figura 4.4-10: Pirâmide etária de Conceição do Almeida.

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil.



Figura 4.4-11: Pirâmide etária de Sapeaçu.

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil.

Dentre os municípios com médio porte populacional (entre 20 e 50 mil habitantes), assim como na análise anterior, a estrutura etária é bastante semelhante, apresentando certo equilíbrio nas faixas etárias de até 15 anos, de 15 a 64 anos e mais de 65 anos (figuras a seguir).

Em relação à razão de dependência e taxa de envelhecimento, dá-se destaque para os municípios de Poções, Amargosa e Castro Alves, tendo estes as maiores taxas.

Thayana C. Ustui Eliani Pontes

Com relação à composição de gêneros destes municípios, nota-se pequena predominância de habitantes do gênero feminino na terceira idade (mais de 65

anos), principalmente em Poções e Castro Alves. No restante dos municípios, nas demais faixas etárias, há diferenças pouco significativas entre os gêneros.

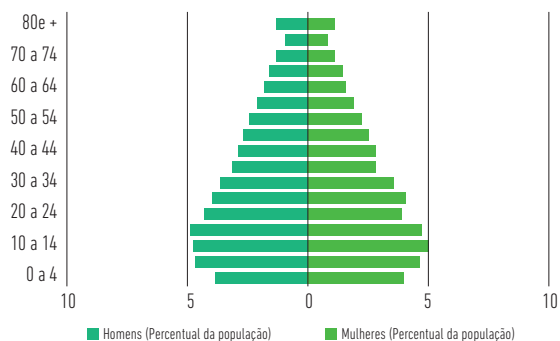


Figura 4.4-12: Pirâmide etária de Poções.

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil.

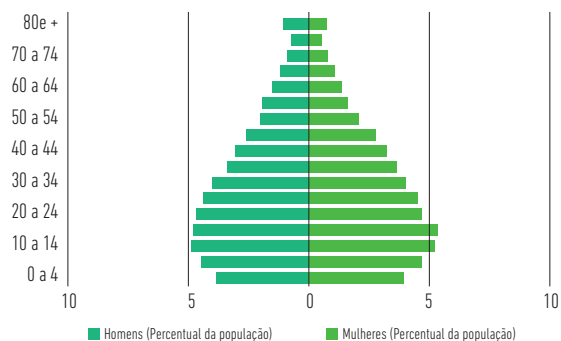


Figura 4.4-13: Pirâmide etária de Laje.

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil.

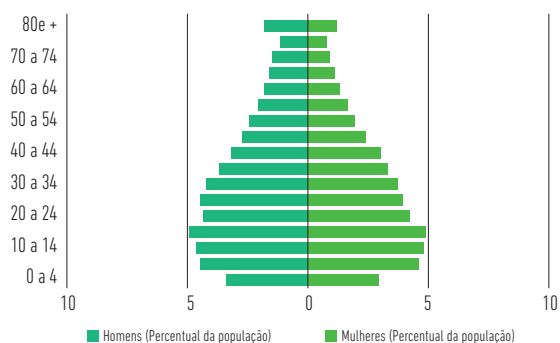


Figura 4.4-14: Pirâmide etária de Amargosa.

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil.



Figura 4.4-15: Pirâmide etária de Castro Alves.

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil.

Por fim dentre os municípios com grande porte populacional (mais de 50 mil habitantes), a estrutura etária também é semelhante, apresentando certo equilíbrio nas faixas etárias de até 15 anos, de 15 a 64 anos e mais de 65 anos (figuras a seguir).

O município com maior destaque geométrico é Jaguaquara. Tal como pode ser observado na figura a seguir, este apresenta um formato bastante

piramidal, sendo que Jequié já apresenta notas retangulares. Tal indicador sinaliza que este município não atingiu sua maturidade populacional e socioeconômica.

Em relação à razão de dependência e taxa de envelhecimento, dá-se destaque para os municípios de Poções, Amargosa e Castro Alves, tendo estes as maiores taxas.

Mariana C. Ostini Eliani Pontes

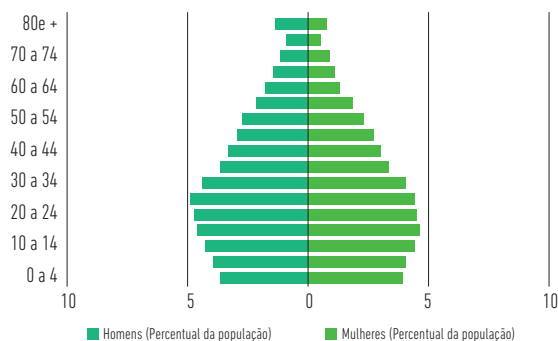


Figura 4.4-16: Pirâmide etária de Jequié.

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil.

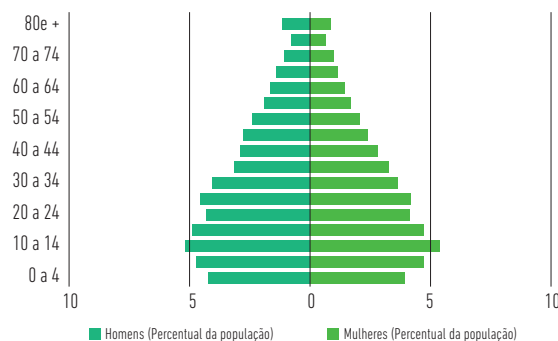


Figura 4.4-17: Pirâmide etária de Jaguaquara.

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil.

Em resumo, pode-se concluir, com maior destaque que, dentre as faixas populacionais analisadas, que os entre os municípios de pequeno porte, aqueles que se destacam no quesito taxa de envelhecimento, estão localizados no Território Identidade de Jiquiriçá. Já os municípios com maior número de jovens estão localizados no Território Identidade Rio de Contas e Vitória da Conquista. Nas demais faixas populacionais analisadas as diferenças são pouco significativas.

Para efeito de análise demográfica, a população bastante jovem dos municípios analisados indica a necessidade de serem implementadas políticas públicas voltadas à saúde, recreação, lazer e educação, enfim, ao atendimento integral da criança, do jovem e do adolescente. WONG & CARVALHO (2006) apud KRELING (2010), por exemplo, propõem [...] “a implementação de uma política educacional que supere as deficiências do sistema, tais como a cobertura insatisfatória, altas taxas de repetência, evasão e baixa qualidade do ensino”.

A população alvo destas políticas deve ser, prioritariamente, a dos jovens que residem nas áreas rurais desses municípios, que entrarão, em breve, na População Economicamente Ativa (PEA). Apropriando-se de KRELING (2010), “a expansão de um sistema educacional com qualidade representa uma oportunidade ímpar na superação da desigualdade social brasileira”. Assim, a janela de oportunidades poderá resultar em aumento da oferta de capital humano com qualidade, se investimentos apropriados forem realizados (NAVANEETHAM apud WONG & CARVALHO, 2006).

Por outro lado, o percentual de pessoas com mais de 60 anos, como um todo dos municípios, gira em torno de 9%. Em função das melhorias das condições de saúde, a expectativa de vida vem aumentando, o que pode refletir, dependendo da estrutura de emprego e renda, forte pressão sobre o sistema previdenciário.

4.4.2.2.3 Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM, publicado pela Organização das Nações Unidas (ONU), pode ser consultado através da plataforma do Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil (PNUD Brasil, IPEA, FJP, 2013). Trata-se de um instrumento de avaliação das condições de vida da população dos municípios brasileiros.

Este tem o objetivo de oferecer um contraponto a outro indicador muito utilizado, que é o Produto Interno Bruto – PIB per capita, que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento e não reflete a capacidade de reversão da produção econômica em bens e serviços públicos, bem como o acesso aos sistemas educacionais, de saúde, as oportunidades de empregabilidade e ao exercício da cidadania.

O IDHM leva em conta os fatores de: Longevidade (expectativa de vida ao nascer¹); Educação, avaliado

1 Esse indicador mostra a quantidade de anos que uma pessoa nascida em uma localidade, em um ano de referência, deve viver. Reflete as condições de saúde e de salubridade no local, já

Mariana C. V. S. L. e Lami Barcel

pelo índice de analfabetismo (taxa de alfabetização de pessoas com 15 anos ou mais de idade ¹ – peso dois) e pela taxa de matrícula em todos os níveis de ensino (taxa de escolarização ²); e Renda, mensurada pelo PIB per capita do País .

Essas três dimensões têm a mesma importância no índice, que varia de 0 a 1. Regiões e municípios com até 0,49 são considerados de baixo desenvolvimento humano, aqueles com índice entre 0,50 e 0,79 são considerados de médio desenvolvimento e, com IDHM maior que 0,80, desenvolvimento considerado alto.

Os municípios da AI, de acordo com o Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil (PNUD, IPEA, FJP), cujos índices foram dimensionados para o último Censo Demográfico de 2010 (Tabela 4.4-3), figuravam como de “médio desenvolvimento humano”. Nota-se que os índices mais baixos circundam os municípios que compõem o Território Identidade de Rio de Contas. Já os índices mais altos estão localizados no Território Identidade do Recôncavo. Os municípios que integram o Vale do Jiquiriçá ocupam o intervalo entre os desempenhos.

que o cálculo da expectativa de vida é fortemente influenciado pelo número de mortes precoces.

1 Na maioria dos países, uma criança já concluiu o primeiro ciclo de estudos (no Brasil, o equivalente ao Ensino Fundamental) antes dessa idade. Por isso a medição do analfabetismo se dá, tradicionalmente a partir dos 15 anos.

2 Somatório das pessoas, independentemente da idade, matriculadas em algum curso (do Ensino Fundamental, Médio ou Superior), dividido pelo total de pessoas entre 7 e 22 anos da localidade. Também entram na contagem os alunos do supletivo, de classes de aceleração e de cursos de pós-graduação universitária. Nesta área também está incluído o sistema de equivalências; apenas classes especiais de alfabetização são descartadas para efeito do cálculo.

Mariana C. Uetzi Esmi Pontes

Tabela 4.4-3: Índice de Desenvolvimento Humano e seus componentes, municípios da All no ano de 2010.

| Municípios | IDHM 2010 | IDHM Longevidade | IDHM Educação | IDHM Renda |
|----------------------|-----------|------------------|---------------|------------|
| Poções | 0,640 | 0,798 | 0,474 | 0,583 |
| Boa Nova | 0,567 | 0,753 | 0,453 | 0,535 |
| Manoel Vitorino | 0,566 | 0,741 | 0,456 | 0,538 |
| Jequié | 0,665 | 0,790 | 0,568 | 0,656 |
| Jaguaquara | 0,580 | 0,747 | 0,446 | 0,586 |
| Itaquara | 0,553 | 0,763 | 0,411 | 0,539 |
| Cravolândia | 0,599 | 0,765 | 0,503 | 0,559 |
| Ubaíra | 0,582 | 0,759 | 0,447 | 0,581 |
| Jiquiriçá | 0,553 | 0,763 | 0,397 | 0,558 |
| Laje | 0,586 | 0,764 | 0,480 | 0,548 |
| Amargosa | 0,625 | 0,807 | 0,492 | 0,616 |
| São Miguel das Matas | 0,593 | 0,783 | 0,468 | 0,568 |
| Varzedo | 0,586 | 0,753 | 0,461 | 0,581 |
| Castro Alves | 0,613 | 0,774 | 0,504 | 0,591 |
| Conceição do Almeida | 0,606 | 0,805 | 0,479 | 0,578 |
| Sapeaçu | 0,614 | 0,735 | 0,522 | 0,602 |

Fonte: Atlas do desenvolvimento Humano no Brasil (2016).

O IDHM de Longevidade mais alto dentre os demais IDH de Educação e Renda alcança em Amargosa e Conceição do Almeida, sendo estes respectivamente: 0,807 e 0,805. Este indicador também tem destaque em Poções, porém ainda de médio desenvolvimento, a saber: 0,796.

A título de interesse, com relação ao IDH de Longevidade, com a melhoria das condições de vida da população, aumenta na mesma proporção a expectativa de vida dos habitantes da região, onde o conjunto de fatores associados (educação, trabalho, renda, saúde, infraestrutura, saneamento básico) contribui significativamente para alterar os índices de verificação da expectativa de vida da população.

Vale adicionalmente colocar que Índice de Longevidade (IDHM – Longevidade), que compõe o cálculo do IDHM junto com os parâmetros de Educação e Renda, é obtido a partir do indicador “esperança de vida ao nascer”, através da seguinte fórmula: (valor observado

do indicador-limite inferior) / (limite superior-limite inferior), onde os limites inferior e superior são equivalentes a 25 e 85 anos, respectivamente.

Analisando em separado ainda na tabela a cima, em relação ao Índice de Educação dos municípios, nota-se que aqueles que compõem o Território identidade do Recôncavo estão em destaque, a saber: Castro Alves e Conceição do Almeida. O restante dos municípios com destaque neste indicador é: Jequié, Cravolândia, Laje e Amargosa – estando o primeiro no Território Identidade de Rio de Contas e o restante no Vale do Jiquiriçá. Por fim os municípios com pior desempenho do IDH de Educação são: Jiquiriçá seguido de Itaquara. Com exceção de Wenceslau Guimarães, todos os demais com baixo desempenho neste indicador são de pequeno porte populacional, compreendendo menos de 20 mil habitantes no ano de 2010.

No que tange ao IDH de Renda, assim como no demais IDHs já analisados, destacam-se os municí-

Mariana C. Ustui *Luiz Barcel*

pios do Recôncavo: Varzedo, Castro Alves e Sapeaçu. Também se destacam Amargosa e Jequié.

4.4.2.2.4 Longevidade, mortalidade e fecundidade

Alinhado aos números já apresentados, neste item serão expostos os indicadores de longevidade (o qual contribui para a composição do IDH Longevidade), mortalidade e fecundidade dos municípios em foco.

Os municípios, de acordo com o Atlas de Desenvol-

vimento Humano no Brasil (PNUD, IPEA, FJP), cujos índices foram dimensionados para o último Censo Demográfico de 2010 (tabela a seguir), apresentam destaque positivo no Território Identidade do Recôncavo seguido do Vale do Jiquiriçá. Os municípios que compõem o Território Identidade, de Rio de Contas apresentam indicadores menos eficientes.

A Tabela 4.4-4 apresenta os indicadores de longevidade, mortalidade e fecundidade dos municípios compreendidos pela AI do empreendimento.

Tabela 4.4-4: Indicadores de longevidade, mortalidade e fecundidade dos municípios da AI no ano de 2010.

| Municípios | População Total | Esperança de vida ao nascer | Mortalidade infantil | Mortalidade até 5 anos | Taxa de fecundidade total (filhos por mulher) |
|----------------------|-----------------|-----------------------------|----------------------|------------------------|---|
| Poções | 44.701 | 72,9 | 19,5 | 21,0 | 2,3 |
| Boa Nova | 15.411 | 70,2 | 26,8 | 29,0 | 2,5 |
| Manoel Vitorino | 14.387 | 69,5 | 29,0 | 31,3 | 2,5 |
| Jequié | 151.895 | 72,4 | 21,8 | 17,6 | 2,0 |
| Jaguaquara | 51.011 | 69,8 | 28,0 | 30,2 | 2,3 |
| Itaquara | 7.678 | 70,8 | 25,2 | 27,2 | 2,2 |
| Cravolândia | 5.041 | 70,9 | 24,8 | 26,7 | 2,5 |
| Ubaíra | 19.750 | 70,5 | 25,8 | 27,8 | 2,1 |
| Jiquiriçá | 14.118 | 70,8 | 25,2 | 27,2 | 2,1 |
| Laje | 22.201 | 70,9 | 24,9 | 26,8 | 2,2 |
| Amargosa | 34.351 | 73,4 | 18,1 | 19,6 | 1,7 |
| São Miguel das Matas | 10.414 | 72,0 | 21,7 | 23,5 | 2,1 |
| Varzedo | 9.109 | 70,2 | 26,8 | 29,0 | 1,9 |
| Castro Alves | 25.408 | 71,5 | 23,1 | 25,0 | 2,0 |
| Conceição do Almeida | 17.889 | 73,3 | 18,3 | 19,8 | 1,6 |
| Sapeaçu | 16.585 | 69,1 | 30,3 | 32,7 | 1,6 |

Fonte: Atlas do desenvolvimento Humano no Brasil (2010).

Mariana C. Ostini Eliani Pontes

Dentre os municípios de menor porte populacional (até 20 mil habitantes), os que apresentam os melhores indicadores são: Conceição do Almeida e São Miguel das Matas, sendo o primeiro integrante do Território do Recôncavo e o segundo integrante do Território Identidade do Vale do Jiquiriçá. Os demais municípios pertencem aos Territórios Identidades de Rio de Contas, seguido de Vitória da Conquista e Vale do Jiquiriçá.

Ainda com relação a estes municípios, do melhor para o pior em relação aos indicadores em foco, tem-se: Varzedo, Boa Nova, Itaquara, Cravolândia, Ubaíra, Jiquiriçá, Manoel Vitorino e Santa Inês.

Dentre os municípios de médio porte populacional (entre 20 e 50 mil habitantes), os municípios com destaque positivo são: Amargosa e Laje no Vale do Jiquiriçá e, Poções em Vitória da Conquista.

4.4.2.2.5 Hierarquia Regional

Neste subitem é apresentada a hierarquia urbana e regional dos municípios da All, indicando os Polos e Centros de Referência regionais segundo os parâmetros de saúde, educação, segurança, transporte, comunicação, moradia, saneamento, energia, fluxos de pessoas e cargas/mercadorias.

O objetivo do estabelecimento da hierarquia entre os municípios é o de planejar melhor a alocação de investimentos para atividades econômicas de produção, consumo privado e coletivo, além da necessidade de implantação de serviços públicos de saúde, educação, acessibilidade, segurança, entre outros. Possibilita também a análise das relações existentes entre os municípios, de modo que estes sejam observados a partir da sua possibilidade de oferta de equipamentos, serviços, polarização de demandas e circulação de bens e recursos, verificando-se, portanto, seus fluxos materiais e imateriais.

As representações esquemáticas são apresentadas através de um infograma (figura a seguir), com base na metodologia de redes hierárquicas do IBGE (Regiões de Influência das Cidades, 2007), adaptada a

partir das informações obtidas na pesquisa de campo realizada em janeiro de 2017 nas sedes municipais.

O infograma da hierarquia urbana e regional apresentado a seguir permite a visualização da rede de interações (fluxos) existentes entre as populações residentes nos municípios abrangidos pelo empreendimento.

De acordo com definição do IBGE (2007), na conformação da rede urbana, podem coexistir redes hierárquicas e não hierárquicas. A gestão – pública e empresarial, mantém relações de controle e comando entre centros urbanos, propagando decisões, definindo relações e destinando investimentos. Os municípios, contudo, mantêm também relações horizontais, de complementaridade, que podem ser definidas pela especialização produtiva, pela divisão funcional de atividades e pela oferta diferencial de serviços.

Os centros de gestão do território caracterizam-se como aqueles municípios onde se localiza uma grande diversidade de órgãos do Estado e sedes de empresas, a partir das quais são tomadas decisões que afetam direta ou indiretamente um dado espaço. Para a definição dos centros da rede urbana brasileira, o IBGE buscou informações de subordinação administrativa no setor público federal, para definir a gestão federal, e de localização das sedes e filiais de empresas, para estabelecer a gestão empresarial.

A oferta de distintos equipamentos e serviços capazes de dotar uma cidade de centralidade – informações de ligações aéreas, de deslocamentos para internações hospitalares, das áreas de cobertura das emissoras de televisão, da oferta de ensino superior, da diversidade de atividades comerciais e de serviços, da oferta de serviços bancários, e da presença de domínios de Internet – complementa a identificação dos centros de gestão do território.

Assim, o IBGE classificou os centros urbanos e delimitou suas áreas de atuação. A hierarquia dos centros urbanos levou em conta a classificação dos centros de gestão do território, a intensidade de relacionamentos e a dimensão da região de influência de cada centro, bem como as diferenciações regionais.

Thyriana C. Ustini *Rauli Bastos*

De fato, diferenças nos valores obtidos para centros em diferentes regiões não necessariamente implicam distanciamento na hierarquia, pois a avaliação do papel dos centros dá-se em função de sua posição em seu próprio espaço. Assim, centros localizados em regiões menos densamente ocupadas, em termos demográficos ou econômicos, ainda que apresentem indicativos de centralidade mais fracos do que os de centros localizados em outras regiões, podem assumir o mesmo nível na hierarquia.

As áreas de influência dos centros foram delineadas a partir da intensidade das ligações entre as cidades, com base em dados secundários e dados obtidos por questionário específico de pesquisa do IBGE, que foram combinados para definir as regiões de influência dos centros urbanos, tendo sido identificadas 12 redes de primeiro nível: Manaus, Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Porto Alegre, Goiânia e Brasília.

As cidades foram classificadas em 5 (cinco) grandes níveis, por sua vez subdivididos em dois ou três sub-níveis, conforme apresentado a seguir.

- **Metrópoles** – são os 12 principais centros urbanos do País. O conjunto foi dividido em três sub-níveis, segundo a extensão territorial e a intensidade destas relações: (a) Grande metrópole nacional – São Paulo; (b) Metrópole nacional – Rio de Janeiro e Brasília; (c) Metrópole – Manaus, Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Curitiba, Goiânia e Porto Alegre.
- **Capital regional** – integram este nível 70 centros que, como as metrópoles, também se relacionam com o estrato superior da rede urbana. Com capacidade de gestão no nível imediatamente inferior ao das metrópoles, têm área de influência de âmbito regional. Possui três subdivisões: (a) o primeiro grupo inclui as capitais estaduais não classificadas no nível metropolitano e Campinas; (b) o segundo e o terceiro, além da diferenciação de porte, têm padrão de localização regionalizado, com o segundo mais presente no Centro-Sul, e o terceiro, nas demais regiões do País.
- **Centro sub-regional** – integram este nível 169 cen-

tros com atividades de gestão menos complexas, com área de atuação mais reduzida, e seus relacionamentos com centros externos à sua própria rede dão-se, em geral, apenas com as três metrópoles nacionais. Com presença mais adensada nas áreas de maior ocupação do Nordeste e do Centro-Sul, e mais esparsa nos espaços menos densamente povoados das Regiões Norte e Centro-Oeste, estão também subdivididos em grupos: (a) Centro sub-regional A – constituído por 85 cidades, com medianas de 95 mil habitantes e 112 relacionamentos; (b) Centro sub-regional B – constituído por 79 cidades, com medianas de 71 mil habitantes e 71 relacionamentos.

- **Centro de zona** – nível formado por 556 cidades de menor porte e com atuação restrita à sua área imediata; exercem funções de gestão elementares. Subdivide-se em: (a) Centro de zona A – 192 cidades, com medianas de 45 mil habitantes e 49 relacionamentos. (b) Centro de zona B – 364 cidades, com medianas de 23 mil habitantes e 16 relacionamentos.
- **Centro local** – as demais 4.473 cidades cuja centralidade e atuação não extrapolam os limites do seu município, servindo apenas aos seus habitantes, têm população predominantemente inferior a 10 mil habitantes.

De acordo com a pesquisa de campo realizada em janeiro de 2017, os centros de referência regionais acompanham a rede urbana do estado, ou seja, quando se precisa de um serviço mais específico buscam-se as cidades maiores e com maior expressão na rede urbana, sendo estas: a metrópole Salvador (fora da AII), Jequié e Santo Antônio de Jesus – as quais conectam tanto na rede urbana estadual como a rede urbana regional em estudo.

Outros municípios de menor porte também exercem a função de subsistemas da região, tais como: Cruz das Almas, Gandu e Valença (todos fora da AII), Jaguaquara, Vitória da Conquista e Feira de Santana (estando os dois últimos fora da AII) – sendo estes também centros de referência em serviços como saneamento básico, de saúde, comunicação e eventualmente de educação.

Mariana C. Ostini Eliani Pontes

Abaixo segue infograma da Hierarquia Regional da All.

| | |
|--|--|
| Metropole: Salvador | • Centro Local: Ubaíra |
| Centro Subregional B: Cruz das Almas | • Centro Local: Conceição do Almeida, Sapeaçu |
| Centro Subregional A: Jequié | • Centro Local: Cravolândia e Manoel Vitorino |
| Centro de Zona B: Jaguaquara depois Jequié | • Centro Local: Itaquara |
| Centro Subregional A: Santo Antônio de Jesus | • Centro Local: Jiquiriçá, Laje, São Miguel das Matas, Varzedo e Amargosa (Centro Reagional B) |
| Capital Regional B: Vitória da Conquista | • Centro Local: Boa Nova • Centro Zona B: Poções |
| Capital Regional B: Feira de Santana | • Centro Local: Castro Alves |

Fonte: Modificado para este estudo - http://www.mma.gov.br/estruturas/PZEE/_arquivos/regic_28.pdf

4.4.2.3 SISTEMAS DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS

Algumas das preocupações de ordem social e econômica com a implantação de empreendimentos de grande porte e que dependem da migração de um contingente de mão de obra grande, em proporção com a capacidade do município, diz respeito à capacidade de Gestão Municipal dos serviços públicos. As possíveis transformações socioeconômicas pelas quais poderão passar as cidades que irão sofrer algum tipo de interferência dos empreendimentos devem ser avaliadas de forma a consolidar estratégias de mitigação e controle na pressão sobre os equipamentos públicos. Eventuais alterações nas condições de vida da população requerem a capacidade de adequação dos serviços, de infraestrutura suficiente e atendimento eficiente às demandas socioeconômicas, especialmente em municípios que já sejam vulneráveis social e economicamente.

Os serviços atualmente oferecidos à população nos municípios abrangidos pelo empreendimento estão caracterizados nos tópicos a seguir, que contemplam a infraestrutura disponível, bem como a pesquisa das deficiências existentes nos municípios da All, privilegiando-se os seguintes aspectos: Transporte, Saúde, Saneamento, Educação, Energia, Comunicação e Infor-

mação, Segurança Pública e Lazer, Turismo e Cultura.

Para a construção do item foram consultadas fontes específicas relacionadas a cada subitem listado acima, as quais são apresentadas a seguir.

4.4.2.3.1 Transporte

Neste subitem serão apresentados todos os sistemas de transporte que interligam os municípios da All, considerando o sistema rodoviário, aéreo, aquaviário, ferroviário e, complementarmente, o sistema de transporte de Gás Natural que atende tanto a matriz energética do estado quanto o consumo de Gás Encanado de indústrias, comércios, residências e automóveis.

Para a construção do item foram consideradas informações de órgãos federais como o DNIT (Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes), estaduais como a DERBA (Departamento de Infraestrutura de Transportes da Bahia), municipais como as Prefeituras e sítios de instituições como a Bahiagás. Adicionalmente foram compiladas impressões e informações obtidas em campo realizado no mês de janeiro/2017 - mediante visitas aos trechos rodoviários e dados obtidos junto aos usuários dos sistemas e serviços.

Thyriana C. Ustini *Luiz Bastos*

4.4.2.3.1.1 Sistema Rodoviário

A Bahia por ser um dos maiores estados da federação brasileira possui um complexo e extenso sistema de transporte rodoviário, tendo como principais vias a BR – 101 que atravessa o estado no sentido norte/sul, a BR – 242 que liga a capital Salvador ao oeste do estado e a BR – 116, que liga igualmente a capital Salvador ao sudoeste do estado.

Outras rodovias de grande importância e que atendem o tráfego de longa distância ou atendem as sedes municipais, são as rodovias estaduais, dentre estas: BA - 052 que liga Xique Xique a Feira de Santa, BA - 099 que liga a região metropolitana de Salvador as praias

do litoral norte do estado, e, finalmente, a BA-001 que liga igualmente Salvador ao litoral sul do estado.

A All em estudo, por agregar polos de desenvolvimento regional, a exemplo de Jequié e Jaguaquara de menor porte, é fartamente abarcada por rodovias federais e estaduais, sendo que, em geral, mediante informações do DNIT e dados constatados em campo, as BRs estão em melhores condições de trafegabilidade do que as BAs.

A listagem das principais rodovias disponíveis na All e de acesso ao empreendimento é apresentada no Quadro 4.4-2, podendo estas serem visualizadas em mapa disposto na sequência.

Quadro 4.4-2: Principais Rodovias Federais e Estaduais da All e condições de trafegabilidade.

| Rodovias | Trecho | Concessionária | Descrição |
|---------------------------|--|---------------------------------------|--|
| Rodovias Federais | | | |
| BR - 116 | Entre Poções e Jequié. Intercepta Manoel Vitorino. | VIABAHIA – Concessionária de Rodovias | Boas condições de trafegabilidade. Sinalização horizontal e vertical em boas condições. Segmento com controle eletrônico de velocidade. |
| BR - 101 | Entre Amargosa e Sapeçu. | DNIT | Boas condições de trafegabilidade. Sinalização horizontal e vertical em boas condições. Segmento com controle eletrônico de velocidade. Curvas sinuosas. |
| BR - 030 | No município de Boa Nova | DNIT | Trecho pavimentado sem acostamento, com sinalização horizontal. |
| BR - 330 ou BA - 547 | No município de Jequié | DNIT | Trecho com pavimento em estado regular. Existem segmentos restaurados e outros com operação tapa buracos. |
| BR - 420 | Laje, Jiquiriçá, Ubaíra, Itaquara até Jaguaquara | - | Trecho com poucos buracos porém sinuoso, sem acostamento e sinalização precária. |
| BR - 242 | Intercepta Castro Alves | DNIT | - |
| Rodovias Estaduais | | | |
| BA - 550 ou BR - 420 | Intercepta Ubaíra, Jiquiriçá, Cravolândia | DERBA | Operação tapa buraco, sem sinalização horizontal, com sinalização vertical de velocidade. |
| BA - 540 | Intercepta Amargosa | DERBA | Operação tapa buraco, sem sinalização horizontal, com sinalização vertical de velocidade. |
| BA - 026 | Intercepta Amargosa | DERBA | Operação tapa buraco, sem sinalização horizontal, com sinalização vertical de velocidade. |
| Ba - 359 | Intercepta São Miguel das Matas | DERBA | Operação tapa buraco, sem sinalização horizontal, com sinalização vertical de velocidade. |

Fonte: DNIT, 2016 (<http://servicos.dnit.gov.br/condicoes/ba.htm>).

Mariana C. Ostini Esmi Pontes

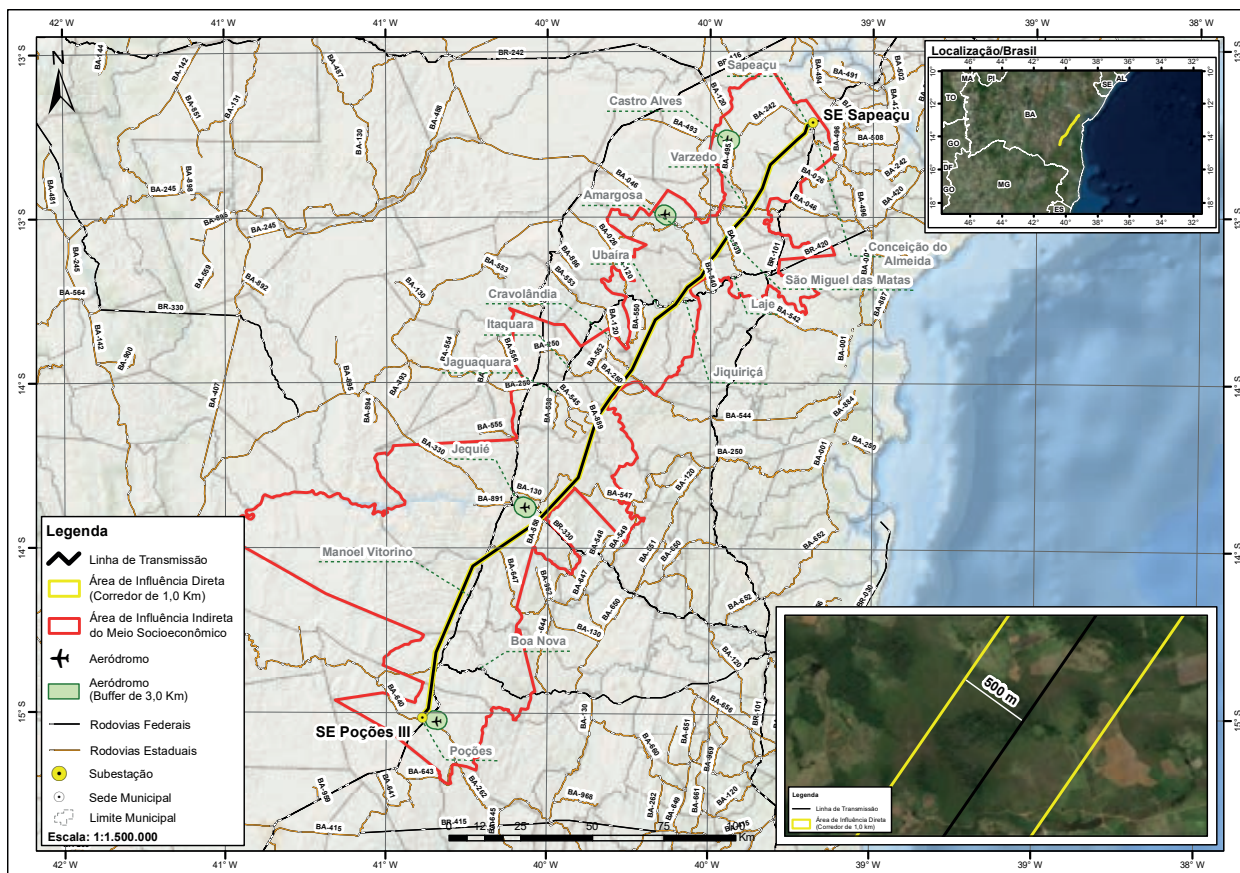


Figura 4.4 18: Sistema de transporte na área do empreendimento.

Este sistema de transporte, pela disponibilidade e baixo custo, é o mais utilizado pela população residente na All e pelo restante dos usuários que atravessam a região, lembrando que as BRs 116 e 101 são utilizadas para escoamento agrícola e alcance de outras regiões ao norte.

As rodovias federais e estaduais que interceptam o núcleo urbano municipal, como é o caso da maioria dos municípios em estudo, a saber: Jequié, Jaguaquara, Cravolândia, Ubaira, Jiquiriçá, Itaquara, Laje, São Miguel das Matas, Sapeaçu e Conceição do Almeida – têm pouca sinalização de segurança para a população que convive cotidianamente com as mesmas.

Não foi notada presença de passarelas, viadutos, faixa de pedestres ou agentes de trânsito. Apenas, em alguns municípios foi constatada a fiscalização via radar de velocidade.

Há de se destacar que as BRs e BAs que interceptam o núcleo urbano dos municípios, têm intenso movimento de veículos de passeio a grande porte. Também foi notada a extensa frota de motocicletas que, eventualmente, suprem a falta de transporte coletivo, seja pela escassez de veículos com esta destinação ou pelo reduzido porte municipal, como é o caso de Itaquara e Cravolândia.

A seguir registro fotográfico das Rodovias Federais da All.

Thyriana C. Ustini Louvi Bastos



Foto 4.4-1: BR 116 no município de Poções.



Foto 4.4-2: Sinalização de velocidade da BR 116 na sede municipal de Manoel Vitorino.



Foto 4.4-3: Ocupação residencial e comercial das margens/faixa de domínio da BR que intercepta o município de Laje.

As rodovias estaduais, em especial, devido as suas precárias condições de trafegabilidade (falta de sinalização horizontal e vertical, buracos, sinuosidade, falta de asfaltamento e falta de iluminação) impõem empecilhos ao desenvolvimento local e segurança da população – principalmente entre os residentes da zona rural. Mais adiante, as condições das rodovias afetam indicadores de saúde e educação devido sua influência com relação à indisponibilidade de transporte coletivo, irregulari-

dade dos mesmos, e, então, conseqüente dificuldade de acesso da população às instituições de referência. Importante destacar que a DERBA oferece informações sobre estas rodovias, já a AGERBA (Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Energia, Transportes e Comunicações da Bahia) é responsável pela fiscalização, enquanto, ainda há o DNIT Bahia.

A seguir registro das rodovias estaduais da All.

Mariana C. Ustini Esmi Pontes



Foto 4.4-4: BA de acesso a Poções, passando pela entrada de Bom Jesus da Lapa.



Foto 4.4-5: BA de acesso à LT no município de Manoel Vitorino.



Foto 4.4-6: BA de acesso entre Jequié e Itaquara.



Foto 4.4-7: Ocupação do entorno direto da rodovia que intercepta a sede municipal de Itaquara.



Foto 4.4-8: BA de acesso dentre Amargosa e São Miguel das Matas.

Os municípios de Amargosa, Jequié, Poções e Ubaíra possuem Terminais Rodoviários, cuja administração é privada e fiscalizada pela AGERBA. O transporte intermunicipal também é realizado por empresas privadas. Nas regiões mais turísticas, como Jiquiriçá,

Ubaíra e mais movimentadas como Jequié, Jaguaquara e Amargosa, nota-se intensa circulação de micro-ônibus e ônibus nas temporadas e épocas de festas – mesmo sem Terminais apropriados para o recebimento dos veículos.

Thayana C. Vitorino *Luiz Batista*



Foto 4.4-9: Instalações do Terminal Rodoviário Luiz Eduardo Magalhães em Jaguaquara.

As vias municipais, na sede urbana, são em geral asfaltadas e/ou recobertas com bloquetes de paralelepípedo. Em poucos municípios como Manoel Vitorino, há muitas vias na sede urbana sem asfaltamento.

A Tabela 4.4- 5 com frota de transporte rodoviário dos municípios.

Tabela 4.4-5: Frota de transporte rodoviário dos municípios em 2015.

| Municípios | Automóveis | Caminhão | Micro-onibus | Motocicleta | Ônibus | Total de Veículo |
|----------------------|------------|----------|--------------|-------------|--------|------------------|
| Poções | 4.061 | 428 | 344 | 4.226 | 94 | 11.252 |
| Boa Nova | 437 | 41 | 51 | 289 | 23 | 1.066 |
| Manoel Vitorino | 540 | 64 | 19 | 456 | 12 | 1.424 |
| Jequié | 19.614 | 1.816 | 144 | 23.390 | 419 | 57.688 |
| Jaguaquara | 3.909 | 641 | 40 | 4.418 | 70 | 11.109 |
| Itaquara | 376 | 45 | 8 | 284 | 10 | 905 |
| Cravolândia | 218 | 20 | 2 | 256 | 8 | 569 |
| Ubaíra | 1.307 | 125 | 36 | 1.595 | 55 | 3.732 |
| Jiquiriçá | 791 | 54 | 23 | 1.666 | 22 | 2.929 |
| Laje | 1.115 | 185 | 92 | 2.160 | 50 | 4.260 |
| Amargosa | 3.878 | 321 | 80 | 3.248 | 84 | 9.112 |
| São Miguel das Matas | 540 | 66 | 8 | 825 | 21 | 1.743 |
| Varzedo | 449 | 76 | 14 | 929 | 29 | 1.697 |
| Castro Alves | 1.574 | 158 | 24 | 2.359 | 62 | 5.080 |
| Conceição do Almeida | 1.081 | 129 | 47 | 1.150 | 35 | 2.916 |
| Sapeaçu | 1.427 | 101 | 73 | 1.903 | 40 | 4.022 |

Fonte: IBGE Cidades (2016) - Ministério das Cidades, Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN - 2015.

Mariana C. Ustini Eliani Bastos

4.4.2.3.1.2 Sistema Aéreo

Segundo informações da AGERBA (2017) nos municípios integrantes da All, não há instalação de Aeroportos com capacidade de recebimento de aeronaves de médio a grande porte, a exemplo do Aeroporto Internacional de Salvador. Contudo a região, conforme apresentado na Tabela 4.4-6, é atendida por Terminais Aeroviários, os quais têm capacidade para receber pequenas e médias aeronaves e, pousos de emergência.

Ainda segundo informações do Governo do estado da Bahia, por meio da AGERBA, "os Terminais Aeroviários são equipamentos públicos utilizados pelos usuários para o deslocamento entre os municípios do estado da Bahia ou para outros estados. A administração dos terminais é um serviço público concedido a empresas especializadas através de licitação. A AGERBA fiscaliza os contratos de concessão remunerada de uso firmado com os licitantes vencedores".

Tabela 4.4-6: Terminais Aeroviários nos municípios da All.

| Municípios | Tipo | Administração | Descrição |
|---------------------------------|---------|-------------------------------------|--|
| Poções | Público | - | Não há serviços resgistrados para este terminal. Pista semi asfaltada, com 1.100 metros. |
| Jequié – Terminal Vicente Pires | Público | Governo do Estado da Bahia | Atende sua região administrativa e recebe voos particulares. Sua pista tem 1.280 metros e é asfaltada. |
| Amargosa | Público | Governo do Estado da Bahia (AGERBA) | Atende Amargosa e região do Vale do Jiquiriçá. Sua pista tem 1.100 metros e sua superfície é de asfalto. |
| Castro Alves | Público | - | Não há serviços resgistrados para este terminal. |

Fonte: IBGE Cidades (2016) - Ministério das Cidades, Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN - 2015.

De acordo com informações da ANAC, o terminal de Jequié integra o Programa de Aviação Regional da Secretaria de Aviação, tendo recebido investimentos para a manutenção de suas instalações (fotos a seguir).



Foto 4.4-10: Instalações do Terminal Aeroviário Vicente Grillo em Jequié.



Foto 4.4-11: Panorâmica da Pista de Pouso do Terminal Aeroviário de Jequié.

Thyriana C. Vieira Louvi Pereira

4.4.2.3.1.3 Sistema Aquaviário

Na região de instalação do empreendimento não há registro de hidrovias, embora a importante Hidrovia de São Francisco, que atende o Nordeste Geoeconômico e o Centro Sul do estado nos rios Grande, Preto e Corrente, esteja relativamente próxima. Sua administração é realizada pela Companhia de Navegação do São Francisco (FRANAVE).

Com relação aos terminais hidroviários, os mais próximos estão instalados em Salvador, Valença e Cairu, sendo a administração dos mesmos realizada pela AGERBA.

Por fim, com relação aos Portos Marítimos mais próximos, citam-se: Porto de Salvador e Porto de Ilhéus - atendendo estes o escoamento de produtos de toda a Bahia. A administração de ambos os Portos é realizada pela União através da Companhia das Docas do Estado da Bahia (CODEBA) desde 1977.

4.4.2.3.1.4 Sistema Ferroviário

O sistema de ferrovia do estado baiano é mais simples do que o de rodovia, contudo, duas grandes malhas atendem o estado de forma precisa: 1) FCA - Ferrovia Centro Atlântica e 2) Ferrovia de Integração Oeste - Leste. Dentre estas, a Ferrovia de Integração

Oeste - Leste, a qual se encontra na região de estudo do empreendimento.

A Ferrovia de Integração Oeste - Leste ou EF - 334 tem extensão total de 1.527 km, interligando o município de Figueirópolis, no estado do Tocantins, e o Terminal Portuário de Ilhéus, no estado da Bahia.

Esta ferrovia, de grande importância nacional, é uma opção econômica para o transporte de cargas pesadas a longa distância, favorecendo a multimodalidade, interligando a malha ferroviária brasileira e promovendo uma alternativa logística para o escoamento agrícola e de mineração dos estados em questão e estados do Maranhão e Goiás, segundo informações da Valec - Engenharia Construções e Ferrovias e Ministério dos Transportes (2017).

O trecho da ferrovia de 537 km que intercorrerá alguns municípios próximos da área estudo, sendo Jequié o único município da ALL interceptado, inicia no município de Caetité e segue até o Terminal Portuário de Ilhéus, transportando o minério de ferro extraído em Caetité, onde estão localizadas as minas da Bahia Mineração (BAMIN). A previsão de entrega da obra e então completo funcionamento do trecho, segundo informações da Valec, é no primeiro semestre de 2017.

A seguir ilustração da Ferrovia Oeste/Leste.



Foto 4.4-19: Ilustração dos trechos da Ferrovia Oeste/Leste.

Fonte: http://www.valec.gov.br/acoef_programas/FIOLIlheusCaetite.php

Mariana C. Ustini Eliani Pontes

Por fim, segue registro fotográfico de linha férrea inativa interceptando a sede municipal de Castro Alves.



Foto 4.4-12: Sinalização da Linha Férrea.



Foto 4.4-13: Condições do eixo da Linha e entorno.

4.4.2.3.1.5 Gasoduto

Segundo informações da Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Governo do Estado da Bahia (2014), "o estado tem grande tradição na utilização de Gás Natural, que se intensificou de forma significativa a partir de 1994, com início das operações Bahiagás, cujo propósito é prestar serviços relacionados à distribuição do gás canalizado no Estado".

O governo estadual prevê em documentos oficiais que "em decorrência do aumento de consumo do gás natural a partir de 2006, a Bahia terá aumentado ainda mais a participação desse insumo na sua matriz energética, consolidando a posição de liderança no mercado nacional". Segundo eles "a Bahia possui 32 bilhões de m³ de Gás Natural, correspondendo a 63% das reservas do Nordeste e 9% das reservas do Brasil".

No estado as Termelétricas sob gestão da Petrobrás estão localizadas nos municípios de Camaçari (Usina Bahia I, Usina Rômulo Almeida, Usina Arembepe e Usina Muricy) e São Francisco do Conde.

Já com relação a sua utilização, segundo informações da empresa Bahiagás, o Gás Natural pode ser utilizado na indústria como combustível para fornecimento de calor, no comércio, em residências e no setor automotivo, sendo este último conhecido como Gás Natural Veicular (GNV), o qual se diferencia dos demais apenas pela pressão muito superior.

No que tange a área em foco neste estudo, com a expectativa de retomar a expansão da economia no Litoral Sul Baiano, o Governo do Estado, então, iniciou a instalação do Gasoduto de Integração Sudeste – Nordeste (Gasene) no ano de 2010, cuja extensão total é de 1.387 quilômetros e capacidade de transporte de 20 milhões de metros cúbicos de gás natural.

O Gasene, atualmente em funcionamento, parte do município de Mucuri até a capital Salvador, sendo responsável pela distribuição de Gás Natural Canalizado nas regiões sul e extremo sul do estado.

Com relação aos municípios da All, o Gasene atravessa o território de Jequié e Laje - conforme podemos verificar na figura disposta a seguir.

Thaiana C. Vitorino Rauli Batista

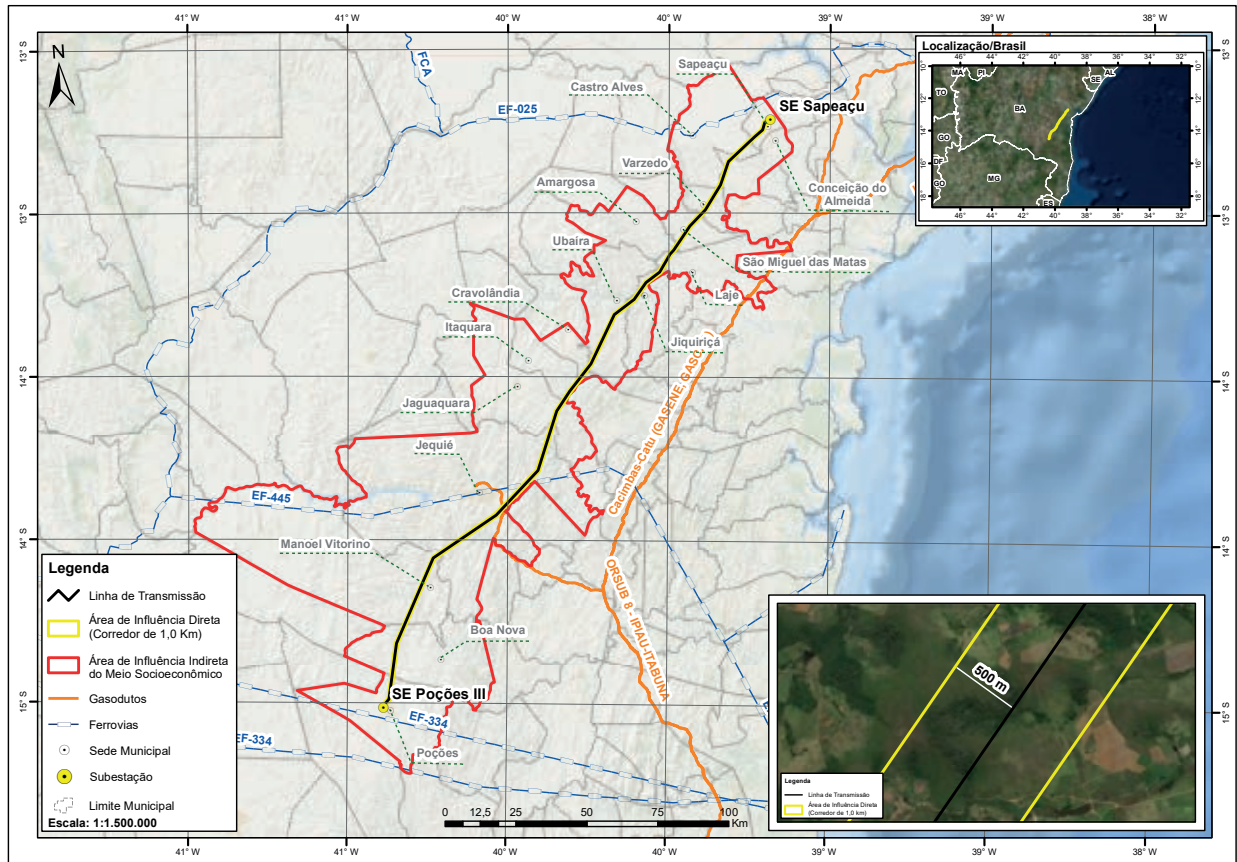


Figura 4.4-20: Distribuição de Gás Natural Canalizado nas regiões sul e extremo sul.

Fonte: <http://www.sedur.ba.gov.br/arquivos/File/DIAGNOSTICOTECNICOCENARIOATUALDOLITORALSUL.pdf>.

Segundo informações da Petrobras (2017), há outros gasodutos no estado, todos fora da área de estudo, a saber: Santiago-Camaçari 14, Santiago-Camaçari 18, Candeias-Camaçari 12, Candeias-Camaçari 14, Candeias-Aratu 14, Candeias-Dow-Aratu-Camaçari.

4.4.2.3.2 Saúde

Neste subitem será apresentado o sistema de saúde disponível nos municípios da All, considerando os estabelecimentos, equipamentos, leitos, vulnerabilidade e, por fim, doenças endêmicas.

Para a construção do item foram consideradas informações de órgãos como IBGE, DATASUS, SEI e Secretaria de Saúde do Governo do Estado. Adicionalmente foram compiladas impressões e informações obtidas em campo realizado no mês de janeiro/2017 - mediante visita a alguns Postos e Centros de Saúde dos municípios.

4.4.2.3.2.1 Estabelecimentos de Saúde

Segundo dados do Governo do Estado da Bahia, Secretaria de Saúde, o número de estabelecimentos de saúde como Centro de Unidade de Saúde ou Postos de Saúde é maior nos municípios em estudo em razão da característica polarizadora de serviços já apresentado no item "hierarquia regional". Esta polarização de serviços é ainda mais acentuada na saúde, devido aos termos e convênios intermunicipais, sendo alguns municípios referência em suas microrregiões, outros núcleos regionais de saúde ou ainda apenas gestores da saúde municipal – oferecendo então atendimento apenas aos municípios.

Dentre os municípios em análise destaca-se como centro de referência, em termos de número de estabelecimentos, o município de Jequié, instalado no Território Identidade Rio das Contas.

Mariana C. Ustini Eliani Pontes

Abaixo segue lista de estabelecimentos por municípios, seguido pelos respectivos centros polarizadores em saúde - segundo dados da Secretaria Estadual de Saúde da Bahia. Em geral todos os municípios com-

preendem ao menos uma Unidade Básica ou Centro de Saúde e uma Secretaria Municipal de Saúde.

Tabela 4.4-7: Estabelecimentos de Saúde e Núcleos Regionais.

| Municípios | Serviços oferecidos | Núcleos Regionais de Saúde – NRS e DIRES |
|----------------------|--|---|
| Poções | Centro de atenção psicossocial (1), Centro de Saúde e Unidade Básica (10), Hospital Geral (1), Policlínica (1), Posto de Saúde (2), Pronto atendimento (1), Secretaria de Saúde (1), SAMU (3). | Vitória da Conquista |
| Boa Nova | Centro de apoio a família (1), Centro de Saúde ou Unidade Básica (8), Pronto atendimento (1), SAMU (1), Secretaria de Saúde (1) e Unidade de Vigilância em Saúde (1). | Jequié |
| Manoel Vitorino | Centro de Saúde ou Unidade Básica (5), Secretaria de Saúde (1), Unidade de Vigilância em Saúde (2), SAMU (1). | Jequié |
| Jequié | Centro de atendimento psicossocial (2), Centro de Saúde ou Unidade Básica (24), Hospital Geral (6), Policlínica (16), Posto de Saúde (2), Secretaria de Saúde (1), SAMU (4). | Referência na Microrregião, Sede da DIRES, Gestão Municipal da Saúde. |
| Jaguaquara | Centro de atendimento psicossocial (1), Centro de Saúde ou Unidade Básica (16), Hospital geral (3), Policlínica (1), Secretaria de Saúde (1), SAMU (1). | Jequié |
| Itaquara | Centro de Saúde/Unidade Básica (4), Hospital Geral (1), Posto de Saúde (4), Secretaria de Saúde (1), Unidade de Apoio a diagnose e terapia (1). | Jequié |
| Cravolândia | Centro de Saúde/ Unidade Básica (3), Hospital Geral (1), Posto de Saúde (2), Unidade de Vigilância em Saúde (2). | Coaraci |
| Ubaíra | Conselho Municipal de Saúde, Centro de Saúde ou Unidade Básica (6), Hospital Geral (1), Posto de Saúde (4), Secretaria de Saúde (1), Unidade de Apoio e Terapia (1), Samu (1). | Santo Antônio de Jesus |
| Jiquiriçá | Centro de Saúde/ Unidade Básica (3), Hospital Geral (1), Posto de Saúde (2), Unidade de Vigilância em Saúde (1), Unidade movel pre hospitalar de urgencia (1), Laboratorio de saude publica(1). | Amargosa |
| Laje | Centro de Saúde psicossocial (1), Centro de Saúde (7), Hospital Geral (1), Unidade movel nivel pre hospitalar na area de urgencia (1), Policlínica (2). Gestão Municipal dos Serviços de Saúde. | Santo Antônio de Jesus, Amargosa |
| Amargosa | Centro de apoio a família (1), Centro de atencao psicossocial (1), Centro de saude (10), Centro de especialidade (3), Hospital geral (1), Policlínica (2), Unidade movel nivel pre hospitalar na area de urgencia (1). Gestão Municipal dos Serviços de Saúde e Sede de DIRES. | Santo Antônio de Jesus |
| São Miguel das Matas | Centro de saude (4), Hospital geral (1), Unidade de vigilancia em saude (1). | Santo Antônio de Jesus |
| Varzedo | Centro de saude (4), Unidade movel nivel pre hospitalar na area de urgencia (1), Unidade de vigilancia em saude (1), Policlínica (1). | Santo Antônio de Jesus |
| Castro Alves | Centro de atencao psicocial (1), Centro de saude (10), Centro de especialidade (2), Consultorio isolado (1), Hospital geral (2), Policlínica (2), Posto de saude (2), Unidade movel de nivel pre hospitalar de urgencia (2), Unidade de apoio a diagnose e terapia (1). | Santo Antonio de Jesus |
| Conceição do Almeida | Central de regulacao de acesso (1), Centro de atencao psicocial (1), Centro de saude (6), Centro de especialidade (3), Hospital geral (1), Policlínica (2), Posto de saude (9). Gestão Municipal dos Serviços de Saúde. | Santo Antonio de Jesus |
| Sapeaçu | Central de regulacao de acesso (1), Centro de atencao psicocial (1), Centro de saude (8), Centro de especialidade (1), Consultorio isolado (3), Hospital geral (2), Policlínica (1), Posto de saude (2), Unidade movel de nivel pre hospitalar de urgencia (1), Unidade de apoio a diagnose e terapia (2). Gestão Municipal dos Serviços de Saúde. | Cruz das Almas |

Fonte: Governo do Estado da Bahia (http://www1.saude.ba.gov.br/mapa_bahia/indexch.asp).

Mariana C. Vieira *Rauli Barata*

Os Postos de Saúde, a título de interesse, segundo dados da Secretaria de Saúde do Governo do Estado (2017), oferecem os seguintes serviços em suas unidades:

- acolhimento,
- acompanhamento de gestantes,
- consulta e tratamento odontológico,
- curativos,
- dispensação de medicamentos básicos,
- dispensação de preservativos e contraceptivos,
- exames preventivos,
- grupo de educação em saúde,
- imunização,
- consulta médica com clínico geral,
- nebulização,
- planejamento familiar,
- teste de gravidez, e
- visitar domiciliar.

Segundo os gestores públicos entrevistados, os Centros de Saúde localizados na área urbana, que fazem parte da Estratégia de Saúde da Família, conseguem atender a 35% da população do município de Jequié. Nos Postos de Saúde existentes nas áreas rurais, o atendimento é prestado por enfermeiros e técnicos de enfermagem, além de agentes de saúde que fazem um grande trabalho de sensibilização e conscientização junto à população.

Casos de alta complexidade são encaminhados, em quaisquer municípios da All, para a capital Salvador.

A seguir registro fotográfico dos estabelecimentos de saúde da All.



Foto 4.4-14: Instalações do Posto de Saúde Central de Poções.



Foto 4.4-15: Instalações da Unidade de Básica de Saúde, fechada, em Boa Nova.



Foto 4.4-16: Instalações da Unidade de Saúde com SAMU em Manoel Vitorino.



Foto 4.4-17: Instalações da Unidade de Saúde Familiar de Laje.

Mariana C. Ostini Loui Bastos



Foto 4.4-18: Instalações da Secretaria de Saúde, Vigilância Epidemiológica e Sanitária do município de Itaquara.



Foto 4.4-19: Instalações do Conselho Municipal de Saúde de Jiquiriçá.



Foto 4.4-20: Instalações da Unidade Básica de Saúde de Cravolândia.



Foto 4.4-21: Instalações do Hospital Municipal de Jaguaguara.



Foto 4.4-22: Instalações da Unidade de Saúde da Família de São Miguel das Matas.

Thyriana C. Uetzi Louvi Pontes

4.4.2.3.2.2 Equipamentos de Saúde

Além da oferta de unidades de saúde, é importante observar a disponibilidade de variados equipamentos para atendimento eficiente e eficaz à população local.

De acordo com dados do IBGE (2009) dentre os equipamentos de saúde disponíveis nos estabelecimentos municipais, destacam-se: o eletrocardiográfico (44

no total), o equipamento de hemodiálise (43 no total), ultrassom *doppler* colorido (18 no total) e o Raio X de 100 a 500 mA (22 no total). Os demais equipamentos são: eletroencefalógrafo (8 no total), Raio X até 100 mA (8 no total), mamógrafo (1 no total), Raio X mais de 500 mA (6 no total).

A maior parte dos equipamentos de saúde está disponibilizada nos estabelecimentos do município de Jequié, conforme demonstrado na Tabela 4.4-8.

Tabela 4.4-8: Número de equipamentos disponíveis nos municípios da All no ano de 2008.

| Municípios | Eletrocardiográfico | Eletroencefalógrafo | Equipamento de hemodiálise | Mamógrafo com comando simples | Mamógrafo com estéreo-taxia | Raio X até 100mA | Raio X de 100 a 500mA | Raio X mais de 500mA | Raio X para densitometria óssea | Ressonância magnética | Tomógrafo | Ultrassom doppler colorido |
|----------------------|---------------------|---------------------|----------------------------|-------------------------------|-----------------------------|------------------|-----------------------|----------------------|---------------------------------|-----------------------|-----------|----------------------------|
| Poções | 3 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| Boa Nova | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Manoel Vitorino | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Jequié | 19 | 2 | 43 | 7 | 0 | 6 | 11 | 3 | 1 | 0 | 1 | 12 |
| Jaguaquara | 2 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 4 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Itaquara | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Cravolândia | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Ubaíra | 3 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Jiquiriçá | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Laje | 3 | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| Amargosa | 6 | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 2 |
| São Miguel das Matas | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| Varzedo | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Castro Alves | 4 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| Conceição do Almeida | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Sapeaçu | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Total | 44 | 8 | 43 | 7 | 1 | 8 | 22 | 6 | 1 | 0 | 1 | 18 |

Fonte: IBGE Cidades, Assistência Médica Sanitária 2009.

Mariana C. Ustini Eliani Pontes

Ainda como equipamentos em saúde, na All em estudo muitos municípios contam, com apoio do SAMU, sendo este, segundo informações da Secretaria de Saúde do Governo do Estado, "um dos componentes da Política Nacional da Rede de Atenção às Urgências das Redes Regionais, que tem como finalidade proteger a vida das pessoas e garantir a qualidade no atendimento do SUS".

Para tanto ele cumpre as seguintes funções:

- organizar o atendimento de urgência nas Unidades de Pronto Atendimento 24 h, Unidades Básicas de Saúde e nas Equipes de Estratégia Saúde da Família.
- estruturar o Atendimento Pré Hospitalar móvel-SAMU 192.

- reorganizar as grandes urgências e os prontos-socorros em hospitais.
- criar a retaguarda hospitalar para aqueles atendidos nas urgências.
- estruturar o atendimento pós-hospitalar.

4.4.2.3.2.3 Leitos

A quantidade de leitos de internação disponíveis ilustra o potencial de atendimento da população quando da necessidade de internações. O Sistema Único de Saúde (SUS) realiza convênios com unidades privadas de atendimento de forma a descentralizar a pressão sobre equipamentos e serviços de saúde pública quando a oferta de leitos de internação oferecida não é suficiente. Nos municípios da All esta realidade foi observada em Jequié e Jaguaquara - como demonstrado na Tabela 4.4-9.

Tabela 4.4-9: Número de leitos para internação nos municípios no ano de 2008.

| Municípios | Estab. de Saúde privado – SUS | Estab. de Saúde público privado | Estab. de Saúde público municipal | Estab. de Saúde público estadual | Estab. de Saúde público federal |
|----------------------|-------------------------------|---------------------------------|-----------------------------------|----------------------------------|---------------------------------|
| Poções | 74 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Boa Nova | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Manoel Vitorino | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Jequié | 354 | 401 | 0 | 175 | 0 |
| Jaguaquara | 73 | 87 | 42 | 0 | 0 |
| Itaquara | 0 | 0 | 31 | 0 | 0 |
| Cravolândia | 0 | 0 | 21 | 0 | 0 |
| Ubaíra | 71 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Jiquiriçá | 0 | 0 | 32 | 0 | 0 |
| Laje | - | - | - | - | - |
| Amargosa | 0 | 0 | 60 | 0 | 0 |
| São Miguel das Matas | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Varzedo | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Castro Alves | 66 | 66 | 0 | 0 | 0 |
| Conceição do Almeida | 58 | 58 | 0 | 0 | 0 |
| Sapeaçu | 61 | 61 | 0 | 0 | 0 |
| Total | 757 | 673 | 186 | 175 | 0 |

Fonte: IBGE Cidades - Assistência Médica Sanitária, 2009.

Thyriana C. V. U. e Rami Barros

Dentre os municípios de menor porte populacional (com até 20 mil habitantes), 4 (quatro) não possuem leitos de internação, são eles: Boa Nova, Manoel Vitorino, São Miguel das Matas e Varzedo. O restante dos municípios tem leitos de saúde municipais, sem convênio com o SUS em rede particular, são eles: Itaquara, Cravolândia e Jiquiriçá. Os dois últimos municípios, neste universo de análise, com o maior número de leitos tanto filiado aos SUS em rede particular, quanto na rede privada, são: Conceição do Almeida e Sapeaçu. Vale destacar que estes dois últimos não têm leitos de internação municipal.

No que tange aos municípios de médio porte populacional (aqueles entre 20 e 50 mil habitantes), destacam-se por compreenderem o maior número de leitos de internação: Ubaíra, seguido por Castro Alves. Neste grupo de municípios há grande parcela de leitos em convênio entre o SUS e a rede privada. Vale ressaltar, ainda neste grupo, o município servido apenas por leitos municipais, como é o caso de Amargosa.

Por fim, nos municípios com maior porte populacional (mais de 50 mil habitantes) o destaque, em termos de números, é de Jequié, seguido por Jaguaquara. Jequié possui leito municipal, já em Jaguaquara os leitos municipais são 100% deste perfil.

4.4.2.3.2.4 Vulnerabilidades, Riscos e Principais Doenças

A Tabela 4.4 10 apresenta as principais doenças na All a partir do índice das ocorrências de morbidades hospitalares do SUS por local de residência (SIH/SUS), tendo como referência o ano de 2014.

Em toda a All, do total de casos (982) registrados na rede de saúde, 28,71% correspondem a doenças relacionadas ao aparelho circulatório, 13,54% ao aparelho digestivo, 5,9% ao aparelho geniturinário, 18,12% ao aparelho respiratório, 12,42% a doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas, 4,07% originadas no período perinatal, 0,3% nos tecidos conjuntivos, 1,42% na pele e tecidos subcutâneos, 6,2% de doenças infecciosas e parasitárias e 7,73% de tumores.

Mariana C. Ustini Eliani Pontes

Tabela 4.4-10: Número de morbidades hospitalares e doenças nos municípios da AI no ano de 2014.

| Municípios | Aparelho Circulatório | Aparelho Digestivo | Aparelho Geniturário | Aparelho Respiratório | Endócrinas, Nutricionais e Metabólicas | Olhos e Anexos | Originadas No Período Perinatal | Osteomuscular e Tecido Conjuntivo | Ovário e da Apófise Mastóide | Pele e do Tecido Subcutâneo | Sangue, Órgãos Hematológicos, Transfusão Imunitários | Infecciosas e Parasitárias | Tumores |
|----------------------|-----------------------|--------------------|----------------------|-----------------------|--|----------------|---------------------------------|-----------------------------------|------------------------------|-----------------------------|--|----------------------------|---------|
| Poções | 32 | 8 | 6 | 7 | 16 | 0 | 6 | 0 | 0 | 1 | 0 | 10 | 4 |
| Boa Nova | 5 | 1 | 0 | 3 | 1 | 0 | 3 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 3 |
| Manoel Vitorino | 4 | 3 | 0 | 2 | 2 | 0 | 3 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 |
| Jequié | 104 | 72 | 27 | 89 | 32 | 0 | 16 | 2 | 0 | 10 | 7 | 21 | 36 |
| Jaguara | 29 | 9 | 0 | 16 | 8 | 0 | 5 | 0 | 0 | 0 | 0 | 5 | 5 |
| Itaquara | 7 | 2 | 1 | 2 | 2 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Cravolândia | 1 | 3 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Ubaíra | 6 | 10 | 2 | 7 | 11 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 8 | 4 |
| Jiquiriçá | 8 | 0 | 0 | 9 | 5 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 | 1 | 3 |
| Laje | 14 | 5 | 4 | 7 | 3 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 3 | 2 |
| Amargosa | 31 | 5 | 3 | 16 | 20 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 6 | 11 | 9 |
| São Miguel das Matas | 4 | 3 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 3 |
| Varzedo | 7 | 1 | 1 | 4 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 |
| Castro Alves | 7 | 2 | 1 | 4 | 4 | 0 | 5 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 4 |
| Conceição do Almeida | 14 | 7 | 2 | 8 | 3 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 1 |
| Sapeaçu | 9 | 2 | 2 | 2 | 13 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 4 |
| Total | 282 | 133 | 50 | 178 | 122 | 0 | 40 | 3 | 0 | 14 | 15 | 66 | 76 |

Fonte: IBGE Cidades - DATASUS (2014).

Mariana C. V. U. L. M. e L. B. B. B.

4.4.2.3.2.5 Doenças Endêmicas

Como doenças endêmicas da região, segundo informações do Sistema de Informação de Agravos de Notificação – SINAWEB, as principais são: 1) dengue; 2) febre amarela e 3) leishmaniose. Segundo este mesmo sistema, não há notificações de malária nos municípios em estudo.

As doenças mais preocupantes nos municípios da All são: dengue e leishmaniose – ainda com altos índices de manifestação entre os residentes. A AIDS, segundo informações do Atlas do Desenvolvimento Humano, vem a cada ano, reduzindo nos municípios – conforme demonstrado nas figuras dispostas a seguir.

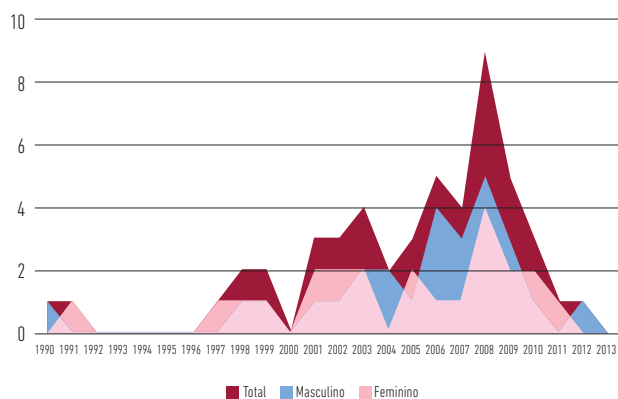


Figura 4.4-21: Número de casos de AIDS registrados em Poções.

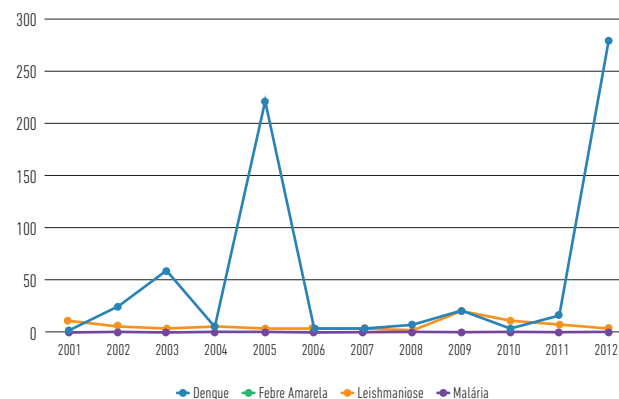


Figura 4.4-22: Casos de doenças transmitidas por mosquitos em Poções.



Figura 4.4-23: Número de casos de AIDS registrados em Boa Nova.

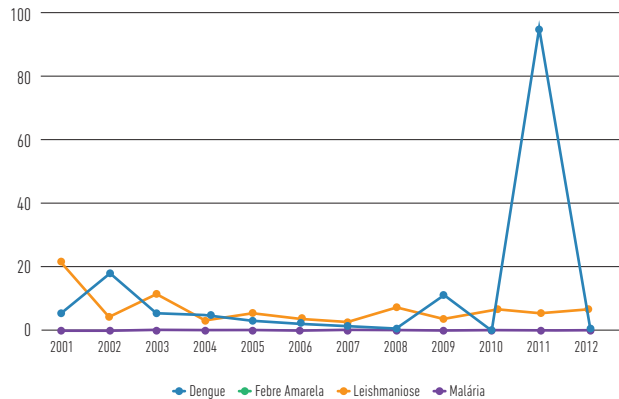


Figura 4.4-24: Casos de doenças transmitidas por mosquitos em Boa Nova.

Mariana C. Ostini Eliani Pontes

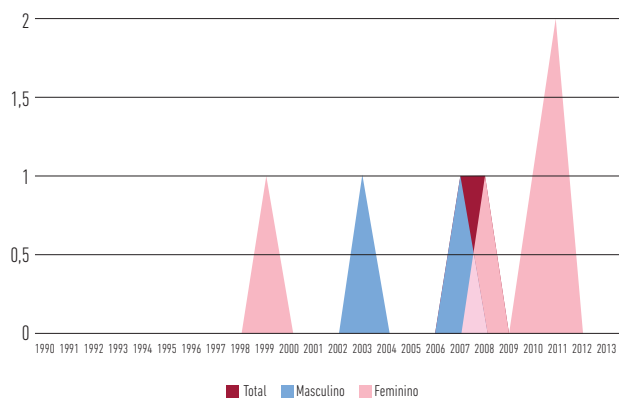


Figura 4.4-25: Número de casos de AIDS registrados em Manoel Vitorino.

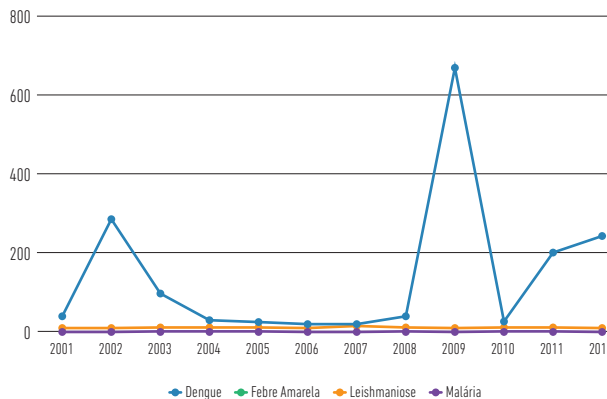


Figura 4.4-26: Casos de doenças transmitidas por mosquitos em Manoel Vitorino.

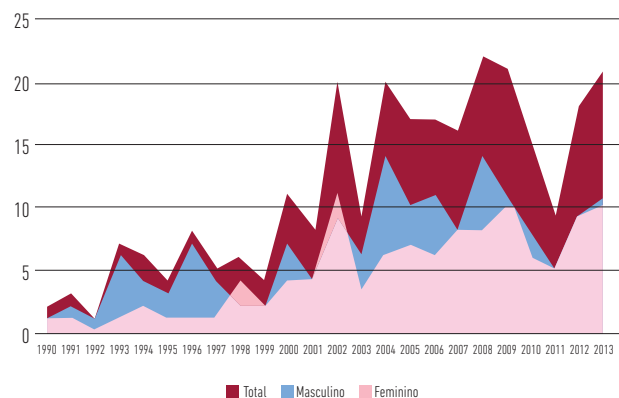


Figura 4.4-27: Número de casos de AIDS registrados em Jequié.

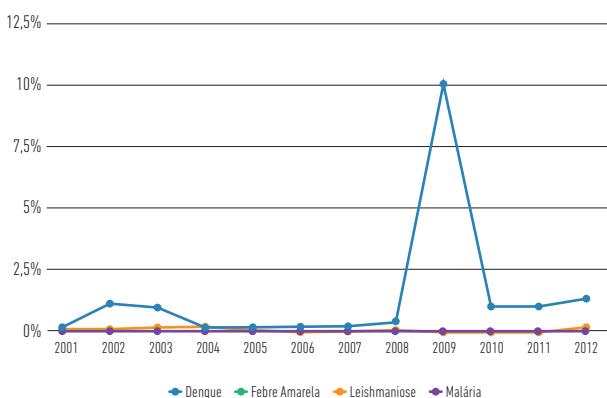


Figura 4.4-28: Casos de doenças transmitidas por mosquitos em Jequié.

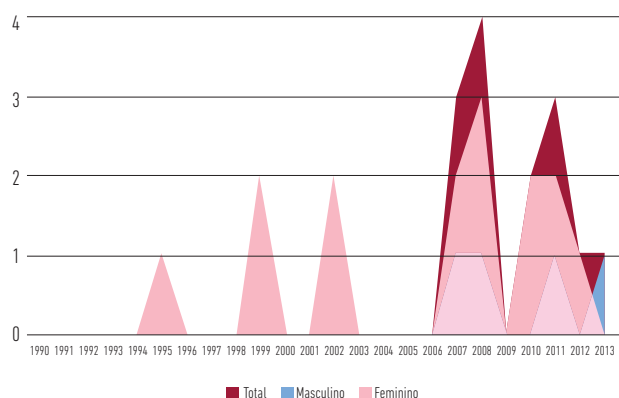


Figura 4.4-29: Número de casos de AIDS registrados em Jaguaquara.

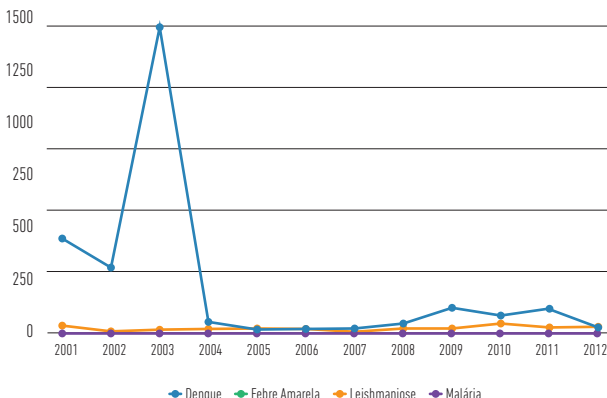


Figura 4.4-30: Casos de doenças transmitidas por mosquitos em Jaguaquara.

Thayana C. V. U. e Lami B. T. S.

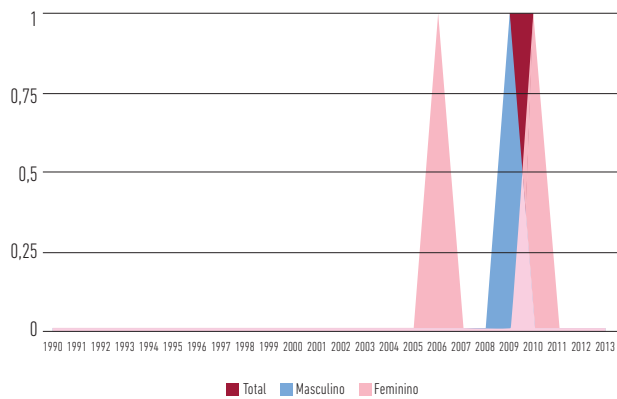


Figura 4.4-31: Número de casos de AIDS registrados em Itaquara.

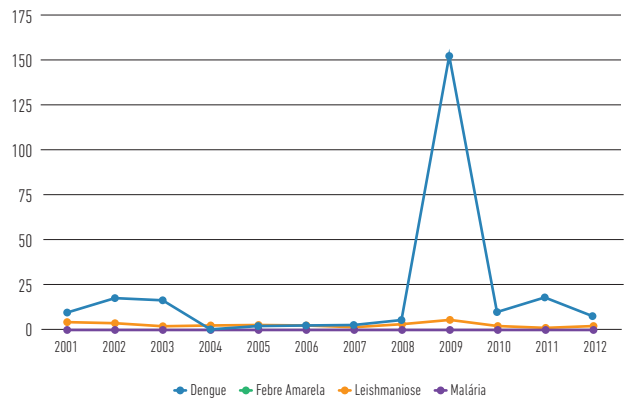


Figura 4.4-32: Casos de doenças transmitidas por mosquitos em Itaquara.

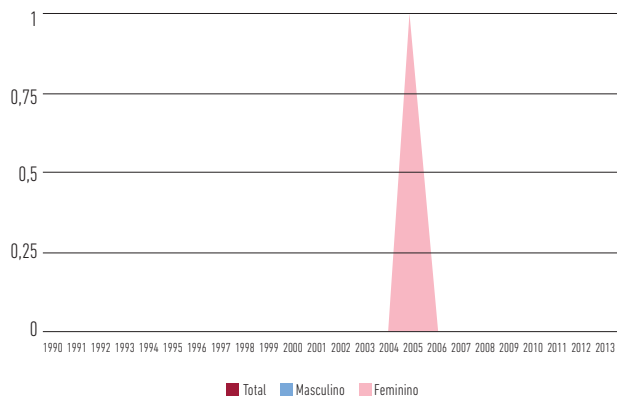


Figura 4.4-33: Número de casos de AIDS registrados em Cravolândia.

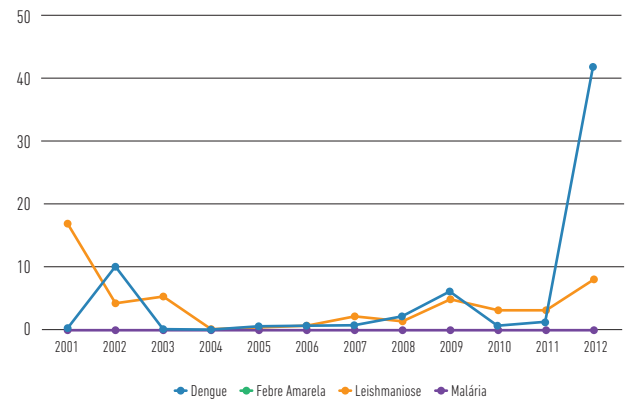


Figura 4.4-34: Casos de doenças transmitidas por mosquitos em Cravolândia.

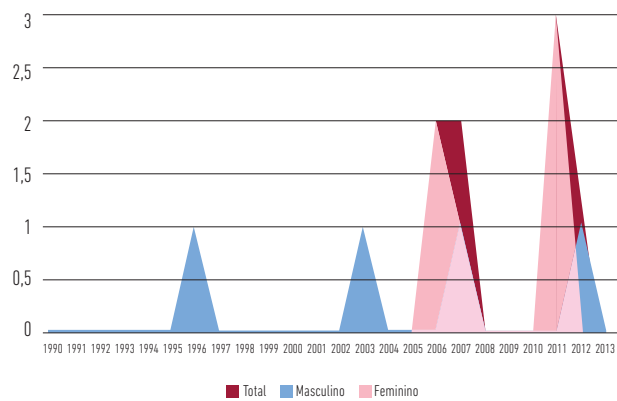


Figura 4.4-35: Número de casos de AIDS registrados em Ubaíra.

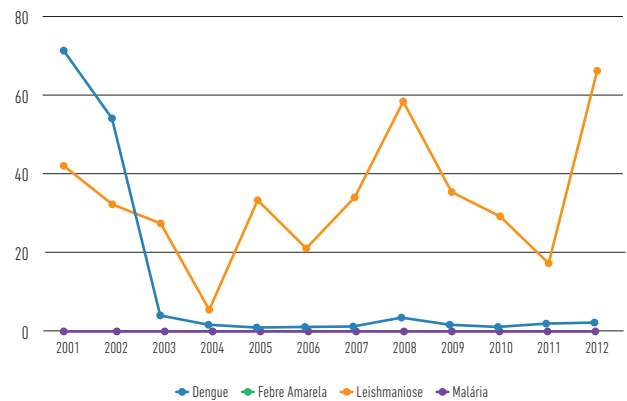


Figura 4.4-36: Casos de doenças transmitidas por mosquitos em Ubaíra.

Mariana C. Ostini Eliani Pontes

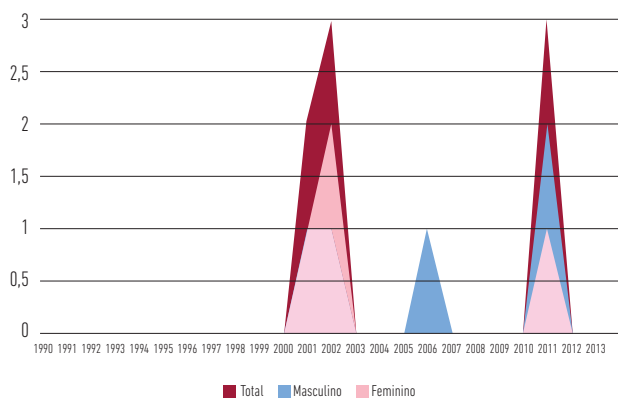


Figura 4.4-37: Número de casos de AIDS registrados em Jiquiriçá.

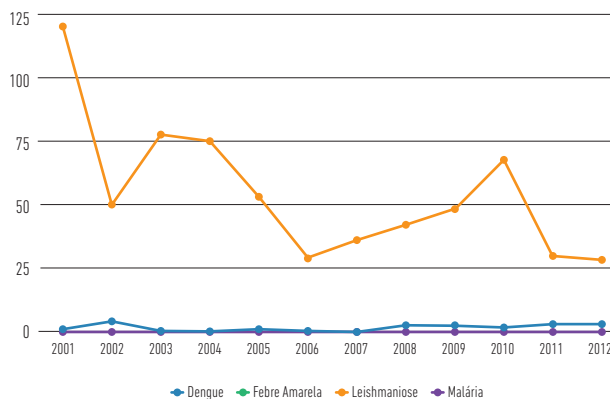


Figura 4.4-38: Casos de doenças transmitidas por mosquitos em Jiquiriçá.

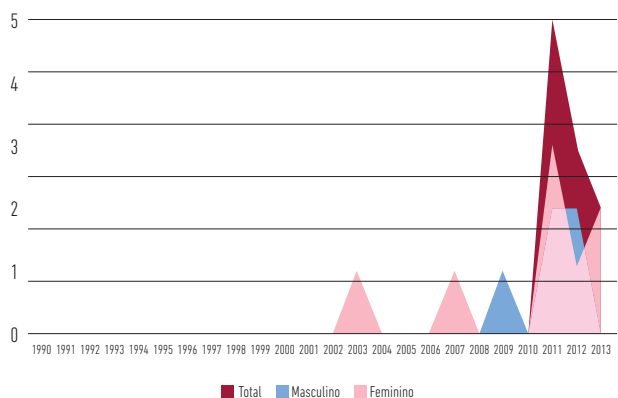


Figura 4.4-39: Número de casos de AIDS registrados em Laje.

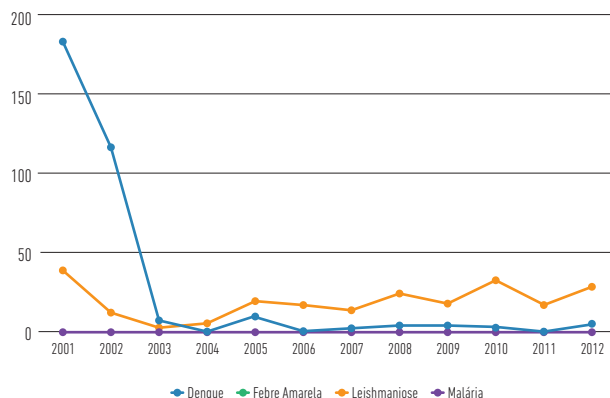


Figura 4.4-40: Casos de doenças transmitidas por mosquitos em Laje.

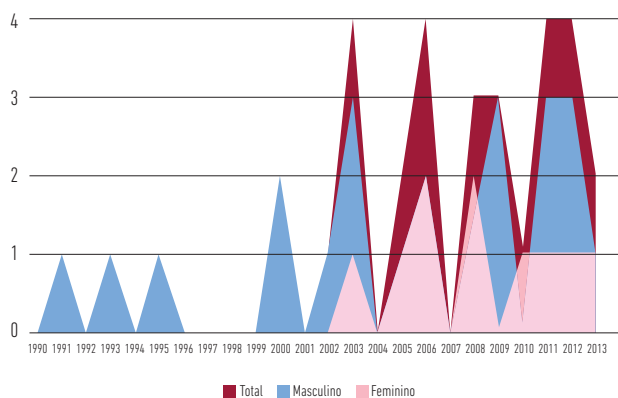


Figura 4.4-41: Número de casos de AIDS registrados em Amargosa.

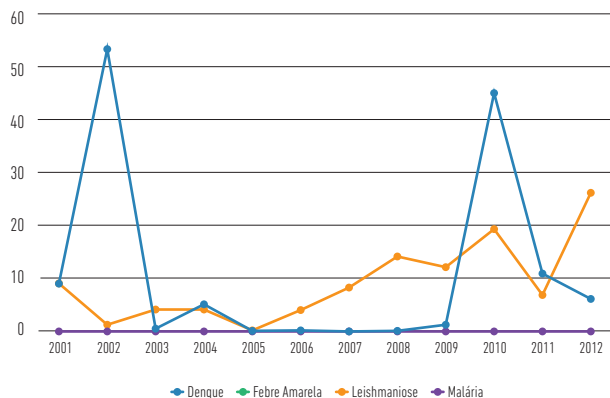


Figura 4.4-42: Casos de doenças transmitidas por mosquitos em Amargosa.

Thayana C. V. S. L. e Lami B. S.

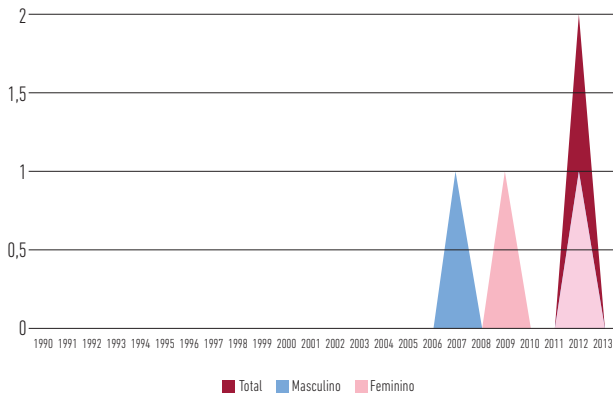


Figura 4.4-43: Número de casos de AIDS registrados em São Miguel das Matas.

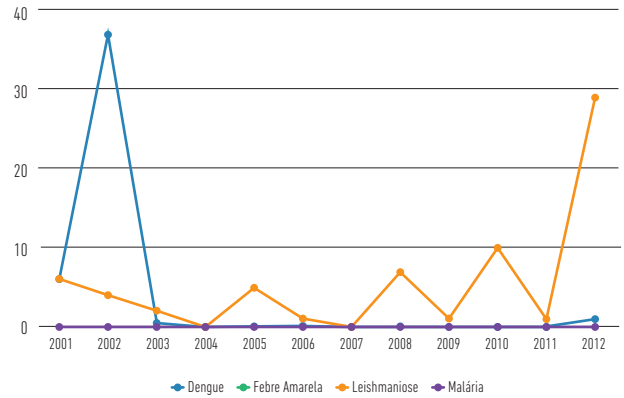


Figura 4.4-44: Casos de doenças transmitidas por mosquitos em São Miguel das Matas.

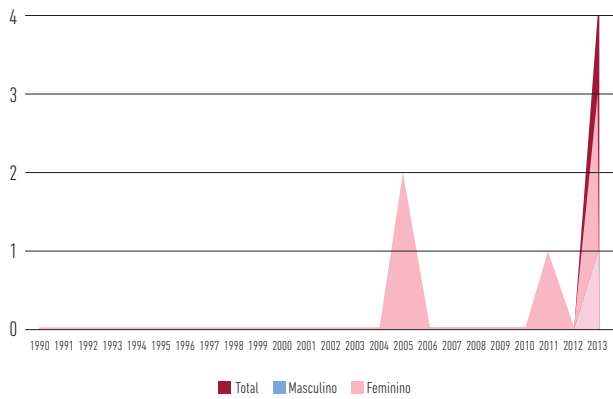


Figura 4.4-45: Número de casos de AIDS registrados em Varzedo.

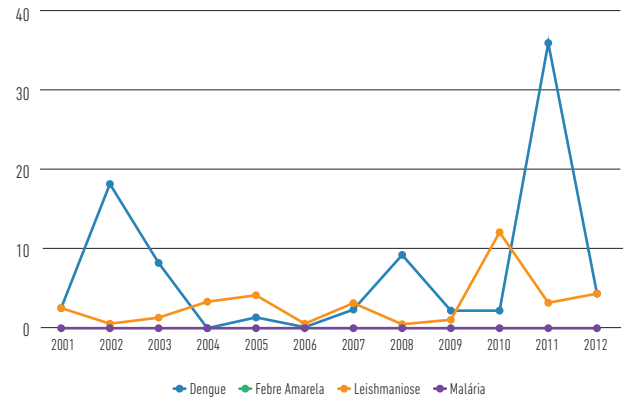


Figura 4.4-46: Casos de doenças transmitidas por mosquitos em Varzedo.

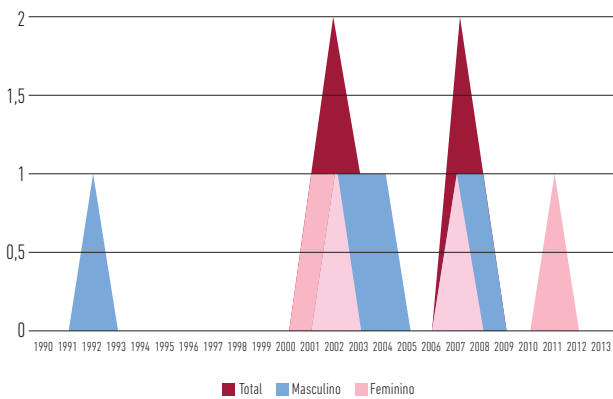


Figura 4.4-47: Número de casos de AIDS registrados em Castro Alves.

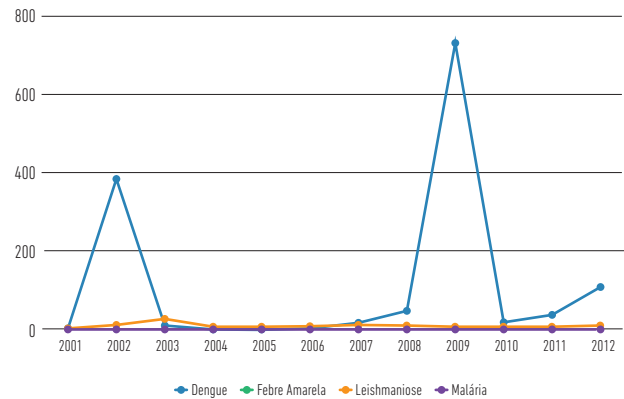


Figura 4.4-48: Casos de doenças transmitidas por mosquitos em Castro Alves.

Mariana C. Ostini Eliani Pontes

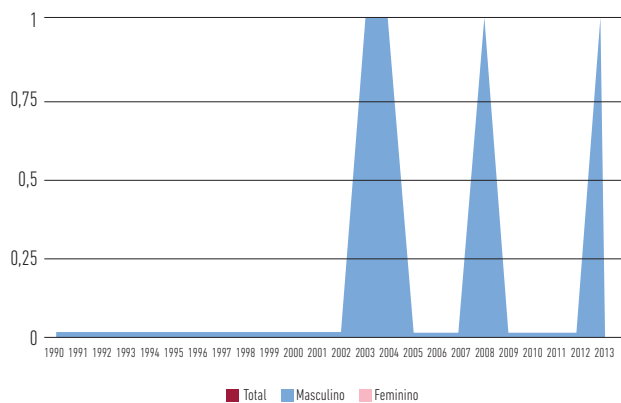


Figura 4.4-49: Número de casos de AIDS registrados em Conceição do Almeida.

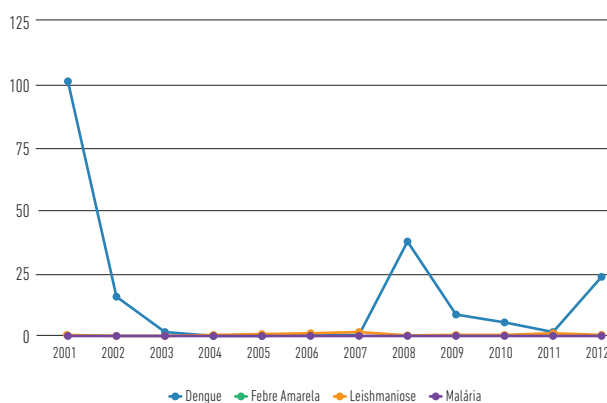


Figura 4.4-50: Casos de doenças transmitidas por mosquitos em Conceição do Almeida.

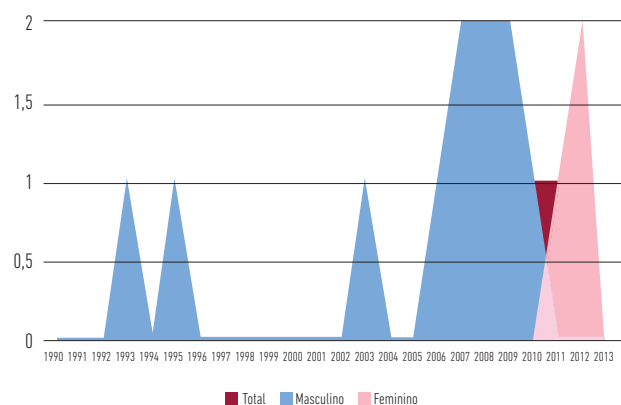


Figura 4.4-51: Número de casos de AIDS registrados em Sapeaçu.

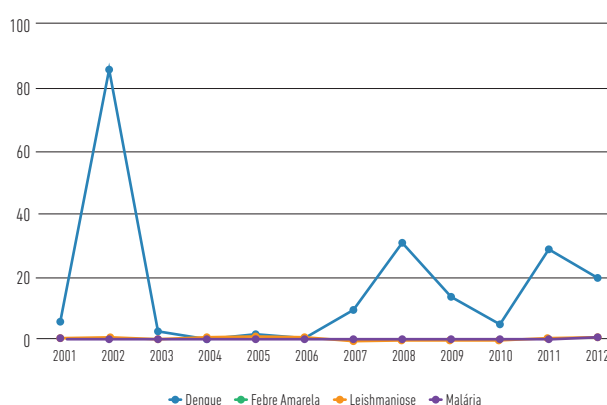


Figura 4.4-52: Casos de doenças transmitidas por mosquitos em Sapeaçu.

4.4.2.3 Saneamento Básico

O item de saneamento básico trará informações das três frentes de atuação que compõem sua estrutura, a saber: captação, tratamento e distribuição de água; coleta e tratamento de esgoto e, por fim, coleta de resíduos.

Para sua construção, foram recolhidas informações nas respectivas pastas do Governo do Estado, dados da empresa Embasa e IBGE Cidades. Outros dados foram coletados em campo junto a moradores.

No Estado da Bahia, segundo informações da Secretaria de Infraestrutura Hídrica e Saneamento da Bahia - SIHS, "a Lei Estadual de Saneamento Básico nº11.172 entrou em vigência em 01/12/2008, instituindo os

meios necessários para que as determinações da Lei Nacional nº 11.145, de 05/01/2007, fossem cumpridas, e tornando a Embasa a principal executora da política do Estado para o setor. A lei de saneamento da Bahia também determinou a criação da Comissão de Regulação dos Serviços Públicos de Saneamento Básico – Coresab”.

Ainda segundo estas instituições "neste novo contexto do saneamento básico, o Estado da Bahia lançou o Programa Água Para Todos (PAT), com significativo aporte de recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC Saneamento), do Governo Federal, e recursos do Governo do Estado e próprios da Embasa. Entre 2007 e 2010, a Embasa, como principal executora do PAT na Bahia, executou importantes obras de melhoria, implantação e ampliação de sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário em todo o Estado”.

Mariana C. V. U. L. M. E. L. B. A. T. A. S.

Atualmente a AGERSA – Agência Reguladora de Saneamento Básico do Estado da Bahia é responsável pela regulação dos serviços públicos de saneamento básico do Estado, fiscalizando todos os municípios atendidos inclusive pela concessionária EMBASA.

4.4.2.3.3.1 Captação, tratamento e distribuição de água

Tal como descrito na introdução do item acima, a empresa EMBASA é responsável pela execução, operação e manutenção dos Sistemas de Abastecimento de Água dos municípios integrantes da All. Dentre estes, Jequié possui unidade regional que concentra informações e serviços sobre os demais.

Neste subitem é importante destacar que em função da especificidade da região, semiárido do estado, há estiagem pelo menos no período de setembro a março, ocorrendo frequentemente falta d'água no Sistema de Abastecimento de Água e, conseqüente, demanda maior que oferta. Segundo informações da ANA, a região do semiárido baiano, integra áreas classificadas como de elevado risco hídrico.

Abaixo segue listagem de municípios (Quadro 4.4-3), pontos de captação de água e indicação de há ou não Estação de Tratamento de Água em seu território. Deve-se lembrar que alguns municípios se associam a Sistemas Integrados de Serviços de Abastecimento de Água, recebendo água tratada de municípios vizinhos.

Quadro 4.4-3: Pontos de Captação de Água e Estações de Tratamento de Água (ETA).

| Municípios | Pontos de Captação de Água | ETAs (processos de floculação, decantação, filtração, desinfecção e fluoretação). |
|----------------------|---|---|
| Poções | Rio das Mulheres | Sistema Integrado que atende outras cidades |
| Boa Nova | Córrego do Inglês e Rio Três Cachoeiras | - |
| Manoel Vitorino | Riacho dos Vieiras | Manancial superficial |
| Jequié | Rios Preto do Criciúma e das Contas | Manancial superficial |
| Jaguaquara | Rio Andaraí e Rio das Almas | Sistema Integrado que também atende Itaquara. |
| Itaquara | Rio Andaraí e Rio das Almas | .Sistema Integrado atendido pela ETA de Jaguaquara. |
| Cravolândia | Rio Gameleira | Sistema Integrado – Atendido pela ETA de Santa Inês |
| Ubaíra | Rio Boqueirão | Sistema Integrado – Atendido pela ETA de Mutuípe |
| Jiquiriçá | Rio Boqueirão | Sistema Integrado – Atendido pela ETA de Mutuípe |
| Laje | Rio Corta-Mão e Riacho Água Fervida | Manancial superficial |
| Amargosa | Rios Timbó e Riachão | Manancial superficial |
| São Miguel das Matas | Rio São Miguel e Rio Corta Mão | - |
| Varzedo | manancial subterrâneo | Sistema Integrado – Atendido pela ETA de Santo Antônio de Jesus. |
| Castro Alves | Rio Paraguaçu | Sistema Integrado Paraguaçu-Milagres-Itatim-Castro Alves |
| Conceição do Almeida | Rio Paraguaçu | Sistema Integrado - Atendido pela ETA de Milagres |
| Sapeaçu | Rio Paraguaçu | Sistema Integrado – Atendido pela ETA Muritiba |

Fonte: Embasa – Relatório Anual para Informação ao Consumidor e Agência Nacional de Águas (<http://www.mi.gov.br/documentos/10157/3678963/Atlas+Nordeste+-+Abastecimento+Urbano+de+%C3%81gua.pdf/81e3a0c7-2b28-4d3e-9dd7-cd9a9ba3e50e>).

Mariana C. Ustini Eliani Bastos

A seguir dados de número de domicílios atendidos pelo serviço de abastecimento de água nos municípios (Tabela 4.4-11).

Tabela 4.4-11: Domicílios atendidos pelo Serviço de Abastecimento de Água nos municípios no ano de 2008.

| Municípios | População total residente | Número de Domicílios Particulares Permanentes (total em unidades) no ano de 2010 | Número de economias ativas abastecidas residenciais (unidades) | Volume de água tratada distribuída por dia (metros cúbicos) |
|----------------------|---------------------------|--|--|---|
| Poções | 44.701 | 12.897 | 10.219 | 3.912 |
| Boa Nova | 15.411 | 4.221 | 2.123 | 1.019 |
| Manoel Vitorino | 14.387 | 3.955 | 1.946 | 765 |
| Jequié | 151.895 | 45.276 | 31.445 | 26.408 |
| Jaguaquara | 51.011 | 14.090 | 10.695 | 5.000 |
| Itaquara | 7.678 | 2.227 | 1.312 | 700 |
| Cravolândia | 5.041 | 1.463 | 968 | 398 |
| Ubaíra | 19.750 | 5.910 | 2.649 | 1.418 |
| Jiquiriçá | 14.118 | 3.985 | 1.741 | 500 |
| Laje | 22.201 | 6.333 | 1.643 | 549 |
| Amargosa | 34.351 | 10.378 | 10.466 | 4.719 |
| São Miguel das Matas | 10.414 | 3.081 | 1.042 | 490 |
| Varzedo | 9.109 | 2.719 | 1.284 | 300 |
| Castro Alves | 25.408 | 7.221 | 4.212 | 2.400 |
| Conceição do Almeida | 17.889 | 5.099 | 2.984 | 820 |
| Sapeaçu | 16.585 | 4.772 | 2.893 | 930 |

Fonte: IBGE Cidades – Censo Demográfico 2010 e Pesquisa Nacional de Saneamento Básico 2008.

Nota-se a partir dos dados apresentados no quadro acima, que grande parcela da população residente na All, não tem acesso à distribuição de água tratada, em especial nos municípios de Boa Nova, Manoel Vitorino, Jiquiriçá, Laje, Castro Alves, Conceição do Almeida – onde nem 50% da população residente tem acesso à água tratada. Nota-se também que estes municípios, predominantemente, são de pequeno e médio porte, ou seja, população até 50 mil habitantes.

Na contramão do parágrafo anterior, os municípios percentualmente com maior número de domicílios com atendimento deste serviço são: Laje, Cravolândia e Poções. Dentre este, cita-se os Territórios Identidade do Recôncavo, Vale do Jiquiriçá e Vitória da Conquista.

O acesso complementar a água (tratada ou não)

dá-se através de programas federais e municipais de atendimento a regiões do semiárido e às zonas rurais, ocorrendo estes via caminhão pipa e instalação de cisternas que captam a escassa de água da chuva.

4.4.2.3.3.2 Coleta e tratamento Esgoto

A empresa EMBASA, assim como para a Distribuição de Água, é responsável pela execução, operação e manutenção dos Sistemas de Esgotamento Sanitário dos municípios integrantes da All.

Segundo dados apresentados pela referida instituição, apenas 3 (três) municípios contam com Estação de Tratamento de Esgoto Sanitário e, 1 (um) município, Itaquara, é atendido pela ETE de Jaguaquara – tal como apresentado no Quadro 4.4-4.

Mariana C. Uetzi Esmi Bastos

Quadro 4.4-4: Estações de Tratamento de Esgoto nos municípios da All.

| Municípios | População total residente | ETE - (Digestor Anaeróbio de Fluxo Ascendente, Lagoa facultativa, Lagoa de maturação e Estação Elevatória de Esgoto) |
|------------|---------------------------|--|
| Jequié | 151.895 | 1 ETE |
| Jaguaquara | 51.011 | 1 ETE, atende também Itaquara |
| Itaquara | 7.678 | Atendido por Jaguaquara |
| Jiquiriçá | 14.118 | 1 ETE |

Fonte: Embasa – Relatório Anual para Informação ao Consumidor.

A Tabela 4.4-12 apresentada, a seguir, indica o número de domicílios atendidos pelo Sistema de Esgoto Municipal.

Nela pode-se notar a extrema carência do sistema na região, sendo que os efluentes, então, em sua maioria, são destinados a fossas rudimentares, fossas sépticas ou mesmo drenagens pluviais, quando não conduzidas in natura a céu aberto até os cursos d'água locais.

Em suma, grande parcela da população não tem acesso ao tratamento de esgoto adequado. Possivelmente essa condição é causadora de comprometimentos em outros aspectos da condição social, como higiene, saúde e mortalidade, entre outros indicadores da população local.

Mariana C. Uetzi Eliani Pontes

Tabela 4.4-12: Domicílios atendidos pelo Sistema de Esgoto Municipal no ano de 2010.

| Municípios | População total residente | Rede geral de esgoto ou pluvial - não discriminado (por domicílio) | Fossa séptica - não discriminada (por domicílio) | Fossa rudimentar - não discriminada (por domicílio) | Valeo - não discriminada (por domicílio) | Rio, lago ou mar (por domicílio) | Outro escoadouro - não discriminado (por domicílio) | Não tem instalação sanitária (por domicílio) |
|----------------------|---------------------------|--|--|---|--|----------------------------------|---|--|
| Poções | 44.701 | 7.154 | 1.171 | 2.957 | 298 | 70 | 186 | 1.051 |
| Boa Nova | 15.411 | 1.107 | 365 | 1.538 | 201 | 74 | 92 | 846 |
| Manoel Vitorino | 14.387 | 35 | 90 | 2.679 | 121 | 9 | 77 | 942 |
| Jequié | 151.895 | 34.191 | 1.195 | 2.876 | 2.108 | 1.487 | 1.487 | 1.974 |
| Jaguaquara | 51.011 | 3.378 | 827 | 8.397 | 212 | 477 | 190 | 596 |
| Itaquara | 7.678 | 1.244 | 133 | 659 | 46 | 56 | 38 | 48 |
| Cravolândia | 5.041 | 874 | 5 | 218 | 18 | 136 | 34 | 179 |
| Ubairá | 19.750 | 2.020 | 202 | 2.562 | 251 | 404 | 111 | 347 |
| Jiquiriçá | 14.118 | 1.085 | 124 | 1.635 | 383 | 197 | 149 | 412 |
| Laje | 22.201 | 1.263 | 373 | 2.400 | 497 | 288 | 242 | 1.292 |
| Amargosa | 34.351 | 1.666 | 634 | 6.985 | 117 | 76 | 88 | 816 |
| São Miguel das Matas | 10.414 | 341 | 190 | 1.879 | 179 | 97 | 91 | 321 |
| Varzedo | 9.109 | 523 | 244 | 1.469 | 95 | 1 | 107 | 279 |
| Castro Alves | 25.408 | 3.771 | 319 | 1.921 | 298 | 30 | 234 | 623 |
| Conceição do Almeida | 17.889 | 479 | 1.017 | 3.252 | 147 | 17 | 103 | 82 |
| Sapeaçu | 16.585 | 148 | 68 | 4.259 | 37 | - | 57 | 210 |

Fonte: DataSus - <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/defhtom.exe?ibge/cnv/san> e <http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=0206&id=6948&VObj=http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/defhtom.exe?ibge/cnv/san>

Thayana C. V. de M. Loui Pontes

Dentre os municípios com menor porte populacional (até 20 mil habitantes), Cravolândia e São Miguel das Matas lideram o ranking de menor taxa de atendimento de esgotamento sanitário. Já o município que se encontra em posição um pouco melhor, porém distante de atingir índices adequados à população residente é Ubaíra – instalado no Território Identidade do Vale do Jiquiriçá.

Nos municípios com porte populacional mediano (entre 20 e 50 mil habitantes), aqueles que lideram o ranking em atendimento do serviço com relação aos domicílios atendidos, ainda muito abaixo do necessário, são: Poções e Castro Alves. Os municípios que estão em piores condições de atendimento do sistema de esgotamento sanitário, neste universo analisado, são: Laje e Amargosa.

Por fim, dentre os municípios com população superior a 50 mil habitantes e então de maior porte populacional, Jequié tem grande destaque, ainda que sem atender grande parte da população.

4.4.2.3.3 Coleta de resíduos

Segundo dados do último Censo Demográfico (2010), tal como demonstrado na Tabela 4.4-13 a seguir, o serviço não é disponibilizado satisfatoriamente a todos os municípios, em especial aqueles residentes nas zonas rurais. Em geral a coleta na sede é diária ou em dias alternados. Já na zona rural, em alguns municípios, ela ocorre com intervalo de até três dias – e por este motivo a queima de lixo ainda é tão recorrente em municípios como Jiquiriçá e Laje.

Tabela 4.4-13: Disponibilização de lixo nos municípios do ano de 2010.

| Municípios | Número de Domicílios Particulares Permanentes (total em unidades) no ano de 2010 | Lixo coletado (domicílio) | Queimado na propriedade (domicílio) | Outro destino(domicílio) |
|----------------------|--|---------------------------|-------------------------------------|--------------------------|
| Poções | 12.897 | 10.531 | 2.108 | 30 |
| Boa Nova | 4.221 | 2.175 | 1.847 | 15 |
| Manoel Vitorino | 3.955 | 2.124 | 1.640 | 9 |
| Jequié | 45.276 | 41.153 | 2.946 | 90 |
| Jaguaquara | 14.090 | 11.167 | 2.015 | 211 |
| Itaquara | 2.227 | 1.591 | 550 | 4 |
| Cravolândia | 1.463 | 1.067 | 294 | 13 |
| Ubaíra | 5.910 | 3.178 | 2.114 | 109 |
| Jiquiriçá | 3.985 | 1.749 | 1.572 | 38 |
| Laje | 6.333 | 2.582 | 2.904 | 204 |
| Amargosa | 10.378 | 7.592 | 1.934 | 145 |
| São Miguel das Matas | 3.081 | 1.049 | 1.607 | 22 |
| Varzedo | 2.719 | 996 | 1.333 | 12 |
| Castro Alves | 7.221 | 4.445 | 2.375 | 123 |
| Conceição do Almeida | 5.099 | 2.771 | 2.162 | 14 |
| Sapeaçu | 4.772 | 2.604 | 1.810 | 64 |

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Mariana C. Ustini Eliani Pontes

Em alguns municípios, vide demonstração da tabela, como Laje, São Miguel das Matas, Varzedo e Conceição do Almeida – o serviço não alcança 50% da população residente, causando sérios impactos em indicadores de saúde populacional e saúde ambiental.

De acordo com dados coletados em campo, a coleta de

lixo/resíduos nos municípios é realizada por empresa terceirizada contratada pelas Prefeituras Municipais.

A época da realização do campo, moradores da região relataram sobre o excesso de lixo nas áreas periféricas das sedes urbanas municipais, conforme pode ser constatado nas fotos abaixo.



Foto 4.4-23: Lixão do município de Manoel Vitorino.



Foto 4.4-24: Lixão do município de Manoel Vitorino.



Foto 4.4-25: Lixo distribuído em uma das entradas da cidade de Castro Alves.

Thyriana C. Vitorino Eliani Pontes

Segundo dados da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (IBGE) no ano de 2013, os municípios em estudo tinham como disposição final do lixo os dados apresentados no Quadro 4.4-5 a seguir.

Quadro 4.4-5: Disponibilização de lixo nos municípios no ano de 2010.

| Municípios | Unidade de Disposição final de Lixo |
|----------------------|-------------------------------------|
| Poções | Lixão |
| Boa Nova | Lixão |
| Manoel Vitorino | Lixão |
| Jequié | Aterro Sanitário |
| Jaguaquara | Aterro Sanitário |
| Itaquara | Lixão |
| Cravolândia | Lixão |
| Ubaíra | Aterro Sanitário |
| Jiquiriçá | Aterro Sanitário |
| Laje | Aterro Sanitário |
| Amargosa | - |
| São Miguel das Matas | Lixão |
| Varzedo | Lixão |
| Castro Alves | Lixão |
| Conceição do Almeida | Lixão |
| Sapeaçu | Lixão |

Fonte: Pesquisa de Informações Básicas Municipais (IBGE) - <http://www.sinir.gov.br/web/guest/2.5-planos-municipais-de-gestao-integrada-de-residuos-solidos>.

4.4.2.3.4 Educação

Os processos de desenvolvimento dos municípios devem ser observados considerando os contextos educacionais. Educação, ciência e desenvolvimento tecnológico são diretamente associados às possibi-

lidades de desenvolvimento humano e econômico sustentável. Nesse sentido, é necessário analisar as formas como os municípios organizam sua infraestrutura de ensino e a oferta de serviços educacionais para sua população.

A qualificação da mão de obra e a oferta de adequadas condições de ensino permitem, em médio e longo prazo, propiciar à população local condições de empregabilidade em seus locais de residência ou nas proximidades, constituindo-se como vetor de interiorização do desenvolvimento e redução de desigualdades regionais.

Dessa forma, recentes análises do Ministério da Educação destacam a importância da educação ter sido incluída como um objetivo estratégico do País no Plano Plurianual 2012-2015 (Plano Mais Brasil, 2014). A implantação de políticas educacionais permite, indiretamente, a inclusão social, a efetivação de direitos, a inovação etc.

4.4.2.3.4.1 Estabelecimentos de Ensino e Número de Matrículas

De acordo com os dados preliminares do Censo Escolar 2015, nos municípios em estudo há 582 estabelecimentos do ensino fundamental, 56 estabelecimentos do ensino médio e 451 estabelecimentos do ensino pré-escolar - conforme pode ser observado na Tabela 4.4-14.

A maior concentração de escolas do ensino fundamental e médio, dentre os demais municípios, está em Jequié. Já a concentração de escolas pré-escolar se dá em Jaguaquara.

Mariana C. Ostini Eliani Bastos

Tabela 4.4-14: Estabelecimentos de ensino em atividade no ano de 2015.

| Municípios | Ensino Fundamental | | | | Ensino Médio | | | | Ensino Pré Escolar | | | |
|----------------------|--------------------|----------|-----------|---------|--------------|----------|-----------|---------|--------------------|----------|-----------|---------|
| | Federal | Estadual | Municipal | Privada | Federal | Estadual | Municipal | Privada | Federal | Estadual | Municipal | Privada |
| Poções | - | 0 | 30 | 4 | - | 3 | 0 | 2 | - | 0 | 26 | 4 |
| Boa Nova | - | 0 | 31 | 0 | - | 1 | 0 | 0 | - | 0 | 25 | 0 |
| Manoel Vitorino | - | 0 | 29 | - | - | 1 | 2 | - | - | 0 | 22 | - |
| Jequié | - | 13 | 70 | 41 | 1 | 14 | 0 | 5 | - | 0 | 35 | 39 |
| Jaguaquara | - | 5 | 53 | 6 | - | 3 | 0 | 3 | - | 0 | 45 | 7 |
| Itaquara | - | 1 | 9 | 2 | - | 1 | 0 | 0 | - | 0 | 9 | 2 |
| Cravolândia | - | 0 | 14 | - | - | 1 | 0 | - | - | 0 | 5 | - |
| Ubaíra | - | 0 | 40 | 0 | - | 2 | 0 | 0 | - | 0 | 36 | 3 |
| Jiquiriçá | - | 1 | 22 | 2 | - | 1 | 0 | 0 | - | 0 | 20 | 2 |
| Laje | - | 1 | 26 | 1 | - | 2 | 0 | 0 | - | 0 | 22 | 1 |
| Amargosa | - | 2 | 35 | 3 | - | 2 | 0 | 2 | - | 0 | 32 | 4 |
| São Miguel das Matas | - | 1 | 18 | 1 | - | 1 | 0 | 0 | - | 0 | 13 | 1 |
| Varzedo | - | 0 | 15 | 2 | - | 1 | 0 | 0 | - | 0 | 11 | 2 |
| Castro Alves | - | 0 | 42 | 4 | - | 1 | 1 | 0 | - | 0 | 35 | 4 |
| Conceição do Almeida | - | 2 | 26 | 4 | - | 2 | 0 | 1 | - | 0 | 25 | 3 |
| Sapeaçu | - | 2 | 22 | 2 | - | 3 | 0 | 0 | - | 0 | 16 | 2 |
| Total | - | 28 | 482 | 72 | 1 | 39 | 3 | 13 | - | - | 377 | 74 |

Fonte: Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP - Censo Educacional 2015.

Dentre os municípios de menor porte populacional (sendo aqueles com até 20 mil habitantes) a maior concentração de estabelecimentos escolares é do ensino fundamental, seguido do ensino pré-escolar e, por último, o ensino médio. No que tange ao ensino médio os municípios compreendem apenas 1 (um) estabelecimento para atendimento de toda a comunidade escolar desta faixa etária.

Ainda com relação a estes municípios, aquele que possui o maior número de estabelecimentos do ensino fundamental e pré-escolar é Boa Nova. Por fim, o município que possui o menor número de estabelecimentos pré-escolar é Cravolândia.

Nos municípios de médio porte, por sua vez, aqueles que compreendem entre 20 a 50 mil habitantes, o

maior número de estabelecimentos é também do ensino fundamental, seguido do ensino médio e pré-escolar. Dentre estes, Ubaíra compreende o maior número de estabelecimentos do ensino fundamental e, o município de Laje, possui, por sua vez, o menor número de estabelecimentos escolares do mesmo segmento.

Em geral, no ensino médio, os municípios compreendem em torno de 1 (um) ou 2 (dois) estabelecimentos educacionais, mas, Poções compreende 3 (três). Por fim, com relação ao ensino pré-escolar, Ubaíra compreende o maior número de estabelecimentos. O município com o menor número de escolas pré-escolares é Laje.

Nos municípios de maior porte populacional (com mais de 50 mil habitantes) Jequié tem o maior nú-

Thayana C. Vitorino Esmi Bastos

mero de estabelecimentos do ensino fundamental e médio deste universo de análise, mas, também de todos os outros municípios em estudo. Com relação ao ensino pré-escolar, Jaguaquara abriga o maior número de escolas.

Em toda a All, segundo dados preliminares do Censo Escolar (2015), há 73.322 alunos matriculados no ensino fundamental (71%), 17.238 alunos matriculados no ensino médio (16,71%) e 12.566 alunos matricula-

dos na pré-escola (12,1%) - conforme demonstrado na Tabela 4.4-15.

Nos municípios em que há menor contingente populacional e poucas vagas escolares, há o favorecimento de 2 (dois) processos amplamente conhecidos: a desistência de continuar na educação formal e a migração da população jovens em sua maioria, para outros municípios, como Poções, por exemplo, ou Jequié - municípios polos como demonstrado no item "Hierarquia Regional".

Tabela 4.4-15: Número de matrículas no ano de 2015.

| Municípios | Ensino Fundamental | | | | Ensino Médio | | | | Ensino Pré Escolar | | | |
|----------------------|--------------------|----------|-----------|---------|--------------|----------|-----------|---------|--------------------|----------|-----------|---------|
| | Federal | Estadual | Municipal | Privada | Federal | Estadual | Municipal | Privada | Federal | Estadual | Municipal | Privada |
| Poções | - | 0 | 7.826 | 599 | - | 1.586 | 0 | 97 | - | 0 | 1.315 | 232 |
| Boa Nova | - | 0 | 2.502 | 0 | - | 491 | 0 | 0 | - | 0 | 369 | 0 |
| Manoel Vitorino | - | 0 | 2.347 | - | - | 260 | 300 | 0 | - | 0 | 478 | - |
| Jequié | - | 5.413 | 10.618 | 6.027 | 263 | 5.790 | 0 | 557 | - | 0 | 1.761 | 2.056 |
| Jaguaquara | - | 1.852 | 6.686 | 851 | - | 1.593 | 0 | 228 | - | 0 | 1.186 | 223 |
| Itaquara | - | 45 | 1.017 | 90 | - | 219 | 0 | 0 | - | 0 | 165 | 41 |
| Cravolândia | - | 0 | 964 | - | - | 226 | 0 | - | - | 0 | 114 | - |
| Ubaíra | - | 0 | 2.904 | 212 | 0 | 469 | 0 | 0 | - | 0 | 553 | 107 |
| Jiquiriçá | - | 486 | 1.527 | 72 | - | 337 | 0 | 0 | - | 0 | 312 | 33 |
| Laje | - | 411 | 3.108 | 129 | - | 815 | 0 | 0 | - | 0 | 658 | 55 |
| Amargosa | - | 1.897 | 3.072 | 619 | - | 1.002 | 0 | 124 | - | 0 | 633 | 175 |
| São Miguel das Matas | - | 64 | 1.501 | 87 | - | 344 | 0 | 0 | - | 0 | 266 | 33 |
| Varzedo | - | 0 | 1.211 | 100 | - | 310 | 0 | 0 | - | 0 | 183 | 58 |
| Castro Alves | - | 0 | 3.633 | 559 | - | 806 | 122 | 0 | - | 0 | 510 | 167 |
| Conceição do Almeida | - | 538 | 1.130 | 400 | - | 434 | 0 | 30 | - | 0 | 244 | 160 |
| Sapeaçu | - | 498 | 1.956 | 368 | - | 835 | 0 | 0 | - | 0 | 338 | 141 |
| Total | - | 11.204 | 52.002 | 10.113 | 263 | 15.517 | 422 | 1.036 | - | - | 9.085 | 3.481 |

Fonte: Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP - Censo Educacional 2015.

Em todos os municípios notou-se a presença de transporte escolar, favorecendo, principalmente, as populações residentes nas zonas rurais.

Abaixo (Tabela 4.4-16) apresenta o número de docen-

tes por município, com destaque, também, para Jequié, já que este agrega o maior número de escolas/ estabelecimentos do ensino fundamental e médio dentre os demais em análise.

Mariana C. Ustini Eliani Pontes

Tabela 4.4-16: Número de docentes no ano de 2015.

| Municípios | Ensino Fundamental | | | | Ensino Médio | | | | Ensino Pré Escolar | | | |
|----------------------|--------------------|------------|--------------|------------|--------------|------------|-----------|------------|--------------------|----------|------------|------------|
| | Federal | Estadual | Municipal | Privada | Federal | Estadual | Municipal | Privada | Federal | Estadual | Municipal | Privada |
| Poções | - | 0 | 326 | 38 | - | 74 | 0 | 21 | - | 0 | 51 | 10 |
| Boa Nova | - | 0 | 133 | - | - | 21 | 0 | - | - | 0 | 16 | - |
| Manoel Vitorino | - | 0 | 122 | - | - | 15 | 33 | - | - | 0 | 21 | - |
| Jequié | - | 353 | 419 | 347 | 31 | 423 | 0 | 66 | - | 0 | 72 | 118 |
| Jaguaquara | - | 113 | 283 | 72 | - | 103 | 0 | 38 | - | 0 | 40 | 17 |
| Itaquara | - | 7 | 57 | 7 | - | 17 | 0 | 0 | - | 0 | 14 | 3 |
| Cravolândia | - | 0 | 64 | - | - | 15 | 0 | - | - | 0 | 11 | - |
| Ubaíra | - | 0 | 156 | 29 | - | 27 | 0 | 0 | - | 0 | 19 | 8 |
| Jiquiriçá | - | 20 | 97 | 10 | - | 23 | 0 | 0 | - | 0 | 16 | 4 |
| Laje | - | 16 | 122 | 14 | - | 39 | 0 | 0 | - | 0 | 25 | 4 |
| Amargosa | - | 90 | 126 | 40 | - | 57 | 0 | 24 | - | 0 | 23 | 16 |
| São Miguel das Matas | - | 8 | 104 | 9 | - | 20 | 0 | 0 | - | 0 | 16 | 3 |
| Varzedo | - | 0 | 75 | 12 | - | 17 | 0 | 0 | - | 0 | 8 | 7 |
| Castro Alves | - | 0 | 221 | 40 | - | 36 | 12 | 0 | - | 0 | 35 | 8 |
| Conceição do Almeida | - | 44 | 81 | 45 | - | 45 | 0 | 14 | - | 0 | 36 | 11 |
| Sapeaçu | - | 44 | 138 | 26 | - | 53 | 0 | 0 | - | 0 | 38 | 6 |
| Total | - | 695 | 2.524 | 689 | 31 | 985 | 45 | 163 | - | 0 | 441 | 215 |

Fonte: Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP - Censo Educacional 2015.

A seguir registro fotográfico das escolas instaladas na All e serviços associados.



Foto 4.4-26: Escola municipal Marilda S de Almeida em Jequié.



Foto 4.4-27: Estrutura de centro educacional pré-escolar em Jiquiriçá.

Thyriana C. V. U. L. M. Lami Batista



Foto 4.4-28: Exemplo de transporte escolar em Ubaíra.



Foto 4.4-29: Instalações de estabelecimento pré-escolar em Cravolândia.



Foto 4.4-30: Instalações de colégio estadual em Itaquiara.



Foto 4.4-31: Instalações de colégio estadual em Conceição do Almeida.



Foto 4.4-32: Instalações de colégio estadual em Sapeaçu.

4.4.2.3.4.2 Ensino Superior

Com a evolução tecnológica e produtiva, a demanda pelo ensino profissionalizante tem sido cada vez maior. O planejamento governamental prevê aumen-

to na rede federal de educação profissional, científica e tecnológica.

Nos municípios em estudo, há registros dos estabelecimentos educacionais listados no Quadro 4.4 6.

Mariana C. Uetzi Esmi Pontes

Nos locais onde não há disponibilidade dessa modalidade de ensino, ou os alunos se deslocam para municípios-polo (conforme apresentado no item de Hierarquia Urbana Regional), ou, em algumas situações, empresas locais patrocinam a realização de cursos e capacitações.

Além destes estabelecimentos é de notar a crescente demanda por cursos/ensino EAD – Ensino a Distância por parte da população, onde há módulos presenciais ou semipresenciais nos municípios em estudo.

Quadro 4.4-6: Disponibilização de lixo nos municípios no ao de 2010.

| Municípios | Estabelecimento |
|---|--|
| Manoel Vitorino | Instituto Biológico da Bahia – GERFAB filial 38 |
| | Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – Campus Jequié. |
| | Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – Campus Jequié. |
| | Polo – UNOPAR – Virtual. |
| | ISEB-Instituto Superior de Educação. |
| | Sociedade Baiana De Ensino Superior Ltda. |
| | W. M. Serviços de Assist. Social e Educação Superior. |
| Jequié | Instituto Biológico da Bahia. |
| | PRESERVAR - Projetos Educacionais e Sociais do Vale do Rio Das Contas Ltda |
| | SEBATE - Seminário Baiano de Teologia. |
| | Instituto Mantenedor De Ensino Superior Da Bahia Ltda. |
| | CETEJ – Centro de Educação Técnica de Jequié |
| | Organização Pós-graduação de Educação e Cultura Ltda. |
| | Centro de Educação Técnica de Jequié Ltda. |
| | Instituto de Ensino Superior de Jequié Ltda. |
| | Centro Especializado de Ensino Jurídico Siqueira Ltda. |
| | EBAFE - Empresa Baiana de Fomento a Educação. |
| Faculdades Unidas de Pesquisa, Ciências e Saúde Ltda. | |
| Jaguaquara | I PROFIT - Educação Corporativa Ltda. |
| | Polo – UNOPAR – Virtual. |
| | Universidade Federal do Recôncavo Baiano – UFB. |
| Amargosa | Centro de Formação de Professores. |
| | UFRB – Centro de Formação de Professores |
| | CESB |

4.4.2.3.4.3 Escolaridade da População Adulta

Por fim, que tange a educação nos municípios em análise, a Tabela 4.4-17 apresenta os índices de escolaridade da população de 25 anos ou mais, indicador este que compõe o IDH de Educação. Este indicador carrega, segundo informações do Atlas do Desenvolvimento Humano, “uma grande inércia, em função do peso das gerações mais antigas, de menor escolaridade”.

Em geral, com exceção dos municípios com maior ocupação populacional (mais de 50 mil habitantes), os demais entre as faixas de até 20 mil habitantes e entre 20 e 50 mil habitantes, a população analfabeta ainda é muito grande, girando em torno, em média, de 30% do total. Vale lembrar que os municípios não têm altos índices de ocupação urbana, influenciando tal fato no indicador analisado. Isso porque a evasão escolar na zona rural é maior do que na área urbana, assim como as dificuldades em concluir o ensino, uma vez que muitas vezes não há estabelecimentos próximos as moradias nestas localidades, assim como vagas, docentes, merendas, transporte escolar e outros.

Nos municípios de maior ocupação populacional é onde também se encontram as maiores taxas de conclusão do ensino superior. Nos demais municípios, independentemente do Território Identidade ao qual pertencem, as demais taxas em foco são bastante semelhantes, oferecendo poucas disparidades.

Thayana C. Vitorino *Raimundo Bastos*

Tabela 4.4-17: Escolaridade da população de 25 anos ou mais no ano de 2010.

| Municípios | Fund. incompleto e analfabeto | Fund. incompleto e alfabetizado | Fund. completo e médio incompleto | Médio completo e superior incompleto | Superior completo |
|----------------------|-------------------------------|---------------------------------|-----------------------------------|--------------------------------------|-------------------|
| Poções | 34,23% | 40,77% | 10,18% | 11,8% | 2,98% |
| Boa Nova | 41,9% | 42,8% | 7,2% | 6,28% | 1,89% |
| Manoel Vitorino | 36,1% | 44,8% | 9,4% | 7,2% | 2,44% |
| Jequié | 19,8% | 35,4% | 13% | 24,8% | 7% |
| Jaguaquara | 33,9% | 40,2% | 10,9% | 12,5% | 2,51% |
| Itaquara | 44,3% | 39,7% | 8,5% | 6% | 1,52% |
| Cravolândia | 36,9% | 35,6% | 6,7% | 17,6% | 3,10% |
| Ubaíra | 38,2% | 39,7% | 5,80% | 14,8% | 1,56% |
| Jiquiriçá | 29,5% | 51,3% | 7,4% | 9,7% | 2,16% |
| Laje | 35,5% | 39% | 10,3% | 12,6% | 2,64% |
| Amargosa | 26,5% | 39,6% | 9% | 21,7% | 3,16% |
| São Miguel das Matas | 31,2% | 48,3% | 5,72% | 12,4% | 2,33% |
| Varzedo | 33% | 43,2% | 7,7% | 14,4% | 1,74% |
| Castro Alves | 28,8% | 40,4% | 10,7% | 17,6% | 2,60% |
| Conceição do Almeida | 25,9% | 45,3% | 7,7% | 18,9% | 2,19% |
| Sapeaçu | 20,7% | 47,8% | 14,3% | 15,2% | 2,08% |

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil, 2010.

4.4.2.3.5 Energia

De acordo com dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2010), cerca de 87% dos domicílios permanentes existentes nos municípios da All possuíam fornecimento de energia elétrica - conforme apresentado na Tabela 4.4-18.

De acordo com dados locais e da distribuidora local de energia nos municípios da All, o fornecimento de energia elétrica em 100% dos municípios em foco é atribuído à Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia (COELBA).

Mariana C. Ostini Esmi Pontes

Tabela 4.4-18: Percentual da população em domicílios com energia elétrica em série histórica nos municípios da All.

| Municípios | 1 991 | 2000 | 2010 |
|----------------------|--------|--------|--------|
| Poções | 60,05% | 70,42% | 97,19% |
| Boa Nova | 33,96% | 43,95% | 84,87% |
| Manoel Vitorino | 29,05% | 49,97% | 80,63% |
| Jequié | 80,66% | 89,06% | 98,44% |
| Jaguaquara | 73,70% | 81,46% | 97,34% |
| Itaquara | 62,14% | 75,62% | 94,31% |
| Cravolândia | 64,89% | 69,32% | 94,81% |
| Ubaíra | 53,94% | 64,62% | 93,19% |
| Jiquiriçá | 44,68% | 65,22% | 96,78% |
| Laje | 45,67% | 65,17% | 97,64% |
| Amargosa | 65,55% | 79,50% | 96,45% |
| São Miguel das Matas | 45,86% | 72,30% | 96,73% |
| Varzedo | 41,38% | 72,82% | 96,51% |
| Castro Alves | 62,70% | 79,53% | 98,00% |
| Conceição do Almeida | 75,87% | 92,49% | 99,36% |
| Sapeaçu | 74,81% | 97,31% | 98,59% |

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2010.

Dentre os municípios em foco, apenas Boa Nova, instalado no Território Identidade Rio de Contas, tem o serviço com menor número de domicílios atendidos pelo serviço. Nos demais, sendo pequeno, médio ou grande porte populacional, há pequena diferença entre eles, não cabendo maiores comentários.

A iluminação pública – ruas, praças e demais logradouros públicos – nas sedes urbanas, distritos e vilas dos municípios da All é mantida pelas Prefeituras lo-

cais, com recursos oriundos da arrecadação de taxas aos consumidores de energia.

Na área rural, através do Programa de Eletrificação Rural Luz Para Todos do Governo Federal, grande parte da população da All foi atendida. No entanto, segundo informações coletadas em campo realizado em janeiro de 2017, é comum ocorrer “quedas de luz” em função da fragilidade da rede elétrica, acarretando, entre outros problemas, a suspensão das aulas noturnas nas escolas.

Thyriana C. Ustini Esmi Bastos

A seguir registro fotográfico do item.



Foto 4.4-33: Sistema de Iluminação Pública em Conceição do Almeida.



Foto 4.4-34: Subestação de energia elétrica em Sapeaçu.



Foto 4.4-35: Linhão de distribuição de energia na rodovia de acesso à Sapeaçu.

4.4.2.3.6 Comunicação e informação

Como infraestrutura de comunicação e informação disponível na All, apresentam-se os principais meios de expressão de massa e expressão individual, tais como: audiovisual (canais de televisão), comunicação de mídia escrita (jornais impressos e web) e comunicação sonora (rádio e operadoras de telefone fixo e celular) – de forma que possamos traçar um perfil de disponibilidade e acesso à informação, além do perfil de integração entre os municípios.

O estado da Bahia possui emissoras de televisão locais, em geral, afiliadas a companhias nacionais

como a Rede Globo, SBT, Record e outras. A emissora mais próxima à área de estudo em foco fica instalada no município vizinho a Poções, Vitória da Conquista; sendo esta a TV Bahia afiliada da Rede Globo, cuja programação complementa à nacional com notícias sobre o estado e a região.

O sinal analógico de televisão está acessível em quase todos os municípios em estudo, sendo que é possível notar antena de televisão de canais abertos e fechados em bairros de médio a alto padrão e no setor de serviços e comércio. Atualmente apenas os municípios de Jequié e Poções tem ativo o sinal digital.

Mariana C. Ustini Eliani Bastos



Foto 4.4-36 : Instalação de antenas de TV em Laje.



Foto 4.4-37: Instalação de antenas de TV em Jequié.

Com relação à comunicação de mídia escrita e impressa, listam-se, a seguir, alguns jornais de grande circulação nos municípios, observando-se que estes abrangem cidades vizinhas e em muitos casos, do entorno. Vale destacar também que, alguns municípios têm seu próprio jornal, como Boa Nova e Jequié, quais sejam:

- O Diário Boanovense, em Boa Nova;
- Jequié Notícias, em Jequié. e

Nos municípios da região metropolitana de Salvador (Varzedo, Castro Alves, Conceição do Almeida e Sapeaçu), nota-se a circulação de jornais importantes de Salvador como: Diário Oficial, Jornal da Metrópole, Jornal da Mídia e Massa!

No que tange, por sua vez, à comunicação de mídia escrita na web e comunicação de mídia sonora, apresentam-se as instituições listadas no Quadro 4.4

7. Nota-se que o maior número de estabelecimentos se dá no âmbito na imprensa escrita na web e nos municípios com maior aporte populacional e econômico, como Jequié, Poções e São Miguel das Matas. Os municípios que têm maior número de estabelecimentos de rádio seguem a mesma tendência.

Em geral as notícias postadas na mídia impressa, de web e rádio, discorrem sobre o dia a dia da população da região como um todo e municípios, ações de interesse, ações interventivas, política, economia, propaganda de comércio e serviços, ações de apoio, agenda cultural e social, entre outras informações de comunicação de massa. Nota-se uma grande inteiração, em todas as mídias, com a população de interesse, seja por meio de e-mail, telefone ou rede social. Um perfil um pouco diferenciado, comum e com muita aceitação na região, se dá no âmbito dos Blogs que expressam opiniões pessoais sobre a questão histórica e política dos municípios, agregando leitores pontuais e diferenciados.

Thyana C. Ustni Esmi Bastos

Quadro 4.4-7: Lista de comunicação de mídia escrita e sonora/rádio identificados nos municípios da All.

| Municípios | Tipo | Descrição | Site | Contato |
|-----------------|----------------------|---|---|-----------------------------------|
| Poções | Imprensa Escrita Web | Website informativo sobre Poções e Região. Também possui página no facebook e instagram. | http://www.pocoesagito.com/ | (77) 98131-8955 |
| | Imprensa Escrita Web | Website informativo sobre Poções e Região. Também possui página no facebook. | http://pocoes24hs.com.br/ | (77) 991595926 |
| | Imprensa Escrita Web | Website informativo sobre Poções e Região. Também possui página no facebook, twitter e instagram. | http://www.adelsonmeira.com.br/ | (77) 999721717 |
| | Imprensa Escrita Web | Website informativo sobre Poções e Região. Também possui página no facebook e twitter | http://pocoesurgente.com.br/ | (77) 981440696 |
| | Imprensa Escrita Web | Website informativo sobre Poções e Região. Também possui página no facebook e twitter | http://panoramageral.com.br/ | (77) 91091472 |
| | Sonoro/Rádio | Liberdade FM – A voz da Comunidade (87,9). Também possui página no facebook. | http://www.liberdadefmpocoes.com.br/ | (77) 98873 4413 ou 3431 - 1184 |
| Boa Nova | Imprensa Escrita Web | Website informativo sobre Boa Nova e Região. Também possui página no facebook. | http://www.portalboanovaba.ga/ | - |
| | Imprensa Escrita Web | Blog informativo sobre Boa Nova. | http://josenovaesbn.blogspot.com.br/2009/08/um-pouco-sobre-o-municipio-de-boa-nova.html | - |
| | Imprensa Escrita Web | Blog informativo sobre Boa Nova. | http://boanovatteraamada.blogspot.com.br/ | - |
| | Imprensa Escrita Web | Blog informativo sobre Boa Nova. | http://belledesablogspot.com.br/2014/08/a-historia-de-boa-nova.html | - |
| | Imprensa Escrita Web | Noticias de Manoel Vitorino, Catingal e Região. Também possui página do Twitter e facebook. | http://www.portalcingal.com.br/quem-foi-manoel-vitorino-confira-historia/ | (73) 999723171 |
| Manoel Vitorino | Sonoro/Rádio | Rádio Estação 93 FM. Também possui página no facebook e twitter. | http://www.estacao93fm.com.br/ | (73) 98226-9802 |
| | Sonoro/Rádio | Rádio Cidade Sol 945.9 FM | http://cidadesolfm.com.br/ | (73) 99905-9490 |
| | Sonoro/Rádio | Rádio Povo Jequié 1460 AM. Também possui página no facebook e twitter. | http://www.radiopovo.com.br/ | (73) 3527-1460 |
| | Sonoro/Rádio | Rádio Comunitária Cidade 104.9 FM. Também possui página no facebook e twitter. | http://www.cidadefmjequeie.com.br/ | (73) 3527-7923 |
| | Sonoro/Rádio | Rádio 105 FM. Também possui página no facebook e twitter. | http://www.105jequeie.com.br/ | (73) 3525-2273 |
| Jequié | Sonoro/Rádio | Rádio Jequié 89.7 FM. Também possui página no facebook e twitter. | http://www.jequiefm.com/ | (73) 8846-1849 |
| | Imprensa Escrita Web | Noticias de Jequié e Região. | http://jequeieurgente.com/ | - |
| | Imprensa Escrita Web | Noticias de Jequié e Região. Também possui página no facebook e twitter. | http://www.jequiereporter.com.br/blog/ | (73) 99716199 |
| | Imprensa Escrita Web | Noticias de Jequié e Região. | http://www.juniormascote.com.br/ | - |
| | Imprensa Escrita Web | Noticias de Jequié e Região. | http://jequeieeregiao.com.br/site/ | (73) 88910375 |
| | Imprensa Escrita Web | Noticias de Jequié e Região. | http://www.jequienoticias.com.br/ | (73) 91217734 |
| | Imprensa Escrita Web | Noticias de Jequié e Região. | http://blogmarcosfrahm.com/category/jequeie/ | - |

Mariana C. Ustini Eliani Bastos

| Municípios | Tipo | Descrição | Site | Contato |
|----------------------|----------------------|---|---|----------------|
| Jaguaquara | Imprensa Escrita Web | Notícias de Jaguaquara e Região. Também possui página no facebook e twitter. | http://blogmarcosfrahm.com/category/jaguaquara/ | - |
| | Imprensa Escrita Web | Blog sobre Jaguaquara. | https://umpouquinhodecadalugar.com/2012/09/16/jaguaquara-um-pouquinho-do-meu-lugar/ | - |
| | Imprensa Escrita Web | Blog sobre Jaguaquara. | http://historiandonatoca.blogspot.com.br/2013/04/breve-historico-de-jaguaquaraba.html | - |
| Itaquara | Imprensa Escrita Web | Jornal Imprensa. Website com informações de Itaquara. | http://www.jornalimprensa.com/itaquara | - |
| Ubaíra | Imprensa Escrita Web | Website informativo sobre Ubaíra e região. | http://tribunadoreconcavo.com/category/ubaيرا/ | (75) 988311171 |
| | Imprensa Escrita Web | Website informativo sobre Ubaíra e região. | http://denivalrodrigues.webnode.com.br/news/um-pouco-da-historia-de-ubaيرا/ | - |
| | Sonoro/Rádio | Rádio Cidade 105.5 FM | http://www.radiocidade105fm.com.br/ | (75) 35442801 |
| Jiquiriçá | Imprensa Escrita Web | Blog com notícias de Jiquiriçá e Região. | http://blogmarcosfrahm.com/category/vale-do-jiquirica/ | - |
| | Imprensa Escrita Web | Blog com notícias de Jiquiriçá e Região. | http://valedojiquirica.blogspot.com.br/ | - |
| Laje | Imprensa Escrita Web | Website sobre Laje, Região, Bahia e País. Também tem página no facebook e twitter. | http://www.bahia-noticias.com/cidades/laje | - |
| | Imprensa Escrita Web | Website sobre Laje, Região, Bahia e País. Também tem página no facebook, twitter e youtube. | http://www.tvsaj.com.br/ | - |
| Amargosa | Sonoro/Rádio | Rádio Vale FM 105.3 | http://www.fmvale.com.br/index_site.php?cid=valefm | (75) 36343239 |
| | Imprensa Escrita Web | Website sobre Amargosa e região. Também tem página no facebook, twitter e youtube. | http://www.amargosaurgente.com.br/ | (75) 98838352 |
| | Imprensa Escrita Web | Website sobre Amargosa e região. Também tem página no facebook, twitter, instagram e youtube. | http://www.amargosanews.com/ | - |
| São Miguel das Matas | Imprensa Escrita Web | Website sobre São Miguel das Matas. Também tem página no twitter. | http://www.criativaonline.com.br/index/noticias/cid-309/sao_miguel_das_matas | - |
| | Imprensa Escrita Web | Website sobre São Miguel das Matas, região, Bahia e Brasil. | http://www.criativaonline.com.br/index/noticias/id-53607/municipio_de_sao_miguel_das_matas__ba | - |
| Varzedo | Imprensa Escrita Web | Website sobre os municípios do Recôncavo Baiano. Também tem página no facebook e twitter. | http://www.jornalreconcavo.com.br/ | - |
| | Imprensa Escrita Web | Website sobre os municípios Baianos. Também tem página no facebook. | http://www.calilanoticias.com/ | - |
| | Imprensa Escrita Web | Website sobre os municípios do Recôncavo Baiano. Também tem página no facebook e twitter. | http://tribunadoreconcavo.com/ | - |
| | Imprensa Escrita Web | Website sobre os municípios do Recôncavo Baiano | http://www.vozdabahia.com.br/ | - |
| | Imprensa Escrita Web | Website sobre os municípios do Recôncavo Baiano | http://www.carlinosouza.com.br/ | - |
| | Imprensa Escrita Web | Website sobre Varzedo. | http://www.varzedonoticia.com.br/ | - |
| | Sonoro/Rádio | Nova Varzedo 87,9 FM | http://www.varzedofm.com.br/ | - |
| Castro Alves | Sonoro/Rádio | Castro Alves 96.7 FM. Também tem página no facebook e twitter. | http://www.castroalvesfm.com.br/ | - |
| Sapeaçu | Imprensa Escrita Web | Website com informações de Sapeaçu e região. Também possui página no facebook e twitter. | http://www.sapeacunamidia.com.br/ | (75) 982111173 |
| | Imprensa Escrita Web | Website com informações do Recôncavo Baiano. | http://bahiareconcavo.com.br/site/tag/sapeacu/ | - |

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2010.

Thayana C. Ustini *Luiz Barcelos*

Embora se tenha notado, mediante apresentação do quadro acima, significativo número de imprensa escrita na web, é importante destacar que estas não estão disponíveis a grande parte da população residente na All. Segundo informações do Censo Demográfico 2010, os municípios em estudo apresentam baixo índice de microcomputadores e aparelhos de modo geral com acesso à internet em suas zonas de ocupação territorial. Dentro deste universo, dá-se destaque para a população residente na zona rural, onde os índices, por exemplo no município de Poções, chegam à apenas 1,7% da população total residente com microcomputador e 0,4% da população total residente com microcomputador e com acesso à internet.

Tal cenário não se difere muito para grande parte do restante dos municípios, pois segundo informações da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação da Bahia (2016), os computadores ainda são caros para aquisição da população de baixa a média renda, e, adicionalmente, há uma carência de infraestrutura de conectividade digital que permita a disponibilização de conexão à rede de banda larga.

Dentre os municípios com maior número de microcomputadores com acesso à internet na zona urbana destaca-se Jequié. Já na zona rural, destacam-se os municípios de Boa Nova e Sapeaçu. Os demais podem ser conferidos na Tabela 4.4-19 a seguir.

Tabela 4.4-19: Proporção de moradores com acesso a microcomputadores e internet nos municípios da All no ano de 2010.

| Municípios | Urbano | | Rural | |
|----------------------|-----------------|----------|-----------------|----------|
| | Microcomputador | Internet | Microcomputador | Internet |
| Poções | 20,6% | 16,9% | 4,2% | 1,6% |
| Boa Nova | 15,8% | 12,3% | 4,6% | 2,1% |
| Manoel Vitorino | 14,9% | 11,9% | 2,2% | 0,6% |
| Jequié | 30,5% | 26,1% | 1,1% | 0,8% |
| Jaguaquara | 19% | 15,3% | 0,3% | 0,1% |
| Itaquara | 11,1% | 6,4% | 1,2% | 0% |
| Cravolândia | 17,5% | 12,4% | 5,1% | 0,7% |
| Ubaíra | 12,4% | 9,7% | 2,1% | 0,4% |
| Jiquiriçá | 14,7% | 10,7% | 0,6% | 0% |
| Laje | 19,7% | 15,3% | 3,1% | 0,3% |
| Amargosa | 21% | 16,9% | 0,9% | 0,2% |
| São Miguel das Matas | 18,7% | 16,4% | 3,1% | 0,8% |
| Varzedo | 17,4% | 14,5% | 4% | 1,7% |
| Castro Alves | 14,8% | 11,9% | 1,7% | 0,3% |
| Conceição do Almeida | 23,2% | 18,9% | 3,9% | 1,7% |
| Sapeaçu | 22,6% | 17,3% | 3,7% | 2% |

Fonte: Relatórios Dinâmicos – Monitoramento de Indicadores (<http://www.relatoriosdinamicos.com.br/>).

Apesar dos indicadores mostrados na tabela acima, no período entre 2010 e 2016, o setor de telefonia tem crescido expressivamente, segundo índices da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro - Firjan, e suprido, em parte, a demanda no que tange ao acesso à informação de massa e claro, comunicação sonora entre cidadãos.

As operadoras de celular que abrangem a All em foco são: Vivo, Tim, Claro e Oi – sendo que as O2 (duas) primeiras oferecem maior cobertura de municípios e qualidade de serviços, segundo informações da Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel (2016). O Quadro 4.4 8 o abaixo lista os municípios e operadoras atuantes.

Mariana C. Ustini Eliani Pontes

Quadro 4.4-8: Lista de operadoras telefônicas por municípios da All.

| Municípios | Operadoras de celular |
|----------------------|-----------------------|
| Poções | Vivo, Tim, Claro e Oi |
| Boa Nova | Vivo |
| Manoel Vitorino | Claro |
| Jequié | Vivo, Tim, Claro e Oi |
| Jaguaquara | Vivo, Tim, Claro e Oi |
| Itaquara | Claro e Oi |
| Cravolândia | Claro e Oi |
| Ubaíra | Vivo, Claro e Oi |
| Jiquiriçá | Claro, Tim e Oi |
| Laje | Vivo e Oi |
| Amargosa | Vivo, Tim, Claro e Oi |
| São Miguel das Matas | Oi |
| Varzedo | Vivo e Oi |
| Castro Alves | Vivo, Tim, Claro e Oi |
| Conceição do Almeida | Claro, Tim e Oi |
| Sapeaçu | Vivo, Claro e Oi |

Fonte: R Anatel (2016) e pesquisa em campo (2016).

Por fim, é importante colocar que um meio de comunicação ainda bastante utilizado nestas cidades é o de alto-falante, seja em carros de som, bicicletas ou motocicletas. Estes serviços foram visualizados durante campanha de campo principalmente em municípios como Poções, onde o terceiro setor é bastante movimentado e concentrado em torno de praças arborizadas e com grande número de cidadãos.

4.4.2.3.7 Segurança Pública

O Sistema de Segurança Pública é percebido mediante indicadores como: integração, disponibilidade e acesso de informações sobre o tema (telefones gratuitos, medidas preventivas contra violência e criminalidade, segurança pessoal em caso de risco individual e coletivo, diretos civis e etc.) e o funcionamento dos estabelecimentos com este fim, podendo ser estes delegacias policiais, delegacias especializadas, conselhos regionais de segurança, departamentos da policia rodoviária militar e conjunto penal ou penitenciário, entre outros.

O quadro apresentado a seguir, indica que todos os

municípios dispõem de Delegacia de Polícia Civil, sendo que estas instituições são responsáveis pelo acolhimento da população em situação de risco, de dúvidas e pela prática de ações que garantam a sensibilização e segurança dos cidadãos de forma geral.

As Delegacias de Polícia Civil da All, segundo a Secretaria de Segurança Pública da Bahia (2016), têm poucos efetivos, não detêm de infraestrutura para o cumprimento de pena alternativa ou de internato e eventualmente efetuam, junto à comunidade, ações de educação nas suas várias frentes de trabalho, especialmente as delegacias especializadas e o Corpo de Bombeiros no caso de Jequié. Vale ressaltar que estas instituições, especialmente as instaladas na All, sofrem com problemas constitucionais, a exemplo de baixos salários, precária situação de trabalho, falta de equipamento, equipamentos obsoletos e baixa qualificação.



Foto 4.4-38 : Instalações da Polícia Militar de Poções.



Foto 4.4-39: Instalações da Delegacia de Polícia de Manoel Vitorino.

Thyriana C. Ustui Loui Bastos



Foto 4.4-40: Instalações da Polícia Militar de Sapeaçu.

O município de Jequié conta com maior infraestrutura de segurança e atende os municípios do entorno com serviços complementares, tais como: delegacia especializada em gênero, serviço de atendimento telefônico com a utilização do Centro Integrado de Comunicação - SICOM, Polícia Rodoviária Federal, Corpo de Bombeiros e o Conjunto Penal de Seguran-

Quadro 4.4-9: Lista dos principais crimes e Sistema de Segurança Pública nos municípios integrantes da AIJ.

| Município | Áreas Integradas de Segurança Pública (AISP) | Principais crimes cometidos de Janeiro à Março de 2016 | Estabelecimentos disponíveis de Segurança Pública |
|----------------------|--|---|--|
| Poções | AISP 57 - Vitória da Conquista | Tentativa de homicídio (2), estupro (3), roubo de veículos (2), furto de veículos (4) e uso ou porte de substâncias entorpecentes (3). | Delegacia de Polícia Civil; Polícia Rodoviária Federal. |
| Boa Nova | AISP 57 - Vitória da Conquista | Homicídio doloso (1). | Delegacia de Polícia Civil. |
| Manoel Vitorino | AISP 45 - Jequié | Tentativa de homicídio (1) e uso ou porte de substâncias entorpecentes (6). | Delegacia de Polícia Civil. |
| Jequié | AISP 45 - Jequié | Homicídio doloso (26), tentativa de homicídio (22), estupro (3), roubo de veículo (20), furto de veículo (18) e uso ou porte de substâncias entorpecentes (24). | Delegacia de Polícia Civil; Polícia Militar, Delegacia Especializada no Atendimento da Mulher (DEAM), DRFR, Centros Integrados de Comunicações - CICOM, Polícia Rodoviária Federal, Conjunto Penal - Presídio, Corpo de Bombeiros. |
| Jaguaquara | AISP 45 - Jequié | Homicídio doloso (1), tentativa de homicídio (1), estupro (4), roubo de veículo (10), furto de veículo (6) e uso ou porte de substâncias entorpecentes (7). | Delegacia de Polícia Civil, Secretaria de Segurança Pública. |
| Itaquara | AISP 45 - Jequié | Estupro (1), roubo de veículo (1) e uso ou porte de substâncias entorpecentes (1). | Delegacia de Polícia, Secretaria de Segurança Pública. |
| Cravolândia | AISP 45 - Jequié | Sem registro de crimes no período. | Delegacia de Polícia Civil. |
| Ubaíra | AISP 51 - Santo Antônio de Jesus | Homicídio doloso (1), estupro (1), roubo de veículo (2) e furto de veículo (1). | Delegacia de Polícia Civil. |
| Jiquiriçá | AISP 51 - Santo Antônio de Jesus | Homicídio doloso (1), tentativa de homicídio (3) e roubo a ônibus (1). | Delegacia de Polícia Civil. |
| Laje | AISP 51 - Santo Antônio de Jesus | Homicídio doloso (2), roubo com resultado de morte (1), tentativa de homicídio (5), estupro (2), roubo de veículo (3) e furto de veículo (4). | Delegacia de Polícia Civil. |
| Amargosa | AISP 51 - Santo Antônio de Jesus | Homicídio doloso (2), lesão corporal seguida de morte (1), tentativa de homicídio (4), estupro (4), roubo de veículo (4), furto de veículo (1) e uso ou porte de substâncias entorpecentes (8). | Delegacia de Polícia Civil. |
| São Miguel das Matas | AISP 51 - Santo Antônio de Jesus | Homicídio doloso (1), estupro (1) e roubo de veículo (3). | Delegacia de Polícia Civil. |

Mariana C. Ustini Eliani Bastos

| Município | Áreas Integradas de Segurança Pública (AISP) | Principais crimes cometidos de Janeiro à Março de 2016 | Estabelecimentos disponíveis de Segurança Pública |
|----------------------|--|---|---|
| Varzedo | AISP 51 – Santo Antônio de Jesus | Tentativa de homicídio (1) e roubo de veículo (1). | Delegacia de Polícia Civil. |
| Castro Alves | AISP 33 – Cruz das Almas | Homicídio doloso (2), tentativa de homicídio (1), roubo de veículo (1), furto de veículo (1) e uso ou porte de substâncias entorpecentes (2). | Delegacia de Polícia Civil. |
| Conceição do Almeida | AISP 33 – Cruz das Almas | Homicídio doloso (1), tentativa de homicídio (1) e roubo de veículo (7). | Delegacia de Polícia Civil. |
| Sapeaçu | AISP 33 – Cruz das Almas | Estupro (1), roubo de veículo (5), furto de veículo (3) e uso ou porte de substâncias entorpecentes (5). | Delegacia de Polícia Civil. |

Fonte: Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia (2016) e Associação dos Delegados da Polícia do Estado da Bahia - ADPEB (2016) - <http://www.ssp.ba.gov.br/arquivos/File/Estatistica2016/Interior/09INTERIORMUNIC2016.pdf>.

ça Máxima de Jequié.

4.4.2.3.8 Lazer, turismo e cultura

Nesta seção serão apresentadas as infraestruturas de lazer, turismo e cultura disponíveis nos municípios integrantes da AI, considerando, para tanto, como infraestrutura, segundo diretrizes do Ministério da Cultura - MinC e Secretaria de Cultura e Turismo da Bahia: museus, teatros, salas de espetáculo, arquivos públicos ou centro documentação, cinemas, centros culturais, centros de exposição, áreas para eventos, ginásios, estádios, campo de futebol e quadra poliesportiva.

A título de interesse, segundo informações do Ministério da Cultura (2017) - Plano Nacional de Cultura, suas metas de desenvolvimento e ampliação da cultura e lazer em geral, incluem que: 1) todos os municípios de até 10 mil habitantes tenham ao menos um equipamento cultural; 2) todos os municípios com população entre 10 e 20 mil habitantes tenham pelo menos dois equipamentos culturais; 3) todo município com população entre 20 e 100 mil habitantes tenham pelo menos três equipamentos culturais; 4) todo município com população entre 100 e 500 mil habitantes tenham pelo menos quatro equipamentos de cultura.

Segundo entendimento do MinC, os equipamentos e espaços culturais "contribuem para democratizar a cultura e para integrar populações, tanto de áreas periféricas como centrais, pois oferecem aos cidadãos acesso a bens e serviços".

Para a construção do item, foram coletadas informações em sítios oficiais dos municípios e in loco em função do trabalho de campo realizado no mês de janeiro de 2017.

4.4.2.3.8.1 Equipamentos e infraestrutura

Os municípios em estudo, em geral, não possuem estabelecimentos ou espaços de lazer de grande porte sociocultural, tais como: museus, teatros, salas de espetáculo ou salas de cinema. Comumente são vistas grandes e pequenas praças arborizadas, com banquinhos de concreto; algumas poucas equipadas com brinquedos para crianças e/ou para realização de eventos, quadras poliesportivas, ginásios, estádios e campos de futebol.

Eventualmente são vistos nos municípios espaços de cultura, biblioteca municipal – que são enquadradas na categoria de acervo cultural e espaços para exposições, como é o caso de Amargosa devido sua ligação econômica e social com a agropecuária.

Nos municípios do Vale do Jiquiriçá é possível acessar cachoeiras com alguma infraestrutura de lazer e poucos balneários com sistemas de pesque e pague. O município com maior infraestrutura de hotel fazenda, por exemplo, sendo estes equipamentos privados, é Conceição do Almeida no Território Identidade Recôncavo.

Abaixo segue registro fotográfico dos equipamentos encontrados nos municípios

Thyriana C. Ustini Esmi Barata



Foto 4.4-41: Instalações da Praça da Prefeitura Municipal de Poções.



Foto 4.4-42: Instalação da Biblioteca Municipal de Poções.



Foto 4.4-43: Instalação do centro Social e Cultural de Jaguaquara.



Foto 4.4-44: Instalações do Balneário Horto Maria Flor em Jiquiriçá.



Foto 4.4-45: Instalações Biblioteca Municipal em Jiquiriçá.



Foto 4.4-46: Instalações da Praça central de Ubaira, com equipamento infantil e piso apropriado para brincadeiras.

Mariana C. Ostini Esmi Pontes



Foto 4.4-47: Instalações da Casa da Cultura em Cravolândia.



Foto 4.4-48: Instalações Associação Cultural de Conceição do Almeida.



Foto 4.4-49: Instalações de uma das Praças de Castro Alves.

No item de equipamentos e infraestrutura não são considerados os centros religiosos municipais, porém, tais estabelecimentos devem ser citados como importantes fontes de cultura em razão de suas ligações com o aspecto imaterial dos residentes e, adicionalmente, diversidade de atividades, inclusive culturais, que os mesmos promovem durante o ano.

Muitos municípios da All são regionalmente conhecidos por suas festas de São João, estas ligadas a comemorações do calendário religioso da Igreja Católica. Há outros municípios com ligações fortes junto ao espiritismo, ao candomblé e também muitos, ligados à cultura protestante – tanto na zona urbana quanto na zona rural (registros abaixo).

Thyriana C. V. U. L. M. Lami Pontes



Foto 4.4-50: Igreja Católica no centro de Castro Alves.

Também não foram consideradas neste subitem as praias doces, localizadas nos próprios rios que margeiam os municípios e seus igarapés, contudo, em muitas localidades há disponibilidade desta área de lazer nas épocas de cheia.

4.4.2.3.8.2 Festas Comemorativas

Tal como já citado, os municípios em estudo realizam inúmeras festas anuais envolvendo pequenos grupos e/ou grandes grupos, como é o exemplo das festas

juninas, festas em homenagem às padroeiras e outras do calendário nacional.

Na zona rural as festas mais comuns são aquelas organizadas pelos centros religiosos, predominantemente pelas Igrejas Católicas e Protestantes.

Os municípios com maior destaque neste quesito estão instalados nos Territórios Identidade do Vale do Jiquiriçá e Recôncavo, como descrito no Quadro 4.4-10 abaixo.

Quadro 4.4-10: Descrição dos eventos e festas municipais.

| Municípios | Descrição dos eventos e festas municipais |
|-----------------|--|
| Poções | Conhecido pelas festas da padroeira e festas Juninas. |
| Manoel Vitorino | Conhecido pela festa do Umbu organizada pela COOPROAF. |
| Jequié | Conhecido pelas festas da padroeira e festas Juninas. |
| Ubaíra | Grande exploração do turismo ecológico, o qual ocorre, no seu respectivo território que integra as montanhas do Vale do Jiquiriçá. Segundo informações em sítios da internet e de seus residentes, a região e suas atrações são comparadas a outros locais de peregrinação no estado da Bahia, como os Cânions do Vale do Rio São Francisco, em razão da intensa procura de turistas. O Caminho da Paz, mais famosa atração turística da região, tem extensão de 127 km, iniciando na cidade de Amargosa até o município de Ubaíra, na Pousada Ecológica Semente. Neste local são realizadas diversas atividades de lazer, esportivas e de aventura, além do resgate cultural e atividades terapêuticas. A região do Caminho da Paz é rica na preservação do bioma e também em quedas d'água. Durante o percorrido da trilha, há paradas para observação florística e da vegetação como um todo, sem que, para isso, o turista seja especialista no assunto, tamanha a riqueza visual disponível. Como adendo ao turismo do Caminho da Paz e da região como um todo, nota-se uma forte expressão cultural através da produção de artesanato com esmero, deixando o município ainda mais atrativo para turistas interessados na cultura local. Assim como nos demais municípios, as festas juninas são tradicionais e bem frequentadas, com amplo destaque às atividades no Vale do Jiquiriçá que atraem milhares de pessoas de todo o estado. Por fim, o município também apresenta forte aspecto religioso, abrigando em seu território grande número de estabelecimentos de diferentes seitas e práticas religiosas. |

Mariana C. Ustini Eliani Bastos

| Municípios | Descrição dos eventos e festas municipais |
|----------------------|---|
| Jiquiriçá | Segundo inúmeros sítios na internet e informações coletadas in loco, o município tem vasta tradição em manifestações culturais. O artesanato local é amplamente incentivado e reconhecido, em especial àqueles feitos com matéria prima de barro, cipó, palha e madeira em geral. A população tem várias organizações carnavalescas e folclóricas, algumas desde a década de 1960. Como festas e comemorações tradicionais citam-se as procissões, a festa do Nosso Senhor de Bonfim, os blocos de carnaval, as festas juninas e suas famosas quadrilhas de dança. Como monumentos históricos, listam-se: antiga estação ferroviária, Igreja Matriz de Nosso Senhor do Bonfim e o prédio da Prefeitura Municipal. |
| Conceição do Almeida | Conhecido pelas festividades de São João, com comidas típicas, licor, bolos, canjica e muitas frutas da época. Segundo o site Bahia, "as ruas são enfeitadas com bonecos, bandeirolas e outras inventividades, e contam ainda com apresentação de quadrilhas e muito forró-pé-de-serra, para ninguém ficar parado. O poeta Castro Alves já immortalizava no hino "Sultana das Flores" a generosidade do povo e as belezas naturais da cidade". |

4.4.2.4 USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

Neste item é caracterizada a estrutura fundiária dos municípios que compõem a All, e identificadas e mapeadas as áreas rurais, urbanas e em expansão – incluindo os vetores de crescimento –, assentamentos, comunidades rurais, culturas sazonais e permanentes – inclusive silvicultura –, pastagens naturais e/ou cultivadas, matas e outras tipologias de vegetação natural, bem como outros tipos introduzidos.

No intuito de analisar os vetores de crescimento e as tendências de expansão urbana e periurbana, rural e industrial nas zonas da área de estudo próximas ao empreendimento, foram utilizadas imagens de satélite e identificados os instrumentos de planejamento, gestão e ordenamento territorial disponíveis, tais como planos diretores, leis orgânicas, leis de uso e ocupação do solo e Zoneamentos Ecológico-Econômicos (ZEEs), mostrando onde está inserido o empreendimento em relação ao uso e ocupação do solo dos municípios atravessados pela futura LT.

As fontes utilizadas para a construção do item foram os próprios instrumentos de planejamento e gestão existentes, obtidos através de consultas nos sites oficiais.

4.4.2.4.1 Gestão Estadual

O governo do estado da Bahia dispõe de diversos instrumentos de organização ou política territorial, que, imediatamente, influenciam nas atuais gestões municipais do tema. Isso porque, segundo a Secretaria de Planejamento do Estado, as ações governamentais devem orientar para as especificidades regionais existentes e promover, ao mesmo tempo, um processo participativo de formulação e acompanhamento das ações.

Para tanto, o Quadro 4.4-11 abaixo, apresenta tais instrumentos e suas respectivas disposições, de modo que se entenda a abrangência das orientações em vigor. Também se listam as escutas sociais utilizadas para o fortalecimento de suas políticas.

Quadro 4.4-11: Instrumentos ou legislação aplicável ao Uso e Ocupação do Solo do estado Baiano.

| Município | Oficilização | Disposições/Descrições | Informações |
|---|---------------|---|---|
| Política de Desenvolvimento Territorial do Estado da Bahia | Lei nº 13.214 | Dispõe sobre os princípios, diretrizes e objetivos da Política de Desenvolvimento Territorial do Estado da Bahia, institui o Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial (Cedeter) e os Colegiados Territoriais de Desenvolvimento Sustentável (Codeter's). | http://www.seplan.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=51 |
| Colegiado Territorial de Desenvolvimento Ssustentavel (CODETER) | - | Fórum de discussão e de participação social presente em todos os Territórios de Identidade | http://www.seplan.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=51 |
| Comitê de acompanhamento do Plano Plurianual (CAPP) | - | Composto pelos representantes da sociedade civil eleitos para comporem o CEDETER, sendo onze titulares. Sua função é acompanhar a execução do Plano e mediar o diálogo entre a sociedade e o Estado. A SEPLAN fornece os insumos sobre o PPA e o Comitê faz suas incursões, recomendando possíveis ajustes, além de apresentar aos territórios suas impressões. | http://www.seplan.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=51 |

Thayana C. Ustui *Rauli Barata*

| Município | Oficilização | Disposições/Descrições | Informações |
|--|--|---|---|
| Plano Plurianual Territorializado e Participativo (PPA-P) | Decreto nº 16.014 de 20 de Março de 2015 | Estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública estadual, considerando as despesas de capital e outras delas decorrentes, e as relativas aos programas de duração continuada. | http://www.pparticipativo.ba.gov.br/o-ppa |
| Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável (PTDS) | - | Tem como objetivo facilitar a articulação e a implementação de programas e projetos que viabilizem o desenvolvimento territorial sustentável. A maioria dos 27 Territórios do Estado da Bahia possui um PTDS elaborado ou estão em fase de elaboração. | http://www.seplan.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=51 |
| Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial (CEDETER) | Lei 13.2014/14 | Tem a finalidade de subsidiar a elaboração de propostas de políticas públicas e estratégias para o desenvolvimento territorial sustentável e solidário do Estado da Bahia. | - |
| Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) | - | Instrumento de gestão que orientara os investimentos públicos e privados. Sua importancia ara a Bahia esta em aprovar atraves da Lei - As áreas adequadas à implantação de arranjos socioprodutivos específicos; - Os locais que devem ser protegidos devido à maior vulnerabilidade ambiental; - As regiões que se encontram degradadas ou em estado de degradação que deverão ser objeto de ações de recuperação. A Secretaria do planejamento (SELPAN) e a Secretaria do Meio Ambiente (SEMA) coordenam o processo de consulta popular, que findou em Abril de 2015. | http://www.zee.ba.gov.br/zee/index.php |
| Territórios de identidade (TI) | Decreto nº 16.014 de 20 de Março de 2015 | Um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade, coesão social, cultural e territorial. | http://www.seplan.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=51 |
| Consórcio Público | - | Instrumento poderoso que viabiliza a melhoria da gestão pública e a racionalização no uso do dinheiro público, uma vez que a solução de problemas comuns se dá por meio de políticas e ações compartilhadas. A criação de consórcios públicos possibilita ainda a descentralização da prestação de serviços, maior racionalidade na elaboração e implementação das políticas públicas, e promove a visão territorial do desenvolvimento. - Multipla finalidade: o consórcio poderá atuar em diversas áreas como: planejamento regional, saneamento, transporte urbano e intermunicipal, infraestrutura, turismo, trânsito, assistência social, educação, meio ambiente, desenvolvimento rural, apoio à gestão municipal etc. - Território de identidade: como referência espacial. - Controle Social: preestabelecimento, no contrato do consórcio público, de colegiado formado exclusivamente por representantes da sociedade civil responsável por monitorar e opinar sobre as atividades desenvolvidas pelo consórcio. | http://www.seplan.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=51 |

Dentre os instrumentos de gestão territorial listados acima, destaca-se o ZEE – instrumento que oferece diretrizes, análises e mapas temáticos sobre o tema, os quais são apresentados nos itens subsequentes.

No que tange a análise destes documentos, abaixo seguem informações de interesse do estudo por Macrorregiões, informações estas que estão disponíveis no documento “Diagnostico de Vulnerabilidade Natural

Mariana C. Ustini Eliani Bastos

e Social” (ZEE Bahia):

- Macrorregião do Recôncavo (RMS): baixa vulnerabilidade socioambiental, sendo uma área antropizada e com alto grau de degradação ambiental. Próximo ao município de Castro Alves, a biodiversidade se revela com classe moderada.
- Macrorregião do Semiárido: na região de estudos é constituída por planaltos interioranos e serras residuais (entre o semiárido e o litoral sul), formada por grupos sociais adaptados às características ecológicas e ambientais. Detêm cultura própria e tradicional, sofrendo com a pressão exercida pelo uso inadequado do solo e pela falta de assistência adequada para o convívio com a seca. Apresenta grande sensibilidade hídrica e também a qualquer intervenção no meio ambiente. São áreas propícias a desertificação e de difícil recuperação ambiental, por isso abrigam áreas de Conservação. No todo, segundo este documento, a área em estudo, contudo, é de baixa a média vulnerabilidade socioambiental.
- Esta macrorregião, a exemplo de Jequié e Poções, foi contemplada por programas do governo, especialmente no que tange ao abastecimento de água e fornecimento de energia.

Adicionalmente o documento indica, conforme figura apresentada a seguir, que os municípios deste estudo, em sua maioria, apresentam: qualidade de vida, condições de vida e condições econômicas ruins. O restante dos municípios, na figura apresentada abaixo, indicados em amarelo ovo, rosado e marrom, têm: qualidade de vida boa, mas, com desempenhos ruins em condição econômica e condição de vida.



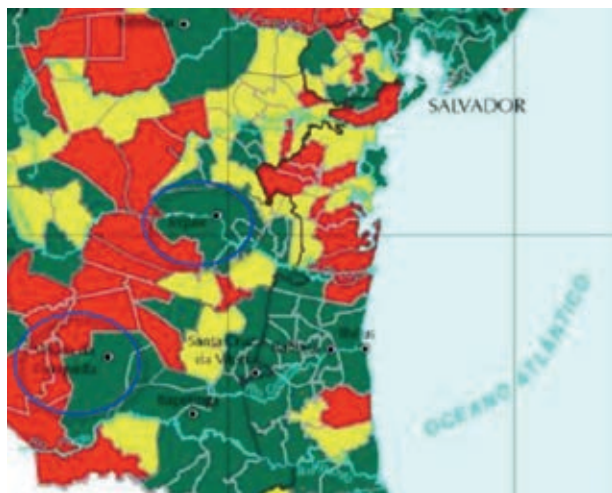
 **Vitória da Conquista, próxima a Poções e Jequié**

-  1 - Municípios com qualidade de vida, condição de vida e condição econômica com bons desempenhos
-  2 - Municípios com qualidade de vida e condição de vida satisfatória e baixo desempenho em condição econômica.
-  3 - Municípios com qualidade de vida e condição econômica satisfatória e baixo desempenho em condição de vida.
-  4 - Municípios com econômica e condição e condição de vida satisfatórias e desempenho ruim em qualidade de vida.
-  5 - Municípios com qualidade de vida boa, mas com desempenhos ruins em condição econômica e condição de vida.
-  6 - Municípios com Condição de vida boa, mas com desempenhos ruins em qualidade de vida e condição econômica.
-  7 - Municípios com condição econômica boa, mas com desempenhos ruins de qualidade de vida e condição de vida.
-  8 - Municípios com qualidade de vida, condição de vida e condição econômica com desempenhos ruins.

Figura 4.4-53: Tipologias de Vulnerabilidade Social.

Thyriana C. Ustini *Rauli Barata*

A figura a seguir demonstra o indicador dimensional de qualidade de vida.



○ Vitória da Conquista, próxima a Poções e Jequié

Indicador Dimensional de Qualidade de Vida

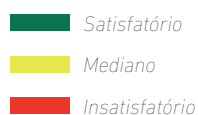


Figura 4.4-54: Desempenho do Indicador Dimensional de Qualidade de Vida.

4.4.2.4.2 Gestão Municipal

Conforme diretrizes do Estatuto das Cidades – Lei 10.257 de 10 de julho de 2001, política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais:

- garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações;
- gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano;

- cooperação entre os governos, a iniciativa privada e os demais setores da sociedade no processo de urbanização, em atendimento ao interesse social;
- planejamento do desenvolvimento das cidades, da distribuição espacial da população e das atividades econômicas do Município e do território sob sua área de influência, de modo a evitar e corrigir as distorções do crescimento urbano e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente;
- oferta de equipamentos urbanos e comunitários, transporte e serviços públicos adequados aos interesses e necessidades da população e às características locais;
- ordenação e controle do uso do solo.

Ainda segundo esta Lei:

- o plano diretor é obrigatório para cidades com mais de 20 mil habitantes;
- integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas;
- onde o Poder Público municipal pretenda utilizar os instrumentos previstos no § 4º do art. 182 da Constituição Federal;
- integrantes de áreas de especial interesse turístico;
- inseridas na área de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional; e
- incluídas no cadastro nacional de Municípios com áreas suscetíveis à ocorrência de deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos.

Mediante informações apresentadas, afere-se que poucos municípios da All em foco tem a obrigatoriedade de elaboração de tal documento, sendo, então apresentados no Quadro 4.4-12, aqueles enquadrados na referida legislação e com os respectivos Planos Diretores.

Mariana C. Ostini Esmi Pontes

Quadro 4.4-12: Instrumentos ou legislação aplicável ao Uso e Ocupação do Solo do estado Baiano.

| Município | Descrição | Disposições | Legislação | Disponível em |
|------------|--|--|---|---|
| Poções | PDDU – Plano Diretor Urbano | Institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Dispõe sobre a promoção do desenvolvimento econômico, social, urbano, ambiental, e dá outras providências. | Lei nº 950, de 25 de janeiro de 2011. | http://ba.portaldatransparencia.com.br/prefeitura/poco-es/?pagina=abreDocumento&arquivo=37EB015E8E49 |
| Jequié | Plano Diretor de Jequié | Aprova o Plano Diretor Municipal de Jequié e dá outras providências. | Lei Complementar nº 1, em 27 de dezembro de 2007. | https://leismunicipais.com.br/a/ba/j/jequie/lei-complementar/2007/1/1/lei-complementar-n-1-2007-aprova-o-plano-diretor-municipal-de-jequie-e-da-outras-providencias |
| Jaguaquara | Plano Diretor Municipal | - | Lei Municipal nº 72 de 23 de dezembro de 2008. | http://www.jaguaquara.ba.io.org.br/diarioOficial/download/417/1510/0 |
| Laje | Plano Diretor de Laje | Aprova o Plano Diretor de Laje e dá outras providências | Lei nº 318 de 03 de fevereiro de 2010. | http://www.portaldatransparencia.com.br/prefeitura/laje/?pagina=abreDocumento&arquivo=31E30B5F88 |
| Amargosa | Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal de Amargosa | Institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal de Amargosa adequado à Lei Federal n.º 10.257/01 (Estatuto da Cidade), estabelecendo a Matriz de Desenvolvimento Municipal, com a definição das diretrizes do Modelo Territorial e das Políticas Públicas de Desenvolvimento Municipal, criação do Sistema Participativo de Desenvolvimento Municipal e habilitando os Instrumentos Jurídico-Normativos de Desenvolvimento Municipal, e dá outras providências.” | Lei complementar nº 012 de 14 de dezembro de 2006 | http://www.portaldatransparencia.com.br/prefeitura/amargosa/?pagina=abreDocumento&arquivo=3FED055A8C |

Fonte: Prefeituras e Câmaras Municipais, 2017.

Em análise dos documentos citados acima, nos respectivos sítios da internet, não foi encontrada nenhuma consideração relevante ou divergente ao presente licenciamento ambiental, exceto a necessidade, em Poções, de apresentação dos estudos ambientais no caso da instalação de empreendimentos de grande porte, dos resultados obtidos e anuência dos órgãos federais e/ou estaduais envolvidos.

4.4.2.4.3 Unidades de Conservação

Segundo informações do documento “Diagnóstico de Vulnerabilidade Natural e Social” (ZEE Bahia), Unidades de Conservação são “espaços territoriais dotados de recursos ambientais com características naturais relevantes, abrigando bio elementos singulares e raros que muitas vezes se encontram sob ameaça,

sendo, portanto, objeto de conservação e desenvolvimento sustentável”. Ainda “em função de seu potencial, muitas dessas áreas possuem importância cultural e de pesquisa, além de serem provedoras de formas de segurança ambiental e bem-estar”.

Como Unidades de Conservação da AII, temos as seguintes:

- Parque Nacional Boa Nova no município de Boa Nova;
- APA Caminhos Ecológicos da Boa Esperança em Ubaira, Jiquiriçá, Wenceslau Guimarães, Cairu, Nilo Peçanha, Taperoá, Teolândia e Valença.

O mapa de identificação das UCs segue abaixo, indicando também a distância do futuro empreendimento.

Mariana C. Uetzi *Rauli Barata*

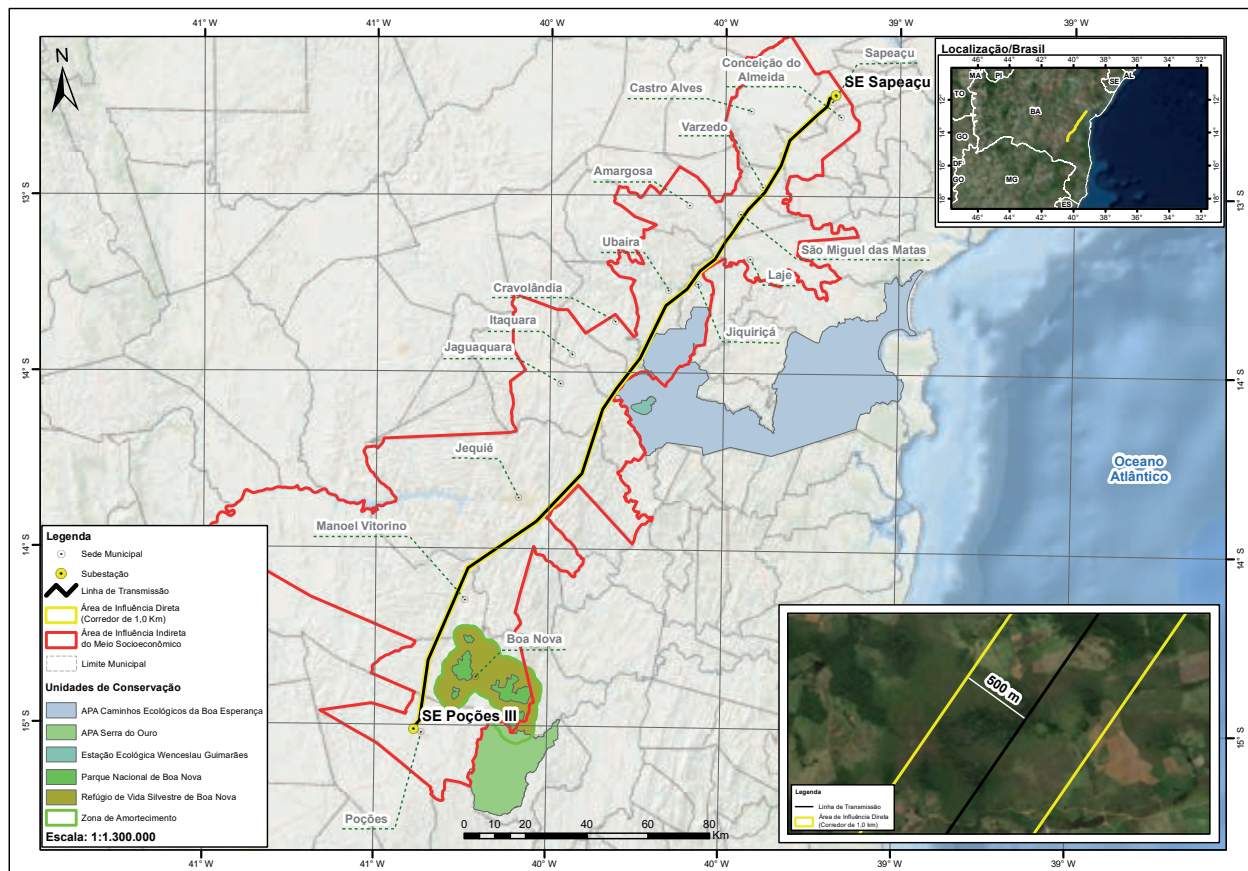


Figura 4.4-55: Localização das Unidades de Conservação.

4.4.2.4.3.1 Parque Nacional Boa Nova

O Parque Nacional Boa Nova é uma Parna Federal com gestão do ICMBIO. Segundo informações desta instituição, a Parna abriga 12.065 hectares e foi criado em 11 de junho de 2010 juntamente com o Refúgio de Vida Silvestre de 15.024 hectares, ambos objetivando proteger uma importante área na transição entre a Caatinga e a Mata Atlântica.

Segundo esta instituição “a floresta de altitude que fica entre estes dois importantes biomas é chamada localmente mata de cipó e nela vive uma ave rara e endêmica: o gravatazeiro (*Rhopornis ardesiacus*)”.

O Parque Boa Nova é um importante destino do turismo de observação de aves, também conhecido como Birdwatcher. Segundo consta em registros oficiais são 428 espécies conhecidas até o momento. Na localidade pode-se encontrar a caatinga mais seca

e a floresta mais úmida, passando pela mata de cipó, num percurso de apenas 15 km.

Além das belezas naturais, formadas por atrações como a cachoeira Sete de Setembro, que tem 70m de altura, Caldeirões do Rio do Chumbo, Lagedo dos beija-flores, Serra do Timorante, Mirante do Rio do Chumbo e Morro do Inglês, a região de Bova Nova tem um importante patrimônio arquitetônico e mantém uma intensa atividade cultural popular.

Segundo informações da SAVE Brasil, instituição que integra o Conselho Gestor do Parque, “um forte trabalho de educação ambiental e engajamento comunitário foi implementado culminando com inúmeros resultados práticos de conservação”. “Mais recentemente, ações de promoção do turismo foram desenvolvidas na região como o estabelecimento de um centro de recepção ao turista na cidade, capacitação de guias locais e sinalização dos atrativos dentro das unidades de conservação”.

Mariana C. Ustini Eliani Pontes

4.4.2.4.3.2 APA Caminhos Ecológicos da Boa Esperança

A APA Caminhos Ecológicos da Boa Esperança, com área total de 230.296 hectares, abrange os seguintes municípios em estudo: Ubaíra, Jiquiriçá e Wenceslau Guimarães. Do estado da Bahia, esta ainda abrange os municípios de Cairu, Nilo Peçanha, Taperoá, Teolândia e Valença. Atualmente é administrada pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente da Bahia (SEMA)/BA.

Segundo informações do Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - INEMA/BA, "a APA Caminhos Ecológicos da Boa Esperança foi criada com o objetivo de garantir a qualidade ambiental do território contido na sua poligonal através do disciplinamento no uso e ocupação do solo. Funciona também como zona tampão ou zona de amortecimento para a Estação Ecológica Wenceslau Guimarães". Seu Decreto de Criação é nº 8.553 de 5 de julho de 2003.

Segundo informações do INEMA, nesta APA os aspectos e/ou construções de interesse sociocultural são: Igreja e Convento de Santo Antônio, Igreja de Nossa Senhora do Rosário e Igreja de Nossa Senhora da Luz. Já os principais conflitos ambientais são: desmatamento, caça predatória e ocupação irregular.

4.4.2.5 ATIVIDADES ECONÔMICAS

Neste item é analisada a estrutura produtiva e de serviços, formais e informais, dos municípios que integram a All, incluindo os seus principais fluxos e mercados. São descritas e analisadas as principais atividades econômicas existentes, relacionando-as à localização em relação ao clima semiárido baiano, Setores Primário, Secundário e Terciário da Economia, ao Produto Interno Bruto – PIB, e aos aspectos relacionados à geração de emprego, trabalho e renda. Nesse sentido, é caracterizada a estrutura de trabalho e renda da população economicamente ativa – PEA e da população ocupada (índice de desemprego), incluindo a disponibilidade de mão de obra nas regiões atravessadas pelo empreendimento.

Para a consolidação do item foram consultadas as seguintes fontes de pesquisa: IBGE (Produção Agrícola Municipal – PAM, 2012 / Produção da Pecuária

Municipal – PPM, 2012 / Censo Agropecuário, 2006 / Cadastro Central de Empresas, 2012 / Censo Demográfico, 2010 / Produto Interno Bruto dos Municípios, 2012) e Atlas do Desenvolvimento Humano.

4.4.2.5.1 Municípios do Semiárido

Cerca de 40% dos municípios integrantes da All deste empreendimento, conforme demonstrado no quadro abaixo, então localizados na região Semiárida do estado, o que quer dizer que os mesmos possuem, em geral, uma vegetação de caatinga com solo arenoso e pobre em matéria orgânica, forte insolação anual, altas temperaturas e regime pluviométrico marcado pela escassez e irregularidade. Estes municípios, conforme estudos da Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj) e Núcleo de Estudos e Articulação Sobre o Semiárido – NESA (2016), requerem intensa aplicação e desenvolvimento de "programas e projetos que promovam condições favoráveis de sobrevivência e melhoria da qualidade de vida de seus habitantes".

No que tange a economia, item em questão, esta é regida por um conjunto de ações e resultados não apenas associados às atividades em si e aos recursos financeiros e humanos, mas também associados à atuação e consequência do clima e suas zonas térmicas, disponibilidade e fertilidade de terras, acessibilidade, infraestrutura da região, entre outros indicadores dominantes que podem variar em função de especificidades locais.

Por estarem localizados nesta região e em função da baixa qualidade de suas terras, a economia é caracterizada por atividades pastoris, predominando a criação extensiva de gado bovino de corte, caprinos e ovinos. Também encontra-se o cultivo manual de culturas de estiagem, como, por exemplo, o algodão, milho, feijão, mandioca e amendoim nos municípios mais úmidos e então próximos ou dentro da zona de transição para a Mata Atlântica. Os destaques produtivos entre os municípios serão detalhados nos itens subsequentes.

Embora os diversos programas e projetos (os quais serão apresentados no item de referência) estejam ocorrendo há vários governos nos municípios, a con-

Mariana C. V. de M. e Lami Barcel

dicionante climática impõe um baixo desenvolvimento de renda, o que, em termos de estatística, podem ser conferidos na Tabela 4.4-20 disposta a seguir. Vale

destacar que no ano de referência em análise, o salário mínimo girava em torno de R\$ 510,00, conforme disposições da Lei nº 12.255/2010.

Tabela 4.4-20: Condições Climáticas, Renda, Pobreza e Desigualdade (Índice Gini) nos municípios da All no ano de 2010.

| Municípios | Condição Climática | Renda per capita (em R\$) | % de extremamente pobres | % de pobres | Índice Gini |
|----------------------|--------------------|------------------------------|-----------------------------|-------------|-------------|
| Poções | Semiárido | 300,74 | 18,66 | 38,45 | 0,54 |
| Boa Nova | Semiárido | 223,48 | 24,98 | 47,41 | 0,51 |
| Manoel Vitorino | não | 226,95 | 26,47 | 46,92 | 0,51 |
| Jequié | Semiárido | 473,92 | 7,88 | 22,48 | 0,55 |
| Jaguaquara | Semiárido | 307,08 | 12,81 | 32,30 | 0,50 |
| Itaquara | Semiárido | 229,04 | 25,22 | 51,57 | 0,55 |
| Cravolândia | Semiárido | 259,87 | 20,98 | 42,52 | 0,53 |
| Ubaíra | Semiárido | 296,48 | 24,69 | 43,77 | 0,59 |
| Jiquiriçá | não | 257,95 | 18,18 | 42,59 | 0,50 |
| Laje | não | 241,63 | 22,22 | 43,59 | 0,51 |
| Amargosa | Semiárido | 369,84 | 14,55 | 33,42 | 0,56 |
| São Miguel das Matas | não | 274,08 | 20,26 | 43,78 | 0,51 |
| Varzedo | não | 297,56 | 23,36 | 38,23 | 0,52 |
| Castro Alves | Semiárido | 316,10 | 17,02 | 34,72 | 0,54 |
| Conceição do Almeida | não | 290,98 | 20,88 | 41,69 | 0,56 |
| Sapeaçu | não | 338,34 | 17,63 | 36,80 | 0,58 |

Fonte: Fundação Joaquim Nabuco (2016) e PUD, Ipea e FJP (2016).

Em análise das informações apresentadas, afere - se que 13 municípios de 16 ou 81,26% do total têm mais de 40% da população em condições de pobreza, com destaque para os municípios de Itaquara, Boa Nova e Manoel Vitorino com as maiores taxas – com exceção de Manoel Vitorino, todos na região do semiárido. Já os municípios com menor taxa são: Jequié, Jaguaquara e Amargosa.

Com relação ao Índice ou Coeficiente Gini, o mesmo é analisado de acordo com a aproximação ou distância de 0 (zero), sendo que quanto mais próximo, maior a igualdade entre os habitantes e quanto mais longe, maior a desigualdade.

Dentre os municípios, os que se destacam com relação ao Índice Gini têm - se: Jaguaquara e Jiquiriçá por apresentarem maior condição de igualdade entre seus

habitantes e, Ubaíra e Sapeaçu por apresentar maior desigualdade. Os demais municípios têm índices quase equivalentes, indicando maior equilíbrio entre seus cidadãos no que tange a renda e o consumo.

4.4.2.5.2 Produto Interno Bruto (PIB)

Os principais agregados macroeconômicos derivados das Contas Nacionais, que medem as atividades econômicas de um País em seus múltiplos aspectos, são as medidas de produto, renda e despesa, que dizem respeito às sínteses do esforço produtivo num determinado período. Assim, o Produto Interno Bruto – PIB representa o resultado de todas as unidades produtoras da economia – empresas públicas e privadas produtoras de bens e prestadoras de serviços, trabalhadores autônomos, governo, etc. – a preços de mercado.

Mariana C. Ostini Eliani Pontes

No mesmo sentido, o PIB per capita, obtido por intermédio da divisão do PIB por habitantes no período de referência, aponta a divisão da produção por cada habitante, o que não significa, necessariamente, uma medição eficaz da qualidade de vida e do nível de renda, em razão da alta desigualdade social que formata a sociedade brasileira- tal como demonstrado já em itens anteriores.

O PIB a preços correntes mede o valor da produção da economia, sendo calculado conforme o ano em que o produto foi produzido e comercializado, considerando-se as variações nas quantidades obtidas dos bens e

serviços e seus preços de mercado (PIB Nominal ou a preços correntes).

Já o PIB a preços constantes demonstra a correção do PIB em função de processos inflacionários, ou seja, atualiza o seu valor e desempenho em dado ano, descontando-se o que foi oriundo de correções monetárias e inflacionárias. O PIB a preços constantes permite inferir o real crescimento produtivo (PIB Real).

De acordo com os dados do IBGE, a Tabela 4.4-21 abaixo apresenta o PIB dos municípios para o período de 2013 e 2014.

Thyriana C. V. de M. Loui Pontes

Tabela 4.4-21: PIB nos municípios da AII.

| Municípios | Impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos, a preços correntes (Mil Reais) | | PIB per capita (Mil Reais) | | PIB, a preços correntes (Mil Reais) | | Valor adicionado bruto da Administração, saúde e educação públicas e segurança social, a preços correntes (Mil Reais) | | Valor adicionado bruto da agropecuária, a preços correntes (Mil Reais) | | Valor adicionado bruto da indústria, a preços correntes (Mil Reais) | | Valor adicionado bruto dos Serviços, a preços correntes - exclusive administração, saúde e educação públicas e segurança social (Mil Reais) | | Valor adicionado bruto Total, a preços correntes (Mil Reais) | |
|----------------------|---|---------|----------------------------|---------|-------------------------------------|-----------|---|-----------|--|---------|---|---------|---|-----------|--|-----------|
| | 2013 | 2014 | 2013 | 2014 | 2013 | 2014 | 2013 | 2014 | 2013 | 2014 | 2013 | 2014 | 2013 | 2014 | 2013 | 2014 |
| Poções | 23.702 | 27.345 | 7.150 | 7.807 | 347.332 | 379.861 | 115.877 | 127.761 | 21.499 | 21.579 | 18.107 | 24.031 | 168.146 | 179.145 | 323.630 | 352.516 |
| Boa Nova | 2.524 | 2.670 | 5.220 | 5.784 | 79.050 | 85.963 | 40.246 | 43.314 | 11.191 | 12.923 | 3.590 | 4.313 | 21.499 | 22.743 | 76.526 | 83.293 |
| Manoel Vitorino | 5.921 | 5.511 | 5.529 | 6.457 | 80.731 | 94.391 | 37.501 | 43.693 | 13.933 | 16.709 | 2.922 | 4.005 | 20.455 | 24.474 | 74.810 | 88.880 |
| Jequié | 201.431 | 222.133 | 11.825 | 12.780 | 1.908.466 | 2.059.586 | 377.525 | 437.423 | 31.436 | 35.093 | 375.525 | 382.904 | 922.624 | 982.032 | 1.707.035 | 1.837.453 |
| Jaguaiquara | 29.478 | 34.864 | 7.254 | 8.005 | 398.281 | 441.300 | 129.535 | 140.911 | 36.729 | 41.360 | 25.405 | 26.208 | 177.135 | 197.957 | 368.803 | 404.436 |
| Itaquara | 1.580 | 1.773 | 6.067 | 7.363 | 49.946 | 62.440 | 21.206 | 24.026 | 12.212 | 18.366 | 2.423 | 3.314 | 12.525 | 14.961 | 48.365 | 60.667 |
| Cravolândia | 623 | 734 | 5.886 | 6.159 | 31.442 | 34.195 | 16.020 | 17.760 | 5.899 | 5.848 | 1.785 | 1.993 | 7.114 | 7.860 | 30.818 | 33.461 |
| Ubaíra | 4.741 | 4.911 | 6.373 | 7.143 | 139.552 | 148.364 | 54.411 | 57.787 | 26.825 | 27.006 | 11.319 | 14.123 | 42.254 | 44.538 | 134.810 | 143.453 |
| Jiquiriçá | 2.310 | 2.364 | 5.626 | 5.901 | 84.041 | 88.486 | 35.774 | 39.148 | 17.625 | 12.956 | 7.987 | 11.399 | 20.346 | 22.341 | 81.731 | 85.844 |
| Laje | 9.663 | 10.872 | 6.849 | 7.487 | 165.815 | 177.322 | 60.613 | 66.582 | 33.019 | 30.211 | 8.466 | 8.877 | 54.054 | 60.779 | 156.152 | 166.449 |
| Amarosa | 17.717 | 20.134 | 7.230 | 7.839 | 268.100 | 294.439 | 85.061 | 92.059 | 16.690 | 21.167 | 32.359 | 34.213 | 116.274 | 126.866 | 250.384 | 274.305 |
| São Miguel das Matas | 9.137 | 12.644 | 8.194 | 9.344 | 91.001 | 111.787 | 27.732 | 32.118 | 13.851 | 13.637 | 2.889 | 3.512 | 37.393 | 49.876 | 81.864 | 99.143 |
| Varzedo | 2.742 | 2.797 | 6.599 | 6.965 | 62.362 | 65.507 | 24.008 | 25.930 | 11.222 | 12.147 | 11.534 | 10.476 | 12.856 | 14.156 | 59.620 | 62.710 |
| Castro Alves | 18.587 | 22.097 | 8.614 | 10.239 | 233.432 | 278.451 | 69.606 | 74.378 | 17.865 | 19.275 | 49.652 | 53.890 | 77.721 | 108.812 | 214.845 | 256.354 |
| Conceição do Almeida | 5.738 | 5.746 | 6.172 | 6.548 | 115.089 | 121.689 | 44.055 | 47.580 | 15.213 | 16.700 | 16.520 | 16.720 | 33.563 | 34.944 | 109.351 | 115.943 |
| Sapeaçu | 6.017 | 5.908 | 7.996 | 8.246 | 140.683 | 145.383 | 42.355 | 46.098 | 40.150 | 40.960 | 10.511 | 10.185 | 41.649 | 42.233 | 134.665 | 139.476 |
| Total | 341.911 | 382.503 | 112.584 | 124.067 | 4.195.323 | 4.589.164 | 1.181.525 | 1.316.568 | 325.369 | 345.937 | 580.994 | 610.163 | 1.765.608 | 1.933.717 | 3.853.409 | 4.206.383 |

Fonte: IBGE Cidades.

Mariana C. Ostini Eliani Pontes

Em análise dos dados apresentados na tabela acima, é possível aferir que dentre os municípios com menor porte populacional (até 20 mil habitantes), aqueles que apresentam o menor desempenho dos indicadores em foco são: Cravolândia, Varzedo e Itaquara. Um segundo grupo, pode-se dizer, são aqueles com desempenhos melhores, são estes: Boa Nova, Manoel Vitorino, São Miguel das Matas e Jiquiriçá – sendo que os dois últimos têm os mais altos PIBs dentre os demais.

Tais indicadores correspondem, a exemplo do PIB per capita, o valor médio de produto gerado por habitante e, conseqüentemente, seu acesso a bens de consumo. Os municípios que se destacam pelo baixo desempenho neste e nos demais PIBs ponderados, representam a convivência da população residente com o extremo, ou seja, com a situação de pobreza, poucas oportunidades de trabalho, carência de condições dignas de moradia, pouco acesso a transporte, saneamento básico e outros aspectos que envolvem a qualidade da vida da população e necessária infraestrutura para o desenvolvimento psicossocial - cultural humano.

Um posterior grupo de análise, desta vez entre os municípios com médio porte populacional (entre 20 e 50 mil habitantes), destacam-se aqueles com baixo desempenho em relação aos demais, a saber: Laje e Ubaíra – sendo que estes têm os piores indicadores de desempenho em todos os PIBs listados. Já os municípios com desempenhos melhores são: Amargosa e Castro Alves.

Por fim, um último grupo de análise. Trata-se do grupo composto pelos municípios com grande porte populacional (com mais de 50 mil habitantes). Neste caso, Jaguara se destaca com o menor desempenho do PIB.

4.4.2.5.3 Principais Atividades

Em análise da tabela apresentada acima, relacionada aos PIBs municipais, é de se notar a intensa ligação econômica dos municípios com o setor terciário, seguido pelo setor primário e, por último, o setor secundário. Em poucos casos, como Jequié, o setor secundário tem maior contribuição de PIB do que o setor primário.

Abaixo seguem dados e análise dos setores primário, secundário e terciário dos municípios da All.

4.4.2.5.3.1 Setor primário

As atividades do Setor Primário referem-se ao grupo composto por agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura (IBGE, 2012). Como muitos municípios em estudo possuem urbanização de média a intensa, também vale ressaltar que é através das atividades do setor primário que muitas famílias, sobretudo no meio rural desses municípios, adquirem seus meios de subsistência.

Segundo dados do IBGE - Produção Agrícola Municipal (2015) observa-se que dentre as culturas de lavoura permanentes existentes, aquelas mostradas na Tabela 4.4-22, a seguir, possuem maior destaque produtivo (em hectares, quantidade produzida e valor da safra), sendo estas: banana, café, cacau, coco da bahia, laranja e maracujá. Outros cultivos também comuns são: manga, goiaba, mamão, guaraná, limão, borracha, tangerina e dendê.

O escoamento produtivo destes municípios ocorre pelas rodovias federais e estaduais que irrigam a região. Não foi identificado o uso de ferrovia ou outro meio de transporte para esta atividade.

Thyriana C. Vitorino *Rauli Pereira*

Tabela 4.4-22: Produção Agrícola Municipal, lavoura permanente, nos municípios da AI no ano de 2015.

| Municípios | Banana | | | Café | | | Cacau | | | Coco da Bahia | | | Laranja | | | Maracujá | | |
|----------------------|-----------------------|--------------------|---------------------------|-----------------------|--------------------|---------------------------|-----------------------|--------------------|---------------------------|-----------------------|--------------------|---------------------------|-----------------------|--------------------|---------------------------|-----------------------|--------------------|---------------------------|
| | Área da colheita (HA) | Quant. Prod. (Ton) | Vir. da Prod. (Mil Reais) | Área da colheita (HA) | Quant. Prod. (Ton) | Vir. da Prod. (Mil Reais) | Área da colheita (HA) | Quant. Prod. (Ton) | Vir. da Prod. (Mil Reais) | Área da colheita (HA) | Quant. Prod. (Ton) | Vir. da Prod. (Mil Reais) | Área da colheita (HA) | Quant. Prod. (Ton) | Vir. da Prod. (Mil Reais) | Área da colheita (HA) | Quant. Prod. (Ton) | Vir. da Prod. (Mil Reais) |
| Poções | 272 | 4.352 | 1.088 | 1.500 | 945 | 5.198 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Boa Nova | 250 | 2.000 | 2.000 | 160 | 83 | 439 | 498 | 198 | 1.640 | 11 | 59 mil | 41 | - | - | -- | 150 | 2.160 | 1.143 |
| Manoel Vitorino | 7 | 32 | 33 | - | - | - | - | - | - | 5 | 12 | 8 | - | - | - | 80 | 360 | 194 |
| Jequié | 320 | 3.200 | 3.200 | 55 | 36 | 192 | 7.389 | 2.882 | 22.079 | 25 | 165 | 116 | - | - | - | 145 | 2.610 | 1.383 |
| Jaguaiara | 400 | 4.000 | 2.440 | 1.500 | 1.200 | 6.540 | 2.683 | 1.143 | 9.467 | - | - | - | 7 | 84 | 36 | 700 | 8.750 | 9.625 |
| Itaquara | 14 | 154 | 103 | 230 | 161 | 845 | - | - | - | - | - | - | 3 | 33 | 14 | 700 | 7.700 | 7.123 |
| Cravolândia | 105 | 1.050 | 641 | 160 | 110 | 743 | 148 | 89 | 737 | - | - | - | - | - | - | 131 | 1.755 | 1.667 |
| Ubaíra | 1.270 | 13.208 | 8.453 | 780 | 546 | 2.457 | 3.933 | 2.014 | 18.236 | 25 | 150 | 71 | 7 | 77 | 33 | 340 | 4.420 | 5.525 |
| Jiquiriçá | 475 | 8.075 | 5.330 | 50 | 40 | 128 | 4.000 | 1.440 | 7.344 | 50 | 300 | 174 | 45 | 630 | 261 | 14 | 210 | 181 |
| Laje | 450 | 7.650 | 5.049 | 30 | 24 | 77 | 2.500 | 850 | 4.335 | 85 | 510 | 296 | 70 | 980 | 407 | 220 | 3.520 | 3.027 |
| Amargosa | 700 | 9.100 | 7.053 | 118 | 797 | 400 | 556 | 300 | 2.485 | - | - | - | - | - | - | 40 | 480 | 156 |
| São Miguel das Matas | 150 | 2.100 | 1.712 | 6 | 15 | 75 | 887 | 729 | 5.354 | - | - | - | 87 | 887 | 324 | - | - | - |
| Varzedo | 100 | 1.500 | 1.223 | - | - | - | 97 | 55 | 455 | 10 | 48 | 28 | 300 | 16.000 | 1.752 | 3 | 45 | 82 |
| Castro Alves | 32 | 320 | 158 | - | - | - | - | - | - | 15 | 75 | 30 | 373 | 6.341 | 3.392 | - | - | - |
| Conceição do Almeida | 33 | 431 | 272 | - | - | - | - | - | - | 18 | 98 | 56 | 303 | 5.151 | 2.378 | - | - | - |
| Sapeaçu | 17 | 204 | 102 | - | - | - | - | - | - | 8 | 40 | 16 | 1.932 | 32.844 | 18.064 | 20 | 360 | 220 |
| Total | 4.595 | 57.376 | 38.857 | 4.569 | 3.957 | 17.094 | 22.691 | 9.700 | 72.132 | 252 | 60.398 | 836 | 3.127 | 63.027 | 26.661 | 2.543 | 32.370 | 30.326 |

Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal (2015).

Mariana C. Ostini Eliani Bastos

Em análise dos dados apresentados na Tabela 4.4-22 acima, constata-se que os municípios com menor contingente populacional (até 20 mil habitantes) a produção de Coco da Bahia e Banana são as mais recorrentes. Já os municípios com população mediana (entre 20 e 50 mil habitantes), a produção de banana prepondera seguida de café – este encontrado com maior frequência nos municípios do Vale do Jiquiriçá. Por fim, nos municípios com mais de 50 mil habitantes, nota-se a produção de cacau.

Dentre os municípios, aqueles que têm maior diversidade de lavouras permanentes é Laje.

Dentre as culturas de lavoura temporária nos municípios da All mostradas na Tabela 4.4-23 abaixo, as que

possuem maior destaque produtivo (em termos de hectares, quantidade produzida e valor da safra) são: batata doce, cana de açúcar, feijão, mandioca, milho e tomate. Outros cultivos também comuns são: mamona, melancia e algodão.

Segundo informações do IBGE – Produção Agrícola Municipal (2015), o cultivo de abacaxi e amendoim tem grande relevância econômica em diversos municípios da All, estando estes localizados entre o Vale do Jiquiriçá e Recôncavo – estas culturas não são encontradas no Rio de Contas e Território Identidade de Vitória da Conquista. Por fim, a cultura do fumo é também de grande importância econômica em dois municípios do Recôncavo Baiano, a saber: Castro Alves e Sapeaçu.

Thyriana C. Vieira *Luiz Pereira*

Tabela 4.4-23: Produção Agrícola Municipal, lavoura temporária, nos municípios da AMI no ano de 2015.

| Municípios | Batata doce | | | Cana de açúcar | | | Feijão | | | Mandioca | | | Milho | | | Tomate | | |
|----------------------|-----------------------|--------------------|---------------------------|-----------------------|--------------------|---------------------------|-----------------------|--------------------|---------------------------|-----------------------|--------------------|---------------------------|-----------------------|--------------------|---------------------------|-----------------------|--------------------|---------------------------|
| | Área da colheita (HA) | Quant. Prod. (Ton) | Vlr. da Prod. (Mil Reais) | Área da colheita (HA) | Quant. Prod. (Ton) | Vlr. da Prod. (Mil Reais) | Área da colheita (HA) | Quant. Prod. (Ton) | Vlr. da Prod. (Mil Reais) | Área da colheita (HA) | Quant. Prod. (Ton) | Vlr. da Prod. (Mil Reais) | Área da colheita (HA) | Quant. Prod. (Ton) | Vlr. da Prod. (Mil Reais) | Área da colheita (HA) | Quant. Prod. (Ton) | Vlr. da Prod. (Mil Reais) |
| Poções | 21 | 147 | 118 | 14 | 378 | 57 | 359 | 56 | 89 | 238 | 119 | 168 | 27 | 16 | 120 | 2.400 | 2.880 | |
| Boa Nova | 40 | 208 | 281 | 200 | 8.000 | 752 | 430 | 222 | 408 | 2.904 | 2.212 | 200 | 106 | 53 | 50 | 1.160 | 1.566 | |
| Manoel Vitorino | 40 | 104 | 135 | 32 | 1.600 | 154 | 370 | 102 | 183 | 3.080 | 2.248 | 160 | 13 | 7 | 40 | 336 | 437 | |
| Jequié | 60 | 31 | 40 | 160 | 9.600 | 941 | 130 | 74 | 135 | 3.240 | 2.352 | 125 | 74 | 37 | 125 | 3.955 | 5.012 | |
| Jaguara | - | - | - | - | - | - | 120 | 42 | 78 | 8.625 | 3.234 | 30 | 63 | 35 | 122 | 4.575 | 4.484 | |
| Itaquara | - | - | - | - | - | - | 42 | 28 | 52 | 4.961 | 1.860 | 34 | 70 | 37 | 80 | 2.440 | 2.391 | |
| Cravolândia | 6 | 50 | 46 | - | - | - | 30 | 20 | 37 | 7.345 | 2.754 | 15 | 32 | 17 | 12 | 360 | 351 | |
| Ubaíra | - | - | - | - | - | - | 310 | 147 | 269 | 15.075 | 5.502 | 188 | 385 | 201 | 42 | 1.304 | 835 | |
| Jiquiriçá | - | - | - | 90 | 3.150 | 268 | 150 | 90 | 117 | 1.816 | 11.792 | 100 | 150 | 65 | - | - | - | |
| Laje | - | - | - | 180 | 6.120 | 520 | 180 | 141 | 174 | 61.507 | 12.301 | 200 | 300 | 129 | - | - | - | |
| Amargosa | 1 | 1.000 Kg | 1.000 | 180 | 8.280 | 1.615 | 30 | 20 | 24 | 10.140 | 5.070 | 7 | 15 | 2.143 | 1 | 20 | 23 | |
| São Miguel das Matas | - | - | - | 40 | 2.400 | 184 | 5 | 3 | 3 | 48.000 | 17.520 | 5 | 11 | 5.000 | - | - | - | |
| Varzedo | 5 | 35 | 53 | 20 | 1.200 | 81 | 125 | 94 | 136 | 28.900 | 10.549 | 115 | 133 | 63 | - | - | - | |
| Castro Alves | 20 | 140 | 99 | 175 | 148 | 225 | - | - | - | 7.200 | 2.340 | 160 | 3.438 | 160 | - | - | - | |
| Conceição do Almeida | 20 | 170 | 121 | 95 | 77 | 111 | 560 | 5.510 | 650 | 289 | 87 | - | - | - | - | - | - | |
| Sapeaçu | 12 | 96 | 96 | 93 | 60 | 86 | - | - | - | 21.560 | 3.665 | 62 | 154 | 45 | - | - | - | |
| Total | 225 | 981 | 1.989 | 1.279 | 41.013 | 4.994 | 2.841 | 6.549 | 2.355 | 224.880 | 83.605 | 1.569 | 4.971 | 8.008 | 592 | 16.550 | 17.979 | |

Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal (2015).

Mariana C. Ostini Eliani Pontes

Em análise dos dados apresentados na Tabela 4.4-23 acima, nota-se que nos municípios com menor porte populacional (até 20 mil habitantes), a produção de cana de açúcar e mandioca são as maiores em quantidade. A maior produção de batata doce e tomate está nos municípios do Território Identidade de Vitória da Conquista e Médio Rio de Contas.

Já nos municípios com médio porte populacional (entre 20 e 50 mil habitantes) a produção em maior quantidade é a de mandioca. O restante do cultivo de culturas temporárias é reduzido, sendo estas de: feijão, cana de açúcar e inexpressivamente batata doce e tomate. O município de Laje que outrora teve destaque de diversidade de lavouras permanentes, neste item não segue a mesma tendência.

Por fim, nos municípios de maior porte populacional, as culturas temporárias de destaque são também mandioca, seguida de cana de açúcar.

Segundo pesquisa realizada em campo, em geral, municípios com grande produção de cacau e café, fazem apenas a secagem e o beneficiamento rudimentar dos grãos. O beneficiamento da safra ocorre em municípios da região sul do estado, como Ilhéus, ou no Vale do Jiquiriçá, a exemplo de Jaguaquara.

Apesar dos números apresentados, a produção de frutas regionais, como o maracujá, a melancia, o umbu, a graviola (exceto a banana), entre outras, é insuficiente para atender à demanda de toda a All. Em geral, mediante informações prestadas pelos feirantes de

Jaguaquara e Amargosa, os municípios têm que importar frutas, hortaliças e grãos de outras localidades, principalmente do sul da Bahia e capital Salvador.

Nos municípios em foco, notou-se, apesar desta estar fora da contagem produtiva do IBGE, a produção de palma no semiárido, a qual é utilizada para alimentação do gado na época de intensa estiagem e também na alimentação da população rural – como fritada ou refogadinha.



Foto 4.4-51: Produção de mandioca em Laje.

De acordo com dados da Produção da Pecuária Municipal (IBGE, 2015) apresentados na Tabela 4.4-24 abaixo, na atividade pecuarista dos municípios da All há predominância (em quantidade absoluta) da criação de galináceos, seguida da criação de bovinos, peixes, suínos, caprinos, vacas para ordenha e equinos.

Thayana C. Ustini Emani Batista

Tabela 4.4-24: Produção Pecuária nos municípios da AIJ no ano de 2015.

| Municípios | Aqüicultura | | Bovino | | Bubalino | | Caprino | | Equino | | Galináceos | | Suínos | | Vacas para ordenha | | Leite de vaca | | Mel | |
|----------------------|----------------|----------------|-------------|---------------|---------------|------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|--------------|-------------|-------------|--------------------|-------------|--------------------|-------------------|--------------------|-------------------|
| | Quant. (Kg) | Quant. (un) | Quant. (un) | Quant. (un) | Quant. (un) | Quant. (un) | Quant. (un) | Quant. (un) | Quant. (un) | Quant. (un) | Quant. (un) | Quant. (un) | Quant. (un) | Quant. (un) | Quant. (un) | Quant. (un) | Quant. (mil litro) | Valor (mil reais) | Quant. (mil litro) | Valor (mil reais) |
| Poções | 1.500 | 25.790 | 26 | 2.508 | 2.250 | 30.893 | 2.764 | 7.745 | 3.485 | 4.008 | 1.200 | 7 | | | | | | | | |
| Boa Nova | 4.750 | 20.038 | 39 | 830 | 2.110 | 17.581 | 4.795 | 2.035 | 1.104 | 1.215 | 656 | 7 | | | | | | | | |
| Manoel Vitorino | - | 46.280 | 8 | 14.520 | 560 | 33.650 | 1.050 | 2.690 | 1.225 | 1.348 | 830 | 9 | | | | | | | | |
| Jequié | 97.989 | 52.401 | 185 | 6.671 | 4.142 | 18.410 | 2.166 | 2.995 | 2.896 | 2.896 | 883 | 10 | | | | | | | | |
| Jaguaquara | - | 24.158 | 84 | 5.464 | 4.696 | 17.575 | 2.650 | 7.154 | 2.629 | 3.812 | 5.000 | 2.153 | | | | | | | | |
| Itaquara | - | 8.421 | - | 508 | 1.435 | 5.663 | 175 | 340 | 210 | 221 | - | - | | | | | | | | |
| Cravolândia | - | 6.564 | - | - | - | 1.407 | 1.583 | - | 359 | 406 | 560 | 4 | | | | | | | | |
| Ubaíra | - | 17.352 | 117 | 928 | 970 | 72.986 | 8.215 | 4.899 | 1.819 | 1.982 | 70 | 1 | | | | | | | | |
| Jiquiriçá | - | 4.025 | - | 325 | 525 | 15.650 | 540 | 130 | 88 mil | 84 | 125 | 1 | | | | | | | | |
| Laje | - | 19.132 | 8 | 135 | 935 | 44.520 | 1.670 | 417 | 340 | 323 | 210 | 2 | | | | | | | | |
| Amargosa | - | 29.597 | - | 594 | 1.470 | 15.804 | 5.942 | 2.045 | 2.824 | 3.389 | 2.345 | 17 | | | | | | | | |
| São Miguel das Matas | - | 9.783 | - | 37 | 550 | 17.500 | 1.770 | 1.305 | 530 | 636 | 1.450 | 11 | | | | | | | | |
| Varzedo | - | 11.272 | 6 | 155 | 850 | 1.507.924 | 1.458 | 1.268 | 516 | 619 | 225 | 2 | | | | | | | | |
| Castro Alves | - | 33.058 | 25 | 654 | 1.027 | 35.610 | 2.914 | 350 | 365 | 438 | 315 | 4 | | | | | | | | |
| Conceição do Almeida | - | 22.815 | 13 | 120 | 961 | 43.410 | 2.494 | 830 | 934 | 1.140 | 525 | 7 | | | | | | | | |
| Sapeaçu | - | 6.530 | 1 | 212 | 295 | 22.430 | 3.800 | 293 | 122 | 149 | 635 | 8 | | | | | | | | |
| Total | 104.239 | 337.216 | 512 | 33.661 | 22.776 | 1.901.013 | 43.986 | 34.496 | 19.358 | 22.666 | 15.029 | 2.243 | | | | | | | | |

Fonte: IBGE, Produção da Pecuária Municipal (2015).

Mariana C. Ostini Eliani Bastos

Em análise dos dados apresentados na Tabela 4.4 24, nota-se que entre os municípios de pequeno porte (até 20 mil habitantes) a produção pecuarista segue tendência descrita em parágrafo anterior, havendo poucas alterações entre a produção de galináceos e bovinos. Quanto à produção de peixes, apenas o município de Boa Nova detém esta cultura. Com relação à produção de Leite, dá-se destaque para o município de Jiquiriçá. No que tange à produção de mel, mesmo em pouca quantidade, o destaque fica com o município de Ubaíra.

Em relação aos municípios, com médio porte populacional (entre 20 e 50 mil habitantes), assim como os demais já analisados, mantem a tendência produtiva, destacando-se os galináceos, bovinos, suínos, caprinos e equinos. Neste grupo de municípios, apenas Poções detém produção de peixes, sendo esta menor do que a quantidade alcançada em Boa Nova.

No que se refere aos municípios de grande porte, aqueles que possuem população maior do que 50 mil habitantes, a pecuária é o grande destaque.

A seguir registro fotográfico da pecuária na All.



Foto 4.4-53: Exemplo de equinos em Laje.



Foto 4.4-54: Criação de gado de corte em Laje.



Foto 4.4-52: Área de pastagem em Conceição do Almeida.



Foto 4.4-55: Criação de gado de corte e leiteiro em Jaguaquara.

Thyriana C. V. de M. Loui Bastos

A extração vegetal dos municípios em estudo, em razão do bioma no qual estão instalados, é pouco representativa economicamente, sendo, dentre as demais atividades que compõe o setor primário, a de menor expressão junto à produção de peixes.

Apesar disso, o município de Jequié e Manoel Vitorino são regionalmente conhecidos pela extração do Umbu – fruto com variação de usos, por exemplo, in natura ou no seu beneficiamento para a produção de poupa, doces e outros alimentos - assunto que será também abordado no item “Comunidades Extrativistas”.

Atualmente no município de Manoel Vitorino há a atuação de uma Cooperativa Agroindustrial com reconhecimento nacional e internacional de suas atividades junto ao Umbu no que tange a aplicação de tecnologia social.

Na Tabela 4.4-25 seguem dados de extração vegetal dos municípios, incluindo números de oleaginosos, umbu, silvicultura, carvão vegetal, madeira e Castanha de Caju. Com relação a esta última, vale destacar que sua produção é recorrente entre os municípios do Território Identidade do Vale do Jiquiriçá e Recôncavo.

Tabela 4.4-25: Produção Pecuária nos municípios da AI no ano de 2015.

| Municípios | Oleaginosos | | Umbu | | Silvicultura | | Carvão vegetal | | Madeira | | Castanha de Caju | |
|----------------------|--------------|-------------------|--------------|-------------------|--------------|-------------------|----------------|-------------------|----------------|-------------------|------------------|-------------------|
| | Quant. (ton) | Valor (mil reais) | Quant. (ton) | Valor (mil reais) | Quant. (ton) | Valor (mil reais) | Quant. (ton) | Valor (mil reais) | Quant. (ton) | Valor (mil reais) | Quant. (ton) | Valor (mil reais) |
| Poções | 2 | 1 | 7 | 7 | 800 | 16 | - | - | - | - | - | - |
| Boa Nova | 1 | 1 | - | - | - | - | 2 | 5 | 1.340 | 30 | - | - |
| Manoel Vitorino | 1 | 1 | 231 | 115 | - | - | 1 | 3 | 1.783 | 40 | - | - |
| Jequié | - | - | 203 | 102 | - | - | 8 | 25 | 15.950 | 407 | - | - |
| Jaguaquara | - | - | - | - | - | - | - | - | 21.213 | 1.167 | - | - |
| Itaquara | - | - | - | - | - | - | - | - | 8.150 | 424 | - | - |
| Cravolândia | - | - | - | - | - | - | - | - | 3.562 | 185 | - | - |
| Ubaíra | - | - | - | - | - | - | 11 | 19 | 11.350 | 579 | - | - |
| Jiquiriçá | - | - | - | - | - | - | 4 | 5 | 4.500 | 54 | 5 | 6 |
| Laje | - | - | - | - | - | - | 3 | 3 | 10.000 | 120 | 6 | 7 |
| Amargosa | 13 | 15 | - | - | - | - | 3 | 6 | 11.170 | 335 | 9 | 20 |
| São Miguel das Matas | - | - | - | - | - | - | - | - | 8.780 | 263 | 1 | 3 |
| Varzedo | - | - | - | - | - | - | - | - | 2.380 | 71 | 2 | 4 |
| Castro Alves | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 1 | 2 |
| Conceição do Almeida | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 1 | 2 |
| Sapeaçu | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 2 | 3 |
| Total | 17 | 18 | 441 | 224 | 800 | 16 | 32 | 66 | 100.178 | 3.675 | 27 | 47 |

Fonte: IBGE, Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura (2015).

Mariana C. Ostini Eliani Pontes

Como último subitem desta temática, tem-se a condição do produtor, onde pode-se verificar a situação de ocupação das terras produtivas nos municípios.

Nos municípios em estudo, a partir da análise de dados apresentados na Tabela 4.4-26, é possível dizer que a maior parte dos produtores se encontrava, no ano de 2015, na condição de proprietários de terras,

seguidos pela condição de ocupantes (no que tange ao número de unidades).

Nos municípios de Jaguaquara e Cravolândia há um quantitativo perceptível de unidades e hectares de assentados sem titulação definida, situação confirmada em entrevistas de campo, especialmente, no município de Cravolândia.

Tabela 4.4-26: Produção Pecuária nos municípios da AI no ano de 2015.

| Municípios | Arrendatário | | Assentando sem titulação definitiva | | Ocupante | | Parceiro | | Produtor sem área | | Proprietário | |
|----------------------|--------------|-----|-------------------------------------|-----|----------|-------|----------|-----|-------------------|-----|--------------|--------|
| | HÁ | Un. | HÁ | Un. | HÁ | Un. | HÁ | Un. | HÁ | Un. | HÁ | Un. |
| Poções | - | - | 2.093 | 36 | 1.241 | 187 | 2 | 3 | - | 40 | 56.367 | 1.927 |
| Boa Nova | | | | | | | | | | | | |
| Manoel Vitorino | | | | | | | | | | | | |
| Jequié | 1.039 | 5 | 73 | 7 | 20 | 11 | 421 | 7 | - | 6 | 202.236 | 1.852 |
| Jaguaquara | 424 | 11 | 2.040 | 84 | 1.114 | 88 | 358 | 12 | - | 16 | 70.855 | 1.509 |
| Itaquara | - | 2 | - | 2 | 449 | 213 | 9 | 4 | - | 3 | 26.739 | 600 |
| Cravolândia | - | - | 430 | 33 | 33 | 23 | - | - | - | 1 | 10.431 | 162 |
| Ubaíra | 16 | 7 | 75 | 27 | 1.501 | 447 | 20 | 18 | - | 22 | 70.750 | 2.530 |
| Jiquiriçá | - | 1 | - | - | 303 | 74 | 37 | 15 | - | 4 | 18.251 | 2.507 |
| Laje | 5 | - | - | - | 246 | 105 | 84 | 32 | - | 25 | 39.903 | 2.771 |
| Amargosa | 202 | 3 | - | - | 258 | 97 | 35 | 19 | - | 19 | 33.803 | 1.965 |
| São Miguel das Matas | - | - | - | - | 267 | 36 | 21 | 44 | - | 2 | 16.836 | 1.135 |
| Varzedo | 26 | 5 | - | - | 312 | 116 | 33 | 17 | - | 4 | 13.814 | 1.053 |
| Castro Alves | - | 1 | - | 1 | 68 | 27 | 11 | 6 | - | 101 | 55.790 | 1.192 |
| Conceição do Almeida | 114 | 39 | 6 | 8 | 177 | 136 | 38 | 40 | - | 62 | 17.171 | 1.454 |
| Sapeaçu | 761 | 7 | 3 | 4 | 29 | 26 | 18 | 6 | - | 30 | 80.353 | 1.363 |
| Total | 2.587 | 81 | 4.720 | 202 | 6.018 | 1.586 | 1.087 | 223 | - | 335 | 713.299 | 22.020 |

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006.

Thayana C. V. M. e Rami Bentes

4.4.2.5.3.2 Setor Secundário

Segundo dados apresentados na Tabela 4.4-24 acima e Tabela 4.4-27 logo a seguir, pode-se notar claramente que em geral, a exceção de Jequié, os municípios em estudo não possuem esta atividade econômica em evidência.

Para o seu desenvolvimento são necessários grandes investimentos em maquinário e em infraestrutura (capital fixo), quando comparados ao volume de recursos destinados à remuneração da força de trabalho (capital variável), por exemplo. Outro complicador é que, a maquinaria não é produzida na região e a tecnologia para a implantação da infraestrutura também não é gestada regionalmente, o que, conseqüentemente, eleva o custo desta produção.

De acordo com MONTEIRO (2005), a grande concentração de capitais ligada ao setor secundário enseja, também, de forma quase que direta, na concentração de renda e não colabora para que se estenda a propriedade de meios de produção a segmentos mais amplos da sociedade. Tratam-se, portanto, de dinâmicas que não se coadunam com processos de desenvolvimento de base local, pois estes requerem a ampliação da equidade social, intimamente associada à desconcentração da renda e da propriedade de meios de produção.

4.4.2.5.3.3 Setor Terciário

O setor terciário é em muitos municípios, vide dados apresentados na Tabela 4.4 21 acima e Tabela 4.4 27 logo a seguir, é responsável junto a agropecuária pela maior parte da geração de PIB e de população empregada nos municípios da All – de acordo com IBGE (2016). Em termos de estabelecimentos, as atividades mais frequentes nos municípios são aquelas ligadas ao comércio e à prestação de serviços.

A variedade de atividades desse Setor é mais desenvolvida nos municípios de médio e grande porte, tais como: Amargosa, Poções, Jaguaquara e Jequié.

Nos municípios da All é possível constatar, através das entrevistas realizadas e confirmadas nos dados estatísticos, que o Setor Terciário é representado principalmente pelo funcionalismo público, aposentadoria através do INSS, pelo comércio e também pelos programas públicos federais como o Bolsa Família – nas zonas rurais principalmente.

A seguir registro fotográfico desta atividade nos municípios em estudo.



Foto 4.4-56: Venda de produção artesanal em Ubaíra – Cooperativa de artesãos.



Foto 4.4-57: Área de feira livre em Jaguaquara.

Mariana C. Ostini Esmi Pontes



Foto 4.4-58: Exemplo de produtos vendidos em Jaguaquara I.



Foto 4.4-59 : Exemplo de produtos vendidos em Jaguaquara II.



Foto 4.4-60: Área de feira livre em Itaquera.



Foto 4.4-61: Exemplo de comércio em Conceição do Almeida.



Foto 4.4-62: Exemplo de comércio em Jequié.

4.4.2.5.4 Trabalho e renda

No que tange a ocupação da população ou população economicamente ativa, nota-se a cadência de

informações até agora prestadas, confirmando as notas já descritas. A Tabela 4.4-27 traz informações de trabalho e renda por atividade nos municípios em estudo.

Thayana C. V. da M. Loui Bastos

Tabela 4.4-27: População Economicamente Ativa (PEA) de 18 anos ou mais nos municípios da AI no ano de 2010.

| Municípios | Taxa de atividade | Taxa de desocupação | Grau de formalização | Ocupados com fundamental e médio completo | Ocupados Agropecuária | Ocupados Indústria Extrativista | Ocupados Indústria da Transformação | Ocupados Construção | Ocupados de utilidade pública | Ocupados Comércio | Ocupados Serviços |
|----------------------|-------------------|---------------------|----------------------|---|-----------------------|---------------------------------|-------------------------------------|---------------------|-------------------------------|-------------------|-------------------|
| Poções | 59,00% | 13,68% | 22,76% | 63,31% | 28,70% | 0,24% | 4,79% | 7,41% | 0,56% | 21,40% | 34,23% |
| Boa Nova | 53,55% | 11,33% | 25,51% | 45,11% | 49,98% | 0,56% | 2,51% | 8,96% | 0,76% | 6,18% | 29,18% |
| Manoel Vitorino | 57,10% | 7,00% | 17,96% | 45,40% | 49,17% | 0,0% | 1,54% | 10,10% | 0,62% | 9,35% | 27,44% |
| Jequié | 63,96% | 10,58% | 48,39% | 99,46% | 8,77% | 0,31% | 13,63% | 8,83% | 0,91% | 18,99% | 44,34% |
| Jaguaquara | 62,75% | 8,26% | 21,43% | 56,46% | 36,73% | 0,28% | 3,37% | 4,56% | 0,83% | 18,27% | 31,43% |
| Itaquara | 56,32% | 11,93% | 18,26% | 38,63% | 57,60% | 0,63% | 1,58% | 4,68% | 0,17% | 6,85% | 27,33% |
| Cravolândia | 64,71% | 7,39% | 27,42% | 68,63% | 46,10% | 0,43% | 1,85% | 4,28% | 1,84% | 10,12% | 32,42% |
| Ubaíra | 66,87% | 8,00% | 18,37% | 49,79% | 62,09% | 0,19% | 2,03% | 3,81% | 0,67% | 8,75% | 21,50% |
| Jiquiriçá | 67,21% | 4,17% | 14,92% | 41,94% | 67,51% | 0,24% | 1,52% | 1,79% | 0,24% | 4,26% | 18,16% |
| Laje | 69,66% | 3,83% | 14,43% | 52,91% | 66,26% | 0,09% | 5,63% | 1,90% | | | |
| Amarigosa | 66,02% | 11,32% | 28,37% | 74,5% | 34,53% | 0,09% | 7,07% | 7,62% | 0,70% | 15,10% | 32,03% |
| São Miguel das Matas | 71,40% | 3,94% | 18,73% | 51,08% | 70,87% | 0,0% | 1,04% | 2,33% | 0,35% | 4,80% | 19,03% |
| Varzedo | 68,37% | 7,39% | 19,71% | 54,75% | 65,53% | 0,0% | 3,87% | 1,87% | 0,14% | 7,39% | 20,55% |
| Castro Alves | 60,89% | 8,99% | 32,32% | 69,23% | 40,09% | 1,11% | 7,26% | 5,30% | 0,62% | 13,16% | 30,41% |
| Conceição do Almeida | 52,00% | 24,31% | 38,63% | 71,29% | 38,27% | 0,0% | 9,03% | 5,29% | 0,10% | 9,35% | 33,06% |
| Sapeaçu | 62,26% | 10,41% | 24,54% | 68,38% | 42,85% | 0,07% | 4,13% | 4,32% | 1,46% | 10,85% | 30,34% |
| Total | 104,239 | 337,216 | 512 | 33,661 | 22,776 | 1,901,013 | 43,986 | 34,496 | 19,358 | 22,666 | 15,029 |

Fonte: PUD, Ipea e FJP (2016).

Mariana C. Ostini Eliani Bastos

Os municípios em estudo, segundo dados do IBGE (2016), têm, em geral, taxa de desocupação menor de 15%. Já com relação à formalização das atividades econômicas, apenas no município de Conceição do Almeida a taxa alcança 50% de regularização.

Nos municípios de menor porte populacional a empregabilidade do setor agropecuário é maior do que a do setor terciário; já nos demais, como Amargosa e Jequié, o índice é inversamente proporcional. Com isso é possível dizer que a ocupação da grande parte da população em estudo é informal e atua na agropecuária.

De acordo com o estudo de Fernando e Menezes-Filho (2002), a mão de obra pode ser classificada da seguinte forma: 1) qualificada (12 ou mais anos de estudos), 2) intermediária (5 a 11 anos de estudos) e 3) não qualificada (0 a 4 anos de estudos). Dessa maneira, é possível afirmar que formação de mão de obra qualificada está associado a uma política educacional em nível superior, bem como de cursos de especialização, mestrado e doutorado, pois os ensinamentos nestes níveis levam os indivíduos a adquirirem conhecimentos específicos de uma profissão. Por outro lado, a educação de ensino fundamental e médio, em geral, tende a transmitir conhecimentos generalizados das ciências, com exceção dos cursos técnicos, onde são transmitidos conhecimentos mais específicos e profissionalizantes.

A partir desses dados, somados aqueles apresentados no item "educação", pode-se dizer que a maior parte da população da All pode ser incluída no grupo "2", ou seja, de nível de qualificação intermediária (5 a 11 anos de estudos), uma vez que, no ano de 2010, a média da expectativa de anos de estudos foi de 9 anos. Tal informação é de grande valia ao empreendimento, uma vez que este gerará emprego locais, especializados e não especializados.

4.4.2.6 POPULAÇÕES TRADICIONAIS

Neste item serão apresentadas informações sobre as populações tradicionais conforme disposições da Portaria Interministerial nº 60 de 24 de março de 2015, a saber: Terras e Reservas Indígenas e as Comunidades Quilombolas.

Ressalta-se que a pesquisa foi majoritariamente realizada em gabinete nos sítios da FUNAI, INCRA e FCP, sendo complementada com dados coletados in loco junto as Secretarias Municipais de Cultura e demais instituições relacionadas às temáticas.

4.4.2.6.1 Terras e Reservas Indígenas

As Terras Indígenas (TI) tradicionalmente ocupadas são aquelas, segundo parágrafo primeiro do artigo 231 da Constituição Federal de 1988, "por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições".

No que tange ao licenciamento ambiental, de acordo com as informações da Portaria Interministerial nº 060, de 24/03/2015, Terras Indígenas são: "áreas ocupadas por povos indígenas, cujo Relatório Circunscrito de Identificação e Delimitação tenha sido aprovado por portaria da FUNAI, publicada no Diário Oficial da União, ou áreas que tenham sido objeto de portaria de interdição expedida pela FUNAI em razão da localização de índios isolados".

Ainda segundo a referida Portaria, cita-se: "em terra indígena, quando a atividade ou empreendimento submetido ao licenciamento ambiental localizar-se em Terra Indígena ou apresentar elementos que possam gerar dano socioambiental direto no interior da TI, deve-se respeitar os limites dispostos no Anexo II" – sendo estes para Linhas de Transmissão, na Amazônia Legal, de 8 km distância e, para as demais regiões, tem-se 5 km de distância.

Em consulta a base de dados da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) constatou-se que até o mês de dezembro de 2016 não havia registro de Terras ou Reservas Indígenas nos municípios integrantes da All ou proximidades, o que equivale afirmar que a LT Sapeaçu - Poções não interfere em Terras Indígenas (Figura 4.4-56).

4.4.2.6.2 Comunidades Quilombolas

As Comunidades Quilombolas, tal como apresentado pela Fundação Cultural Palmares (FCP), são "rema-

Thayana C. V. de M. Loui Bastos

nescentes de quilombos segundo critérios de auto definição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida, que tenham sido certificadas pela Fundação Cultural Palmares”.

Por sua vez Terras Quilombolas (TQ) são “áreas ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos, utilizadas para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural, identificadas, delimitadas ou tituladas por órgão competente” INCRA – conforme determina o Decreto nº 4.887 de 20/11/2003, que regulamenta tal procedimento tratado no artigo 68 do Ato

das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT).

No que tange ao licenciamento ambiental, segundo informações da Portaria Interministerial nº 060/2015, Capítulo I, parágrafo IX e XIII, serão consideradas as Comunidades Quilombolas que “tenham sido reconhecidas por RTID devidamente publicado” pelo INCRA, sendo este documento o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação.

Na AI, conforme demonstrado no quadro a seguir, foram identificadas 5 (cinco) Comunidades Quilombolas, certificadas localizadas nos municípios de Poções, Jequié e Jaguaquara.

Quadro 4.4-13: Lista das Comunidades Quilombolas¹ encontradas nos municípios da AI.

| Município | Nome da Terra Quilombola | Nº do Processo | Data da abertura do processo | Etapa atual do processo | RTID |
|------------|--------------------------|----------------------|------------------------------|-------------------------|------|
| Poções | Lagoa do João | 01420.005605/2011-70 | 10/05/2011 | Certificada | Não |
| | Pimenteira | 01420.005605/2011-70 | 10/05/2011 | Certificada | Não |
| | Vassouras | 01420.005605/2011-70 | 10/05/2011 | Certificada | Não |
| Jequié | Barro Preto | 01420.000313/2007-64 | 14/02/2007 | Certificada | Não |
| Jaguaquara | Lindolfo Porto | 01420.011463/2011-80 | 26/08/2011 | Certificada | Não |

Fonte: Fundação Cultural Palmares (FCP), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)/2016: (<http://www.incra.gov.br/sites/default/files/incra-processosabertos-quilombolas-v2.pdf>) e MDA (http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_qua_territorio021.pdf).

1 A Portaria Interministerial nº 60 de 24 de maio de 2015 orienta distância mínima de 5 km de Linhas de Transmissão de Terras Quilombolas. Casos os empreendimentos estejam a distâncias menores, um procedimento administrativo junto a FCP, em tempo, deverá ser iniciado – Anexo I.

Mariana C. Ustini *Luiz Bastos*

Contudo, por meio de estudos mais aprofundados e a pesquisa de campo realizada em janeiro/2017 constatou-se que a CQ mais próxima do traçado selecionado está a mais de 20 km.

Abaixo segue Figura 4.4 56 com as Comunidades Quilombolas, com RTID, mais próximas da área de influência do empreendimento.

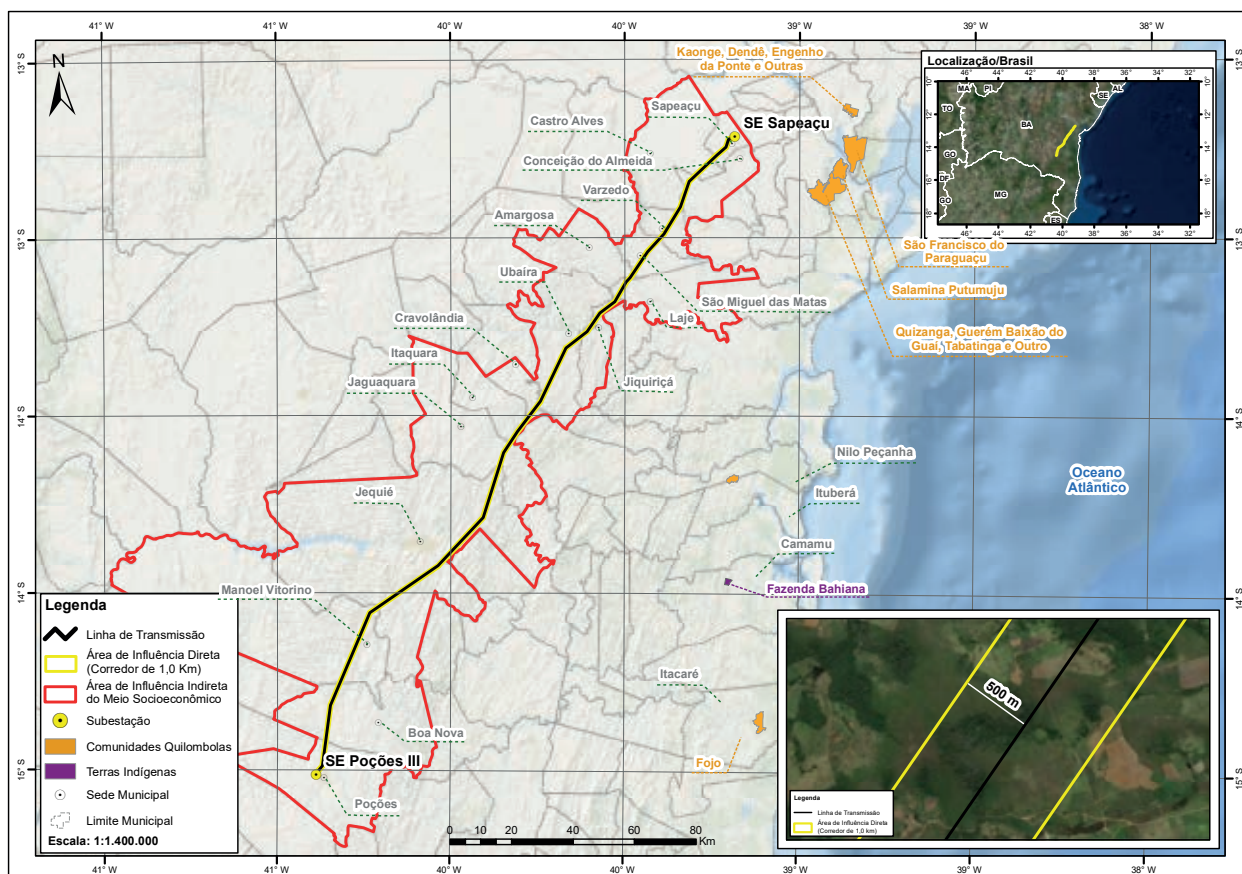


Figura 4.4 56: Localização das TIs e CQs.

4.4.2.6.3 Comunidades Extrativistas

De acordo com a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (BRASIL, 2007), são considerados povos e comunidades tradicionais: “grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição”.

Na All em estudo, no município de Manoel Vitorino foram identificadas comunidades rurais que sobrevivem

da extração do Umbu, podendo esta ser enquadrada no contexto de Populações Tradicionais Extrativistas, que combinam, quando possível, duas atividades econômicas: produção de meios de vida e produção de mercadorias, em que uma “economia natural” (GONÇALVES, 2005), no primeiro caso, e uma “economia do excedente” (FRAXE, 2004) “dita” o cotidiano de seus moradores. Todavia é importante destacar que só podemos afirmar categoricamente a tradicionalidade desta após a realização de estudos etno/históricos e/ou antropológicos das mesmas.

A comunidade extrativista deste município, embora distribuída em localidades rurais, está espalhada por todo o território municipal, segundo relato dos mora-

Thayana C. Vitorino e Lami Barata

dores e instituições extrativistas. Diversos fragmentos desta sociedade sobrevivem da extração do Umbu, sendo alguns organizados em Cooperativa, outros autônomos - vendendo informalmente seus produtos nas rodovias ou apenas fazendo uso do fruto que é abundante em toda a região. Vale lembrar que Manoel Vitorino "está inserido no Território de Identidade do Médio Rio das Contas, estando localizado numa região considerada como uma das maiores produtoras de umbu da Bahia" – COOPROAF (2017).

Amplamente conhecida no município, a comunidade extrativista mais famosa e também organizada socialmente integra a COOPROAF – Cooperativa de Produção e Comercialização da Agricultura Familiar do Sudoeste da Bahia. Em visita a esta instituição, em janeiro de 2017, obteve-se a informação do início de suas atividades, quando, em 2001, 13 merendeiras iniciaram um trabalho complementar as suas rendas utilizando, para tanto, o fruto do Umbu.

De lá até então, esta organização com 23 mulheres e 1 (um) homem, recebeu incentivos da Prefeitura Municipal e de instituições internacionais tendo auferido diversos prêmios nacionais de desenvolvimento de tecnologia social, aumentando sua produção, sua infraestrutura e o beneficiamento do fruto – resultando num vasto cardápio de produtos extraídos do Umbu e outras frutas da caatinga, como o Maracujá Selvagem. Toda a matéria prima utilizada pela cooperativa é coletada no próprio município de Manoel Vitorino.

Abaixo registro fotográfico da COOPROAF.



Foto 4.4-64: Instalações da Cooperativa, paralisadas pelas férias coletivas de Janeiro.



Foto 4.4-65: Produtos expostos na sede da Cooperativa.



Foto 4.4-63: Entrevista com Diretoria Financeira da COOPROAF.



Foto 4.4-62: Suco de Maracujá selvagem exposto no estande da Cooperativa.

Mariana C. Vitorino Esmi Pontes

4.4.2.7 PROJETOS DE ASSENTAMENTO

Projetos de Assentamento, segundo informações do INCRA (2014), são projetos que contém um conjunto de unidades agrícolas independentes entre si, instaladas pelo INCRA onde originalmente existia apenas um imóvel rural pertencente a um único proprietário.

Segundo esta instituição, o "assentamento é criado através da publicação de uma portaria, com os dados do imóvel, a capacidade estimada de famílias, nome do projeto e os próximos dados para a sua implantação. Os assentamentos podem ser divididos em dois grandes grupos: os criados por

meio de obtenção de terras pelo INCRA, na forma tradicional, denominados Projetos de Assentamento (PA's), que incluem os ambientalmente diferenciados e aqueles implantados por instituições governamentais e reconhecidos pelo INCRA. Os procedimentos técnicos administrativos da criação e reconhecimento estão amparados pela Norma de Execução DT nº 69/2008".

Na All em estudo foram identificados 8 (oito), com distâncias do traçado variando entre 600 m a 15,7 km do traçado selecionado, constituindo-se em distâncias bastante seguras, o que nos permite assegurar que a LT não interferirá em assentamentos rurais.

Quadro 4.4-14: Lista dos Projetos de Assentamento identificados no município da All.

| Município | Nome dos PAs | Capacidade | Famílias Assentadas | Data de criação | Área total (HA) | Distância da LT (m) |
|---------------------|-------------------|--------------|---------------------|-----------------|-----------------|---------------------|
| Poções | PA Galileia | 69 famílias | 69 famílias | 03/08/2004 | 1985.3974 | 9.382 |
| Boa Nova | PA Faz Talismã | 55 famílias | 55 famílias | 03/08/2004 | 1371.6103 | 15.720 |
| Jaguaquara | PA Wilson Furtado | 70 famílias | 70 famílias | 04/12/2002 | 1835.3421 | |
| | PA Santa Domênica | 33 famílias | 33 famílias | 25/07/2005 | 1327.5196 | 12.509 |
| | PA Boa Sorte | | | | | 5.414 |
| Cravolândia | PA Palestina | 180 famílias | 180 famílias | 30/12/1998 | 3822.8576 | 6.724 |
| Santa Inês / Ubaira | PA Jequiriçapa | | | | | 8.118 |
| Ubaira | PA Jequiriça | - | | - | 1152.6946 | 622 |

4.4.2.8 ORGANIZAÇÃO SOCIAL

Neste item serão apresentados os diversos grupos, entidades, associações, cooperativas, organizações não governamentais (ONG), entre outros representantes que compõem a rede de organização social dos municípios integrantes da All, de forma que sejam identificados os principais atores e sua capacidade de mobilização.

Para esta apresentação, a pesquisa foi priorizada com levantamentos secundários, sendo complementados com dados coletados in loco junto aos próprios atores sociais e demais residentes.

O quadro abaixo lista as organizações sociais encontradas na All. Salienta-se que aquelas que possuem maior afinidade temática em relação ao empreendimento atuam na área de meio ambiente e produção agrícola.

Thyriana C. Ustini *Rauli Bortol*

Quadro 4.4-15: Lista das Organizações Sociais encontradas nos municípios integrantes da All.

| Município | Nome | Área de atuação | Contato |
|-----------------|--|--|---|
| Poções | Amigo Cidadão | - | (77) 88454541 |
| | Pessoas Jurídica Sem Fins Lucrativos | - | (77) 34314572 |
| | Sociedade Beneficente e Amparo Social de Poções | Saúde | (77) 34315248 |
| Boa Nova | - | - | - |
| Manoel Vitorino | Instituto de Desenvolvimento Sustentável Do Semi-Árido (IDAN) | Meio ambiente, educação e pesquisa, desenvolvimento e defesa de direitos | (73) 35337025 |
| | Cooperativa de Produção e Comercialização dos produtos da Agricultura Familiar do Sudoeste da Bahia (COOPROAF) | Produção, beneficiamento e comercialização de derivados de frutas nativas principalmente o umbu. | http://www.imbuira.com.br/ |
| Jequié | Associação Beneficente Nicanora Almeida (ABENA) | Assistência social | (73) 8822-6005 |
| | Associação Jequiense de Cego (AJEC) | Assistência social | (73) 3525-7532 |
| | Loja Maçônica União Beneficente | Assistência social | (73) 3525-1491 |
| | Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Jequié | Assistência social | (73) 35274190 |
| | Centro de Promoção Social da Paróquia Santo Antônio de Pádua de Jequié | Assistência social | (73) 35252885 |
| | Fundação Leur Britto | Assistência social e proteção social | (73) 35251027 |
| | Grupo de Apoio ao Desenvolvimento de Serviços Públicos | - | (73) 35269386 |
| | Associação Bíblica e Cultural de Jequié | Serviços humanitários | (73) 35343598 |
| Jaguaquara | Associação Beneficente Taylor-Egídio | Saúde | (73) 35342120 |
| Itaquara | Associação dos Peq.Prod.Rurais da Vila Castelo Branco | Defesa de Direitos Sociais | Vl Castelo Branco, Sn. |
| | Associação Comunitária das Produtoras de Itaquar | Defesa de Direitos Sociais | Pc Barbosa De Sousa, 16. |
| | Associação dos Mini e Peq.Produtores Rurais da Região da Barragem | Defesa de Direitos Sociais | Faz Araponga, Sn. |
| | Associação de Pequenos Prod.Rurais de Boqueirão | Defesa de Direitos Sociais | Boqueirão, Sn. |
| | Comunitaria e Beneficente dos Produtores das Duas Pontes | Defesa de Direitos Sociais | Faz Duas Pontes, S/N. |
| | Associação Beneficente dos Amigos de Itaquara | Defesa de Direitos Sociais | Av Liberdade, Sn. |
| | Associação dos Produtores de Derivados Cana de Acucar do Vale Jequiriçá | Defesa de Direitos Sociais | Pc Sete De Setembro, S/N. |
| | Associação Comunitária dos Produtores do Riacho do Silva | Defesa de Direitos Sociais | Faz Riacho Do Silva, S/N. |
| | Associação Comunitária dos Produtores do Boqueirão | Defesa de Direitos Sociais | Faz Boqueirão, Sn. |
| | Associação dos Pequenos Produtores da Vila Castelo Branco | Defesa de Direitos Sociais | Vl Castelo Branco, Sn. |
| Cravolândia | Associação dos Membros da Igreja de Jesus Cristo em Cravolândia | - | R José Inácio, S/N, Térreo. |
| | Associação dos Trabalhadores Rurais da Região de Cama de Vara | - | Cpo Região da Cama de Vara, S/N, Zona Rural. |
| | Associação de Proteção aos Moradores de Ilha Formosa | - | R Do Cacau - Ilha Formosa, S/N. |
| | Associação de Agricultores Bom Viver | - | Faz Serra Dourada / Sonora , S/N, Fazenda. |
| | Centro Comunitário Aurea Cravo | - | Tr Lomanto Junior, Sn, Térreo. |
| | Associação dos Moradores e Pequenos Agricultores da Região da Água Branca | - | Lrg Povoado Da Agua Branca, Sn, Casa. |
| | Associação dos Moradores das Ruas do Prédio e Lafaiete Coutinho | - | Pc Lomanto Junior, S/N, Térreo. |
| | Associação dos Pequenos Agricultores da Região da Batateira | - | Com Batateira, Sn, Casa. |
| | Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Região do Riachão da Gameleira | - | Riachao Da Gameleira, S/N, Zona Rural. |

Mariana C. Costa Eliani Bastos

| Município | Nome | Área de atuação | Contato |
|-------------------------------------|--|-----------------|---|
| Ubaíra | Associação de Proteção à Maternidade e a Infância de Ubaíra | Saúde | 35442102 |
| | Associação Instituto Projeto Semento | - | (75) 35442438 |
| | Associação dos Agentes Comunitários de Ubaíra | - | (75) 35443041 |
| | Associação dos Produtores de Flores da Bacia | - | (75) 35442470 |
| | Associação da Comunidade da Colônia | - | (75) 35440000 |
| | Associação dos Pequenos Produtores Rurais das Pedrinhas | - | - |
| | Associação de Radiodifusão Comunitária de Ubaíra | - | - |
| | Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal de São Roque | - | - |
| | Associação Grupo Ambientalista de Ubaíra | Meio ambiente | (71) 88157213 |
| | Associação Comunitária do Alto da Lagoa e Região | - | - |
| Jiquiriçá | - | - | - |
| Laje | - | - | - |
| Amargosa | Associação Beneficente Irmã Gertudes | - | (75) 3634256 |
| São Miguel das Matas | - | - | - |
| Varzedo | - | - | - |
| Castro Alves | Associação de Proteção à maternidade e infância de Castro Alves (APMICA) | Saúde | - |
| Conceição do Almeida | Santa Casa de Misericórdia de Conceição do Almeida | - | - |
| Sapeaçu | - | - | - |
| Território Recôncavo/BA | Comissão Ecumênica dos Direitos da Terra (Cediter) | - | Centro Público de Economia Solidária - Lote 5 |
| Região Metropolitana de Salvador/BA | Filhos do Mundo (Feme) | - | Centro Público de Economia Solidária - Lote 3 |
| Região Metropolitana de Salvador/BA | Centro de Estudos Socioambientais (Pangea) | - | Centro Público de Economia Solidária - Lote 2 |

Fonte: Secretaria de Administração da Bahia (SAEB/2016) <http://www.saeb.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=59>.

Além das instituições apresentadas acima, destaca-se a atuação dos conselhos municipais, os quais integram representantes da sociedade civil e do poder público. O objetivo destes conselhos é buscar soluções para os problemas que incidem sobre suas áreas de atuação e vivência. Este é o caso das associações de bairros e de saúde, cujo fator de mobilização está associado, em geral, à melhoria das condições de trabalho, de saúde e habitacionais, prevalecendo as reivindicações as reivindicações acerca dos serviços públicos.

Os sindicatos mais atuantes na região são dos Trabalhadores Rurais, que apresentam focos de atuação amplos, possuindo grande quadro de associados e formas rápidas de comunicação com as diversas comunidades rurais, mantendo-as atualizadas sobre

os acontecimentos nos municípios e região (registro fotográfico abaixo).



Foto 4.4-67: Instalações do Sindicato de Produtores Rurais de Poções.

Thyriana C. Ustini *Leoni Batista*

Por fim, tem-se a atuação das igrejas, assembleias e templos religiosos, tanto na área urbana quanto na área rural dos municípios. Estas organizações sociais possuem grande alcance e inserção junto à população, pois, em geral, atuam visando a defesa de

interesses legítimos das comunidades.

No que tange a organização social política partidária municipal, segue abaixo quadro com apresentação dos Prefeitos Eleitos em 2016 e seus respectivos partidos.

Quadro 4.4-16: Lista de Prefeitos e Partidos atuantes da AII.

| Município | Partido Político | Nome do Prefeito Eleito em 2016 | Reeleição |
|----------------------|------------------|---|-----------|
| Poções | PTB | Leandro Araujo Mascarenhas (Léo) | Não |
| Boa Nova | DEM | Adonias da Rocha Pires de Almeida | Não |
| Manoel Vitorino | PSD | Heleno Viriato de Alencar Vilar | Não |
| Jequié | PSB | Luiz Sérgio Suzarte Almeida (Sérgio da Gameleira) | Não |
| Jaguaquara | PP | Giuliano de Andrade Martineli | Sim |
| Itaquara | PSB | Marco Aurelio Wanderley Cruz Costa (Marco de Dr. Geo) | Não |
| Cravolândia | PSD | Ivete Soares Teixeira Araujo | Não |
| Ubaíra | SD | Fred Muniz Barreto Andrade | Não |
| Jiquiriçá | PRP | João Fernando Alves Costa (Cascalho) | Não |
| Laje | PSB | Kledson Duarte Mota (Bidinho de Mota) | Não |
| Amargosa | PT | Julio Pinheiro dos Santos Junior | Não |
| São Miguel das Matas | PP | Jose Renato Curvelo de Araujo | Não |
| Varzedo | PSC | Ariecilio Bahia da Silva (Bahia) | Não |
| Castro Alves | PSDB | Thiancle da Silva Araújo | Não |
| Conceição do Almeida | PSD | Adailton Campos Sobral (Ito de Bêga) | Não |
| Sapeaçu | PPS | George Vieira Gois | Não |

Fonte: IBGE Cidades (2016) e www.eleicoes2016.com.br.

4.4.3 DIAGNÓSTICO DA ÁREA DE INFLUÊNCIA DIRETA (AID)

4.4.3.1 CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

Na caracterização da Área de Influência Direta (AID) do Meio Socioeconômico foram consideradas as localidades com ocupação social localizadas na área de inserção do empreendimento, assim como os espaços de uso social e produtivos de referência necessários à manutenção das atividades humanas.

Integram a AID as seguintes áreas, a saber: um corredor de 1.000 metros de largura (500 m para cada lado do eixo principal do traçado), abrangendo a faixa de serviço, de 80 metro de largura, mais as áreas do entorno das subestações e as vias de acessos a serem utilizadas para instalação do empreendimento.

Neste item são caracterizadas as localidades identificadas ao longo do traçado da LT, entorno das Subestações e vias de acesso ao empreendimento, considerando os seguintes itens: 1) ocupação populacional; 2) infraestruturas e os serviços públicos; 3) atividades de lazer e turismo; 4) uso do solo e 5) atividades econômicas. Também serão descritos os cruzamento e paralelismo e/ou proximidade da LT com outras linhas de transmissão e infraestruturas de deslocamento humano.

Para facilitar a compreensão do diagnóstico da AID, os primeiros itens apresentarão: 1) aspectos da faixa de servidão; 2) edificações existentes na faixa de servidão; 3) cruzamentos ou paralelismos com outros empreendimentos; 4) uso e ocupação do solo na faixa de 500 metros para cada lado do eixo principal da LT e 4) intervalos de análise – onde serão detalhadas:

Mariana C. Ustini Esmi Bastos

a) os acessos e b) áreas rurais – sendo que estes últimos reforçam o detalhamento apresentado nos itens anteriores e complementam as informações com dados de ocupação populacional, infraestrutura e demais indicadores citados no parágrafo anterior.

Essa caracterização servirá de referência para avaliar os impactos e definir as medidas que serão adotadas pelo empreendedor, de modo que as futuras ações assumam caráter sustentável e adequado às particularidades locais.

4.4.3.2 CONSIDERAÇÕES INICIAIS SOBRE A AID

Em se considerando a definição da AID e sua dimensão, pode-se afirmar que a zona rural dos 16 municípios e alguns setores censitários urbanos estão nela inseridos.

A AID do empreendimento, por integrar mais áreas rurais do que setores censitários urbanos, pode ser caracterizada como um todo, por baixa ocupação populacional, baixo crescimento demográfico (em torno de 12 hab./Km²) e pouca capacidade de atração de população flutuante. Isso porque, em geral, mesmo nas zonas rurais de municípios de grande porte como Jequié, há pouca ou nenhuma disponibilidade de infraestrutura pública e privada, tais como: vias de mobilidade asfaltadas, postos e/ou unidades de saúde, saneamento básico, escolas, segurança pública, áreas de lazer, serviços de transportes, comércios ou setor de serviços bem desenvolvidos.

De modo geral, em algumas zonas urbanas mais próximas a sedes municipais e, também, em áreas rurais nas proximidades de rodovias, é comum encontrar apenas um estabelecimento escolar municipal e, também, apenas um centro de saúde. As demais instalações existentes, normalmente, são voltadas ao setor de serviços e comércio, mesmo assim em pouca quantidade.

Segundo Censo Demográfico do IBGE 2010, contava-se AID, naquele ano, um total de 34.925 habitantes distribuídos ao longo do traçado da LT, principalmente nas vias de acesso federais, estaduais e municipais. O entorno das subestações de Sapeaçu e Poções III integrava áreas de ocupação residencial de forma es-

parsada, com distanciamento entre moradias chegando a 1 km, em média.

A AID interceptará diversas rodovias, e pelo menos uma linha de transmissão. Não foi identificada interceptação em dutos e outros empreendimentos que possam causar risco a futura instalação e operação da LT.

4.4.3.2.1 Faixa de Servidão

Para este empreendimento a faixa de servidão foi definida com 80 metros de largura, mais as áreas do entorno das subestações e as vias de acessos a serem utilizadas para instalação do empreendimento. Essas áreas estarão diretamente sujeitas às rotinas das atividades de construção e montagem das estruturas e aos potenciais impactos decorrentes.

4.4.3.2.2 Principais edificações e benfeitorias existentes na AID

A partir da análise das imagens de satélite (Google Earth e Wikimapia) e das observações realizadas durante pesquisa de campo, foram identificadas edificações residenciais e/ou benfeitorias de relevância social instaladas muito próximas a AID do empreendimento, conforme comentado nos itens subsequentes.

Na AID que corresponde o corredor de 1.000 metros de largura (500 m para cada lado do eixo principal do traçado), abrangendo a faixa de servidão, de 80 metros de largura, mais as áreas do entorno das subestações e as vias de acessos a serem utilizadas para instalação do empreendimento, pode-se observar diversas instalações residenciais e benfeitorias rurais em quase todos os municípios integrantes da AID, com exceção de Manoel Vitorino – as quais serão descritas em itens à frente. Também observa-se a instalação, em localidades específicas e descritas a seguir, estabelecimentos comerciais e/ou de serviços, porém com pouca expressão.

O traçado da LT e sua faixa de servidão de 80 metros não interceptam diretamente sedes urbanas municipais, contudo, alguns setores urbanos foram abrangidos pelo estudo por terem seus territórios parcialmente compreendidos pela AID ou corredor de 1 km ou 500

Thayana C. Vitorino Esmi Barata

metros para cada lado da LT. O mesmo ocorreu em relação a Unidades de Conservação.

Vale destacar, ainda, que, a AID não interceptará nenhuma área de segurança de pistas de pouso de aviões de pequeno a médio porte.

4.4.3.2.3 Comunidades Tradicionais

Na AID em estudo, segundo base de dados do INCRA, FUNAI e Fundação Cultural Palmares (2017), não há registro de Comunidades Tradicionais, sejam elas Indígenas, Quilombolas ou Extrativistas. Mais informações sobre este item podem ser verificadas no Diagnóstico Socioeconômico da All.

4.4.3.3 Principais Usos do Solo

Neste item são demonstrados os principais usos e ocupações do solo existentes na faixa da AID, considerando a seguinte classificação: 1) estrada não pavimentada; 2) benfeitoria; 3) agricultura; 4) silvicultura; 5) solo exposto; 6) remanescente de vegetação; 7) massa d'água; 8) estrada pavimentada e 9) pastagem.

Conforme quadro apresentado a seguir a predominância de uso do solo na AID é de pastagem, seguido de remanescente de vegetação e bem atrás (percentualmente) agricultura. As demais classificações utilizadas, representam poucas áreas em hectares em relação as três mencionadas.

Mariana C. Uetzi Esmi Pontes

Quadro 4.4-17: Identificação do Uso e Ocupação do solo na AID

| Municípios | Estrada não pavimentada | | Bentiteoria | | Agricultura | | Silvicultura | | Solo Exposto | | Remanescente de vegetação | | Massa d'água | | Estrada Pavimentada | | Pastagem | | Total | |
|----------------------|-------------------------|------|-------------|------|-------------|-------|--------------|------|--------------|------|---------------------------|-------|--------------|------|---------------------|------|----------|-------|---------|--------|
| | (HA) | % | (HA) | % | (HA) | % | (HA) | % | (HA) | % | (HA) | % | (HA) | % | (HA) | % | (HA) | % | (HA) | % |
| Poções | 11,06 | 0,94 | 1,47 | 0,13 | 17,44 | 1,49 | - | - | 1,52 | 0,13 | 506,20 | 43,22 | 0,25 | 0,02 | - | - | 633,30 | 54,07 | 1171,24 | 100,00 |
| Boa Nova | 12,50 | 0,84 | 10,25 | 0,69 | 6,76 | 0,46 | - | - | 6,07 | 0,41 | 481,40 | 32,46 | 2,27 | 0,15 | 3,79 | 0,26 | 959,90 | 64,73 | 1482,95 | 100,00 |
| Manoel Vitorino | 13,33 | 0,44 | 0,05 | 0,00 | - | - | - | - | - | - | 2100,00 | 68,87 | 0,40 | 0,01 | - | - | 935,50 | 30,68 | 3049,28 | 100,00 |
| Jequié | 45,88 | 0,75 | 3,21 | 0,05 | 138,30 | 2,26 | 12,12 | 0,20 | 9,40 | 0,15 | 9597,00 | 58,67 | 18,91 | 0,31 | 5,97 | 0,10 | 2300,00 | 37,52 | 6130,79 | 100,00 |
| Jaguaquara | 12,78 | 1,50 | 0,96 | 0,11 | 78,69 | 9,23 | 7,29 | 0,86 | 0,71 | 0,08 | 144,10 | 16,90 | 6,85 | 0,80 | - | - | 601,10 | 70,51 | 852,48 | 100,00 |
| Itaquara | 15,58 | 2,20 | 2,80 | 0,40 | 100,80 | 14,25 | 1,75 | 0,25 | - | - | 73,92 | 10,45 | 7,94 | 1,12 | - | - | 504,80 | 71,34 | 707,59 | 100,00 |
| Cravolândia | 9,37 | 1,28 | 0,69 | 0,09 | 16,18 | 2,21 | - | - | 0,10 | 0,01 | 250,90 | 34,27 | 5,73 | 0,78 | - | - | 449,10 | 61,35 | 732,08 | 100,00 |
| Ubaíra | 22,99 | 0,82 | 1,71 | 0,06 | 37,20 | 1,32 | - | - | 2,15 | 0,08 | 399,80 | 14,18 | 12,16 | 0,43 | - | - | 2343,00 | 83,11 | 2819,01 | 100,00 |
| Jiquiriçá | 13,32 | 1,04 | 2,50 | 0,19 | 15,38 | 1,20 | - | - | 1,49 | 0,12 | 349,20 | 27,17 | 0,15 | 0,01 | - | - | 903,30 | 70,28 | 1285,34 | 100,00 |
| Laje | 4,05 | 0,50 | 2,54 | 0,32 | - | - | - | - | - | - | 141,50 | 17,53 | 2,53 | 0,31 | 2,83 | 0,35 | 653,90 | 80,99 | 807,35 | 100,00 |
| Amargosa | 1,97 | 1,48 | 0,42 | 1,20 | - | - | - | - | - | - | 26,83 | 16,38 | 1,31 | 0,80 | - | - | 133,30 | 81,37 | 163,83 | 101,22 |
| São Miguel das Matas | 19,47 | 1,34 | 4,50 | 0,31 | 108,60 | 7,48 | - | - | - | - | 319,80 | 22,04 | 4,31 | 0,30 | - | - | 994,40 | 68,53 | 1451,07 | 100,00 |
| Varzedo | 5,82 | 0,57 | 2,33 | 0,23 | 32,13 | 3,13 | - | - | - | - | 3,35 | 0,33 | 0,41 | 0,04 | 3,13 | 0,30 | 979,20 | 95,40 | 1026,37 | 100,00 |
| Castro Alves | 8,92 | 0,95 | 3,01 | 0,32 | 15,08 | 1,60 | - | - | - | - | 16,61 | 1,76 | 1,91 | 0,20 | - | - | 898,80 | 95,18 | 944,34 | 100,00 |
| Conceição do Almeida | 6,24 | 0,61 | 2,76 | 0,27 | 14,81 | 1,45 | - | - | - | - | 14,81 | 1,45 | 1,39 | 0,14 | - | - | 984,80 | 96,17 | 1024,05 | 100,00 |
| Sapeaçu | 10,56 | 1,04 | 35,75 | 3,51 | 99,89 | 9,81 | - | - | - | - | 60,84 | 5,98 | 1,37 | 0,13 | 1,45 | 0,14 | 808,10 | 79,38 | 1017,96 | 100,00 |

Thayana C. Uetzi

Rauli Batista

4.4.3.4 INTERVALOS DE ANÁLISE DA LT

O empreendimento, devido a sua extensão no estado da Bahia, deverá atravessar ou se aproximar de diversas localidades e regiões com características diversas entre si. Para uma compreensão melhor das especificidades locais, dividiu-se a caracterização das áreas e/ou localidades em "intervalos de análise", tomando-se como critério para essa divisão o uso e a ocupação do solo e a estruturação fundiária da área estudada, bem como mudanças na paisagem natural que se materializem em barreiras entre as diversas ocupações existentes ao longo do traçado.

A população residente neste corredor e demais áreas em foco, está representada em cada "intervalo de análise", porém convém registrar que a estimativa populacional associada a esta, foi obtida com base nos Setores Censitários do Censo Demográfico de 2010 (IBGE), podendo, dessa forma, estar timidamente superestimada com relação ao total, pois as unidades de pesquisa do IBGE não correspondem geograficamente exatamente a mesma área do estudo deste licenciamento.

Mais adiante, nos intervalos também são tratados: 1) descrição da área do intervalo; 2) aspectos populacionais; 3) padrão construtivo das residências; 4) infraestrutura disponível; 5) uso e ocupação do solo de modo mais detalhado e, por fim, 4) registro fotográfico do intervalo.

4.4.3.4.1 Intervalo 1

4.4.3.4.1.1 Descrição

O intervalo 1 tem início no entorno direto da Subestação (SE) Poções III e segue até o limite geográfico entre o município de Boa Nova e Manoel Vitorino – destacado pela linha azul no topo da figura exposta a seguir



Foto 4.4-57: Intervalo 1

Fonte: Google Earth e Wikimapia modificado para o estudo.

Neste intervalo há 03 (três) localidades de maior destaque, a saber:

- 1) entorno direto da SE Poções III – por agregar áreas urbanas (de expansão) com aglomerado residencial e áreas rurais também com residências e/ou benfeitorias e, uso do solo de mata e/ou pastos e agricultura de pequeno porte;
- 2) trecho da BA de acesso a BR – 116 (sentido Bom Jesus da Serra – Boa Nova) – pelo traçado interceptar área muito próxima a instalação residencial;
- 3) área de aproximação da futura LT com a BR – 116 – por agregar instalações residenciais e uma unidade municipal escolar.

A descrição destas áreas será apresentada junto à exposição de informações gerais das demais áreas deste intervalo que compõe AID e/ou faixa de 500 metros para cada lado do eixo central da futura LT, dando-se destaque quando necessário.

Mariana C. Ostini Esmi Pontes

4.4.3.4.1.2 Aspectos Populacionais

No que tange a aspectos populacionais, segundo informações dos Setores Censitários – Censo Demográfico 2010 (IBGE), conforme demonstrado na tabela a seguir, a população total deste intervalo integra

6.160 habitantes na área, com razão de gênero predominantemente masculina e com baixa densidade demográfica – exceto nos setores destacados na Tabela 4.4-28, próximos da SE Poções III com baixa a média densidade populacional.

Tabela 4.4-28: Informações Populacionais dos Setores Censitários interceptados pela LT em Poções e Boa Nova segundo dados do Censo Demográfico 2010.

| Municípios | Número dos Setores | Tipo | População Total | Razão de Sexo | Densidade Demográfica (hab./Km ²) |
|------------|--------------------|--------|-----------------|---------------|---|
| Poções | 292510505000030 | Rural | 886 | 100 | 22.81 |
| Poções | 292510505000031 | Rural | 445 | 106.98 | 18.46 |
| Poções | 292510505000042 | Rural | 429 | 104.29 | 16.9 |
| Poções | 292510505000048 | Rural | 272 | 106.06 | 14.55 |
| Poções | 292510505000025 | Urbano | 825 | 95.5 | 328.47 |
| Poções | 292510505000067 | Urbano | 750 | 98.94 | 311.96 |
| Poções | 292510505000071 | Rural | 19 | 111.11 | 10.64 |
| Boa Nova | 290370605000015 | Rural | 576 | 99.31 | 15.63 |
| Boa Nova | 290370605000024 | Rural | 444 | 106.51 | 30.32 |
| Boa Nova | 290370605000017 | Rural | 484 | 93.6 | 10.21 |
| Boa Nova | 290370605000023 | Rural | 413 | 99.52 | 16.34 |
| Boa Nova | 290370605000016 | Rural | 617 | 97.76 | 13.24 |

Fonte: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopseporsetores/?nivel=st>

Com relação à população total, é notável destacar que os setores censitários são unidades geográficas de análise oficialmente definidas e utilizadas pelo IBGE como parte integrante do Censo Demográfico e que, portanto, não correspondem integralmente ao corredor de 1 km - atual AID em estudo. Contudo, por compreender grande área do atual corredor e pela proximidade da população no restante do setor do corredor, todo o território dos setores foi considerado no estudo, de modo que fosse possível estimar o quantitativo populacional a sofrer influências do empreendimento, ainda que uma única vez ao longo de toda a construção e operação do empreendimento. Tal estimativa populacional também é válida a época da execução dos Programas Ambientais.

No que tange a ocupação populacional, nota-se mediante indicadores dos setores censitários, maior número

de habitantes próximo a SE Poções III, em Poções e nos setores próximos a BR – 116 no município de Boa Nova.

Ainda com relação ocupação populacional, mediante análise da estrutura etária dos setores em foco, nota-se a presença majoritária de crianças, adolescentes e idosos – todos em razão de dependência – segundo dados do IBGE (2010). Grande parcela da população economicamente ativa, entre 20 e 59 anos, migra para os centros urbanos ou regiões próximas (como é o caso da área de ocupação na BR - 116) em busca de melhores oportunidades de trabalho, instalações político social e de condições de vida em geral. Segundo informações obtidas localmente, mediante conversas aleatórias realizadas com moradores, a grande maioria dos migrantes não retorna a região de origem, deixando a população mais velha sem assistência física, emocional e muitas vezes, financeira.

Thyriana C. Ustini Esmi Barata

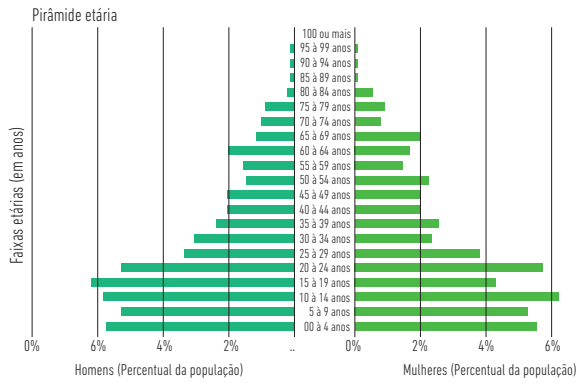


Figura 4.4 58: Pirâmide etária do setor 292510505000030.
 Fonte: <http://www.censo2010.ibge.gov.br>

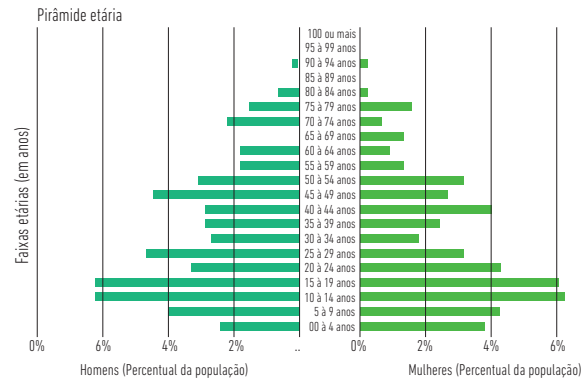


Figura 4.4 59: Pirâmide etária do setor 292510505000031.
 Fonte: <http://www.censo2010.ibge.gov.br>

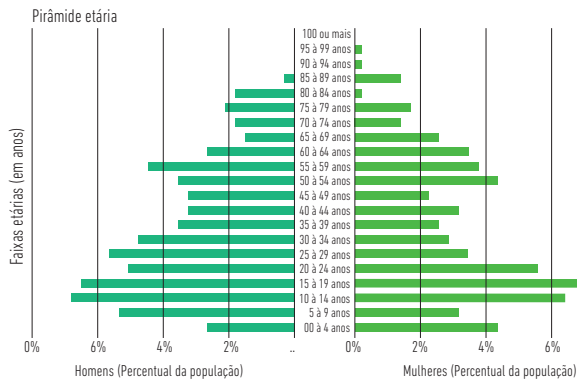


Figura 4.4 60: Pirâmide etária do setor: 292510505000042.
 Fonte: <http://www.censo2010.ibge.gov.br>

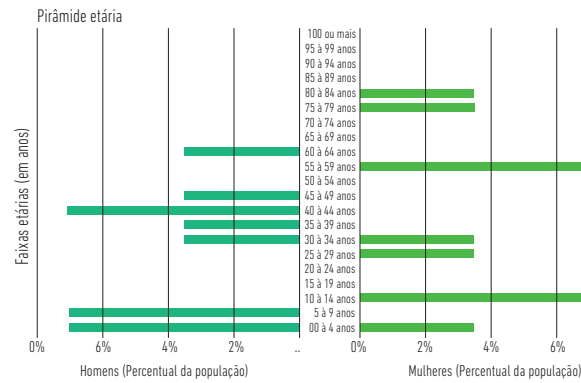


Figura 4.4 61: Pirâmide etária do setor: 292510505000071.
 Fonte: <http://www.censo2010.ibge.gov.br>

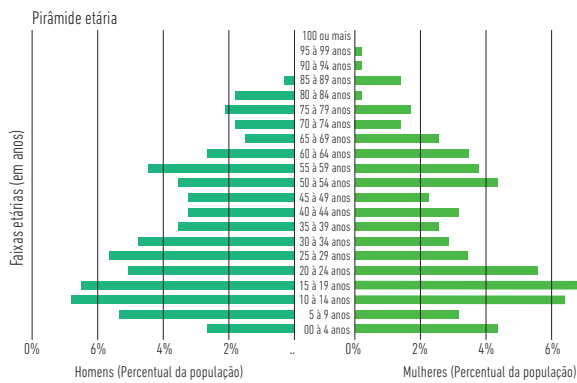


Figura 4.4 62: Pirâmide etária do setor: 290370605000015.
 Fonte: <http://www.censo2010.ibge.gov.br>

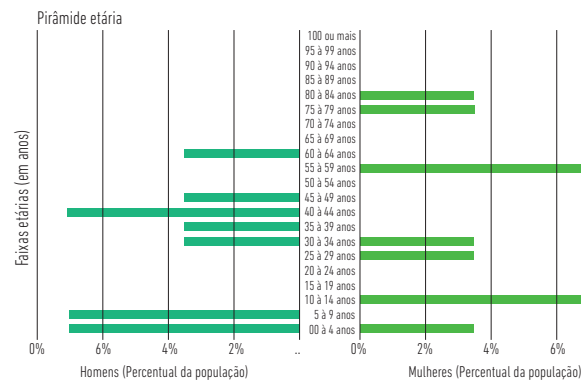


Figura 4.4 63: Pirâmide etária do setor: 290370605000024.
 Fonte: <http://www.censo2010.ibge.gov.br>

Mariana C. Ustini Eliani Pontes

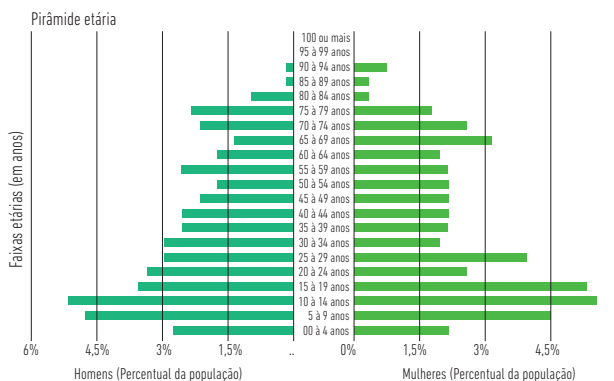


Figura 4.4-64: Pirâmide etária do setor: 290370605000017
 Fonte: <http://www.censo2010.ibge.gov.br>

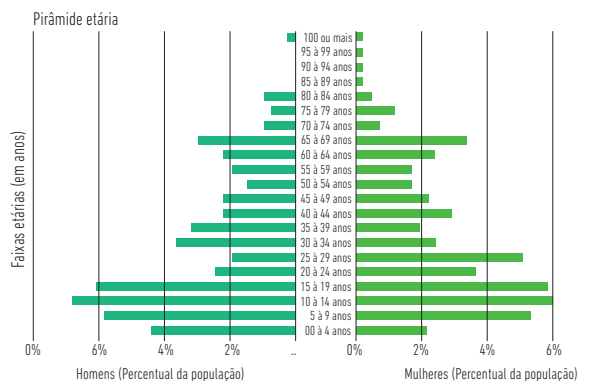


Figura 4.4-65: Pirâmide etária do setor: 290370605000023
 Fonte: <http://www.censo2010.ibge.gov.br>

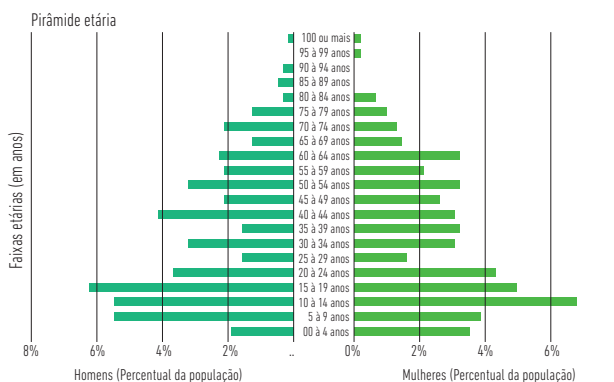


Figura 4.4-66: Pirâmide etária do setor: 290370605000016.
 Fonte: <http://www.censo2010.ibge.gov.br>

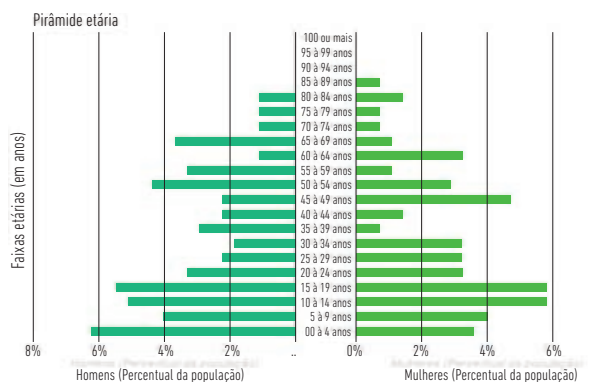


Figura 4.4-67: Pirâmide etária do setor: 292510505000048.
 Fonte: <http://www.censo2010.ibge.gov.br>

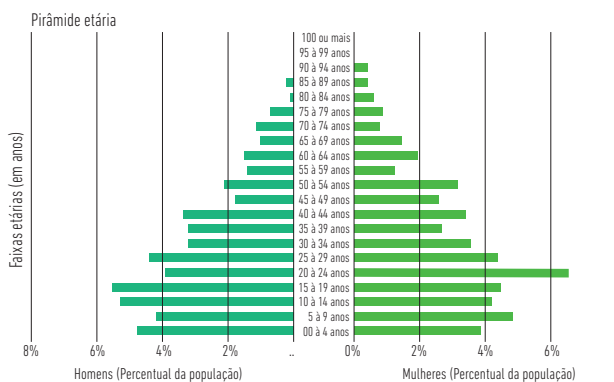


Figura 4.4-68: Pirâmide etária do setor: 292510505000025
 Fonte: <http://www.censo2010.ibge.gov.br>

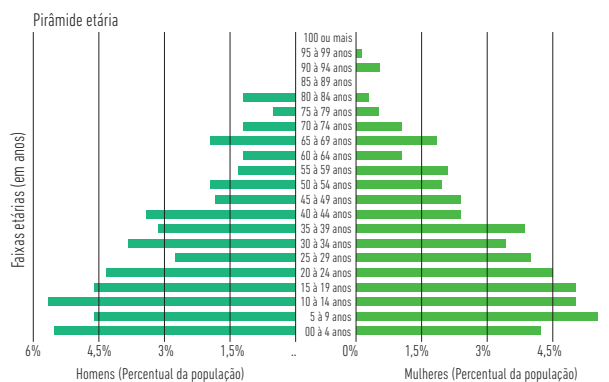


Figura 4.4-69: Pirâmide etária do setor: 292510505000067
 Fonte: <http://www.censo2010.ibge.gov.br>

Thayana C. V. de M. e Lami B. de T.

4.4.3.4.1.3 Padrão Construtivo

No intervalo 1 as residências da zona rural são contempladas com água potável, seja distribuída em caminhões pipa pelo Governo Federal e Municipal e/ou por meio da captação de água da chuva junto às estruturas de cisterna externas, destacando-se, contudo, a sua pouca disponibilidade em razão do clima semiárido. Não há captação ou tratamento de esgoto, sendo este dispensado em fossas sépticas. A coleta de lixo/resíduos é realizada pelas Prefeituras Municipais semanalmente, porém, há queima constante dos resíduos.

No entorno da SE Poções III, por abrigar áreas urbanas e rurais, há diferentes tipos de residências bem como

sistemas integrados. As residências instaladas na zona rural, em geral, contam com a mesma infraestrutura citada acima; já aquelas inseridas nas zonas urbanas contam com sistema de coleta de lixo mais frequente, assim como a distribuição de água potável operada pela Embasa. As residências instaladas, por sua vez, na área de aproximação da futura LT com a BR – 116 (no município de Boa Nova) contam com a mesma infraestrutura das zonas rurais.

Nas residências ocupadas por esta população nota-se distribuição constante de energia elétrica e, em geral, com relação ao padrão construtivo, são construções rústicas e/ou econômicas no entorno da SE Poções III e BR - 116 – classificação que pode ser melhor compreendida no Quadro 4.4-18.

Quadro 4.4-18: Definição dos padrões construtivos da AID.

| Padrão | Descrição |
|-----------|---|
| Rústico | Casas construídas sem preocupação com conceitos de arquitetura, não empregando mão de obra qualificada, na maioria das vezes, executadas por etapas. Associadas à autoconstrução, apresentam deficiências construtivas evidentes, tais como desaprumos, desníveis e falta de arremates. Geralmente são térreas, construídas em alvenaria e normalmente sem estrutura portante. Cobertura em laje pré-moldada sem impermeabilização ou telhas em fibrocimento ondulado sobre madeiramento não estruturado e sem forro. Áreas externas com pisos em terra batida ou cimentado rústico. |
| Econômico | Casas geralmente construídas sem preocupação com projeto arquitetônico, satisfazendo distribuição interna básica. Na maioria das vezes, são térreas ou com subsolos, erigidas em estrutura simples e alvenaria de tijolos de barro ou de blocos de concreto, total ou parcialmente revestidas. Cobertura em laje pré-moldada impermeabilizada por processo simples ou telhas de cimento amianto ou barro sobre estrutura de madeira com forros simples de madeira ou estuque. Áreas externas em cimentado rústico ou revestidas com caco de cerâmica ou similar. |
| Médio | As casas geralmente são edificações térreas ou assobradadas, podendo ser isoladas ou geminadas, apresentando alguma preocupação com o projeto arquitetônico, no tocante à disposição dos ambientes, principalmente quanto aos revestimentos internos. Estrutura mista de concreto e alvenaria, revestida interna e externamente. Cobertura em laje pré-moldada impermeabilizada ou telhas de barro apoiadas em estrutura de madeira, com forro. Áreas externas com pisos cimentados ou revestidos com cerâmica comum, podendo apresentar jardins. |
| Fino | Casas geralmente isoladas ou geminadas de um único lado, obedecendo a projeto arquitetônico peculiar, demonstrando preocupação com funcionalidade e a harmonia entre os materiais construtivos, assim como com os detalhes dos acabamentos aplicados. Compostas normalmente de salas para dois ou três ambientes, dependências para empregados e garagem para no mínimo três veículos. Áreas livres planejadas, podendo ter piscina. Estrutura completa de concreto armado, madeira ou metálica. Cobertura em laje impermeabilizada com produtos apropriados, obedecendo a projeto específico, ou telhas de cerâmica ou ardósia, sobre estrutura de madeira ou metálica. |
| Luxo | Casas geralmente edificadas em terrenos de grandes proporções, totalmente isoladas, obedecendo a projeto arquitetônico exclusivo, tanto na disposição e integração dos ambientes, amplos e bem planejados como nos detalhes personalizados dos materiais e dos acabamentos utilizados. Compostas normalmente de salas para quatro ambientes ou mais, dependências completas para empregados e garagem para quatro veículos ou mais. Áreas livres planejadas atendendo a projeto de paisagismo especial, usualmente contendo área de lazer completa, com piscinas, quadras esportivas, vestiários e churrasqueira. Cobertura em lajes maciças com proteção térmica ou telhas de cerâmica ou ardósia, sobre estrutura de madeira. Fachadas com tratamentos arquitetônicos especiais, definidos pelo estilo do projeto de arquitetura. |

Fonte: ABNT – NBR 12.721/2006.

Mariana C. Ostini Eliani Bastos

4.4.3.4.1.4 Infraestrutura

No que cabe aos sistemas de infraestrutura e então sistema de transporte no referido intervalo, nota-se a proximidade da BR – 116 e acesso direto realizado por vias vicinais, em geral, sem asfaltamento, sem sinalização horizontal e sem iluminação. A BR – 116 possui bom asfaltamento e sinalização horizontal e vertical.

Ainda no tema de infraestrutura, não foi encontrada nestas áreas: infraestruturas públicas e estruturas de lazer, turismo ou cultura. Apenas nos setores mais próximos a SE Poções III e a BR – 116 encontram-se instalações de comércio, serviços, pontos de ônibus e orelhões públicos.

Mais a frente, na localidade de aproximação da futura LT com a BR – 116, entre o Km 741 e 740 da rodovia, há a instalação de rede de baixa tensão de energia e instalação da escola municipal Hélio Ramos, a aproximadamente 423 metros do eixo principal da LT.

Segundo informações do Portal do MEC, a escola rural Hélio Ramos atende aos alunos dos anos iniciais, a saber: pré-escola e 1º ao 5º ano. Lá estão registrados 12 funcionários (incluindo professores e serventes). A alimentação é fornecida pelos alunos. Atualmente há instalações de distribuição de água potável pela rede pública, abastecimento de energia também pela rede pública, destinação de esgoto sanitário via fossa séptica, banheiro interno e coleta regular de lixo/resíduos. A escola possui um aparelho de DVD, uma impressora, uma televisão e um computador para uso administrativo.

4.4.3.4.1.5 Uso e ocupação do solo

O intervalo 1 é composto por áreas destinadas a:

- 1) ocupação residencial – sendo sua maior concentração no entorno da SE Poções III e nas aproximações com a BR – 116;
- 2) pastagens – manejadas ou não / "pasto sujo";
- 3) fragmentos de produção de baixo ou nenhum investimento mecanizado (palma na BA e milho na BR – 116); e
- 4) fragmentos de mata – predominantemente.

No território municipal de Poções há grande área de morro na AID, com vegetação nativa. Já no território municipal de Boa Nova, há predominância de pasto.

A seguir registro via satélite das áreas produtivas, residenciais e outras de interesse integrantes da AID, neste intervalo.



Figura 4.4 70: Exemplo de uso do solo na AID no entorno da SE Poções III. Fonte: Google Earth e Wikimapia, modificado para o estudo.



Figura 4.4 71: Exemplo de uso do solo na AID em Poções. Fonte: Google Earth e Wikimapia, modificado para o estudo.

Thayana C. Uetzi Loui Bastos

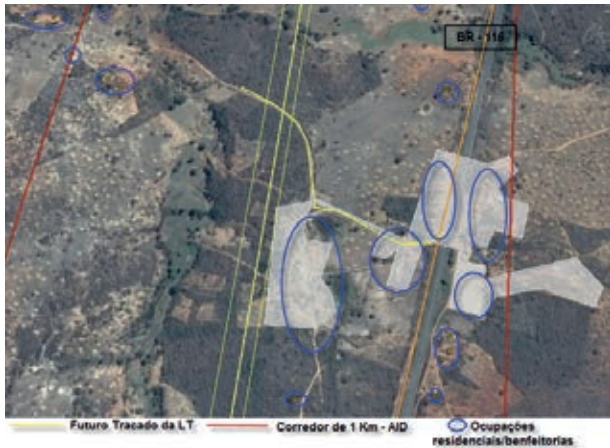


Figura 4.4 72: Exemplo de uso do solo na AID em Boa Nova – área de aproximação da BR - 116.
 Fonte: Google Earth e Wikimapia, modificado para o estudo.

4.4.3.4.1.6 Registro fotográfico

Abaixo segue registro fotográfico do intervalo 01, com destaque para as figuras que compreendem a coordenada 14°22'40.29"S/ 40°21'16.60"O devido sua significativa proximidade do eixo central da futura LT.



Foto 4.4-69: Ocupação residencial do entorno da SE Poções.



Foto 4.4-70: Infraestruturas e condições de ocupação do entorno direto da Subestação de Poções.



Foto 4.4-68: Subestação de Poções – rebaixamento de energia para consumo.



Foto 4.4-71: Entrada da Subestação Poções II – próxima a futura SE Poções III.

Mariana C. Uetzi Eliani Pontes



Foto 4.4-72: Infraestrutura da Subestação Poções II.



Foto 4.4-73: Via de acesso, ocupações sociais e instalações do entorno direto da Subestação Poções II.



Foto 4.4-74: Panorama da Subestação Poções II, com destaque para a área de plantio e mata nativa.



Foto 4.4-75: Panorama de corte municipal na zona rural de Boa Nova, ao lado esquerdo da BR - 116. Coordenada: 14°22'40.29"S/ 40°21'16.60"O.



Foto 4.4-76: Instalação residencial há poucos metros do eixo principal da LT em Boa Nova. Coordenada: 14°22'40.29"S/ 40°21'16.60"O.



Foto 4.4-77: Cruzamento do eixo principal da LT em Boa Nova, com uma rede de baixa tensão na zona rural. Coordenada: 14°22'40.29"S/ 40°21'16.60"O.

Thayana C. Uetzi Loui Bastos



Foto 4.4-78: Pasto e condições das vias de acesso ao eixo principal da LT em Boa Nova. Coordenada: 14°22'40.29"S/ 40°21'16.60"O.



Foto 4.4-79: Distância de outras instalações residenciais na AID em Boa Nova. Coordenada: 14°22'40.29"S/ 40°21'16.60"O.



Foto 4.4-80: Instalação residencial na área de aproximação da BR – 116.



Foto 4.4-81: Exemplo de instalação residencial na área de aproximação da BR – 116.



Foto 4.4-82: Instalações na Unidade Escolar Hélio Ramos na BR – 116 em Boa Nova.

Mariana C. Uetzi Loui Pontes

4.4.3.4.2 Intervalo 2

4.4.3.4.2.1 Descrição

O intervalo 2 tem início no limite geográfico entre os municípios de Boa Nova e Manoel Vitorino, até o limite geográfico entre Jequié e Jaguaquara – compreendendo parcialmente os territórios municipais de Manoel Vitorino e Jequié (Figura 4.4 73 a seguir).



Figura 4.4-73: Intervalo 2.

Fonte: Google Earth e Wikimapia modificado para o estudo.

Neste intervalo há algumas localidades de maior destaque, a saber:

- 1) instalação do lixão municipal de Manoel Vitorino a aproximadamente 400 metros do futuro traçado da LT; e
- 2) aproximação do futuro traçado da LT de instalações residenciais dentro da AID nos dois municípios em foco ao longo das respectivas extensões territoriais.

A descrição destas áreas será apresentada junto à exposição de informações gerais das demais áreas deste intervalo que compõe AID e/ou faixa de 500 metros para cada lado do eixo central da futura LT, dando-se destaque quando necessário.

4.4.3.4.2.2 Aspectos Populacionais

No que tange a aspectos populacionais, segundo informações dos Setores Censitários – Censo Demográfico 2010 (IBGE), conforme demonstrado na tabela a seguir, a população total deste intervalo integra 7.854 habitantes na área, com razão de gênero predominantemente masculina e com baixa densidade (Tabela 4.4-29).

Thayana C. Vitorino Emani Pontes

Tabela 4.4-29: Informações Popacionais dos Setores Censitários interceptados pela LT em Manoel Vitorino e Jequié segundo dados do Censo Demográfico 2010.

| Municípios | Número dos Setores | Tipo | População Total | Razão de Sexo | Densidade Demográfica (hab./Km ²) |
|-----------------|--------------------|--------|-----------------|---------------|---|
| Manoel Vitorino | 292040305000011 | Rural | 382 | 102.12 | 3.6 |
| Manoel Vitorino | 292040305000007 | Rural | 257 | 125.44 | 1.65 |
| Manoel Vitorino | 292040305000016 | Rural | 154 | 113.89 | 1.2 |
| Jequié | 291800115000006 | Rural | 14 | 133.333 | 0.15 |
| Jequié | 291800115000005 | Rural | 111 | 109.43 | 1.16 |
| Jequié | 291800115000004 | Rural | 46 | 130 | 0.59 |
| Jequié | 291800115000003 | Rural | 101 | 119.57 | 1.03 |
| Jequié | 291800105000153 | Rural | 267 | 113.6 | 7.43 |
| Jequié | 291800105000156 | Rural | 135 | 110.94 | 3.63 |
| Jequié | 291800105000157 | Rural | 147 | 133.33 | 6.99 |
| Jequié | 291800105000151 | Rural | 176 | 112.05 | 3.02 |
| Jequié | 291800118000006 | Rural | 792 | 128.9 | 13.45 |
| Jequié | 291800118000007 | Rural | 242 | 130.48 | 9.32 |
| Jequié | 291800118000009 | Rural | 376 | 123.81 | 14.59 |
| Jequié | 291800118000008 | Rural | 491 | 106.3 | 8.58 |
| Jequié | 291800115000001 | Urbano | 106 | 85.96 | 580.02 |
| Jequié | 291800105000167 | Urbano | 2.773 | 100.94 | 668.46 |
| Jequié | 291800105000133 | Urbano | 1.284 | 232.64 | 261.41 |

Fonte: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopseporsetores/?nivel=st>

Ainda com relação à ocupação populacional, mediante destaque apresentado na tabela acima, nota-se maior ocupação populacional nos setores de maior planície e também disponibilidade hídrica, próximo a município vizinho Jaguaquara; porém, ainda, com perfil de zona rural e então baixo adensamento populacional.

Em análise da estrutura etária dos setores em foco (figuras expostas a seguir), nota-se a presença majoritária de crianças, adolescentes e idosos – todos em razão de dependência – segundo dados do IBGE (2010). Grande parcela da população economicamente ativa, entre 20 e 45 anos, migra para os centros urbanos ou regiões próximas com maior disponibilidade de infraestrutura.

Mariana C. Ustini Eliani Pontes

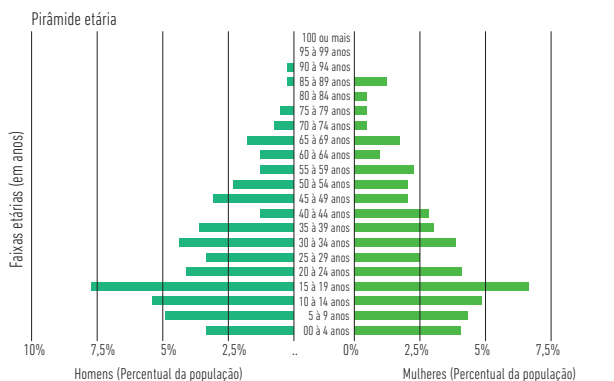


Figura 4.4-74: Pirâmide etária do setor 292040305000011.
Fonte: <http://www.censo2010.ibge.gov.br>

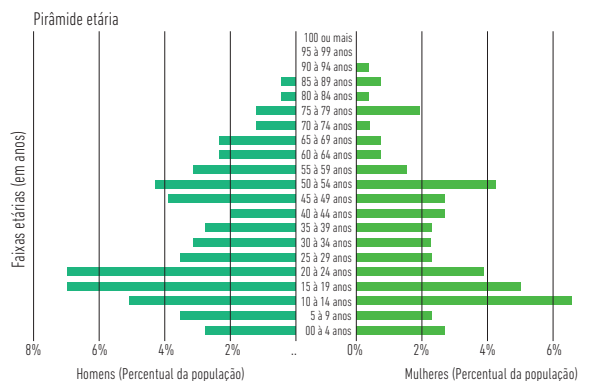


Figura 4.4-75: Pirâmide etária do setor 292040305000007.
Fonte: <http://www.censo2010.ibge.gov.br>

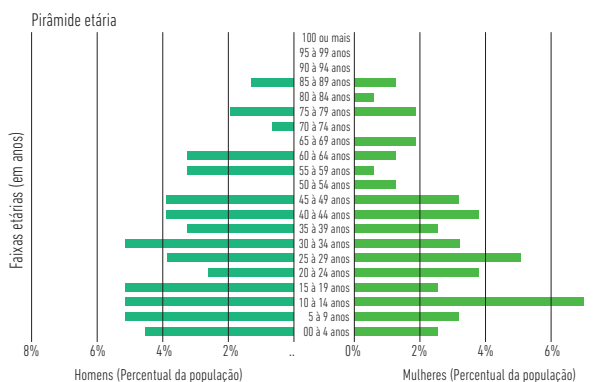


Figura 4.4-76: Pirâmide etária do setor 292040305000016.
Fonte: <http://www.censo2010.ibge.gov.br>

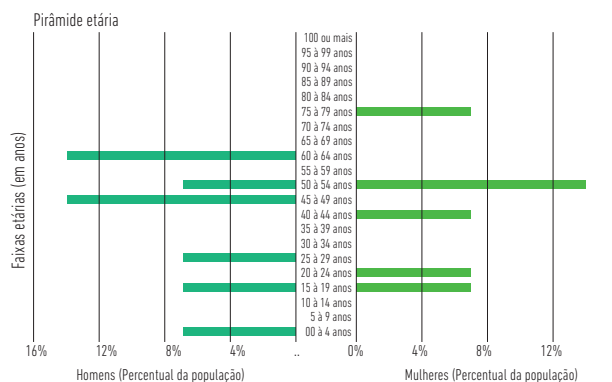


Figura 4.4-77: Pirâmide etária do setor 291800115000006.
Fonte: <http://www.censo2010.ibge.gov.br>

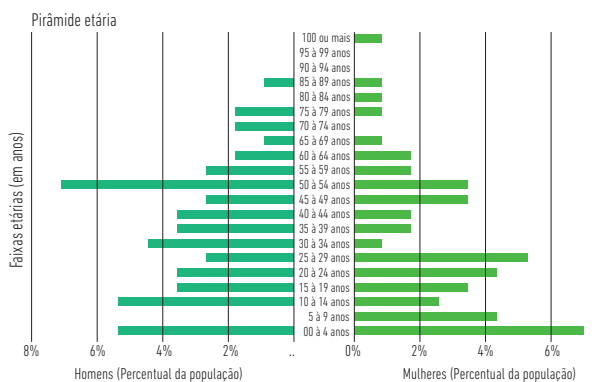


Figura 4.4-78: Pirâmide etária do setor 291800115000005.
Fonte: <http://www.censo2010.ibge.gov.br>

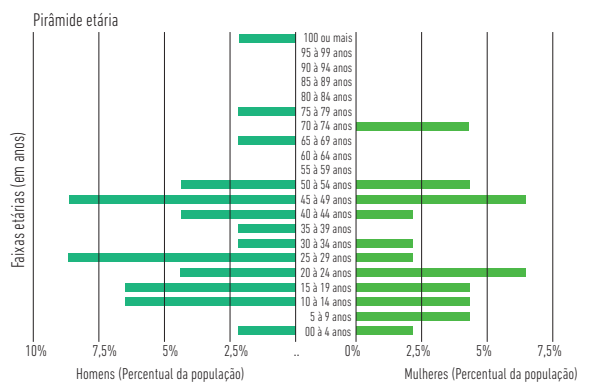


Figura 4.4-79: Pirâmide etária do setor 291800115000004.
Fonte: <http://www.censo2010.ibge.gov.br>

Thayana C. Ustui Eliani Batista

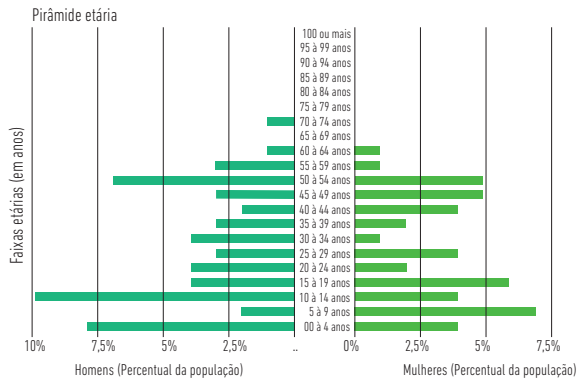


Figura 4.4-80: Pirâmide etária do setor 291800115000003.
Fonte: <http://www.censo2010.ibge.gov.br>

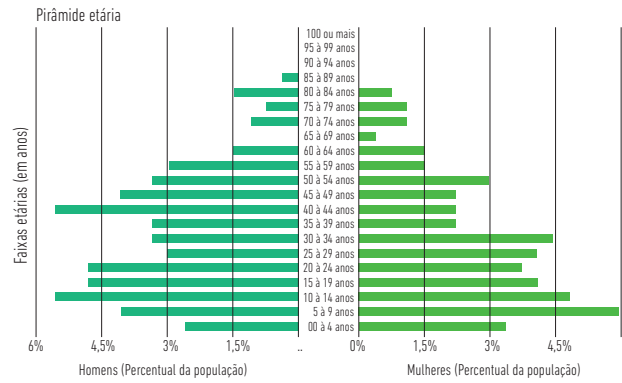


Figura 4.4-81: Pirâmide etária do setor 291800105000153.
Fonte: <http://www.censo2010.ibge.gov.br>

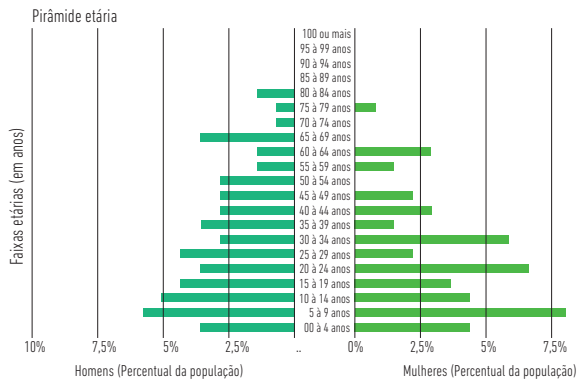


Figura 4.4-82: Pirâmide etária do setor 291800105000156
Fonte: <http://www.censo2010.ibge.gov.br>

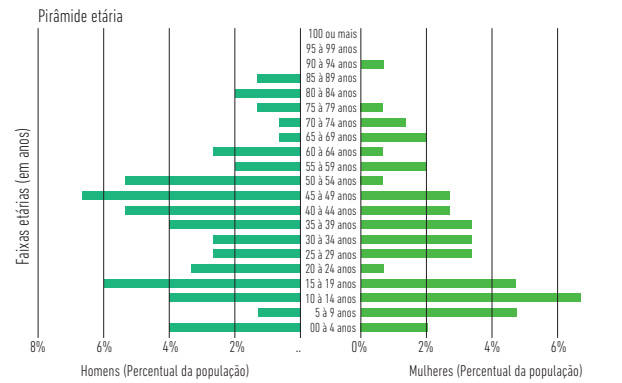


Figura 4.4-83: Pirâmide etária do setor 291800105000157
Fonte: <http://www.censo2010.ibge.gov.br>

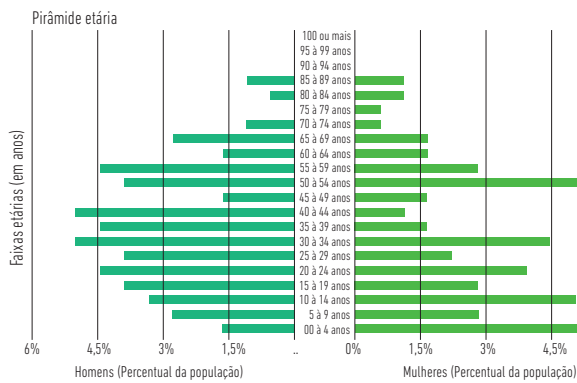


Figura 4.4-84: Pirâmide etária do setor 291800105000151.
Fonte: <http://www.censo2010.ibge.gov.br>

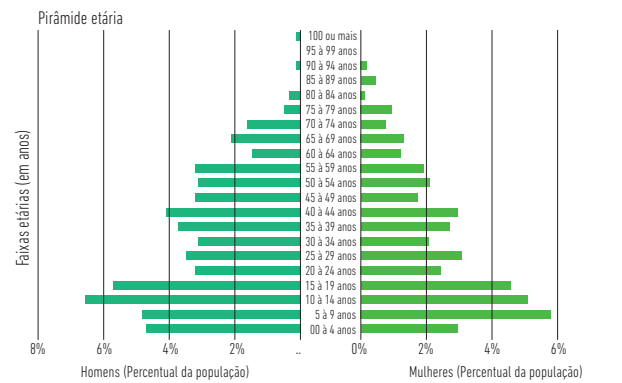


Figura 4.4-85: Pirâmide etária do setor 291800118000006.
Fonte: <http://www.censo2010.ibge.gov.br>

Mariana C. Ustini Eliani Pontes

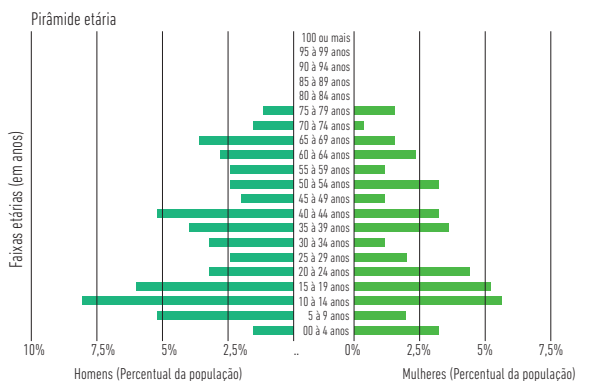


Figura 4.4-86: Pirâmide etária do setor 291800118000007.
Fonte: <http://www.censo2010.ibge.gov.br>

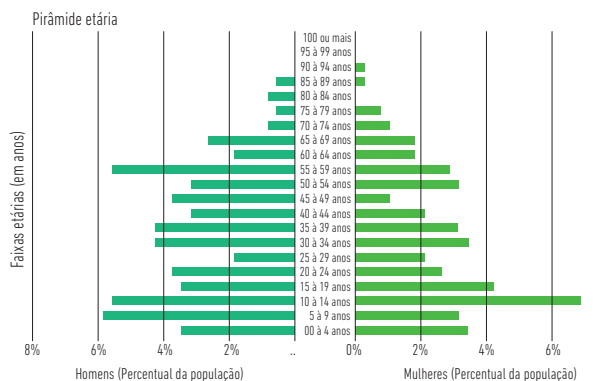


Figura 4.4-87: Pirâmide etária do setor 291800118000009.
Fonte: <http://www.censo2010.ibge.gov.br>

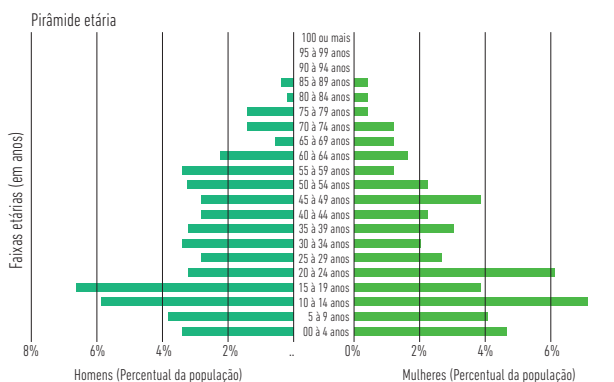


Figura 4.4-88: Pirâmide etária do setor 291800118000008.
Fonte: <http://www.censo2010.ibge.gov.br>

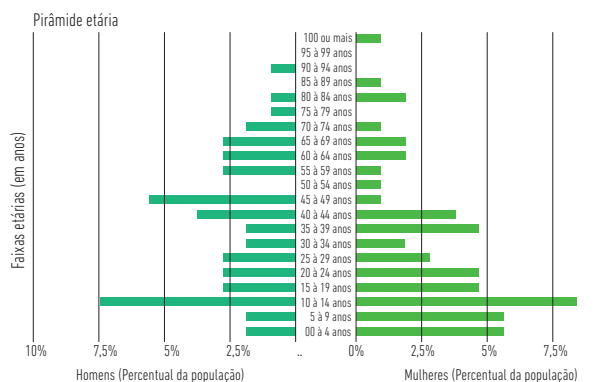


Figura 4.4-89: Pirâmide etária do setor 291800118000001.
Fonte: <http://www.censo2010.ibge.gov.br>

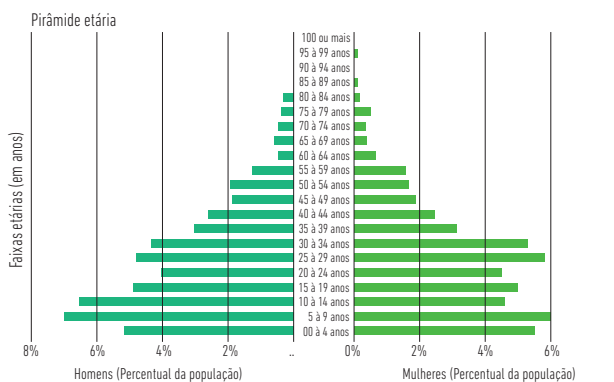


Figura 4.4-90: Pirâmide etária do setor 291800105000167
Fonte: <http://www.censo2010.ibge.gov.br>

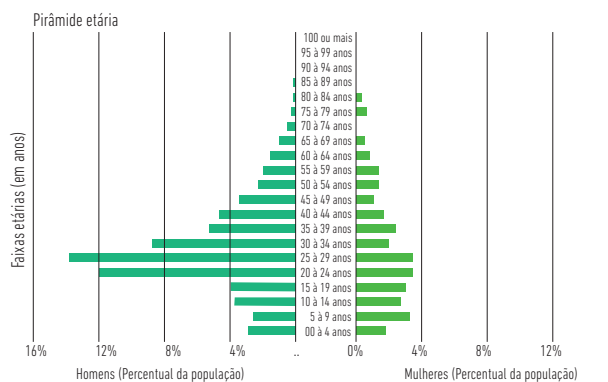


Figura 4.4-91: Pirâmide etária do setor 291800105000133
Fonte: <http://www.censo2010.ibge.gov.br>

Thayana C. V. S. L. e Lami B. T. S.

4.4.3.4.2.3 Padrão construtivo

No intervalo 2 as residências da zona rural são contempladas com água potável, seja distribuída em caminhões pipa pelo Governo Federal e Municipal e/ou por meio da captação de água da chuva junto às estruturas de cisterna externas, destacando-se, contudo, a sua pouca disponibilidade em razão do clima semi-árido. Não há captação ou tratamento de esgoto, sendo este dispensado em fossas sépticas. A coleta de lixo/resíduos é realizada pelas Prefeituras Municipais semanalmente, porém, há queima constante dos resíduos.

Nas residências ocupadas nota-se distribuição constante de energia elétrica e, em geral, com relação ao padrão construtivo, são construções rústicas e/ou econômicas e eventualmente médias conforme compilação de dados apresentados no Quadro 4.4-1.

4.4.3.4.2.4 Infraestrutura

No que cabe aos sistemas de infraestrutura e então sistema de transporte no referido intervalo, nota-se a proximidade da BR – 116, BA – 647, BA – 558, BA – 547- todas com acesso direto ao empreendimento. Em geral as rodovias estaduais apresentam asfaltamento precário e sem sinalização horizontal. A BR – 116 possui bom asfaltamento e sinalização horizontal e vertical.

Ainda no tema de infraestrutura não foram encontrados nas áreas do intervalo 2: infraestruturas públicas, postos ou unidades de saúde, estabelecimentos escolares e estruturas de lazer, turismo ou cultura. Nem mesmo nas rodovias de acesso, dentro da AID foram encontradas instalações de comércio e/ou serviços, pontos de ônibus e orlhões públicos.

Nota-se, contudo, o cruzamento e/ou paralelismo do traçado da futura LT com outras Linhas já instaladas em funcionamento de baixa e alta tensão.

4.4.3.4.2.5 Uso e Ocupação do solo

O intervalo 2 é composto por áreas destinadas a:

- 1) ocupação residencial – com maior ocorrência e adensamento em relação a demais áreas nas localidades menos montanhosas, distante aproximadamente 12 Km da sede de Jequié e mais próximas ao limite municipal junto a Jaguaquara;
- 2) compostas por pastagens – manejadas ou não / "pasto sujo";
- 3) fragmentos de produção de baixo ou nenhum investimento mecanizado (hortaliças – em pequenas propriedades e menores dimensões, mandioca, banana, café, cacau, maracujá, umbu, cana de açúcar, feijão e tomate); e
- 4) fragmentos de mata nativa – predominantemente devido a grande área de morros.

No território municipal, tanto de Manoel Vitorino, quanto de Jequié há intensa presença de morros. Em Jequié nota-se também áreas de planícies e maior disponibilidade hídrica.

A seguir registro via satélite das áreas produtivas, residenciais e outras de interesse integrantes da AID, neste intervalo.



Figura 4.4-92: Exemplo de uso do solo na AID em Manoel Vitorino, sem ocupações e/ou uso para a agricultura ou pecuária.
Fonte: Google Earth e Wikimapia, modificado para o estudo.

Thaiana C. Ustini Esmi Pontes

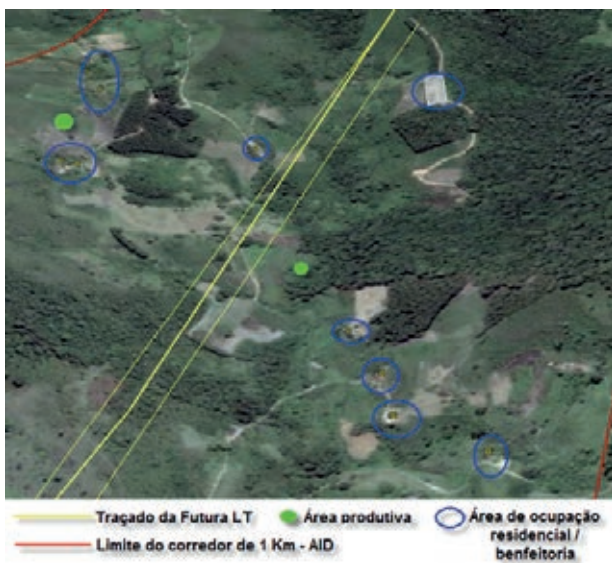


Figura 4.4-93: Exemplo de uso do solo na AID em Jequié.
 Fonte: Google Earth e Wikimapia, modificado para o estudo.

4.4.3.4.2.6 Registro fotográfico



Foto 4.4-83: Lixão de Manoel Vitorino. Coordenadas: 14°11'10,43"S / 40°17'4,38"O.



Foto 4.4-84: Uso do solo na área de passagem da LT próximo ao lixão de Manoel Vitorino. Coordenadas: 14°11'2,47"S/40°17'20,88"O.



Foto 4.4-85: Estrada vicinal de acesso a LT em Manoel Vitorino. Coordenadas: 14°11'2,47"S/40°17'20,88"O.



Foto 4.4-86: Uso e ocupação do solo na via de acesso a LT, com plantação de palma, em Manoel Vitorino.

Thayana C. Vitorino Loui Bastos



Foto 4.4-87: Comercio tradicional na BR – 116 e acesso principal para a BA de acesso direto à LT. Poucas ocupações residenciais por ser área de expansão do município de Manoel Vitorino (aprox. 470 metros da AID).



Foto 4.4-88: Instalação de lazer, Balneário Provisão, fora do corredor da AID mas instalado na BA – 330, via de acesso ao empreendimento. Aproximadamente 500 metros do corredor da AID. Jequié;



Foto 4.4-89: Área de pastagem na travessia do traçado pela BA – 330 dentro do corredor da AID em Jequié. Paralelismo com LT de alta tensão já instalada.



Foto 4.4-90: Exemplo de construção rural na AID em Jequié. Coordenadas: 13°54'13.94"S / 40° 1'9.64"O.



Foto 4.4-91: Exemplo de áreas com produção de hortaliças em Jequié, BA 330.

Mariana C. Uetzi Esmi Pontes

4.4.3.4.3 Intervalo 3

4.4.3.4.3.1 Descrição

O intervalo 3 tem início no limite geográfico entre os municípios Jequié e Jaguaquara, até o limite geográfico entre Cravolândia e Ubaíra – compreendendo, dessa forma, parcialmente os territórios municipais de Jaguaquara, Itaquara e Cravolândia – conforme demonstrado na Figura 4.4-94 a seguir.



Figura 4.4-94: Intervalo 3.
Fonte: Google Earth e Wikimapia modificado para o estudo.

Neste intervalo há 02 (duas) localidades de maior destaque, a saber:

- 1) travessia pela fazenda Quatro Irmãos no município de Jaguaquara;
- 2) área de travessia próxima ao PA Novo Horizonte (instalado no município de Wenceslau Guimarães), onde há maior ocupação populacional, em Itaquara;

A descrição destas áreas será apresentada junto à exposição de informações gerais das demais áreas deste intervalo que compõe AID, dando-se destaque quando necessário.

4.4.3.4.3.2 Aspectos Populacionais

No que tange a aspectos populacionais, segundo informações dos Setores Censitários – Censo Demográfico 2010 (IBGE), conforme demonstrado na tabela a seguir, a população total deste intervalo integra 3.199 habitantes na área, com razão de gênero predominante masculina e com baixa densidade demográfica (Tabela 4.4-30).

Thayana C. V. de M. e Lami B. de S.

Tabela 4.4-30: Informações Popacionais dos Setores Censitários interceptados pela LT em Jaguaquara, Itaquara e Cravolândia segundo dados do Censo Demográfico 2010.

| Municípios | Número dos Setores | Tipo | População Total | Razão de Sexo | Densidade Demográfica (hab./Km ²) |
|-------------|--------------------|-------|-----------------|---------------|---|
| Jaguaquara | 291760715000017 | Rural | 434 | 120.3 | 36.55 |
| Jaguaquara | 291760715000007 | Rural | 460 | 118.01 | 32.25 |
| Jaguaquara | 291760715000002 | Rural | 206 | 106 | 12.63 |
| Jaguaquara | 291760715000012 | Rural | 188 | 135 | 12.93 |
| Itaquara | 291670805000009 | Rural | 742 | 109.01 | 21.96 |
| Itaquara | 291670805000008 | Rural | 351 | 116.67 | 9.96 |
| Cravolândia | 290950505000010 | Rural | 496 | 111.06 | 13.98 |
| Cravolândia | 290950505000006 | Rural | 322 | 117.57 | 7.04 |

Fonte: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopseporsetores/?nivel=st>

Ainda com relação à ocupação populacional, com base na tabela acima, nota-se maior ocupação populacional nos setores do município Jaguaquara e Itaquara; porém, ainda, ambos, com perfil de zona rural e então baixo adensamento populacional.

Em análise da estrutura etária dos setores em foco (figuras expostas a seguir), nota-se a presença majoritária

de crianças e adolescentes. Grande parcela da população economicamente ativa, entre 20 e 45 anos, migra para os centros urbanos ou regiões próximas com maior disponibilidade de infraestrutura. Destaca-se que ano a ano o número de idosos desses setores aumenta – tal como pode ser observado nos setores 291760715000012, 290950505000010 e 290950505000006.

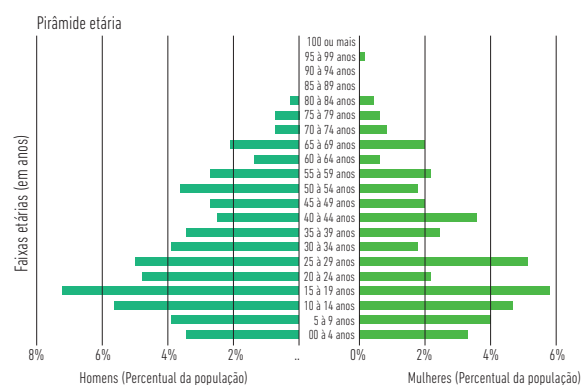


Figura 4.4-95: Pirâmide etária do setor 291760715000017.

Fonte: <http://www.censo2010.ibge.gov.br>

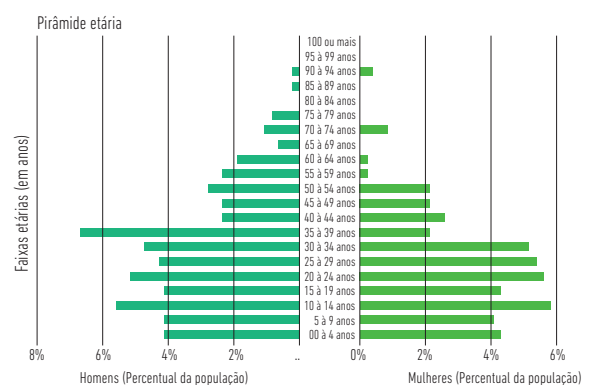


Figura 4.4-96: Pirâmide etária do setor 292040305000007.

Fonte: <http://www.censo2010.ibge.gov.br>

Mariana C. Ustini Eliani Pontes

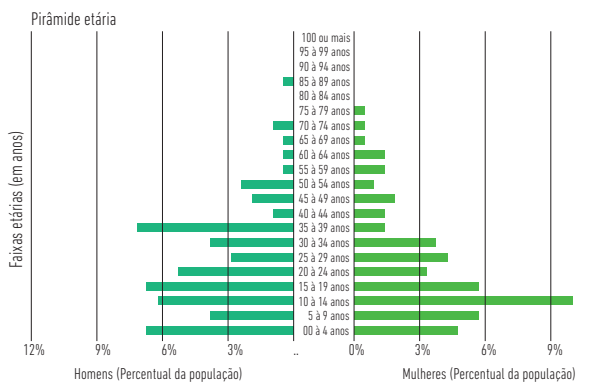


Figura 4.4-97: Pirâmide etária do setor 291760715000002
 Fonte: <http://www.censo2010.ibge.gov.br>

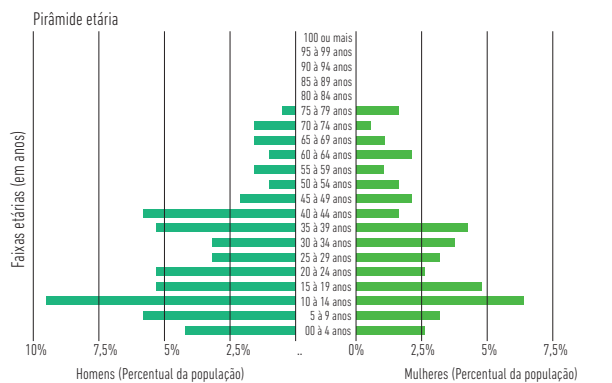


Figura 4.4-98: Pirâmide etária do setor 291760715000012.
 Fonte: <http://www.censo2010.ibge.gov.br>

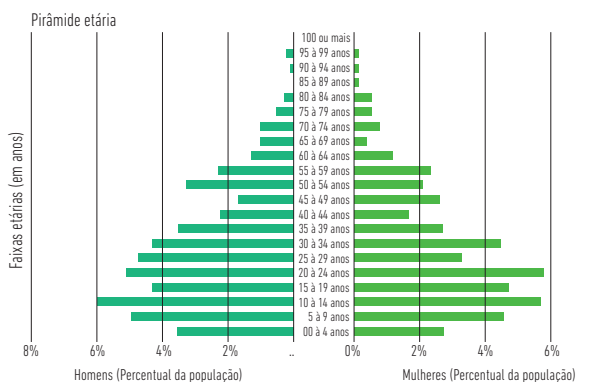


Figura 4.4-99: Pirâmide etária do setor 291670805000009
 Fonte: <http://www.censo2010.ibge.gov.br>

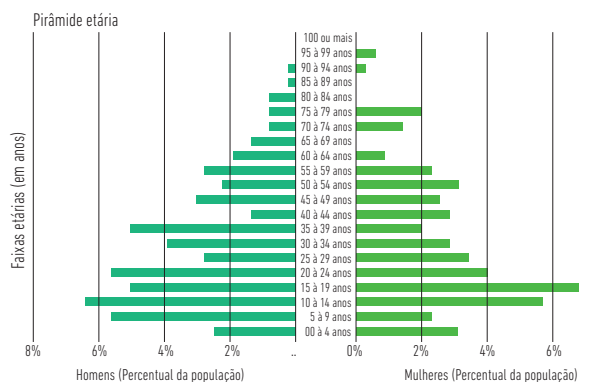


Figura 4.4-100: Pirâmide etária do setor 291670805000008
 Fonte: <http://www.censo2010.ibge.gov.br>

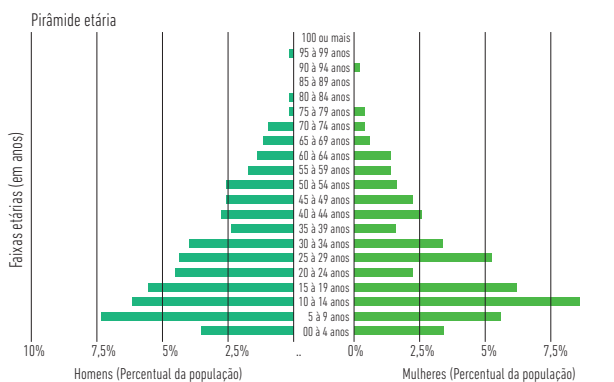


Figura 4.4-101: Pirâmide etária do setor 290950505000010.
 Fonte: <http://www.censo2010.ibge.gov.br>

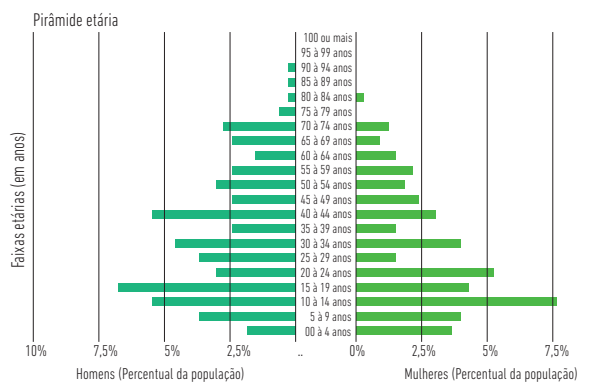


Figura 4.4-102: Pirâmide etária do setor 290950505000006.
 Fonte: <http://www.censo2010.ibge.gov.br>

Thayana C. V. S. L. E. L. B. S.

4.4.3.4.3.3 Padrão construtivo

No intervalo 3 as residências da zona rural são contempladas com água potável, seja distribuída em caminhões pipa pelo Governo Federal e Municipal e/ou por meio da captação de água da chuva junto às estruturas de cisterna externas, destacando-se, contudo, a sua pouca disponibilidade em razão do clima semi-árido. Não há captação ou tratamento de esgoto, sendo este dispensado em fossas sépticas. A coleta de lixo/resíduos é realizada pelas Prefeituras Municipais semanalmente, porém, há queima constante dos resíduos.

Nas residências ocupadas nota-se distribuição constante de energia elétrica e, em geral, com relação ao padrão construtivo, são construções rústicas e/ou econômicas e eventualmente médias conforme compilação de dados apresentados no Quadro 4.4-1.

4.4.3.4.3.4 Infraestrutura

Quanto ao sistema de transporte neste intervalo, nota-se a proximidade da BA – 545, BA 889, BA 250 - todas com acesso direto ao empreendimento. Em geral as rodovias estaduais apresentam asfaltamento precário (quando têm) e sem sinalização horizontal.

Ainda no tema de infraestrutura, não foram encontrados nas áreas do intervalo 3: infraestruturas públicas, postos ou unidades de saúde, estabelecimentos escolares e estruturas de lazer, turismo ou cultura. Nem mesmo nas rodovias de acesso, dentro da AID, foram encontradas instalações de comércio e/ou serviços, pontos de ônibus e orelhões públicos.

4.4.3.4.3.5 Uso e Ocupação do solo

O intervalo 3 é composto por áreas destinadas a:

- 1) ocupação residencial;
- 2) pastagens, principalmente em Jaguaquara – manejadas ou não / "pasto sujo";

- 3) fragmentos de produção de baixo ou nenhum investimento mecanizado – em especial dentro de vales onde há disponibilidade de água (banana, café, cacau, maracujá, feijão, mandioca, milho, tomate); e
- 4) corpos hídricos.

A seguir registro via satélite das áreas produtivas, residenciais e outras de interesse integrantes da AID, neste intervalo.



Figura 4.4-103: Exemplo de uso do solo na AID em Jaguaquara. Fonte: Google Earth e Wikimapia, modificado para o estudo.



Figura 4.4-104: Exemplo de uso do solo na AID em Itaquara. Fonte: Google Earth e Wikimapia, modificado para o estudo.

Mariana C. Ostini Esmi Pontes

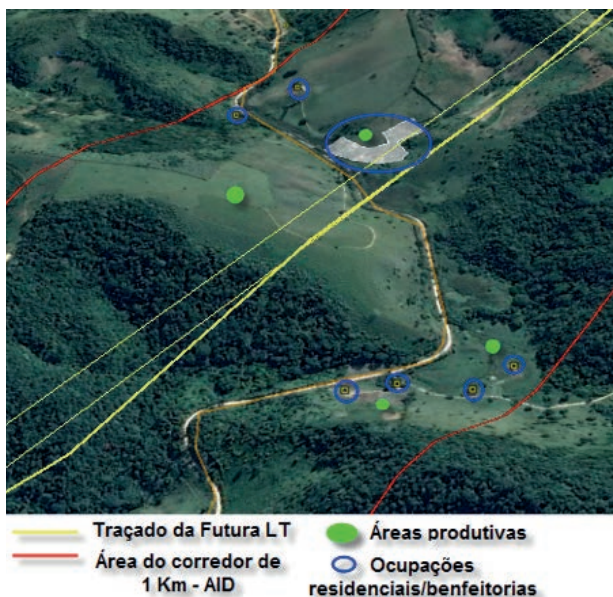


Figura 4.4-105: Exemplo de uso do solo na AID em Cravolândia. Fonte: Google Earth e Wikimapia, modificado para o estudo.

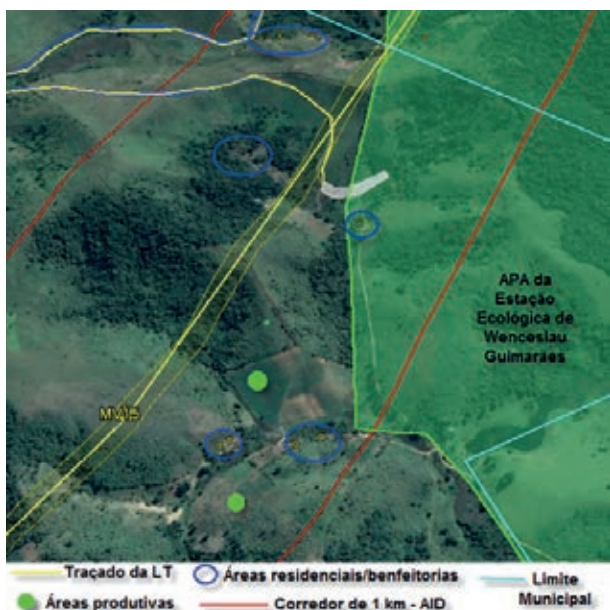


Figura 4.4-106: Interceptação em APA em Cravolândia. Fonte: Google Earth e Wikimapia, modificado para o estudo.

4.4.3.4.3.6 Registro fotográfico



Foto 4.4-92: Exemplo de construção rural de médio porte em Jaguaquara.

4.4.3.4.4 Intervalo 4

4.4.3.4.4.1 Descrição

O intervalo 4 tem início no limite geográfico entre os municípios Cravolândia e Ubaíra, passando por Jiquiriçá até Laje no limite municipal com Amargosa - compreendendo, dessa forma, parcialmente os territórios municipais de Ubaíra Jiquiriçá e Laje - conforme demonstrado na Figura 4.4 107 a seguir.



Figura 4.4-107: Intervalo 4. Fonte: Google Earth e Wikimapia modificado para o estudo.

Thayana C. V. de M. Lami Pontes

Neste intervalo há 02 (duas) localidades de maior destaque, a saber:

- 1) acesso direto por via vicinal a LT interceptando localidade com residências, em Ubaíra;
- 2) acesso direto à LT por via municipal, interceptando a área urbana de Jiquiriçá.

A descrição destas áreas será apresentada junto à exposição de informações gerais das demais áreas deste intervalo, dando-se destaque quando necessário.

4.4.3.4.4.2 Aspectos Populacionais

No que tange a aspectos populacionais, segundo informações dos Setores Censitários – Censo Demográfico 2010 (IBGE), conforme demonstrado na tabela a seguir, a população total deste intervalo integra 7.725 habitantes na área, com razão de gênero predominante masculina e a grande maioria dos setores com baixa densidade (Tabela 4.4-31).

Tabela 4.4-31: Informações Populacionais dos Setores Censitários interceptados pela LT em Jaguaquara, Itaquara e Cravolândia segundo dados do Censo Demográfico 2010.

| Municípios | Número dos Setores | Tipo | População Total | Razão de Sexo | Densidade Demográfica (hab./Km ²) |
|------------|--------------------|-------|-----------------|---------------|---|
| Ubaíra | 293210105000011 | Rural | 174 | 129.69 | 4.01 |
| Ubaíra | 293210105000012 | Rural | 108 | 86.21 | 4.08 |
| Ubaíra | 293210105000013 | Rural | 152 | 114.08 | 4.18 |
| Ubaíra | 293210105000014 | Rural | 716 | 119.63 | 10.42 |
| Ubaíra | 293210105000018 | Rural | 1.332 | 110.76 | 38.57 |
| Ubaíra | 293210105000021 | Rural | 491 | 94.84 | 41.47 |
| Ubaíra | 293210115000003 | Rural | 343 | 141.55 | 3.6 |
| Jiquiriçá | 291820905000011 | Rural | 1.153 | 115.11 | 37.47 |
| Jiquiriçá | 291820905000012 | Rural | 412 | 135.43 | 29.29 |
| Jiquiriçá | 291820905000013 | Rural | 112 | 93.1 | 1903.31 |
| Jiquiriçá | 291820905000014 | Rural | 501 | 102.83 | 37.54 |
| Jiquiriçá | 291820905000021 | Rural | 624 | 110.1 | 74.32 |
| Laje | 291880315000004 | Rural | 556 | 100.72 | 55.47 |
| Laje | 291880315000013 | Rural | 226 | 103.6 | 55.08 |
| Laje | 291880315000011 | Rural | 301 | 98.03 | 25.62 |
| Laje | 291880315000010 | Rural | 524 | 109.6 | 49.7 |

Fonte: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopseporsetores/?nivel=st>

Em análise da estrutura etária dos setores em foco (figuras apresentadas a seguir), nota-se a presença majoritária de crianças e adolescentes. Destaca-se também que ano a ano o número de idosos desses setores aumenta. Ainda de acordo com as pirâmides etárias apresentadas a seguir, o formato retangular indica queda da taxa de natalidade e aumento da expectativa de vida da população.

Mariana C. Ustini Eliani Pontes

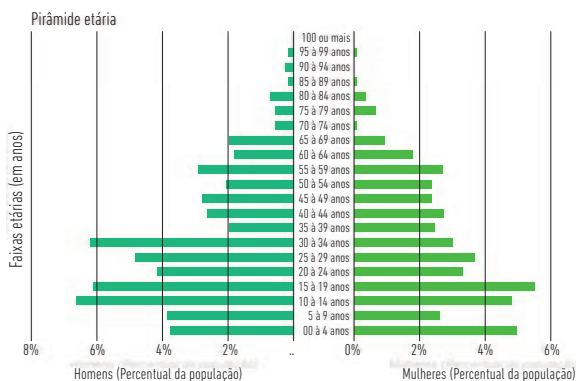


Figura 4.4-108: Pirâmide etária do setor 293210105000014.
 Fonte: <http://www.censo2010.ibge.gov.br>

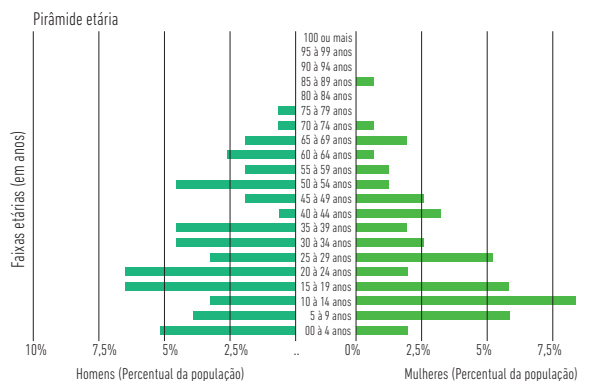


Figura 4.4-109: Pirâmide etária do setor 293210105000013.
 Fonte: <http://www.censo2010.ibge.gov.br>

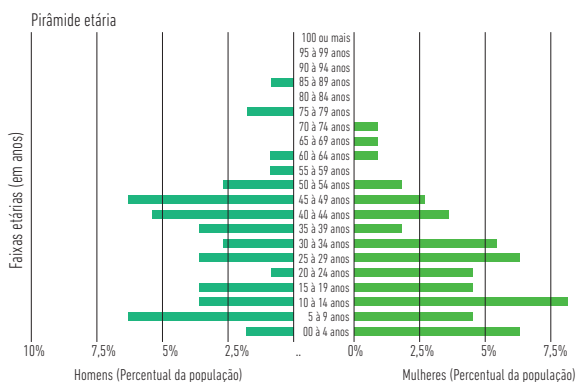


Figura 4.4-110: Pirâmide etária do setor 293210115000003.
 Fonte: <http://www.censo2010.ibge.gov.br>

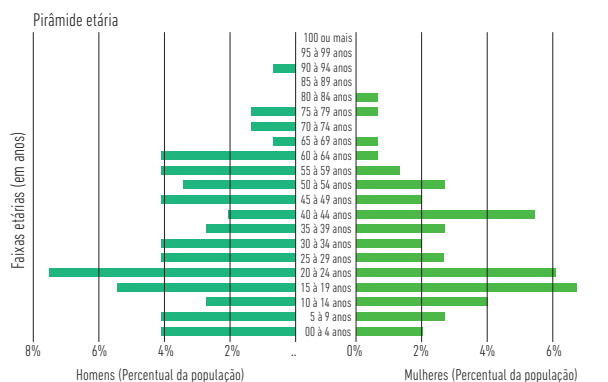


Figura 4.4-111: Pirâmide etária do setor 293210105000012.
 Fonte: <http://www.censo2010.ibge.gov.br>

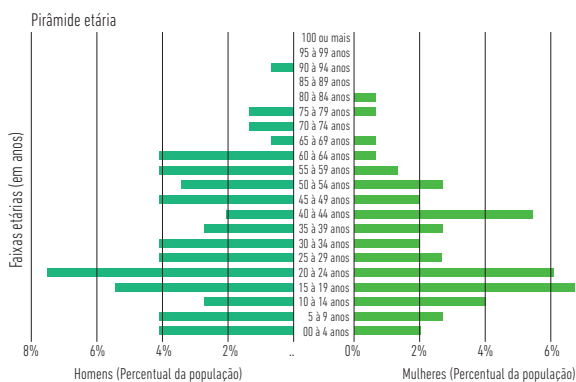


Figura 4.4-112: Pirâmide etária do setor 293210105000011.
 Fonte: <http://www.censo2010.ibge.gov.br>

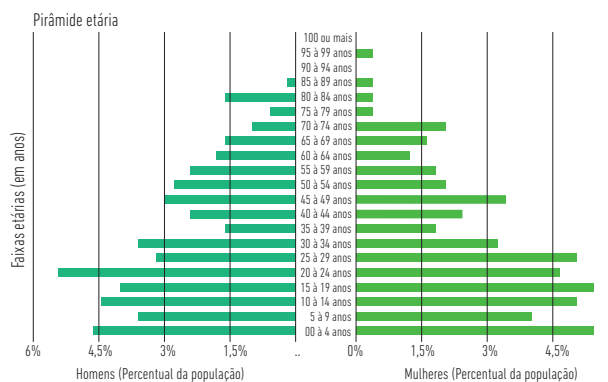


Figura 4.4-113: Pirâmide etária do setor 293210105000021.
 Fonte: <http://www.censo2010.ibge.gov.br>

Thayana C. V. de M. e Lami B. de S.

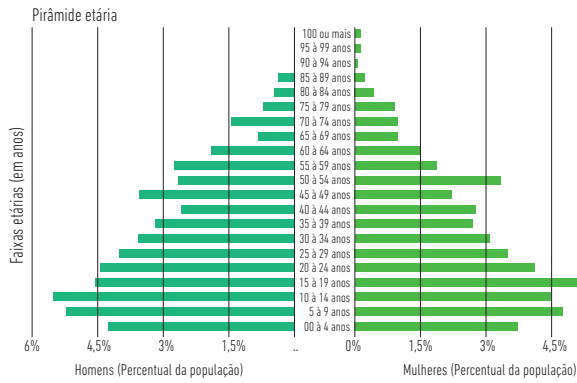


Figura 4.4-114: Pirâmide etária do setor 293210105000018.
Fonte: <http://www.censo2010.ibge.gov.br>

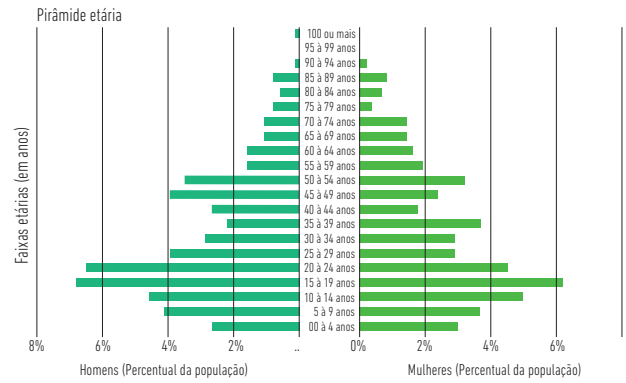


Figura 4.4-115: Pirâmide etária do setor 291820905000021.
Fonte: <http://www.censo2010.ibge.gov.br>

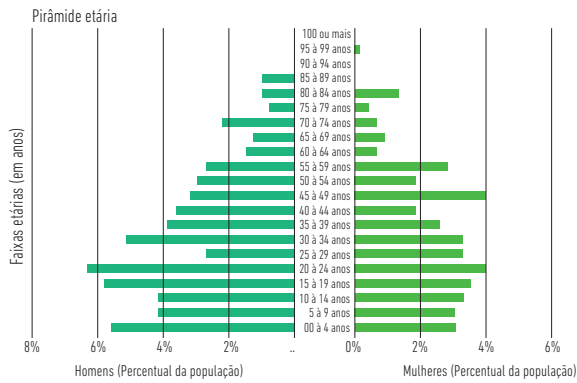


Figura 4.4-116: Pirâmide etária do setor 291820905000012.
Fonte: <http://www.censo2010.ibge.gov.br>

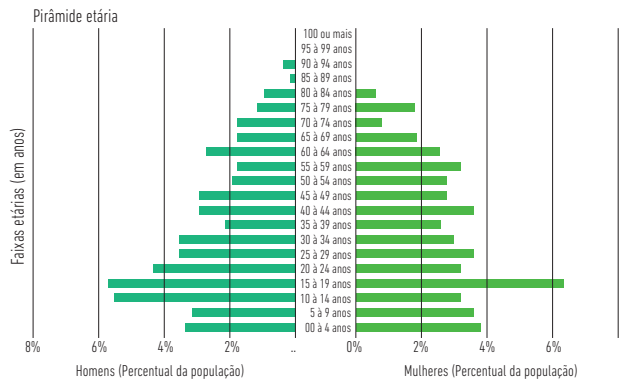


Figura 4.4-117: Pirâmide etária do setor 291820905000014.
Fonte: <http://www.censo2010.ibge.gov.br>

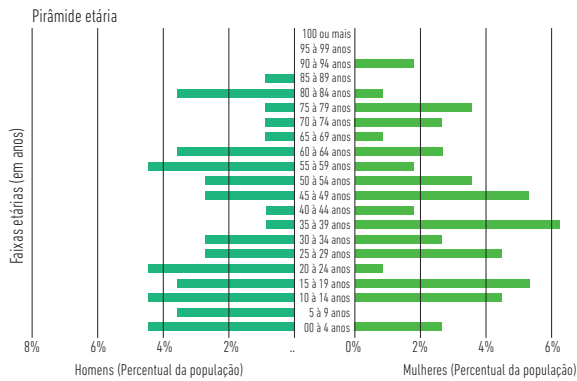


Figura 4.4-118: Pirâmide etária do setor 291820905000013.
Fonte: <http://www.censo2010.ibge.gov.br>

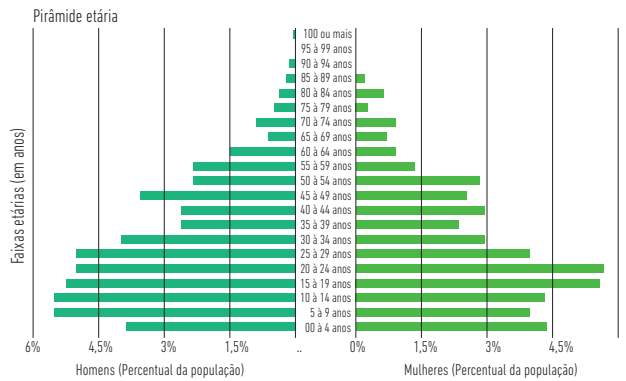


Figura 4.4-119: Pirâmide etária do setor 291820905000011.
Fonte: <http://www.censo2010.ibge.gov.br>

Mariana C. Ustini Eliani Pontes

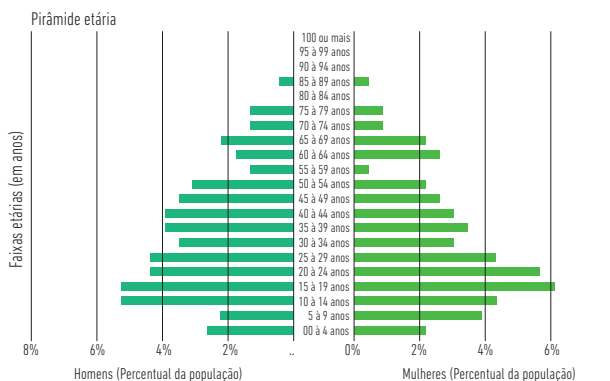


Figura 4.4-120: Pirâmide etária do setor 291880315000013.
Fonte: <http://www.censo2010.ibge.gov.br>

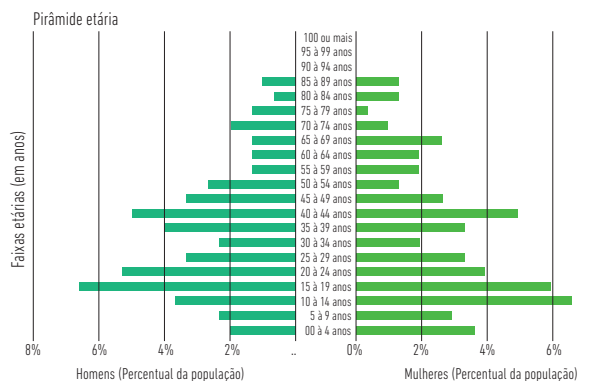


Figura 4.4-121: Pirâmide etária do setor 291880315000011.
Fonte: <http://www.censo2010.ibge.gov.br>

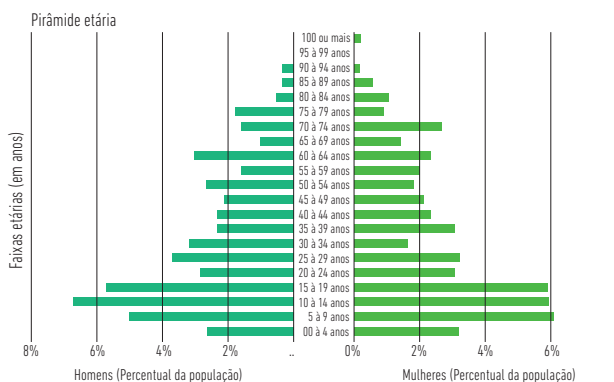


Figura 4.4-122: Pirâmide etária do setor 291880315000004.
Fonte: <http://www.censo2010.ibge.gov.br>

4.4.3.4.3 Padrão construtivo

No intervalo 4 as residências da zona rural são contempladas com água potável, seja distribuída em caminhões pipa pelo Governo Federal e Municipal e/ou por meio da captação de água da chuva junto às estruturas de cisterna externas, – destacando-se, contudo, a sua pouca disponibilidade em razão do clima semi-árido. Não há captação ou tratamento de esgoto, sendo este dispensado em fossas sépticas. A coleta de lixo/resíduos é realizada pelas Prefeituras Municipais semanalmente, porém, há queima constante dos resíduos.

Nas residências ocupadas por esta população nota-se distribuição constante de energia elétrica e, em geral, com relação ao padrão construtivo, são construções rústicas e/ou econômicas, principalmente na estrada de acesso a LT na sede municipal em Jiquiriçá - onde as casas são germinadas (Quadro 4.4-1).

A distribuição de água é realizada pela Embasa, mas, assim como nas demais casas dos setores em análise, o esgoto sanitário é dispensado em fossas sépticas. A coleta de lixo é realizada diariamente ou em dias intercalados.

4.4.3.4.4 Infraestrutura

Quanto ao sistema de transporte nota-se a proximidade da BA – 550, BA - 120, BA - 539 - todas com acesso direto ao empreendimento. Em geral as rodovias estaduais apresentam asfaltamento precário (quando têm) e sem sinalização horizontal.

Ainda no tema de infraestrutura não foram encontrados nas áreas do intervalo 4: infraestruturas públicas, postos ou unidades de saúde, estabelecimentos escolares e estruturas de lazer, turismo ou cultura. Nem mesmo nas rodovias de acesso, dentro da AID,

Mariana C. V. de M. e Lami Barata

foram encontradas instalações de comércio e/ou serviços, pontos de ônibus e orelhões públicos. Nas proximidades da BR de acesso em Jiquiriçá há alguns estabelecimentos de comércio e 1 horto “Maria Flor” nas intermediações diretas da LT na BR – 420.

4.4.3.4.4.5 Uso e Ocupação do solo

O intervalo 4 é composto por áreas destinadas a:

- 1) ocupação residencial – com maior ocorrência e adensamento próximo em Jiquiriçá na via de acesso municipal a LT e também em via vicinal de acesso direto a LT em Ubaíra (indicados em figuras a seguir);
- 2) pastagens – manejadas ou não / “pasto sujo”;
- 3) fragmentos de produção de baixo ou nenhum investimento mecanizado (hortaliças – em pequenas propriedades e menores dimensões, banana, café, cacau, maracujá, cana de açúcar, feijão, mandioca e milho); e
- 4) fragmentos de mata nativa.

A seguir registro via imagem de satélite das áreas produtivas, residenciais e outras de interesse integrantes da AID, neste intervalo.



Figura 4.4-123: Exemplo de uso do solo na AID em Ubaíra.
Fonte: Google Earth e Wikimapia, modificado para o estudo.

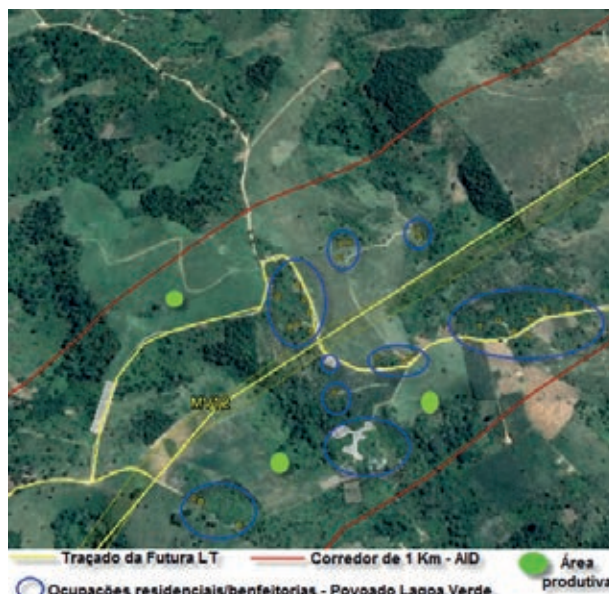


Figura 4.4-124: Exemplo de uso do solo na AID em Jiquiriçá.
Fonte: Google Earth e Wikimapia, modificado para o estudo.



Figura 4.4-125: Exemplo de uso do solo na AID em Laje.
Fonte: Google Earth e Wikimapia, modificado para o estudo.

Mariana C. Uetzi Esmi Pontes

4.4.3.4.4.6 Registro fotográfico



Foto 4.4-93: Intercepção da LT com a BR – 420, entre Jiquiriçá e Ubaíra. Município de Ubaíra. Coordenadas: 13°15'42.09"S / 39°36'11.91"O.



Foto 4.4-94: Intercepção da LT com a BR – 420 a poucos metros deste estabelecimento, entre Jiquiriçá e Ubaíra. Coordenadas: 13°15'42.09"S / 39°36'11.91"O.



Foto 4.4-95: Ocupação social no acesso imediato a LT, em travessia pela BR - 420. Coordenada: 13°16'20.84"S / 39°37'52.80"O.



Foto 4.4-96: Área social construída no acesso imediato a LT, em travessia pela BR – 420. Coordenada: 13°16'20.84"S / 39°37'52.80"O.



Foto 4.4-97: Comunicação e padrão construtivo da localidade. Coordenada: 13°16'20.84"S / 39°37'52.80"O.



Foto 4.4-98: Outro padrão construtivo na mesma localidade, aqui virada para a BR – 420 em Ubaíra. Coordenada:

Mariana C. V. de M. Loui Barata



Foto 4.4-99: Entrada da Localidade. Coordenadas: 13°16'17.21"S / 39°37'51.22"O.



Foto 4.4-100: Tipo de vegetação embaixo da LT no município de Ubaíra. Coordenadas: 13°16'46.02"S / 39°37'40.44"O.



Foto 4.4-101: Panorama da área rural interceptada pela LT em Ubaíra. Coordenadas: 13°16'46.02"S / 39°37'40.44"O.



Foto 4.4-102: Ocupação residencial no acesso direto à LT em Jiquiriçá. Coordenada: 13°15'17.99"S / 39°35'3.77"O.



Foto 4.4-103: Tipo de construção residencial no acesso direto à LT em Jiquiriçá. Coordenada: 13°15'17.99"S / 39°35'3.77"O.

Mariana C. Uetzi Loui Pontes

4.4.3.4.5 Intervalo 5

4.4.3.4.5.1 Descrição

O intervalo 5 tem início no limite geográfico entre os municípios de Laje e Amargosa, passando por São Miguel das Matas e Varzedo, seguindo até o limite municipal com Castro Alves – compreendendo, dessa forma, parcialmente os territórios municipais de Amargosa, São Miguel das Matas e Varzedo – conforme demonstrado na Figura 4.4 126 a seguir.

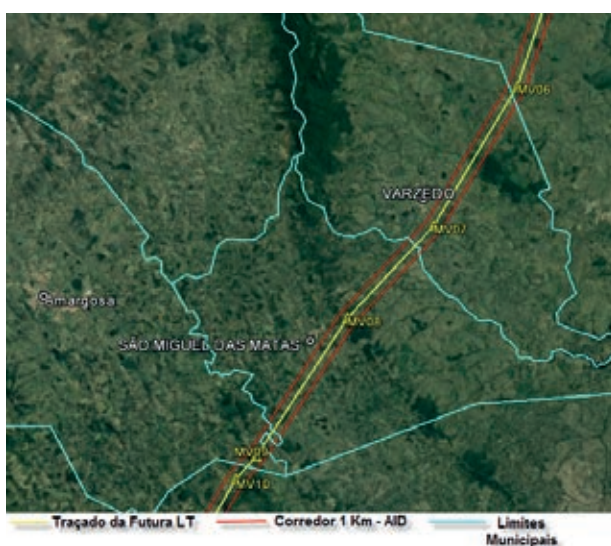


Figura 4.4-126: Intervalo 5.
 Fonte: Google Earth e Wikimapia modificado para o estudo.

4.4.3.4.5.2 Aspectos Populacionais

No que tange a aspectos populacionais, segundo informações dos Setores Censitários – Censo Demográfico 2010 (IBGE), conforme demonstrado na tabela a seguir, a população total deste intervalo integra 6.045 habitantes na área, com razão de gênero predominante masculina e a grande maioria dos setores com baixa densidade demográfica – exceto o setor pertencente a zona urbana de Varzedo com densidade de 765 habitantes por quilometro quadrado (Tabela 4.4-32).

Thyriana C. Uetzi Eliani Pontes

Tabela 4.4-32: Informações Popacionais dos Setores Censitários interceptados pela LT em Jaguaquara, Itaquara e Cravolândia segundo dados do Censo Demográfico 2010.

| Municípios | Número dos Setores | Tipo | População Total | Razão de Sexo | Densidade Demográfica (hab./Km ²) |
|----------------------|--------------------|--------|-----------------|---------------|---|
| Amargosa | 290100710000002 | Rural | 403 | 109.9 | 29.29 |
| São Miguel das Matas | 292940405000005 | Rural | 462 | 110.96 | 24.33 |
| São Miguel das Matas | 292940405000010 | Rural | 633 | 100.32 | 33.09 |
| São Miguel das Matas | 292940405000011 | Rural | 370 | 118.93 | 15.51 |
| São Miguel das Matas | 292940405000014 | Rural | 580 | 117.23 | 53.58 |
| São Miguel das Matas | 292940405000016 | Rural | 742 | 107.26 | 44.23 |
| Varzedo | 293317405000005 | Rural | 732 | 98.81 | 44.31 |
| Varzedo | 293317405000008 | Rural | 191 | 135.8 | 19.57 |
| Varzedo | 293317405000009 | Urbano | 635 | 91.84 | 765.6 |
| Varzedo | 293317405000012 | Rural | 496 | 102.45 | 36.8 |
| Varzedo | 293317425000002 | Rural | 145 | 90.79 | 9.67 |
| Varzedo | 293317425000005 | Rural | 564 | 101.43 | 45.38 |
| Varzedo | 293317425000006 | Rural | 92 | 109.09 | 24.24 |

Fonte: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopseporsetores/?nivel=st>

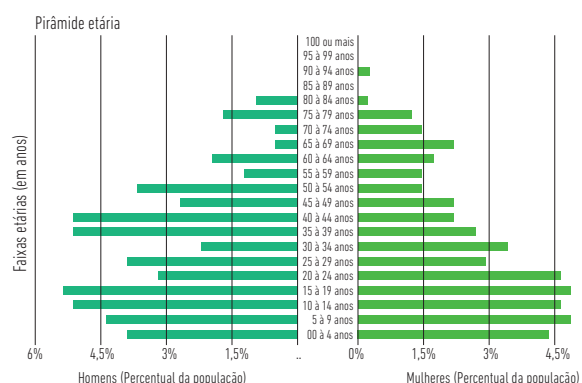


Figura 4.4-127: Pirâmide etária do setor 290100710000002.

Fonte: <http://www.censo2010.ibge.gov.br>

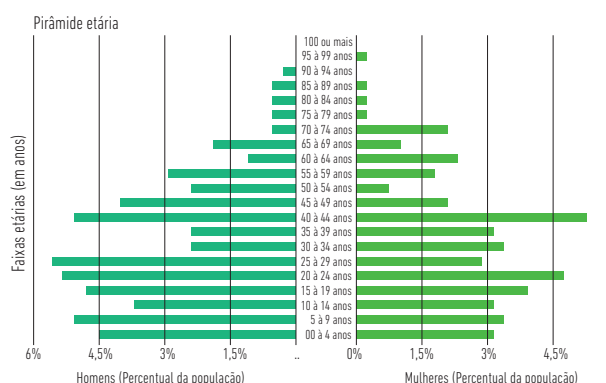


Figura 4.4-128: Pirâmide etária do setor 292940405000011.

Fonte: <http://www.censo2010.ibge.gov.br>

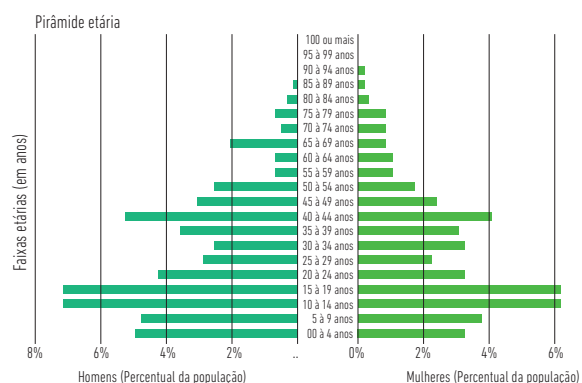


Figura 4.4-129: Pirâmide etária do setor 292940405000014.

Fonte: <http://www.censo2010.ibge.gov.br>

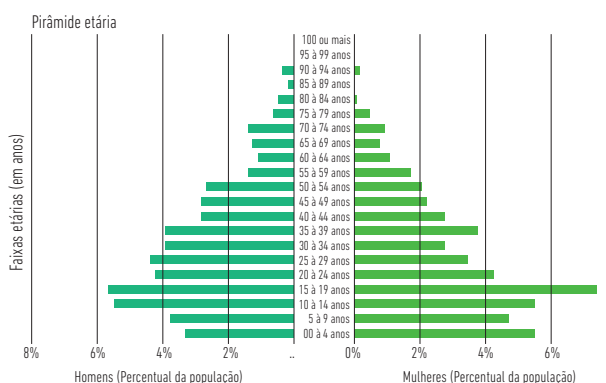


Figura 4.4-130: Pirâmide etária do setor 292940405000010.

Fonte: <http://www.censo2010.ibge.gov.br>

Mariana C. Ustini Eliani Pontes

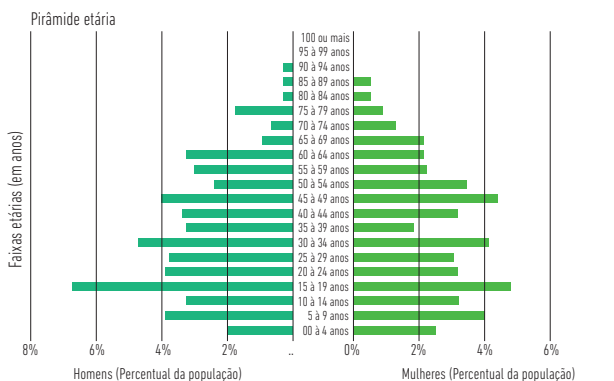


Figura 4.4-131: Pirâmide etária do setor 292940405000016.
Fonte: <http://www.censo2010.ibge.gov.br>

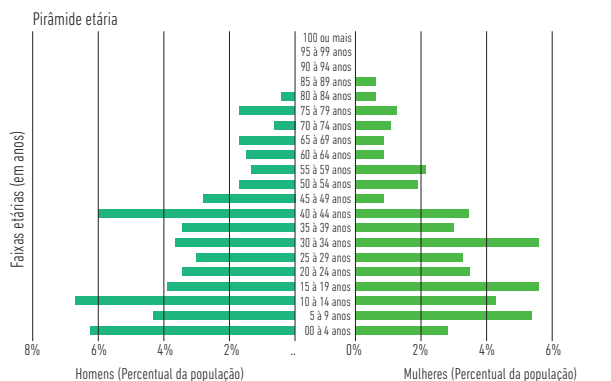


Figura 4.4-132: Pirâmide etária do setor 292940405000005.
Fonte: <http://www.censo2010.ibge.gov.br>

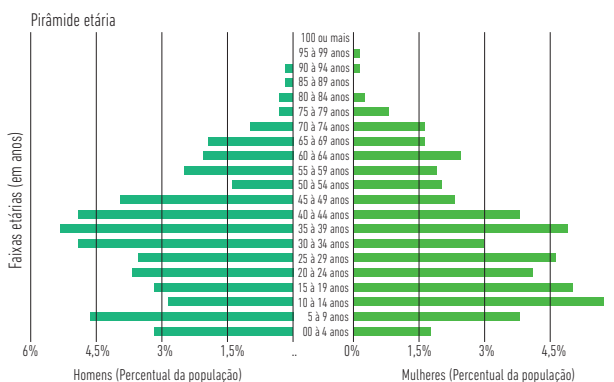


Figura 4.4-133: Pirâmide etária do setor 293317405000005.
Fonte: <http://www.censo2010.ibge.gov.br>

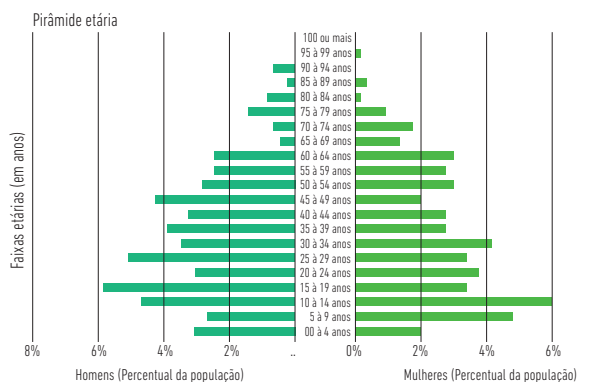


Figura 4.4-134: Pirâmide etária do setor 293317405000012.
Fonte: <http://www.censo2010.ibge.gov.br>

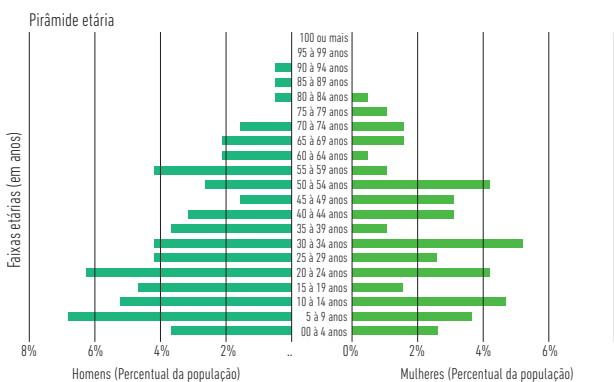


Figura 4.4-135: Pirâmide etária do setor 293317405000008.
Fonte: <http://www.censo2010.ibge.gov.br>

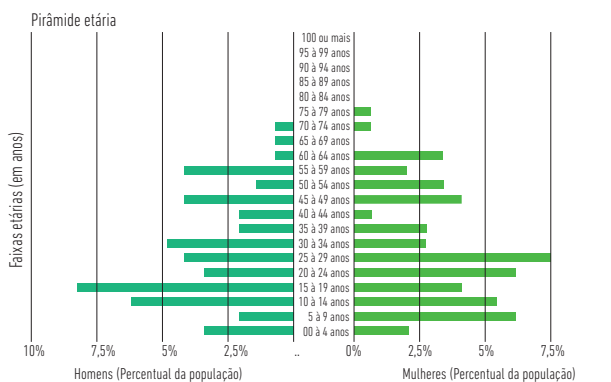


Figura 4.4-136: Pirâmide etária do setor 293317425000002.
Fonte: <http://www.censo2010.ibge.gov.br>

Thayana C. Ustui Eliani Batista

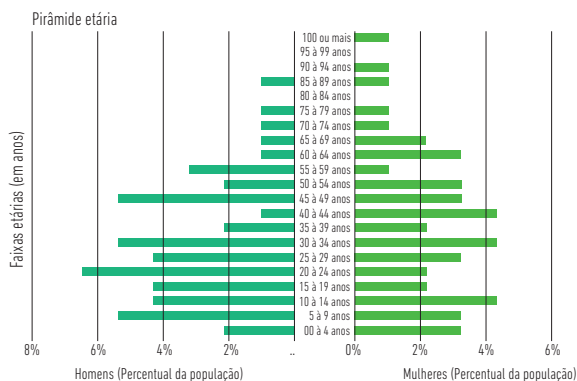


Figura 4.4-137: Pirâmide etária do setor 293317425000006.
 Fonte: <http://www.censo2010.ibge.gov.br>

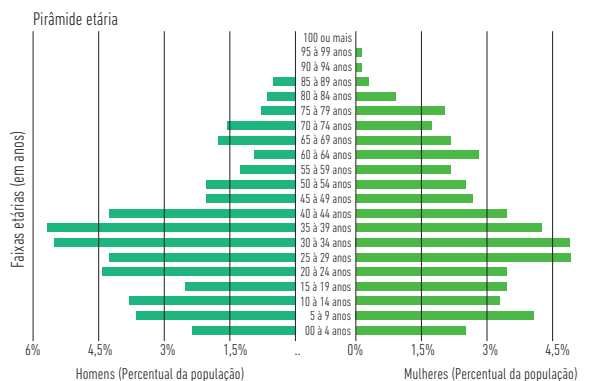


Figura 4.4-138: Pirâmide etária do setor 293317405000009
 Fonte: <http://www.censo2010.ibge.gov.br>

4.4.3.4.5.3 Padrão construtivo

No intervalo 5 as residências da zona rural são contempladas com água potável, seja distribuída em caminhões pipa pelo Governo Federal e Municipal e/ou por meio da captação de água da chuva junto às estruturas de cisterna externas, destacando-se, contudo, a sua pouca disponibilidade em razão do clima semi-árido. Não há captação ou tratamento de esgoto, sendo este dispensado em fossas sépticas. A coleta de lixo/resíduos é realizada pelas Prefeituras Municipais semanalmente, porém, há queima constante dos resíduos.

Nas residências ocupadas nota-se distribuição constante de energia elétrica e, em geral, com relação ao padrão construtivo, são construções rústicas e/ou econômicas, principalmente no setor urbano de Varzedo (Quadro 4.4-1). A distribuição de água é realizada pela Embasa, mas, assim como nas demais casas dos setores em análise, o esgoto sanitário é dispensado em fossas sépticas. A coleta de lixo nesta localidade, adicionalmente, é realizada diariamente ou em dias intercalados.

4.4.3.4.5.4 Infraestrutura

Quanto ao sistema de transporte, nota-se a proximidade da BA – 540, BA – 539 e BA - 046 - todas com acesso direto ao empreendimento. Em geral as rodovias estaduais apresentam asfaltamento precário (quando têm) e sem sinalização horizontal.

Ainda no tema de infraestrutura não foram encontrados nas áreas do intervalo 5: infraestruturas públicas, postos ou unidades de saúde, estabelecimentos escolares e estruturas de lazer, turismo ou cultura. Nem mesmo nas rodovias de acesso, dentro da AID, foram encontradas instalações de comércio e/ou serviços, pontos de ônibus e orelhões públicos.

No setor urbano de Vazardo encontram-se estabelecimentos educacionais e setor de serviços e comércio pouco desenvolvido. Vale destacar que este setor é interceptado em uma pequena parte pelo corredor em foco, não afetando áreas de estrutura sociais de grande porte/interesse (figura a seguir).

Mariana C. Ustini Eliani Pontes



Figura 4.4-139: Distância entre o perímetro urbano de Vazerto e a AID.
 Fonte: Google Earth e Wikimapia, modificado para o estudo.

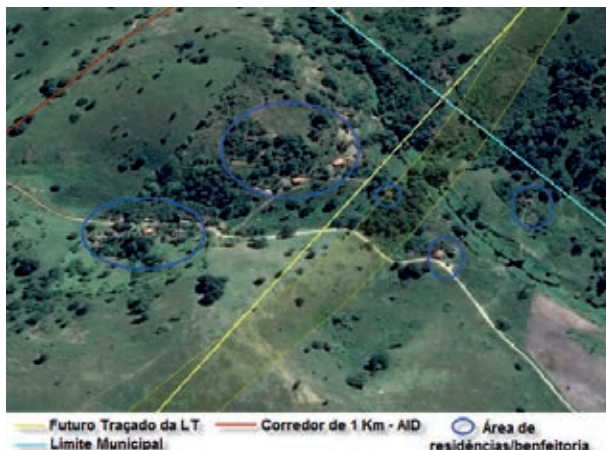


Figura 4.4-140: Exemplo de uso do solo na AID em Amargosa.
 Fonte: Google Earth e Wikimapia, modificado para o estudo.

4.4.3.4.5.5 Uso e Ocupação do solo

O intervalo 5 é composto por áreas destinadas a:

- 1) ocupação residencial;
- 2) pastagens;
- 3) fragmentos de produção (banana, café, cacau, laranja – em São Miguel e Varzedo); e
- 4) fragmentos de mata nativa.

A seguir registro via imagem de satélite das áreas produtivas, residenciais e outras de interesse integrantes da AID, neste intervalo.

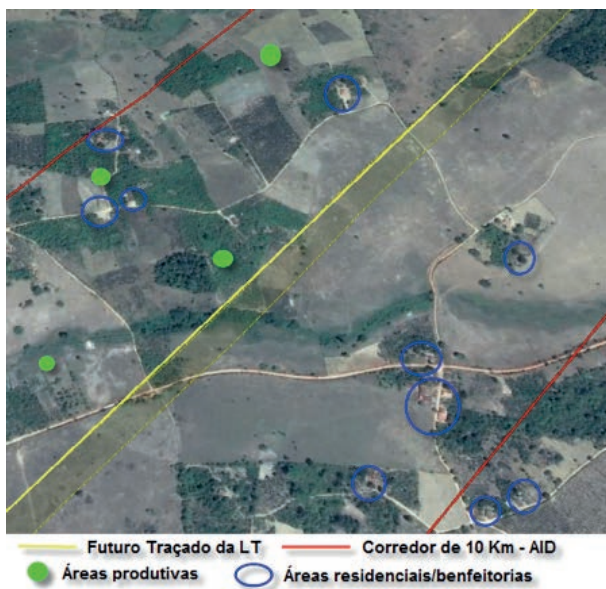


Figura 4.4-141: Exemplo de uso do solo na AID em São Miguel das Matas.
 Fonte: Google Earth e Wikimapia, modificado para o estudo.

Thayana C. Ustni Loui Bastos

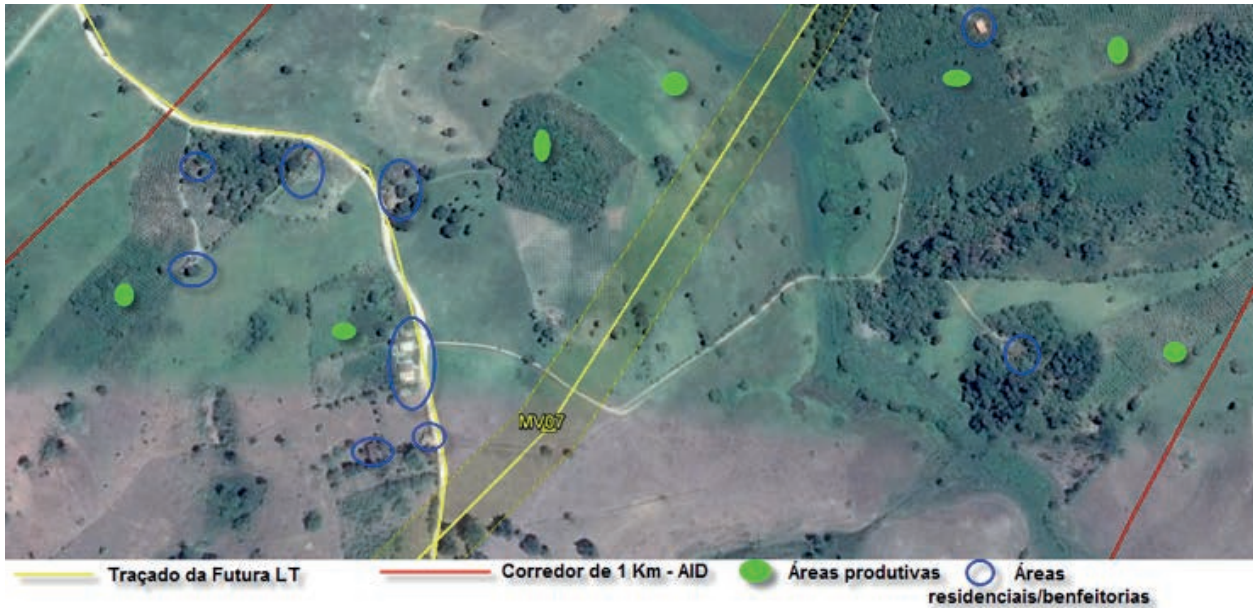


Figura 4.4-142: Exemplo de uso do solo na AID em Varzedo. Fonte: Google Earth e Wikimapia, modificado para o estudo.

4.4.3.4.5.6 Registro fotográfico



Foto 4.4-104: Exemplo de ocupação do solo em São Miguel das Matas no corredor de 1 km, no final de pequena cadeia de morros.



Foto 4.4-105: Panorama da BA - 026 no exato ponto de interceptação da LT. Coordenadas: 12°58'14.16"S / 39°22'34.08"O.

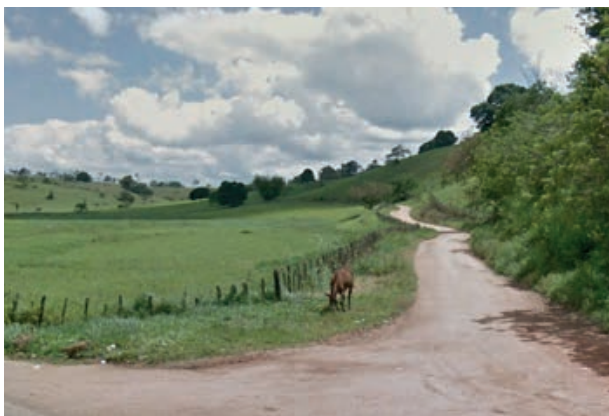


Foto 4.4-106: Entrada de uma das fazendas instaladas na AID no município de Varzedo - BA - 026.

Mariana C. Uetzi Esmi Pontes

4.4.3.4.6 Intervalo 6

4.4.3.4.6.1 Descrição

O intervalo 6 tem início no limite municipal entre Varzedo e Castro Alves e segue até Sapeaçu – integrando então parcialmente seu território. A Figura 4.4 143 a seguir apresenta o intervalo em questão.



Figura 4.4-143: Intervalo 6.

Fonte: Google Earth e Wikimapia modificado para o estudo.

Neste intervalo há 02 (duas) localidades de maior destaque, a saber:

- 1) interceptação de áreas de ocupação social no povoado Roçado em Castro Alves;
- 2) áreas de ocupação social no entorno da SE Sapeaçu – BR 242.

A descrição destas áreas será apresentada junto à exposição de informações gerais das demais áreas deste intervalo que compõe AID, dando-se destaque quando necessário.

4.4.3.4.6.2 Aspectos Populacionais

Segundo informações dos Setores Censitários – Censo Demográfico 2010 (IBGE), conforme demonstrado na tabela a seguir, a população total deste intervalo integra 5.874 habitantes, com razão de gênero predominante feminina e a grande maioria dos setores com baixa densidade demográfica, com exceção do setor urbano de Sapeaçu (Tabela 4.4-33).

Thyriana C. Ustini Esmi Pontes

Tabela 4.4-33: Informações Popacionais dos Setores Censitários interceptados pela LT em Castro Alves e Sapeaçu segundo dados do Censo Demográfico 2010.

| Municípios | Número dos Setores | Tipo | População Total | Razão de Sexo | Densidade Demográfica (hab./Km ²) |
|--------------|--------------------|--------|-----------------|---------------|---|
| Castro Alves | 290730130000002 | Rural | 1.072 | 89.73 | 87.09 |
| Castro Alves | 290730130000003 | Rural | 434 | 114.85 | 12.15 |
| Castro Alves | 290730130000006 | Rural | 149 | 96.05 | 12.39 |
| Castro Alves | 290730130000008 | Rural | 149 | 112.86 | 24.82 |
| Sapeaçu | 292960205000014 | Rural | 251 | 94.57 | 43.8 |
| Sapeaçu | 292960205000016 | Rural | 555 | 96.11 | 104.73 |
| Sapeaçu | 292960205000017 | Rural | 601 | 97.7 | 67.08 |
| Sapeaçu | 292960210000001 | Urbano | 778 | 90.22 | 1149.31 |
| Sapeaçu | 292960210000002 | Rural | 416 | 114.43 | 21.11 |
| Sapeaçu | 292960210000003 | Rural | 409 | 106.57 | 52.1 |
| Sapeaçu | 292960210000004 | Rural | 224 | 128.57 | 24.38 |
| Sapeaçu | 292960210000005 | Rural | 836 | 90 | 87.29 |

Fonte: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopseporsetores/?nivel=st>

Em análise da estrutura etária dos setores em foco (figuras expostas a seguir), nota-se a presença de faixa etária diversa nos setores, sendo que todos têm grandes números de idosos (mais de 65 anos). Nota-

-se também uma população jovem, sendo cada vez mais retangular a estrutura etária, indicando melhores condições de vida da população.

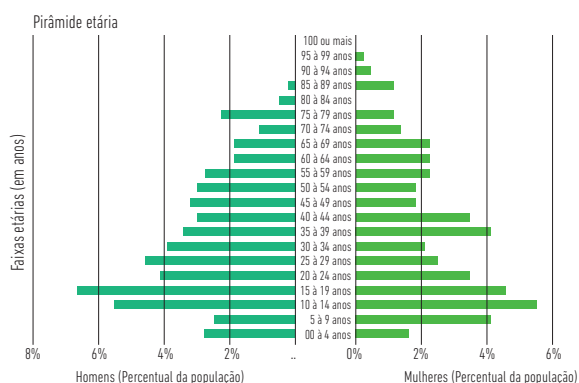


Figura 4.4-144: Pirâmide etária do setor 290730130000003.
Fonte: <http://www.censo2010.ibge.gov.br>

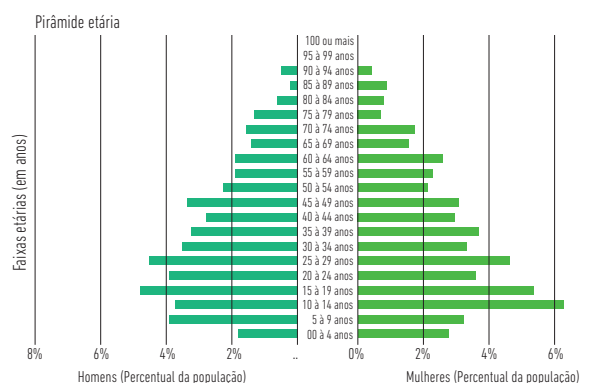


Figura 4.4-145: Pirâmide etária do setor 290730130000002.
Fonte: <http://www.censo2010.ibge.gov.br>

Mariana C. Ustini Eliani Pontes

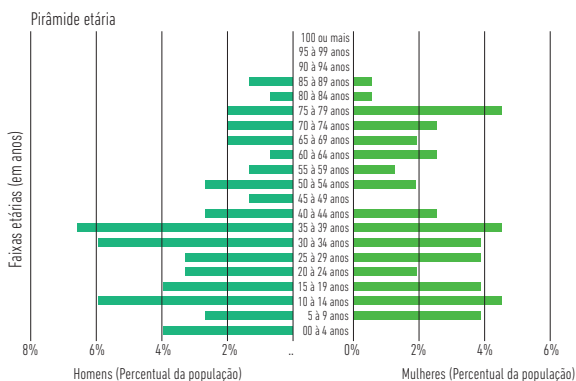


Figura 4.4-146: Pirâmide etária do setor 290730130000008.
 Fonte: <http://www.censo2010.ibge.gov.br>

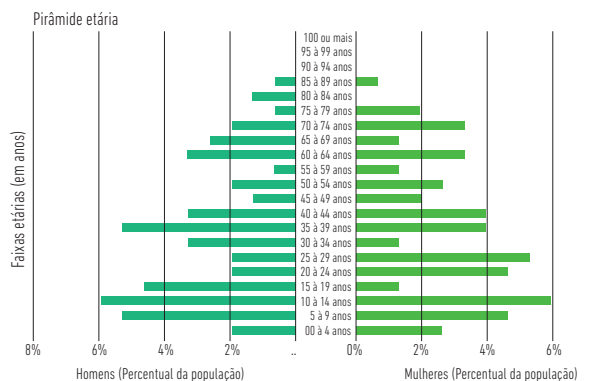


Figura 4.4-147: Pirâmide etária do setor 290730130000006.
 Fonte: <http://www.censo2010.ibge.gov.br>

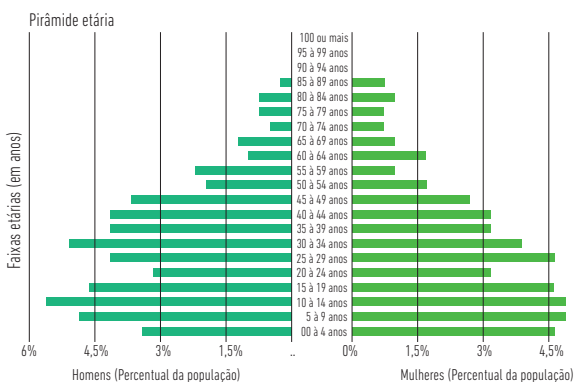


Figura 4.4-148: Pirâmide etária do setor 292960210000003.
 Fonte: <http://www.censo2010.ibge.gov.br>

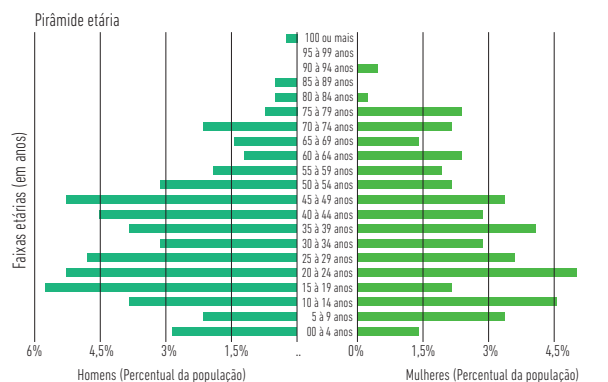


Figura 4.4-149: Pirâmide etária do setor 292960210000002.
 Fonte: <http://www.censo2010.ibge.gov.br>

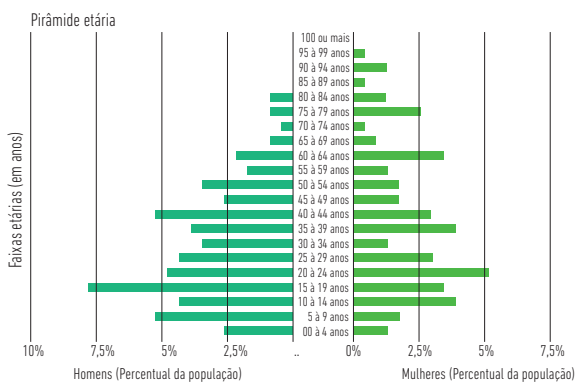


Figura 4.4-150: Pirâmide etária do setor 292960210000004.
 Fonte: <http://www.censo2010.ibge.gov.br>

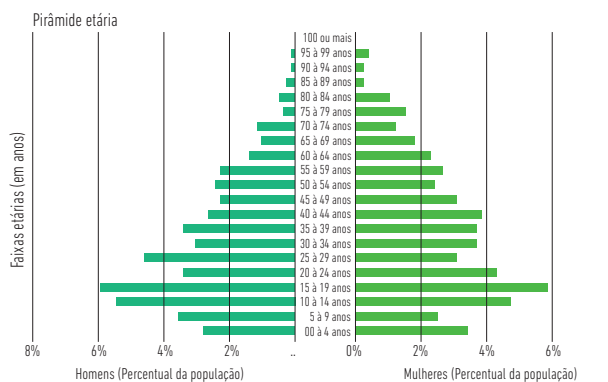


Figura 4.4-151: Pirâmide etária do setor 292960210000001.
 Fonte: <http://www.censo2010.ibge.gov.br>

Thayana C. V. de M. e Lami B. de S.

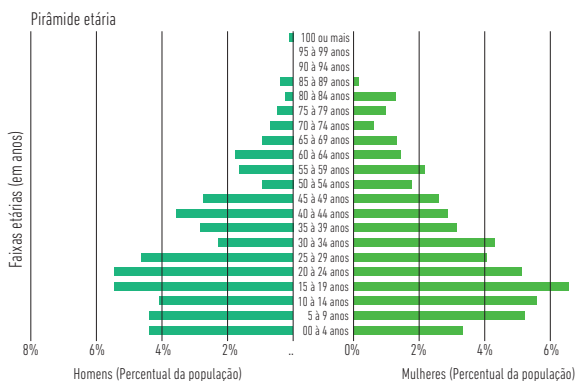


Figura 4.4-152: Pirâmide etária do setor 292960210000005.
Fonte: <http://www.censo2010.ibge.gov.br>

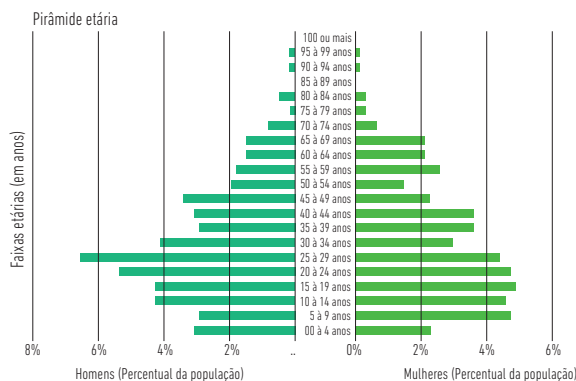


Figura 4.4-153: Pirâmide etária do setor 292960205000017.
Fonte: <http://www.censo2010.ibge.gov.br>

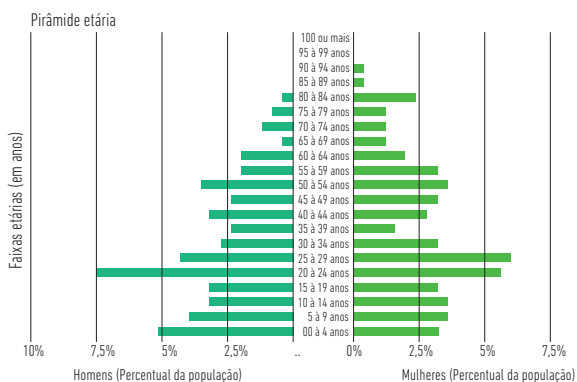


Figura 4.4-154: Pirâmide etária do setor 292960205000014.
Fonte: <http://www.censo2010.ibge.gov.br>

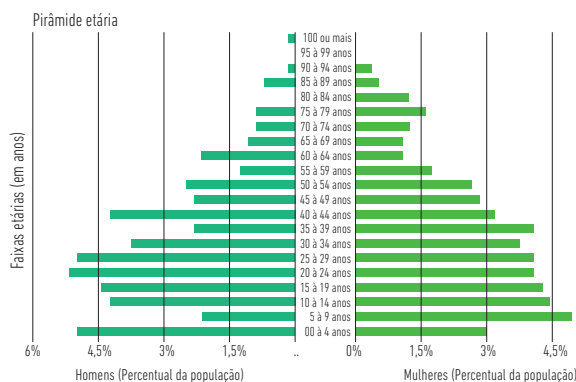


Figura 4.4-155: Pirâmide etária do setor 292960205000016.
Fonte: <http://www.censo2010.ibge.gov.br>

4.4.3.4.6.3 Padrão construtivo

No intervalo 6 as residências da zona rural são contempladas com água potável, seja distribuída em caminhões pipa pelo Governo Federal e Municipal e/ou por meio da captação de água da chuva junto às estruturas de cisterna externas, mas colocar uma VÍRGULA, seguindo: destacando-se, contudo, a sua pouca disponibilidade em razão do clima semi-árido. Não há captação ou tratamento de esgoto, sendo este dispensado em fossas sépticas. A coleta de lixo/resíduos é realizada pelas Prefeituras Municipais semanalmente, porém, há queima constante dos resíduos.

Nas residências ocupadas nota-se distribuição constante de energia elétrica e, em geral, com relação ao padrão construtivo, são construções rústicas e/ou econômicas, principalmente nas margens da BR - 242 (Quadro 4.4-1).

4.4.3.4.6.4 Infraestrutura

Quanto ao sistema de transporte neste intervalo, nota-se a proximidade da BR - 120 e BA - 242, sendo que apenas esta última tem acesso direto ao empreendimento.

Ainda no tema de infraestrutura não foram encontrados nas áreas do intervalo 6: infraestruturas públicas, postos ou unidades de saúde, estabelecimentos escolares e estruturas de lazer, turismo ou cultura.

No setor urbano de Sapeaçu não existem estabelecimentos educacionais e/ou de serviços e comércio.

4.4.3.4.6.5 Uso e Ocupação do solo

O intervalo 6 é composto por áreas destinadas a:

Mariana C. Ustini Eliani Pontes

- 1) ocupação residencial;
- 2) pastagens;
- 3) fragmentos de produção (banana, cacau, laranja, maracujá, cana de açúcar e mandioca).

Apresenta-se, a seguir, registros via imagem de satélites das áreas produtivas, residenciais e outras de interesse integrantes da AID, neste intervalo.

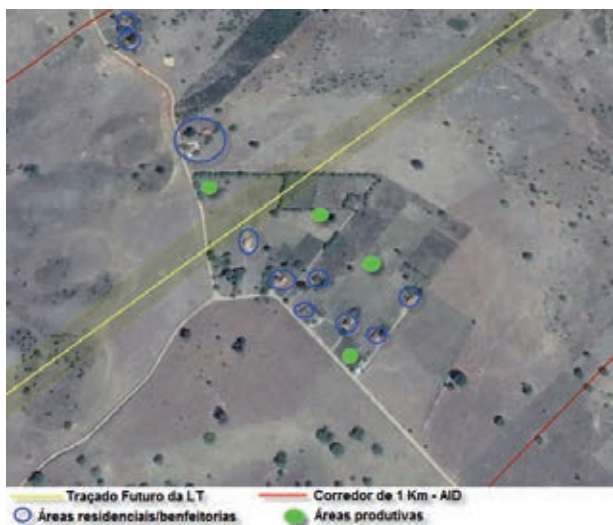


Figura 4.4-156: Exemplo de uso do solo na AID em Castro Alves.
Fonte: Google Earth e Wikimapia, modificado para o estudo.

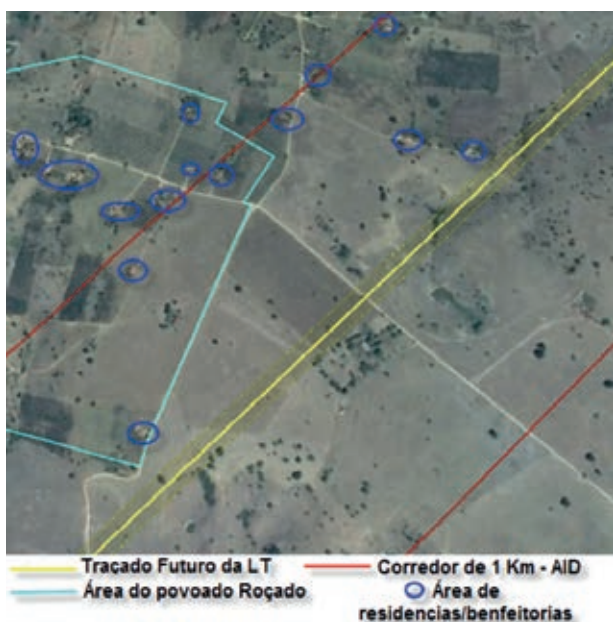


Figura 4.4-157: Exemplo de uso do solo na AID no povoado Roçado em Castro Alves.
Fonte: Google Earth e Wikimapia, modificado para o estudo.



Figura 4.4-158: Exemplo de uso do solo na AID em Sapeaçu.
Fonte: Google Earth e Wikimapia, modificado para o estudo.



Figura 4.4-159: Exemplo de uso do solo no entorno da SE Sapeaçu.
Fonte: Google Earth e Wikimapia, modificado para o estudo.

Thayana C. Uetzi Loui Pontes

4.4.3.4.6.6 Registro fotográfico



Foto 4.4-107: Aspectos construtivos de residências na AID no município de Sapeaçu, BR - 242. Coordenada: 12°43'26.48"S / 39°12'23.52"O.



Foto 4.4-108: Ponto de paralelismo da futura LT com outras LTs já instaladas, na margem da BR - 242 em Sapeaçu. Coordenada: 12°43'31.82"S / 39°12'19.60"O.



Foto 4.4-109: Panorama de paralelismo da LT em direção a SE Sapeaçu. Coordenada: 12°43'32.31"S / 39°12'14.80"O.



Foto 4.4-110: Exemplo de área de pasto na AID no município de Sapeaçu, BR - 242.



Foto 4.4-111: Área de plantação na AID no município de Sapeaçu, BR 242.

Mariana C. Uetzi Esmi Pontes

4.4.3.5 SÍNTESE DOS ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS DA AID

A paisagem da AID do empreendimento em foco é composta predominantemente por elementos que impõem funcionalidades tipicamente rurais ao espaço geográfico analisado.

Prevalece, em quase toda a AID, a presença de pastagens e lavouras de subsistência (áreas de roçado) e com média produção primária em propriedades de médio porte que compõem comunidades rurais instaladas principalmente nas vias de acesso ao longo do empreendimento. A economia na AID é estruturada em torno da atividade primária, principalmente depois do município de Manoel Vitorino até Sapeaçu, nas zonas rurais, além do comércio e serviços nos setores urbanos.

Quanto às interferências em áreas de cobertura vegetal natural, verificou-se que haverá ocorrência em alguns trechos, porém, na AID, majoritariamente prepondera o uso e ocupação do solo de pastagem e áreas produtivas (culturas permanentes e temporárias de baixo porte florestal – como plantação de cana em alguns trechos, café, cacau e laranjais).

As comunidades e residências identificadas na AID, em sua maioria são de produtores rurais (agricultores familiares) os quais utilizam-se dos recursos naturais como meio de sobrevivência.

No geral as estruturas construtivas, no que tange a residências e benfeitorias (sendo estas as de maior numero) dividem-se entre materiais de madeira e alvenaria. A maioria das construções e benfeitorias possui acabamento rústico.

No que diz respeito à infraestrutura e aos serviços de saúde, a população residente nas localidades situadas na AID, quando necessita de atendimento médico, tem que se deslocar até as cidades mais próximas e procurar os respectivos hospitais municipais, pois há apenas um estabelecimento de saúde em toda a área analisada. O mesmo ocorre para o setor da educação.

De forma geral, na AID nota-se distribuição de energia

elétrica, captação de água da chuva e ou abastecimento via caminhões pipa. Não há esgotamento sanitário. As vias de deslocamento não têm asfaltamento ou sinalização horizontal.

Em toda a AID o sinal de telefonia é instável, levando o deslocamento da população as rodovias e sedes urbanas, em busca de melhor sinal. Na AID não foram observadas áreas ou práticas voltadas ao lazer e turismo, nem mesmo templos religiosos.

4.4.4 PATRIMÔNIO HISTÓRICO, CULTURAL, PAISAGÍSTICO E ARQUEOLÓGICO

A Constituição Brasileira de 1988, em seu artigo 216, estabelece ao poder público o dever de zelar pelos patrimônios brasileiros. Com isso foi criado o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), criado na década de 30, com o intuito de proteger "...os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I – as formas de expressão; II – os modos de criar, fazer e viver; III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais. V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico".

Criado pelo Governo de Getúlio Vargas, através da Lei Nº 378, o IPHAN, que hoje se encontra vinculado ao Ministério da Cultura, teve seu projeto de Lei elaborado por Mário de Andrade com participação de Oswald de Andrade, Manuel Bandeira, Lúcio Costa, Carlos Drummond de Andrade e Afonso Arinos.

Cabe ao IPHAN preservar, identificar, fiscalizar, revitalizar, restaurar e divulgar os bens culturais do Brasil. Para tanto, o IPHAN mantém parcerias com diversas instituições, ONGs, associações e fundações com as quais mantém mais de 20 mil edifícios e 83 centros e conjuntos urbanos tombados, além de um cadastro com cerca de 12.000 sítios arqueológicos, mais de um milhão de objetos e 250 mil volumes bibliográficos.

Mariana C. V. U. M. e Lúcio Costa

4.4.4.1 PATRIMÔNIO HISTÓRICO, CULTURAL E PAISAGÍSTICO

O Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC), autarquia hoje vinculada à Secretaria de Cultura do Estado da Bahia, atua de forma integrada e em articulação com a sociedade e os poderes públicos municipais e federais, na salvaguarda de bens culturais tangíveis e intangíveis e na política pública estadual do patrimônio cultural.

Patrimônio Cultural Material - De acordo com os dados disponibilizados pelo IPAC, o Patrimônio Cultural Material da Bahia é classificado de acordo com os Territórios de Identidade. Na área de influência indireta tem-se quatro Territórios de Identidade:

- Território de Identidade Recôncavo – abrange quatro municípios da All, são eles: Sapeaçu; Castro Alves; Conceição do Almeida e Varzedo.

- Território de Identidade Vale do Jequiriçá – abrange oito municípios da All, são eles: São Miguel das Matas; Amargosa; Laje; Jiquiriçá; Ubaíra; Cravolândia; Itaquara; Jaguaquara.
- Território de Identidade Médio Rio de Contas – abrange três municípios da All, são eles: Jequié; Manoel Vitorino e Boa Nova.
- Território de Identidade Vitória da Conquista – abrange apenas um município da All: Poções.

No Quadro 4.4.4-1 estão apresentados os bens culturais materiais sob salvaguarda nos municípios de Castro Alves e Manoel Vitorino. Ressalta-se que os municípios de Sapeaçu, Conceição do Almeida, Varzedo, São Miguel das Matas, Amargosa, Laje, Jiquiriçá, Ubaíra, Cravolândia, Itaquara, Jaguaquara, Jequié, Boa Nova e Poções não possuem bens culturais sob salvaguarda do Estado da Bahia ou da União.

Quadro 4.4.4-1: Patrimônio Cultural Material Sob Salvaguarda do Estado da Bahia, por Território de Identidade e por Município, Conforme Âmbito de Proteção

| Território de Identidade | Município | Bens Culturais Materiais sob Salvaguarda no Município | | | |
|--------------------------|-----------------|---|-----------------------------------|-------------------------------------|--------------------|
| | | Classificação | Denominação do Bem Cultural | Livro de inscrição | Âmbito de Proteção |
| Recôncavo | Castro Alves | Bem tombado pelo Estado | Antiga sede da Fazenda Curralinho | Livro do Tombamento de Bens Imóveis | Estado |
| | | Bem tombado pela União | Capela de São José de Jenipapo | Livro do Tombo Histórico | União |
| Médio Rio de Contas | Manoel Vitorino | Acervo Arqueológico | Sítio Pedra da Figura | - | União |

Antiga Sede da Fazenda Curralinho – Patrimônio Material:

Livro de Inscrição: Livro do Tombamento dos Bens Imóveis

Território de Identidade: Recôncavo

Município: Castro Alves

Endereço: Localizada na Praça Dionísio Cerqueira, nº. 668.

Processo de origem: nº0005/87

Proteção Legal: Tombamento Estadual – Decreto nº 9.213/2004

Data do Tombamento: 05/11/2004

Propriedade: Privada

Uso Original: Residência.

Uso atual: Casa de Cultura Castro Alves.

Estado de conservação: Ótimo.

Breve histórico: No século XVIII o Capitão-mor Antonio Brandão Pereira Marinho Falcão estabeleceu-se na nascente do Rio Jaguaripe, às margens da Estrada das Boiadas. Construiu casa, capela e, para pernoite das boiadas em trânsito, pequenos currais. Nasceu deste modo, a Fazenda Curralinho, que passou de imediato a ser um pouso obrigatório de tropeiros. Na década de 20 do século XIX foi construído o prédio

Mariana C. Ustini Esmi Bastos

para a sede da fazenda. Neste casarão nasceu o General Dionísio Evangelista de Castro Cerqueira, "herói" da Guerra do Paraguai, primo de Castro Alves. O Poeta Castro Alves esteve na Fazenda Curralinho durante três fases de sua vida, na infância, na adolescência e, em 1870. Durante este período escreveu seus 13 últimos poemas. O Arraial de Nossa Senhora da Conceição de Curralinho foi elevado à categoria de Vila, através da Lei Provincial nº 1987, de 26 de junho de 1880. A mesma Lei criou o Município, desmembrando-o de Cachoeira. A sede de Curralinho obteve foros de cidade através da Lei Estadual nº. 88 de 22 de junho de 1895. A Lei Estadual nº. 360, de 25 de julho de 1900, alterou o nome da cidade para Castro Alves, em homenagem ao poeta baiano, nascido naquela região (IPAC, 2017).

Capela de São José de Jenipapo – Patrimônio Material

Livro de Inscrição: Livro do Tombo Histórico

Território de Identidade: Recôncavo

Município: Castro Alves

Endereço: Distrito de Jenipapo (zona rural do município)

Proteção Legal: Tombamento Federal - Processo nº 267-T

Data do Tombamento: 31/08/1971

Outras Informações: O tombamento inclui todo o seu acervo, de acordo com a Resolução do Conselho Consultivo da SPHAN, de 13/08/85, referente ao Processo Administrativo nº 13/85/SPHAN.

Breve histórico: Construção feita no séc. XVIII, pelo Alferes Gaspar Fernandes da Fonseca. Igreja de nave única, com capela-mor reintrante e de pé direito mais baixo que o coro. Seu frontispício é antecedido por alpendre cercado de parapeito e gradil de madeira, com portão de acesso. Do lado direito, colada à construção, sineira com vão em arco pleno e cimalha, a que se tem acesso através de larga escada de pedra externa. A construção tem puxadas laterais e todas as portas e janelas almofadadas. Internamente, a capela-mor tem forro apainelado como a nave e quadros pintados representando os "mistérios do nascimento e da infância de Jesus". O altar-mor é adornado com pinturas e apliques de madeira, assim como o arco cruzeiro e o teto da nave (IPHAN, 2017).

Sítio Pedra da Figura – Sítio Arqueológico

Território de Identidade: Médio Rio de Contas

Município: Manoel Vitorino

Tipo de Sítio: Pré-Colonial

Classificação: Arte Rupestre

Cadastro no IPHAN: Sim

Pesquisador/Instituição: Carlos Etchevarne/Josilene Lima/IPHAN

Grau de preservação: Bom

Características do Sítio: Sítio de pinturas rupestre localizado em uma mataçãõ.

Patrimônio Cultural Imaterial - O banco de dados do IPHAN apresenta três Bens Culturais Imateriais registrados na Bahia: Ofício das Baianas de Acarajé (categoria Saberes – registrado em 2005); Festa do Senhor Bom Jesus do Bonfim (categoria Celebrações – registrado em 2013); e Samba de Roda do Recôncavo Baiano (categoria Formas de Expressão – registrado em 2004).

Já no banco de dados do IPAC, os bens registrados como Patrimônio Imaterial são:

- Eventos e Celebrações – Bembé do Mercado; Carnaval de Maragojipe; Cortejo do Dois de Julho; Desfile de Afoxés; Festa da Boa Morte; Festa de Santa Bárbara.
- Expressões Lúdicas e Artísticas – Capoeira.
- Saberes e Modos de Fazer – Ofício das Baianas do Acarajé; Ofício de Vaqueiros.
- Espaços Destinados a Práticas Culturais e Coletivas – dez terreiros de candomblé localizados nos municípios de Cachoeira e São Félix, na região do Recôncavo.

Beleza Cênica - O Parque Nacional (PARNA) tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico. É de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites devem ser desapropriadas.

Mariana C. Vitorino *Luiz Barcelos*

O PARNA de Boa Nova, localizado no município homônimo, caracteriza-se por ser um importante manancial de águas para o semiárido. Serras de grande beleza cênica, com raras formações de mata de cipó, na transição entre Mata Atlântica e Caatinga. A proposta de Parque motiva grande projeto de promoção cultural, social e educacional da região, envolvendo 16 municípios, com apoio da Comunidade Européia. Grande potencial ecoturístico e de turismo internacional.

4.4.4.2 CONTEXTUALIZAÇÃO ARQUEOLÓGICA E ETNO HISTÓRICA DA AID

4.4.4.2.1 Primeiras Imigrações

Prous (2007, 1997 e 1992), dentre outros autores, reforça que os primeiros humanos identificados e confirmados pelas datações, bem como por estudos paleoantropológicos, teriam chegado na América através do estreito de Behring, ponto mais próximo entre a Ásia (Rússia/Sibéria) e América (EUA/Alaska). As travessias teriam ocorrido no momento da última regressão marinha, ou

seja, da última Era Glacial, entre 35 e 15 mil anos. É o que atesta a última glaciação, denominada Würm, formando caminho para a travessia pelo gelo, com oceanos 100 metros abaixo do nível antes considerado normal.

De acordo com Prous (1997:9-10), baseado nas facilidades territoriais e de deslocamento via caminhada com acampamentos, é muito viável sugerir que a principal, senão a mais conhecida teoria de migração e povoamento da América tenha se dado pela ocupação e travessia da Beríngia (região mais setentrional entre a Ásia e a América do Norte). As datas não são precisas, mas sugeridas por centros de pesquisa de arqueologia dos EUA (ARCUS, 2016), que entre 35 e 15 mil anos é bem provável que grupos humanos estivessem realizando essa travessia pela primeira vez. Via Beríngia, seria o primeiro evento migratório conhecido para as américas. Isso, no entanto, não exclui as possibilidades de outras ondas migratórias que poderiam ter ocorrido pelo oceano atlântico (vindas do continente africano) ou pelo oceano pacífico (vinda da Oceania).

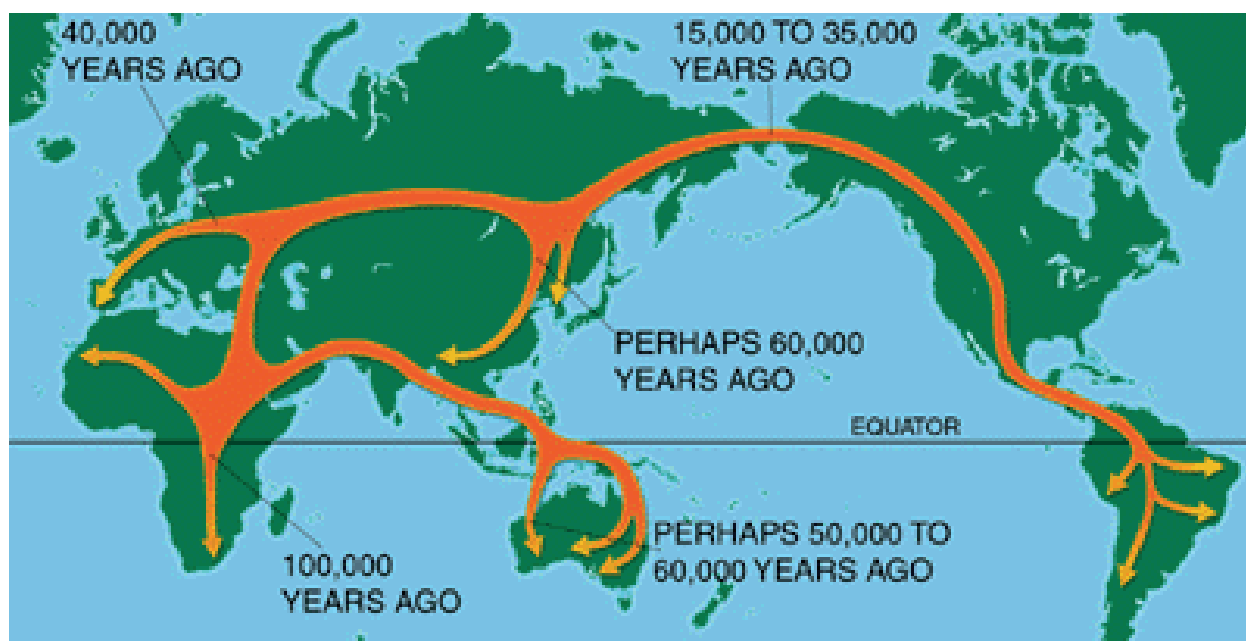


Figura 4.4.4-1: Mapa geral da teoria das migrações que demonstra o trânsito do Homo Sapiens pelos continentes, incluindo a travessia da Beríngia e a ocupação das Américas, destacando, no caso do Brasil, levas migratórias para o Nordeste e para o Sudeste. Fonte: Viswanathan, Balaji (2015).

Mariana C. Ustini Eliani Bastos

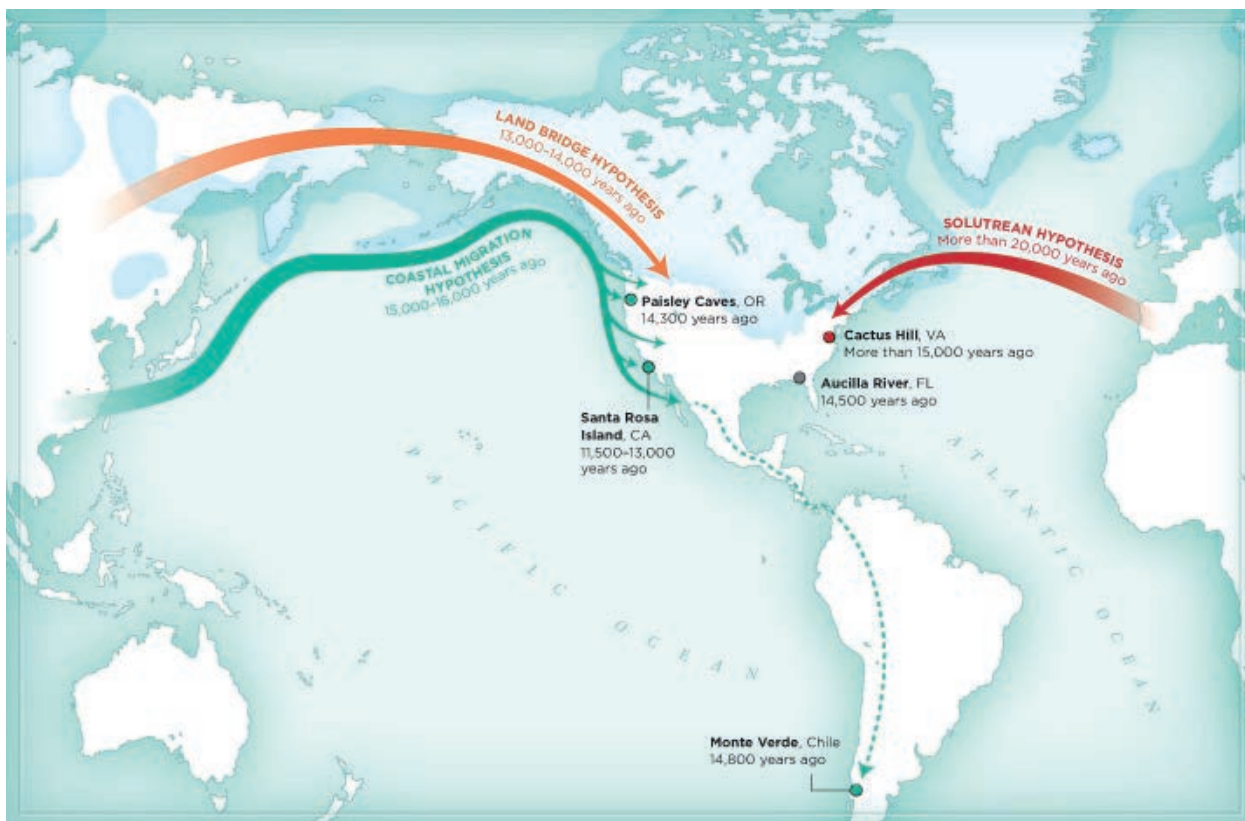


Figura 4.4.4-2: Modelo migratório sugerido por Gugliotta (2013) publicado na Smithsonian Magazine, que avança três possibilidades migratórias, sendo a primeira por Behring propriamente dita, a segunda vindo da Ásia, via Japão e Ilhas Aleutas do Alasca e uma terceira, mais inusitada, baseada na presença do sítio arqueológico Cactus Hill (Vancouver/Canadá) com 15 mil anos ou mais. A sugestão é uma migração Solutreense europeia mais antiga que 20 mil anos. Fonte: <http://researchdtdmack.com/peopling.html> (2016).

Ainda conforme ARCUS, por meio da ilustração de Potter (2010), foi identificado um sítio arqueológico denominado *Upward Sun River Site* cuja data remonta 13.300 anos BP bem próximo da região da Beríngia, no Alasca. Entre diversas informações observadas no artigo, entre identificação de vestígios humanos de sepultamentos, o que mais se destaca são as datas que podem de fato, corroborar com as migrações asiáticas da Beríngia. Não excluindo, ainda assim, as outras possibilidades de povoamento das américas.

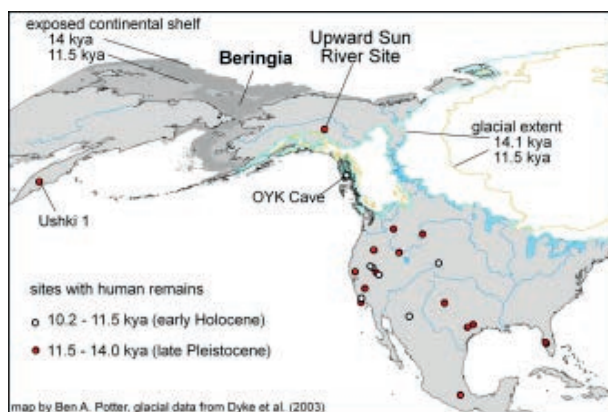


Figura 4.4.4-3: Mapa com sítios arqueológicos nos EUA com datas acima de 11,5 mil anos. Fonte: ARCUS (2016).

Thyriana C. V. ...

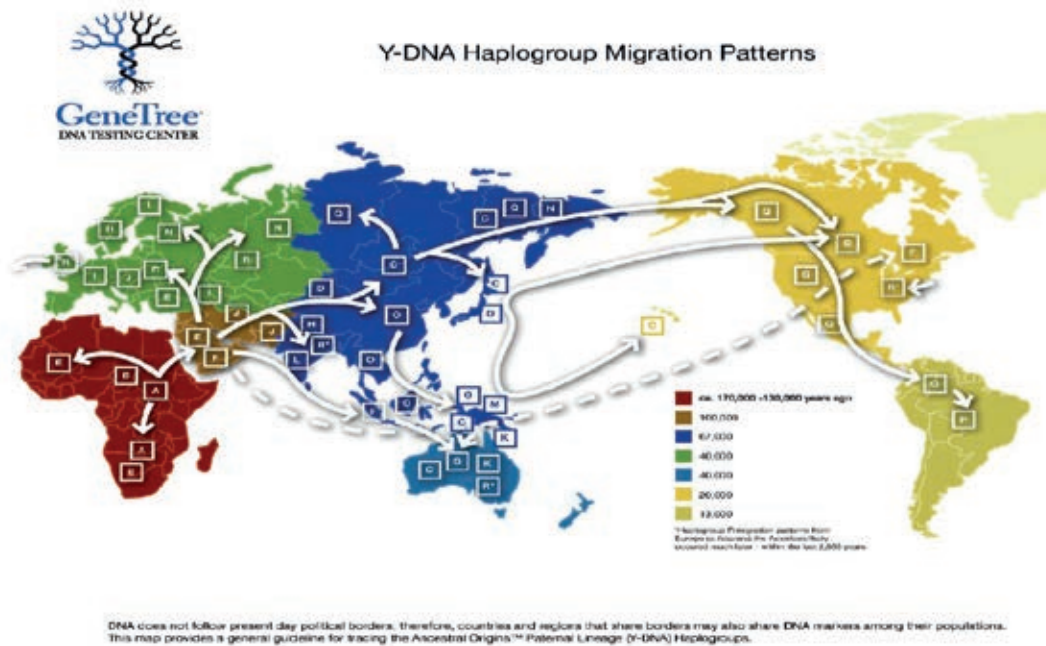


Figura 4.4.4-4: Mapa migratório baseado em DNA Y (paterno), que sugere a chegada de povoamento na América por volta dos 13 mil anos, conforme mapeamento genético. Fonte: <https://ows.edb.utexas.edu/site/high-kreitman/land-bridge-theory> (2016).

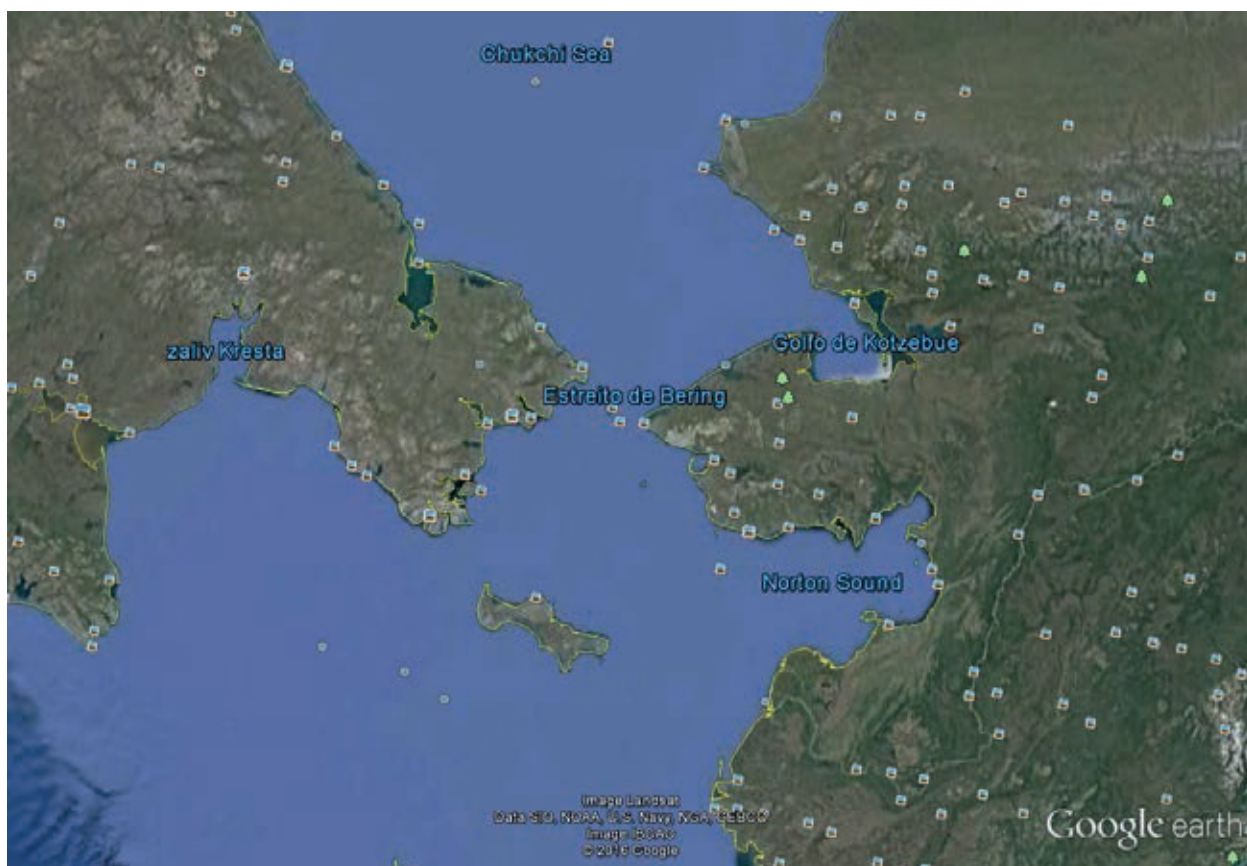


Figura 4.4.4-5: Imagem de satélite, onde pode ser medida a distância real (aproximada de 80km) entre a Ásia e a América, hoje, com uma ilha no meio do trecho. Fonte: Google Earth (2016).

Mariana C. Uetzi Esmi Pontes

4.4.4.2 Histórico das Pesquisas Arqueológicas na Bahia

Segundo Gabriela Martin (1999, p. 37), o Nordeste ficou à margem da pesquisa científica quando esta dava seus primeiros passos no Brasil, durante as décadas de 40 e 50, sendo que o interesse inicial despertado pela pré-história do Nordeste entre historiadores, eruditos e pesquisadores estrangeiros do final do século XIX e primeiras décadas do XX, sofreu, entretanto, notável queda nessas décadas, situação que perdurou até os anos sessenta, com algumas poucas exceções. Estas consistem nos trabalhos do alemão Carlos Ott, que publicou em 1958 o livro "Pré-História da Bahia"; nos trabalhos de L. F. R. Clerot, condensados no livro "30 anos na Paraíba", de 1969; nas revistas e anais dos institutos históricos do Nordeste e nas revistas dos arquivos estaduais, como as assinadas por Carlos Studart e Pompeu Sobrinho no Ceará, Francisco Lima na Paraíba e Alfredo de Carvalho, em Pernambuco; e, no campo da etnologia, as obras "Os indígenas do Nordeste" (1935-1938) e "Etnologia Brasileira, Fulni-ó os últimos Tapuias" (1956), de autoria de Estevão Pinto, assim como os trabalhos de Carlos Estevão e Valentin Calderón (MARTÍN, 1999, p. 37).

Carlos Estevão descobriu e escavou, no vale médio do São Francisco, um dos mais importantes sítios arqueológicos do Nordeste e o primeiro a ser escavado em Pernambuco, o sítio "Gruta do Padre", em Petrolândia, margem esquerda do rio São Francisco (MARTÍN, 1999, p. 38). O arqueólogo explorou intensivamente na década de 30 a região, recolhendo informações arqueológicas e realizando pesquisa etnográfica junto aos indígenas Pankararu, do Brejo dos Padres (MARTÍN, 1999). Segundo MARTÍN (1999), na época em que Carlos Estevão percorreu o vale do rio São Francisco, a pesquisa arqueológica no Nordeste do país era praticamente inexistente, sendo possível afirmar que ele foi o primeiro arqueólogo a utilizar critérios científicos nas suas descrições. Em decorrência do seu trabalho, o Museu do Estado de Pernambuco possui hoje uma vasta coleção de instrumentos líticos doados pelo pesquisador, entre eles machados polidos, percutores, pilões, mão de pilão, batoques labiais e bolas de arremesso (MARTÍN, 1999).

Trinta anos depois, entre 1966 e 1967, Valentin Calderón desenvolveu novas escavações no já conhecido sítio arqueológico Gruta do Padre, resgatando uma coleção material significativa e obtendo datações que ultrapassam os 7.000 anos (MARTÍN, 1999, p. 39).

A partir de 1982, o Núcleo de Estudos Arqueológicos da Universidade Federal de Pernambuco deu início ao Projeto Itaparica de Salvamento Arqueológico, na área que seria inundada pelo reservatório da hidroelétrica de Itaparica, dando continuidade aos estudos arqueológicos na Gruta do Padre e Gruta do Anselmo, sítio próximo e relacionado ao primeiro citado (MARTÍN, 1999, p. 40).

Segundo Martín (1999, p. 40)

"O estudo sistemático da pré-história não tem início no Brasil antes da década de 1950, apesar de trabalhos isolados, escritos com anterioridade a essa data, referentes a Amazônia e ao sul do país. No Nordeste, esse início será mais tardio e vai se refletir na exclusão quase total da região no Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA), implantado em 1965 com o patrocínio da Fundação Smithsonian e do CNPq. (...) O PRONAPA (Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas, 1965-1970), dirigido pelos Evans pretendia estabelecer as fases e o "estado de conhecimento" da pré-história do Brasil, financiando os grupos de arqueólogos e instituições existentes na época. Mas a região Nordeste ficou praticamente fora desse programa, com exceção da Bahia, onde o arqueólogo Valentin Calderón já trabalhava há anos."

De fato, desde a década de 60 até o fim do PRONAPA, Calderón desenvolveu intensa atividade arqueológica na Bahia e Pernambuco, principalmente no Recôncavo e no vale do São Francisco, percorrendo, também, boa parte do litoral nordestino em busca de sambaquis (MARTÍN, 1999, p. 41). Martín (1999, p. 41) afirma que a obra publicada de Calderón é pequena, considerando os trabalhos de campo realizados; e hoje "a perda da identidade e da filiação de muitos dos materiais arqueológicos, produto das suas numerosas prospecções e escavações, representam um prejuízo irreparável para a arqueologia do Nordeste".

Mariana C. Uetzi *Luiz Bastos*

4.4.4.2.3 Período Pré-Colonial

De maneira geral os contextos arqueológicos pré-coloniais, na Bahia, referem-se aos contextos vinculados aos sambaquis, aos sítios de arte rupestre, aos sítios ceramistas da Tradição Aratu e aos sítios ceramistas da Tradição Tupiguarani. Segundo Etchevarne & Fernandes (2011), contextos arqueológicos pré-coloniais podem ser encontrados em todas as partes do território baiano, podendo ser encontrados locais com restos de habitação, acampamentos ou oficinas líticas nas zonas da Mata Atlântica, no Semiárido, no Vale do São Francisco, na Chapada Diamantina e no domínio do cerrado, no Além São Francisco. Os autores afirmam que (ETCHEVARNE & FERNANDES, 2011, p. 27),

A rigor, se for feito uso de analogias com outras partes do Brasil, do Nordeste em particular, deve-se pensar que existiu uma ocupação humana recuada até, pelo menos, a transição Pleistoceno/Holoceno, isto é, entre 12 mil e 10 mil anos atrás. As informações sobre esse período provêm de regiões próximas ao estado da Bahia, como a da Gruta do Padre, no município de Petrolândia, Pernambuco (...). Nessa gruta, Valentin Calderón (...) encontrou, na metade dos anos 60, poucos instrumentos líticos em sílex, finamente talhados que, por seu formato, são apelidados de "lesmas". Por serem produzidos com procedimentos padronizados, mesmo sendo poucos exemplares, foram considerados por Calderón como uma verdadeira indústria, que denominou de Itaparica, em função da localidade do achado. Esses instrumentos foram datados, pelo seu contexto estratigráfico na Gruta do Padre, de aproximadamente 7.600 anos BP. O arqueólogo Pedro Schmitz descobriu artefatos parecidos no estado de Goiás, em área de cerrado, com uma antiguidade que abarca um período entre 11 mil e 9 mil anos BP (SCHMITZ, 1987, p. 25, 1991, p. 14). Datações mais antigas foram encontradas em São Raimundo Nonato, sudeste do Piauí, próximo ao limite com a Bahia. No sítio Boqueirão da Pedra Furada, a arqueóloga Niède Guidon obteve muitas datações sobre fogueiras em diferentes estratos deste sítio, até alcançar, aproximadamente, 50 mil anos, a datação mais antiga do Brasil. Desse modo, fica comprovado que, nos territórios dos estados vizinhos à Bahia, encon-

traram-se vestígios que remontam ao Pleistoceno superior, e tudo leva a pressupor que, sem barreiras naturais, houve deslocamentos de grupos humanos nesse período também em territórios baianos.

Segundo Etchevarne & Fernandes (2011, p. 29), na Bahia existem sambaquis em diversas localidades da faixa de influência oceânica, do norte ao sul do estado, onde as condições ambientais são propícias. Os autores afirmam que alguns sambaquis foram identificados na área do Recôncavo Baiano, no entorno de Camamu, no Litoral Norte e também adentrados sobre o rio Buranhém, em Porto Seguro (ETCHEVARNE & FERNANDES, 2011, p. 29). Segundo relatos de cronistas do período colonial, ocorriam sambaquis, também, próximos à cidade de Salvador, mas foram destruídos devido ao seu aproveitamento como matéria-prima para fabricação de cal (ETCHEVARNE & FERNANDES, 2011).

No sítio arqueológico Pedra Oca, no bairro de Periperi, em Salvador, Valentín Calderón resgatou, em 1960, materiais malacológicos diversos, como ostras e moluscos de diferentes espécies, tendo identificado, também, restos de fogueiras, pedras de trempes e de esteios, bigornas, batedores, moedores e instrumentos cortantes, como alisadores e lâminas de machado (ETCHEVARNE & FERNANDES, 2011). Segundo ETCHEVARNE & Fernandes (2011), contas de colares foram identificadas junto aos esqueletos dos indivíduos enterrados no sambaqui; uma datação do estrato inferior do sítio forneceu a data de quase 3.000 anos BP, nível em que já apareciam fragmentos cerâmicos.

Valentín Calderón identificou, ainda, no Recôncavo Baiano, o sambaqui da Ilha do Casqueiro, em Santo Amaro, o do Sobrado, em Porto Santo, e o de Cajaiá, na ilha do mesmo nome, sem fazer referência a outras pesquisas e datações (CALDERÓN, 1969, p. 162 apud ETCHEVARNE & FERNANDES, 2011). Foram encontrados, também, nas últimas duas décadas, restos de três sambaquis sobre o rio Buranhém, em Porto Seguro, estes denominados Buranhém I, II e IV, já em intenso processo de deterioração devido às ações antrópicas contemporâneas, como desmatamento (ETCHEVARNE & FERNANDES, 2011).

Mariana C. Ustini Esmi Pontes



Foto 4.4.4-1: Sítio arqueológico Buranhém I, Porto Seguro. Fonte: ETCHEVARNE & FERNANDES (2011).

No sítio arqueológico Buranhém I ocorre grande concentração de conchas com relação à deposição de sedimentos, enquanto que nos demais, ao contrário, prevalecem os depósitos de sedimentos escuros; em todos os sítios o material arqueológico corresponde a material lítico lascado, principalmente em quartzo hialino e cerâmica (ETCHEVARNE & FERNANDES, 2011).

A distância dos sambaquis da foz atual do rio Buranhém pode ser explicada, tanto pela acumulação proposital dos grupos sambaqueiros, via transporte fluvial da foz, onde haveria mangues e grande quantidade de moluscos, quanto pela possibilidade de que os sítios teriam sido construídos em períodos de transgressão marinha, durante os quais, o vale do rio foi invadido e transformado em um braço de mar (ETCHEVARNE & FERNANDES, 2011). Cabe observar que duas transgressões marinhas foram registradas geologicamente sobre o litoral baiano; uma, a cerca de 5.100 anos BP, que subiu 5 metros e outra que, em 2.500 anos BP, alcançou os 2,50 metros – altura suficiente para provocar o ingresso do mar até a localização dos sambaquis, coincidindo, também, com a datação obtida para o sítio arqueológico Buranhém IV (2.800 ± 60 BP) (MARTÍN et al, 1999; ETCHEVARNE, 1998, 1999, 2000 *apud* ETCHEVARNE & FERNANDES, 2011).

Em relação aos **sítios arqueológicos de arte rupestre**, Etchevarne & Fernandes (2011) afirmam que os

contextos existentes na Bahia não devem ser considerados com funcionalidades únicas, sendo que, em algumas situações é possível observar a frequência de visitação dos sítios com base na quantidade e heterogeneidade dos grafismos, que, em alguns casos são grandes, coloridos e muito visíveis, quase ostensivos, como alguns exemplares dos paredões da Serra das Paridas, Lençóis, ou as do cânion do sítio Poções, em Pituba, município de Gentio do Ouro. Em outras situações, ao contrário, é possível perceber a intenção e preocupação em diminuir as figuras, dificultar sua visibilidade ou mesmo ocultá-las definitivamente, como é o caso de algumas figuras do sítio Pingadeira, em Flores, ou o de um bloco do segundo painel de Toca da Figura, em Ventura, ambos no município de Morro do Chapéu (ETCHEVARNE & FERNANDES, 2011). Para os autores, tais situações,

(...) demonstram a diversidade de utilização dos sistemas gráficos, que eram operados em circunstâncias sociais específicas pelos diferentes grupos sociais, cabendo a possibilidade de terem sido utilizados para ritualização propiciatória, demarcação territorial, memória de um evento, registro cíclico calendárico, sistemas contáveis, homenagens a personagens históricos ou míticos, entre outros (ETCHEVARNE & FERNANDES, 2011 p. 32).

Em relação à datação das pinturas, infelizmente não foram encontrados, ainda, sítios arqueológicos que permitam relacioná-las com algum elemento datável em termos absolutos, como é o caso do abrigo do Serrote Velho, em Curaçá, datado de 1.140 anos BP, que apresenta diferentes momentos de pinturas e gravuras geométricas, não sendo possível, no entanto, associar a data existente para o abrigo aos grafismos representados; no sítio Toca da Figura, em Ventura (Morro do Chapéu), a fogueira mais antiga, datada de 2.445 anos BP, foi encontrada em contexto de pintura, junto a um fragmento de seixo com manchas de pigmentos e a um bloco de hematita. Análises deverão ser feitas para definir a existência ou não de relação entre os grafismos existentes e os corantes identificados na fogueira (ETCHEVARNE & FERNANDES, 2011).

Thayana C. Ustini *Luiz Bastos*



Foto 4.4.4-2: Sítio Toca do Pepino, Morro do Chapéu, Bahia. Cena de "captura de cervídeos". Fonte: Etchevarne & Fernandes (2011).

No entanto, mesmo dentro desse contexto, o resultado das pesquisas feitas sobre os diferentes abrigos e paredões rochosos existentes na Bahia, permite estabelecer preliminarmente uma cronologia relativa, sendo já reconhecido que as figuras mais antigas correspondem aos grafismos mais naturalísticos, associados a um horizonte pictórico de grande extensão regional denominada de Tradição Nordeste (ETCHEVARNE & FERNANDES, 2011). Segundo ETCHEVARNE & Fernandes (2011, p. 32), na Tradição Nordeste, "as figuras antropomorfas e zoomorfas de pequenas dimensões representam cenas de captura de animais (veados e emas), coletas, lutas (ritualísticas ou de real beligerância) etc. com detalhes de instrumentos ou vestimentas".

Desse contexto, seguem-se figuras que perdem o realismo, tornando-se sintéticas e de maior tamanho até se tornar figuras sem movimento e de tratamento pouco cuidado, sistema gráfico definido como Tradição Agreste (ETCHEVARNE & FERNANDES, 2011). Paralelamente, ocorrem elementos que apontam para a geometrização e abstração dos motivos, que dominam os painéis na última das superposições, podendo tais motivos serem divididos entre os que compõem planos ou áreas muito elaboradas e policrômicas, e os que utilizam as linhas; estes últimos finalizam a série de estratos que compõem o espectro cronológico dos estilos pictóricos na Bahia (ETCHEVARNE & FERNANDES, 2011, p. 32).

Na Bahia, os sítios arqueológicos referentes aos primeiros grupos horticultores ceramistas correspon-

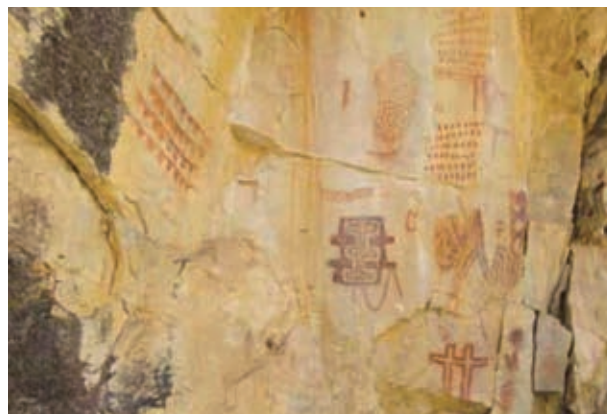


Foto 4.4.4-3: Sítio Poções, Gentio do Ouro, Bahia. Motivos geométricos de grande tamanho no paredão do cânion. Fonte: Etchevarne & Fernandes (2011).

dem aos sítios com cerâmica pertencente à **tradição ceramista Aratu**, caracterizada pela presença de recipientes funerários ou urnas cerâmicas (ETCHEVARNE & FERNANDES, 2011, p. 38). Segundo Etchevarne & Fernandes (2011, p. 38), a forma das urnas funerárias é tão padronizada e reiterativa.

(...) seja do ponto de vista diacrônico como na sua dispersão territorial, que ela parece apontar, mais do que uma pertinência cultural a um único grupo pré-colonial, a difusão de uma tecnologia de produção de objetos com sua correspondente justificativa ideológica. Isso quer dizer que o fato de se encontrarem urnas Aratu desde o litoral até o cerrado, incluindo áreas de caatinga, não aponta para uma distribuição territorial ampla de um grupo somente, antes se refere a um aspecto comum de grupos culturalmente diferentes.

A padronização das urnas Aratu está na morfologia cônica ou piriforme dos vasilhames, que apresentam base estreita e arredondada e corpo que se abre até a circunferência máxima, situada próxima à abertura (ETCHEVARNE & FERNANDES, 2011). Esse padrão morfológico é encontrado em enterramentos de indivíduos de qualquer idade, independente da área geográfica, sendo que na maioria das vezes o vasilhame não apresenta elementos decorativos e o alisamento da superfície externa é bem executado (ETCHEVARNE & FERNANDES, 2011).

Segundo Comerlato (2008 *apud* ETCHEVARNE & FERNANDES, 2011), algumas alterações desse

Mariana C. Ostini Esmi Bastos

padrão foram identificadas na região litorânea do sul do Recôncavo até o extremo sul da Bahia, tendo as vasilhas apresentado uma faixa de cinco a dez centímetros beirando a abertura, com apurada decoração corrugada, técnica esta também observada em outros recipientes domésticos; na região de São Desidério e Barreiras, oeste baiano, algumas urnas apresentaram uma linha incisa na abertura; na região sul da Chapada Diamantina, no município de Jussiape, uma decoração muito similar à anteriormente citada foi identificada, tendo essa linha, porém, sido realizada pela impressão de um cordão na pasta ainda úmida.

Segundo Etchevarne & Fernandes (2011, p. 40), todas as urnas funerárias possuíam opérculo, que fechava a abertura para impedir a entrada dos sedimentos na hora do enterramento (tais opérculos consistem em tampas cônicas, semelhantes ao formato de sinos), que, em geral, apresentaram corpos fletidos e inteiros, sendo que em alguns casos ocorrem acompanhamentos funerários como pequenas tigelas cerâmicas, lâminas de machado, rodela de fuso, pingentes e, no caso das crianças, contas de colares em osso ou dentes de animais.

Segundo Martín (1999, p. 2011-2012), as características gerais da cultura Aratu seriam: (1) cerâmica produzida pela técnica de manufatura roletada, ausência de decoração, superfícies alisadas ou utilização de engobo de grafite, em poucos exemplares decoração corrugada, sendo ondulada na borda; (2) presença de urnas funerárias piriformes, com e sem tampa, de 70 a 75cm de altura, tigelas menores empregadas como opérculo para cobrir os vasilhames funerários; (3) vasilhas semiesféricas de bordas onduladas; (4) enterramentos primários em urna, fora das aldeias; (5) aldeias circulares com as ocas em torno de uma praça central, situadas, como já referenciado, em relevos suaves; (6) subsistência não baseada no uso exclusivo da mandioca, como parece indicar, pela ausência de assadores e de vasilhames planos; (7) presença de lâminas alongadas de machado, picotadas e polidas e machados pesados de granito também polidos; machados simples de pequeno tamanho (8 a 10 cm de comprimento); (8) presença de grandes rodela de fuso de pedra e de cerâmica que indicam fiação de redes ou tecidos grossos; (9) presença de cachimbos tubulares ou na forma de funil e (10) fragmentos de rochas polidas, com depressões artificiais, utilizadas para esmagar grãos.



Foto 4.4.4-4: Escavação de urna Aratu no Sítio Marcolino, em Rio das Contas (à esquerda) e urna Aratu com esqueleto completo e posição anatômica dos ossos no Sítio Pio Moura, em São Félix do Coribe, ambos os sítios arqueológicos presentes no estado da Bahia. Fonte: Etchevarne & Fernandes (2011).

Os grupos humanos vinculados à tradição Aratu, na Bahia, eram cultivadores de tubérculos e provavelmente do milho, sendo seu povoamento procedido pelo padrão de fixação em grandes aldeias (ETCHEVARNE & FERNANDES, 2011).

Os instrumentos em rocha apresentam grande variabilidade de tipos, que acompanhava a enorme amplitude geográfica desses grupos por todo o estado, havendo, na faixa litorânea, sítios com predominância de lascas associadas a instrumentos polidos de maio-

Mariana C. V. de M. Loui Barata

res dimensões, possivelmente usados para o cultivo (ETCHEVARNE & FERNANDES, 2011).

Já na Chapada Diamantina, as lascas aumentam consideravelmente em número e dimensão, surgindo, também, os instrumentos lascados (ETCHEVARNE & FERNANDES, 2011). Segundo Etchevarne & Fernandes (2011, p. 41), "possivelmente, tal comportamento diferenciado resulte da oferta abundante de matéria-prima de boa qualidade e em grande quantidade apta ao lascamento, o que não se observa na zona litorânea do estado".

A região oeste, situada à margem esquerda do Rio São Francisco, por sua vez, apresenta um conjunto lítico que até o momento é o mais bem conhecido no estado, ocorrendo a "prevalência de instrumentos lascados em uma grande quantidade, além da cadeia operatória das lascas que decorrem da sua produção, todas elas presentes *in situ* (...)" (ETCHEVARNE & FERNANDES, 2011, p. 42).

Segundo Etchevarne & Fernandes (2011, p. 42):

A desaparecimento das instalações correspondentes à Tradição Aratu parece coincidir com a chegada das diversas ondas migratórias dos grupos do tronco linguístico Tupi que, por suas características semelhantes, competiriam pelos territórios e seus recursos. Alguns sítios litorâneos permitem pensar que houve reocupação de localidades Aratu por parte de grupos Tupi, pela situação de mistura no estrato superficial dos componentes cerâmicos das duas tradições. De qualquer modo, a não ocorrência de material Aratu depois dessa época indica que algum acontecimento importante irrompeu na dinâmica de domínio territorial das sociedades Aratu.

Tal qual os sítios da tradição Aratu, os **sítios arqueológicos da tradição Tupiguarani** encontram-se espalhados por toda a Bahia, com maior concentração na área litorânea, sendo que os locais com vestígios desses grupos variam em relação às áreas ecológicas, localização Topo de Morrográfica, forma e dimensão dos assentamentos, profundidade estratigráfica e, em alguns casos, em relação aos componentes artefatuais (ETCHEVARNE & FERNANDES, 2011).

Segundo Etchevarne & Fernandes (2011, p. 42):

A rigor, aquilo que torna indiscutivelmente distinto um sítio Tupi de outro são os objetos cerâmicos. Ou seja, este macrogrupo está definido essencialmente por uma tecnologia de produção cerâmica, doméstica ou ritualística, que o particulariza e o opõe a outros também ceramistas. Em consequência, esta generalização não permite determinar questões vinculadas à identificação étnica stricto sensu, podendo ficar englobada situações sociais de tupinização, por exemplo, típicas do processo de conquista de territórios e a incorporação de contingentes demográficos neles já instalados.

Martin (1999, p. 195-197), a respeito da cerâmica Tupiguarani, observa que esta é caracterizada pela técnica de sobreposição de roletes; pelo cozimento ao fogo redutor ou incompleto (que produz uma faixa ou acinzentada entre os lados interno e externo); pela presença dos aditivos caco moído, areia fina ou grossa e grânulos de argila. Não são observados na cerâmica Tupiguarani o uso de cauixi ou cariapé (A ou B), muito usados na cerâmica amazônica.



Foto 4.4.4-5: Vasilhames da tradição Tupiguarani. Fonte: Schmitz (2010); Prous & Lima (2010).

Segundo a arqueóloga, as formas comuns das vasilhas variam muito de tamanho, ocorrendo tanto pequenos (10 cm de altura), como grandes vasos (80 cm de altura, com alguns ultrapassando 1 metro de diâmetro). Há formas fechadas, mas as abertas de

Mariana C. Uetzi Esmi Bastos

paredes baixas predominam, sendo em geral retas ou carenadas, com fundos planos ou suavemente curvos; as bocas são circulares, elípticas, retangulares ou quadrangulares (MARTÍN, 1999, 195-197).

O Programa Nacional de Pesquisa Arqueológica (PRONAPA), devido a essas características de decoração, propôs a seguinte divisão para a tradição ceramista Tupiguarani: Subtradição Pintada, Subtradição Corrugada e Subtradição Escovada, dizendo serem cronologicamente sucessivas. A Subtradição Pintada foi identificada nas florestas tropicais do litoral atlântico e bacia do rio São Francisco, cuja população parece ter sido menos numerosa e menos estável que a Guarani (SCHMITZ, 2010). Nesta região o uso de elementos plásticos para acabamento da superfície externa do vasilhame, apesar de existente, é muito menos representativo que a pintura. Na região não se conhecem outras tradições cerâmicas que tivessem usado o tratamento plástico no acabamento de seu vasilhame (SCHMITZ, 2010).

A Subtradição Corrugada foi identificada nas florestas subtropicais da bacia do Rio da Prata, cuja população, horticulora, era numerosa, densa e estável (SCHMITZ, 2010). Nesta região, de clima temperado, o uso de elementos plásticos como acabamento da superfície externa das vasilhas predomina sobre o uso da pintura para o mesmo fim (SCHMITZ, 2010). De acordo com o visual produzido, é possível falar em Corrugado Simples (saliências lineares horizontais sem destaque das marcas de dedos ou espátulas); Corrugado Simples Ungulado ou Corrugado Telhado (saliências lineares horizontais em que o resultado das pressões individuais se encontra separado por pequenos sulcos, lembrando uma cobertura com telha francesa); Corrugado Complicado (as saliências e depressões bem marcadas se sucedem formando alinhamentos horizontais sucessivos); Corrugado Imbricado (as saliências e depressões não formam alinhamentos horizontais tão claramente separados, mas se "trançam" entre si); Corrugado Espatulado (as depressões são mais longas e rasas e muitas vezes cobrem mais de um rolete); Corrugado Ungulado (por cima dos corrugados originais se imprime a borda da unha de forma regular ou irregular) e Corrugado Digitado (impres-

sões pouco marcadas em cima da massa anteriormente alisada). Atualmente, as datas indicam que a Subtradição Corrugada é tão antiga quanto a Pintada, e as diferenças dos tipos de decoração podem ser interpretados como resultantes de causas diferentes nas diversas regiões (BROCHADO, 1973; 1984). As diferenças que se observam na forma e nas dimensões dos vasilhames cerâmicos parecem estar relacionadas com mudanças na alimentação (VERONEZE, 1992).

A Subtradição Escovada identifica um conjunto cerâmico com elementos indígenas modificados e acréscimos coloniais europeus e africanos. Ela é encontrada em missões religiosas estabilizadas e outras instalações coloniais com importante presença indígena. Um elemento bem destacado nessa subtradição é a superfície alisada com um instrumento áspero que deixa feixes de estrias rasas, conhecido como Escovado (SCHMITZ, 2010).

O material lítico evidenciado nos sítios é constituído por vários tipos de lascas, percutores e bifaces polidos. Os tembetás podem ser considerados como um artefato típico. Os enterramentos foram influenciados indiretamente pelas dimensões das vasilhas, pois geralmente empregavam para este fim, as vasilhas de maiores dimensões normalmente disponíveis (SCATAMACCHIA, 1981).

Scatamacchia (1990, p. 271) afirma que de maneira geral, os sítios arqueológicos vinculados à tradição Tupiguarani estão estabelecidos em regiões com clima chuvoso todo ano, sem estação seca, em elevações suaves e próximas ao mar, em pequenos riachos ou grandes rios dos vales costeiros. Segundo ela, as aldeias possuem dimensões que variam entre 50 a 250 metros de diâmetro e apresentam um estrato arqueológico com espessura entre 30 e 40 cm, sendo bastante comuns aqueles entre 15 e 30 cm (SCATAMACCHIA, 1990, p. 271). As aldeias apresentam-se sem diferenciação formal interna, não permitindo aventar sobre os aspectos funcionais dentro de uma dada área habitacional, cujos vestígios encontrados eram manchas escuras oriundas dos resíduos orgânicos que constituíam as casas, em média de quatro a oito por sítio (SCATAMACCHIA, 1990, p. 271).

Mariana C. Uetzi *Luiz Bastos*

Segundo Etchevarne & Fernandes (2011), a maioria dos grupos Tupi enterrava seus mortos em urnas funerárias sem um padrão morfológico específico, sendo possível considerar que os próprios recipientes de preparo de bebidas rituais serviam também como invólucro funerário, sendo a forma de deposição dos corpos o enterramento primário ou secundário.

Os autores afirmam, ainda, que pouco se sabe a respeito do material lítico produzido por esses grupos e observam que alguns sítios são elementos representativos para uma observação do que produziram (ETCHEVARNE & FERNANDES, 2011, p. 45):

Das pesquisas mais recentes podemos citar, no oeste, a Roça do Zé Preto, na qual foram recuperados instrumentos lascados similares aos machados Aratu, complementados por uma coleção de pequenas lascas. Três sítios em Camamu continham líticos lascados e machados polidos, sendo que em um dos sítios também foram encontrados elementos da colonização portuguesa (FERNANDES, 2007). Na Chapada Diamantina, em um sítio Tupi na margem do Rio Jussiapé, denominado Pilões de Baixo, poucas lascas e instrumentos lascados foram recuperados (COMERLATO, 2008). Um estudo mais detalhado desses objetos ainda aguarda ser feito, de modo a melhor serem compreendidas as suas cadeias de operação, bem como o seu uso.

Segundo Etchevarne & Fernandes (2011, p. 45), as datações mais antigas dos grupos Tupi na Bahia está inserida em 700 anos BP, se prolongando até os tempos coloniais e sendo eles os grupos indígenas que mantiveram maior interação com as primeiras frentes de expansão portuguesa no litoral.

4.4.4.2.4 Período Histórico

De maneira geral, as principais pesquisas de arqueologia histórica desenvolvidas na Bahia envolvem o contexto colonial de Salvador, através da antiga Igreja da Sé e as instalações jesuítas, como o Colégio dos Jesuítas de Salvador, de Porto Seguro e a Igreja de Santa Inês, em Camamu. Cada um desses contextos foi escavado no âmbito de projetos diversos e dentro dos preceitos teóricos e metodológicos da chama-

da Arqueologia Histórica. Segundo Etchevarne et al (2011, p. 77):

Nos últimos anos, estudos de Arqueologia vêm sendo desenvolvidos em diferentes cidades brasileiras, proporcionando importantes informações acerca dos processos sócio-históricos formadores desses conjuntos urbanos. De fato, as intervenções arqueológicas, ainda que em muitos casos sejam ocasionadas pela necessidade inerente às obras de engenharia ou de arquitetura de grande porte, estão multiplicando-se e tornando-se parte constitutiva de toda obra de restauração ou de revitalização de partes urbanas degradadas. Como consequência, vem à luz um conjunto de documentos arqueológicos importantes e, ademais, colocam-se à disposição da população contemporânea novos elementos compositivos da geografia urbana, que deverão ser, por parte daquela, apropriados diversamente. (...) A Arqueologia oferece uma perspectiva diferenciada sobre o espaço socialmente construído, ou seja, aquele território natural que foi historicamente antropizado. A partir disto, pode se deduzir que o objetivo da pesquisa arqueológica é investigar a materialidade das ações humanas e os conteúdos significativos que essa materialidade comportou para os grupos sociais, em qualquer nível de complexidade socioeconômica ou tecnológica. As cidades, como espaços resultantes da longa permanência de grupos humanos, são abordadas por uma especialidade da Arqueologia que, pelo seu próprio objeto de estudo, veio a se adjetivar como Urbana.

Os trabalhos de Arqueologia desenvolvidos no Centro Histórico de Salvador, por exemplo, evidenciaram a complexidade social da cidade no período colonial. O espaço da Praça da Sé apresentou uma gama de dados sobre o processo de consolidação do projeto colonial na capital, tendo sido evidenciadas estruturas arquitetônicas dos alicerces desses edifícios (nas suas versões seiscentistas) e outros vestígios de prédios que lhes antecederam (como os alicerces da primitiva igreja jesuítica do século XVI) ou sucederam (a exemplo de algumas fundações das casas de dois quarteirões do início do século XIX) (ETCHEVARNE et al, 2011).

Mariana C. Ostini Esmi Bastos

Segundo Etchevarne et al (2011), durante as escavações da Sé foi localizada grande quantidade de vestígios de ossos humanos, grande parte deles ainda com sua conexão anatômica, assim como grande quantidade de contas de colares associadas a alguns desses enterramentos. Reconhecidas como de origem africana, tais contas e sua associação aos enterramentos em um espaço católico permitiram aos pesquisadores levantar a hipótese da existência de uma duplicidade de práticas religiosas por parte dos africanos e seus descendentes (ETCHEVARNE et al, 2011, p. 91).

Por esta situação de paralelismo religioso, esses deveriam comungar e realizar os rituais de morte conforme a doutrina católica, enterrando seus mortos em espaço consagrado, sem, no entanto, deixar de utilizar ele-

mentos que evocavam diretamente os ritos oriundos de seus países de origem. As evidências dos dados arqueológicos e as contas africanas apontam para a confirmação da hipótese de que o negro participou ativamente de sistemas religiosos distintos (o católico e o de origem africana), os quais, ao que tudo indica, não chegaram a se opor enquanto respostas para anseios espirituais. Entretanto, pode-se concluir que também não se uniram de forma a resultar em uma nova doutrina distinta destes universos religiosos aqui citados. O que pode ser confirmado nesta pesquisa, a partir dos vestígios arqueológicos, e ratificado por documentos históricos, é que o negro foi sepultado em espaço católico, comungando do ritual ali realizado, ao mesmo tempo em que conservou costumes de religiões africanas, as quais são reconhecidas como contas de colares originárias daquele continente.



Foto 4.4.4-6: Sítio Igreja da Sé, Salvador. Detalhe de esqueleto com contas de origem africana em torno do pescoço (esquerda) e contas de colar, em vidro, de origem africana (direita). Fonte: Etchevarne et al (2011).

Em relação às instalações Jesuíticas na Capitania da Bahia, Etchevarne et al (2011, p. 94) afirmam que seja em área urbana ou rural, tais instalações deixaram vestígios singulares que quando observados arqueologicamente, permitem reconhecer estratégias de ocupação dos espaços e sua relação com os ideais religiosos de propagação catequética.

Em relação ao Colégio de Jesuítas de Salvador, os autores (ETCHEVARNE et al, 2011, p. 97) afirmam que, durante o século XVI, os jesuítas criaram uma estratégia de ocupação espacial para o colégio, que promoveu o diálogo direto entre cidade e unidade je-

suíta, o que é perceptível na análise da malha urbana. Segundo eles:

O edifício da Igreja de Mem de Sá (então igreja do colégio) ostentava a fachada, cuja fundação foi encontrada nas escavações arqueológicas, voltada para a Praça do Governador que, naquele momento, era a praça principal da cidade, além de o complexo do colégio obedecer rigidamente às regras da planimetria urbana. Mais tarde, nos séculos XVII e XVIII, o colégio procurou se adequar às novas exigências socioespaciais, estando a serviço da cidade e fazendo-se servir por esta. Isto fica claro pela construção

Mariana C. V. de M. Loui Bastos

da nova igreja jesuíta, a Catedral Basílica, que ficou voltada para o Terreiro de Jesus, praça de maior importância na malha urbana deste segundo momento. Além disso, o Pátio dos Padres e o Pátio dos Estudos Gerais (localizados através das escavações) tinham tamanhos equivalentes, sendo entremeados pela igreja, possibilitando simetria edilícia para o complexo jesuíta e perfeita inserção na malha urbana.

Já o Colégio dos Jesuítas de Porto Seguro, segundo Etchevarne et al (2011, p. 100), deve ser considerado como o edifício principal da ordem na Capitania de Porto Seguro, onde se ministrava o ensino fundamental aos filhos dos colonos e de onde partiam os padres para ação missionária, leia-se civilizadora, junto aos índios dos territórios próximos, atuando como uma espécie de base de operações na região. Segundo os autores (ETCHEVARNE et al, 2011, p. 100), o conjunto ocupava o setor sul da cidade alta de Porto Seguro, hoje denominada Cidade Histórica, área de ocupação colonial mais antiga da cidade. Os restos de estruturas murarias, hoje em superfície, e o contíguo edifício da igrejinha de São Benedito demonstram a forma compositiva do conjunto jesuítico (ETCHEVARNE et al, 2011, p. 100).

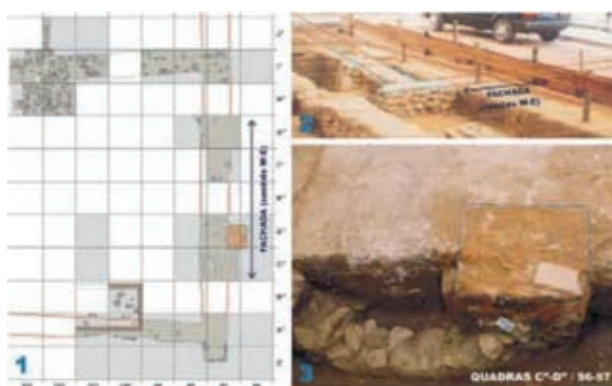


Foto 4.4.4-7: (a, b, c, sentido horário). a) Inserção das estruturas na malha de quadriculamento das escavações; b) Disposição dos alicerces no contexto do sítio; c) Sapata composta de arenoso e reaproveitamento de tijolos e telhas cerâmicos datados do século XVII, que corta o alicerce de pedra e cal do século XVI. Fonte: Etchevarne et al (2011).

Sobre as pesquisas arqueológicas desenvolvidas e os resultados obtidos, Etchevarne et al afirmam que (ETCHEVARNE et al, 2011, p. 101-106):

Estava constituído (o Colégio dos Jesuítas de Porto Seguro), fundamentalmente, por duas alas, a norte e a sul e um elemento de união entre elas que servia de passagem. Este elemento foi denominado galeria lateral à igreja. A disposição do prédio, em forma de U, aberto para a falésia, sugere uma semelhança com o edifício do Pátio dos Estudos Gerais de Salvador. O que permite pensar no fato de a planta corresponder a uma ideia jesuítica de edifício com essas funções (...) Conforme a evidenciação de alicerces, restos de paredes e outros elementos de construção, pode-se pensar numa possível distribuição de ambientes e no fluxo da circulação dentro do edifício, pelo menos no que tange à parte térrea. (...) Cabe apontar ainda um achado que, se bem não forma parte da estrutura da canaleta, pode oferecer informação temporal sobre esta. Dentro da canaleta foram encontrados, separados entre si, dois objetos pequenos, de uso doméstico. Ainda que fragmentados, pode-se recuperar a quase totalidade dos dois utensílios. As peças são dois pratinhos, um é de porcelana e o outro de faiança portuguesa. O fato de os fragmentos de cada objeto se encontrarem juntos e em conexão é um bom indicador de que a deposição deles aconteceu em um momento imediatamente anterior ao abandono do uso da canaleta e que não houve alterações posteriores. Como a faiança está identificada, pelo motivo decorativo, como um objeto elaborado na segunda metade do século XVIII, caberia pensar que o abandono da utilização da canaleta não poderia ter acontecido antes.

Dentre os diferentes locais com vestígios jesuíticos, na Bahia, alguns acabaram por incorporar estruturas arquitetônicas posteriores, outros estão em ruínas, ou ainda só se tem referência pela memória da população local, como é o caso da Fazenda Santa Inês, em Camamu, cuja igreja foi descoberta em 2006, a partir de trabalhos arqueológicos promovidos pelo Departamento de Infraestrutura de Transportes da Bahia (Derba), em respeito à legislação patrimonial (ETCHEVARNE et al, 2011). As pesquisas arqueológicas desenvolvidas e as entrevistas realizadas com os moradores locais revelaram que essa pequena igreja jesuítica era integrante do grande complexo de instalações das fazendas Santa Inês e Sant'Anna, onde foram instalados dois engenhos de grande porte e onde viviam cerca de 350 escravos (ETCHEVARNE et al, 2011).

Mariana C. Ostini Esmi Pontes

As pesquisas arqueológicas permitiram compreender os usos do espaço da igreja, como exposto por Etchevarne et al (2011, p. 107-108):

(...) num primeiro momento, a igreja foi construída até a extensão dos seus alicerces de paredes laterais com maior espessura (80 cm), com um comprimento de cerca de 11 metros. Num segundo momento e a partir da fachada, as paredes laterais foram estendidas por mais sete metros, aproximadamente, com uma espessura de alicerce de 50 cm. Essa ampliação poderia explicar o estado perturbado dos ossos humanos encontrados na junção dos dois alicerces de espessuras diferentes da parede direita. Por fim, num último momento, a parede lateral esquerda foi secundada por outra, partindo da sacristia ao lado da anterior e afastando-se, com pequena angulação, da primitiva, substituindo-a por completo. Tais descrições e conjecturas podem ser mais facilmente acompanhadas observando-se a planta e a documentação fotográfica elaboradas para esse jazimento que mostram uma estabilidade e um crescimento das atividades jesuíticas no Baixo Sul, fato brusca-mente interrompido pela expulsão da ordem.



Foto 4.4.4-8: Sítio Igreja de Santa Inês. Evidenciação das estruturas de alicerces e pisos. Fonte: Etchevarne et al (2011).

4.4.4.2.5 Período Etno Histórico e Histórico

De acordo com Marin (1999), antes do período de colonização, o índio do nordeste encontrava-se no estágio neolítico primário pré-urbano.

Segundo Sampaio (s/d), os povos indígenas na Bahia inserem-se em dois contextos históricos e regionais básicos e bem definidos: (i) o do semiárido nordestino ao norte do estado, todo ele conquistado por frentes de expansão da pecuária durante o século XVIII, e o dos aldeamentos missionários existentes até o século XVIII, como os dos jesuítas e franciscanos; (ii) da Mata Atlântica e litoral ao sul e extremo sul do estado.

Segundo Sampaio (s/d, p. 01):

Logo em seguida à expulsão dos holandeses do Brasil, nos meados do século XVII, a população dos aldeamentos litorâneos, de predominante origem etnolinguística tupi, passou a ser aos poucos considerada como não mais de "índios", surgindo então com referência a eles a expressão "caboclos", corruptela do termo tupi para "retirados da mata". Esta tendência à "desindianização" formal das comunidades de aldeamentos coloniais se intensificou com a expulsão do Brasil, no início da segunda metade do século seguinte, da ordem religiosa dos jesuítas, seguida da saída ou enfraquecimento também de outras ordens missionárias, cujos aldeamentos passaram a ser diretamente administrados pelo estado como "vilas", para as quais foram deliberadamente atraídos contingentes de não índios.

Sampaio (s/d) afirma que a ocupação por não índios dos territórios dos aldeamentos e "vilas de índios" prosseguiu durante todo o século XIX, sendo comuns a existência de documentos oficiais que declaravam a não existência de grupos indígenas nesses estabelecimentos, sendo estes extintos um por um até que, por um decreto estadual de 1890, a própria Diretoria de Índios foi extinta na Bahia. O autor observa, ainda, que o estado da Bahia entrou no século XX sem apresentar um único grupo indígena reconhecido pelo poder público, com exceção dos poucos grupos autônomos nas matas do sul, nas bacias dos rios Gongogi, Cachoeira, Pardo e Jequitinhonha, mas que foram dizimados em 1910 e 1930 pelas frentes de expansão da lavoura cacaueteira (SAMPAIO, s/d).

O governo estadual criou, em 1926, uma reserva para abrigar os indígenas no sul do estado. Nela foram instalados: (i) o Posto Caramuru para os Hã-Hã-Hãe, de

Thyriana C. V. de M. Loui Bastos

língua pataxó e Baenã, de filiação etnolinguística imprecisa (possivelmente Botocudos); (ii) o Posto Paraguaçu mais ao sul, no atual município de Pau Brasil, para onde foram atraídos os grupos cariris-sapuiás egresos das revoltas da Pedra Branca. Assim como de alguns tupis de antigos aldeamentos do litoral, como Olivença, Trancoso, Barcelos e São Fidélis (SAMPAIO, s/d). (Leandro, esta frase está sem sentido, não dando para entender a construção marcada em amarelo).

Segundo Sampaio (s/d), essa reserva demarcada apenas entre 1936 e 1937 ficou conhecida como Caramuru-Paraguaçu, tendo sido imediatamente invadida por fazendeiros de cacau e gado, que se valeram de arrendamentos da corrupção de servidores do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) para promover um novo processo de expulsão dos indígenas, de forma extremamente violenta e que durou até a década de 1970.

De fato, apenas em 1970 se consolidou um novo indigenismo capaz de se contrapor ao modelo indigenista estatal republicano, de inspiração militar e embasamento jurídico-legal tutelar. Segundo Sampaio (s/d, p. 04):

Este novo movimento social daria suporte à formação de um movimento indígena minimamente articulado a nível nacional, e, no plano regional do Nordeste, à retomada do processo designado por alguns estudiosos de "etnogênese" ou "emergência étnica", em que grupos indígenas de há muito envolvidos por processos coloniais e desautorizados enquanto tais pelos ditames da política indigenista estatal e das ideologias de mestiçagem dominantes nas concepções vigentes sobre a formação nacional brasileira, organizam-se na revitalização de suas identidades, de suas "culturas" próprias e na reivindicação de direitos territoriais longamente esbulhados.

Segundo Araújo (2009), na Capitania Hereditária da Bahia, o primeiro núcleo urbano foi Vila Velha, que ligava as aldeias indígenas por meio de trilhas e que mais tarde se tornariam caminhos e estradas inseridas no processo de ocupação, expansão e povoamento do estado. Tendo sido destruída por grupos indígenas, Salvador foi fundada pela Coroa em 1549 (ARAÚJO, 2009).

De maneira geral, a configuração espacial baiana esteve fortemente vinculada ao estabelecimento de núcleos urbanos no litoral e ao relativo vazio demográfico do interior, que foi refletido nas grandes diversidades socioespaciais existentes e que resultou, segundo Araújo (2009), em uma vida econômica inicialmente voltada para a metrópole colonizadora e ao crescimento mais lento e disperso dos núcleos localizados no interior, nas regiões do agreste e sertão.

No processo histórico do povoamento do estado, a atividade missionária desempenhou um papel importantíssimo na formação dos núcleos urbanos do interior, assim como a prática das atividades pecuária e canaveira, pois também propiciaram a abertura de caminhos, muitos deles abertos ao longo de vales dos principais rios e que se transformariam posteriormente em estradas de ferro e rodagem (ARAÚJO, 2009).

Em geral, as sedes das fazendas tornavam-se pequenos núcleos de apoio com pousadas para comerciantes boiadeiros e/ou tropeiros e originaram, ainda, as feiras de gado, servindo de ponto de encontro semanal para troca de produtos, dando origem a muitas vilas e cidades (ARAÚJO, 2009).

Segundo Araújo (2009, p. 52), o perfil de muitas cidades na Bahia, ainda no século XIX, seguia a lógica de núcleos urbanos em formação, sendo uma "ilha" sem grandes conexões com outras regiões, sendo que os caminhos abertos e existentes consistiam apenas nas estradas das boiadas e aos destinados às tropas de comerciantes. As estradas de ferro tiveram então o papel crucial de "articular" as cidades, modernizando a economia, aumentando o fluxo produtivo e reduzindo as diferenças de desenvolvimento e *descontinuidades locais*.

No período de delimitação espacial baiano, a população era composta por pouco mais de 1.900.000 habitantes, pequena em relação à vasta porção espacial do estado; a economia era basicamente agrário-mercantil, voltada para o mercado externo, sendo os principais produtos exportados, o cacau, fumo, açúcar, café, couro curtido e em salmoura (couro cru), peles, piaçava, pedras preciosas, cera de carnaúba, borracha e madeiras (ARAÚJO, 2009, p. 53).

Mariana C. Ustini Esmi Pontes

Segundo Araújo (2009, p. 54):

Entre 1940 e 1960, a interiorização da população e a ocupação de novas áreas levaram ao aumento no número de centros urbanos pequenos e médios e, conseqüentemente, da população da Bahia – período que coincide com a consolidação da rede de cidades baianas. (...) Brito (2008, p. 195) afirma que, “as transformações sociais, políticas, econômicas, infraestruturas, ocorridas no estado da Bahia, [...], contribuíram sobremaneira para a descentralização funcional e econômica na Bahia”. Disso resultou o surgimento de núcleos urbanos que, pela natureza da base econômica municipal (seja industrial, comercial/serviços e/ou agropecuária/extrativa), desenvolvem interações espaciais mais ou menos intensas com vários outros centros próximos e distantes, além de Salvador, que na condição de metrópole regional, ocupa primeira posição (BRITO, 2008, p. 196). Nessa perspectiva, a constituição da rede urbana baiana, segundo Porto (2003), foi, a princípio, caracterizada por uma polarização entre Salvador, que exercia a função de entreposto comercial de mercadorias, e as cidades do interior, que exerciam o papel de mercado consumidor, centro produtor ou entreposto secundário dos fluxos sociais e econômicos no estado.

Com as transformações ocorridas na organização e distribuição espacial das atividades econômicas da Bahia, principalmente a partir de 1970, grande parte dos centros urbanos passaram a ser regidos por uma nova lógica de funcionalidade no sistema capitalista, sendo pautados agora por ações estratégicas que viabilizassem o desenvolvimento local e regional, mudança que é consequência do reflexo inicial da industrialização e difusão das novas formas de articulação entre os espaços (ARAÚJO, 2009, p. 56).

Considerando o riquíssimo acervo patrimonial do estado, também expresso nos processos de urbanização pelo qual passaram as cidades baianas, era de se esperar que o número de bens patrimoniais tombados e registrados representasse essa realidade. De fato, no estado da Bahia, há 174¹ bens de natureza material

1 Segundo o IPHAN/BA, são considerados como bens individuais: o Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de Cacho-

tombados individualmente e mais de nove mil imóveis tombados em conjunto, segundo o IPHAN/BA².

Há também os objetos de registro do patrimônio imaterial, como o samba de Roda do Recôncavo, o Ofício das Baianas de Acarajé, a Roda de Capoeira, Ofício dos mestres de Capoeira e a Festa do Nosso Senhor do Bonfim, sendo a relevância deste bem patrimonial reconhecida pela UNESCO, que também distinguiu o Centro Histórico da Cidade de Salvador e a Costa do Descobrimento como Patrimônio Mundial, além de inscrever o Samba de Roda do Recôncavo na lista das Obras Primas do Patrimônio Oral e Imaterial da Humanidade (IPHAN/BA).

Dos sítios urbanos protegidos na Bahia, o conjunto edificado do Centro Histórico de Salvador merece destaque, possuindo cerca de 3.000 imóveis, tendo sido tombado pelo IPHAN e reconhecido pela UNESCO como Patrimônio Mundial. Segundo o IPHAN/BA, a cidade possui, ainda, sete áreas cujos acervos arquitetônicos e paisagísticos são protegidos em nível federal, a saber: Dique do Tororó; Praça Ana Néri – Largo da Palma; Outeiro de Santo Antônio da Barra; Praça Severino Vieira – Largo da Saúde; Perímetro do Subdistrito da Penha – Área da Igreja do Senhor do Bonfim e seu entorno; Perímetro dos Subdistritos dos Mares e da Penha – Área de entorno das Igrejas de Nossa Senhora da Boa Viagem, Igreja de Nossa Senhora da Penha e Igreja e Mosteiro de Nossa

eira; o Conjunto Paisagístico de Iguatu, em Andaraí; o Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico de Itaparica; o Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de Lençóis; o Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico de Monte Santo; o Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de Mucugê; o Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Cidade Alta de Porto Seguro; o Município de Porto Seguro; o Conjunto Arquitetônico de Rio de Contas; o Centro Histórico de Salvador; o Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico de Salvador – trechos da Av. Otávio Mangabeira, Conceição da Praia, Dique do Tororó, Conjuntos Urbanísticos e Vales Florestais, largo dos Mares, Penha, Praça Ana Nery, Praça Severino Vieira, Outeiro de Santo Antônio da Barra, Praça da Sé e Passo; Conjunto Arquitetônico da Rua Carneiro de Campos e Travessa Aquino Sodré; e, finalmente, Conjunto Paisagístico de Santa Cruz Cabrália.

2 <http://iphanba.blogspot.com.br/p/iphan-ba.html>

Mariana C. Uetzi *Luiz Barcel*

Senhora de Monte Serrat.; Trechos da Avenida Otávio Mangabeira (Orla Atlântica), das praias do Chega Negro até Piatã.

Segundo o IPHAN/BA:

Os demais núcleos tombados pelo IPHAN no estado retratam o processo de ocupação do território baiano até final do século XIX, inicialmente de caráter agrícola e ruralista com a ocupação costeira fomentada pela cultura extrativista da cana-de-açúcar e, posteriormente, do fumo. Representam esse momento as cidades tombadas de Cachoeira, Itaparica, Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália. A interiorização do território, ainda que tenha se manifestado timidamente desde a chegada do elemento colonizador, somente se intensifica no final do século XVII, com a descoberta do ouro, quando são definitivamente ultrapassados os obstáculos naturais entre o litoral e o planalto diamantino, proporcionando o primeiro grande surto de ocupação do interior do Estado. Notadamente com o estabelecimento de uma cultura verdadeiramente urbana. Rio de Contas, surgida no século XVIII guarda ainda hoje a estrutura morfológica da época da mineração aurífera. Também Mucugê, Igatú (no município de Andaraí) e Lençóis representam a importância do ciclo minerador de diamantes para a colonização do interior baiano. Monte Santo, por outro lado, guarda o registro da ocupação dos Sertões e da importância da religiosidade na estruturação desse território.

A figura abaixo apresenta, de maneira geral, a distribuição do patrimônio cultural (histórico e pré-colonial) no estado da Bahia.

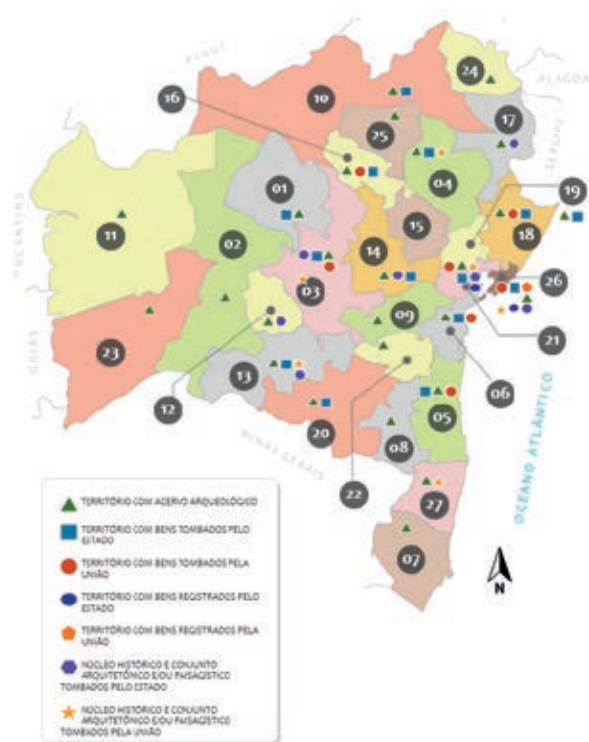


Figura 4.4-6: Bens patrimoniais do estado da Bahia, por região.
Fonte: <http://patrimonio.ipac.ba.gov.br/>.

Mariana C. Ostini Esmi Pontes

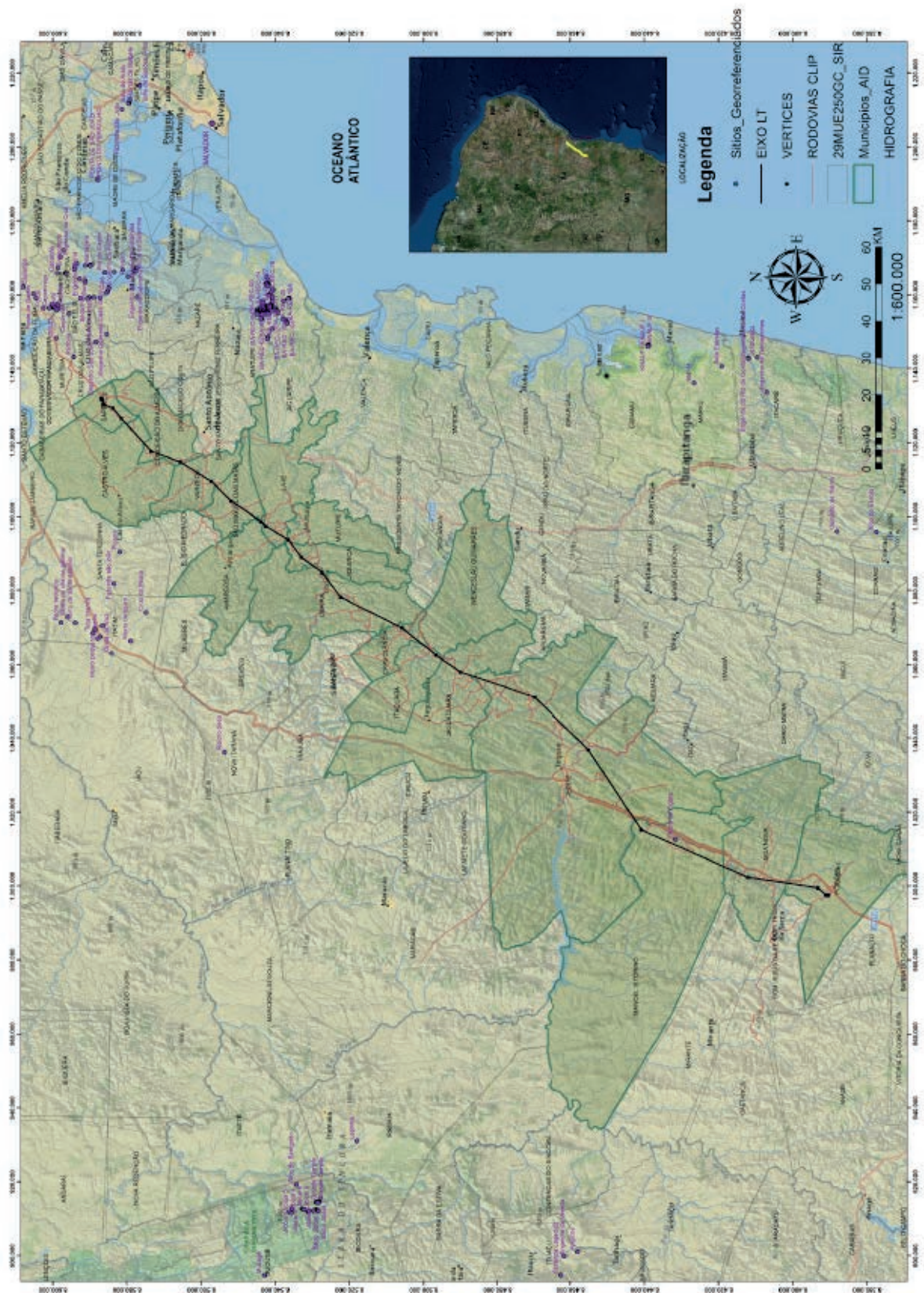
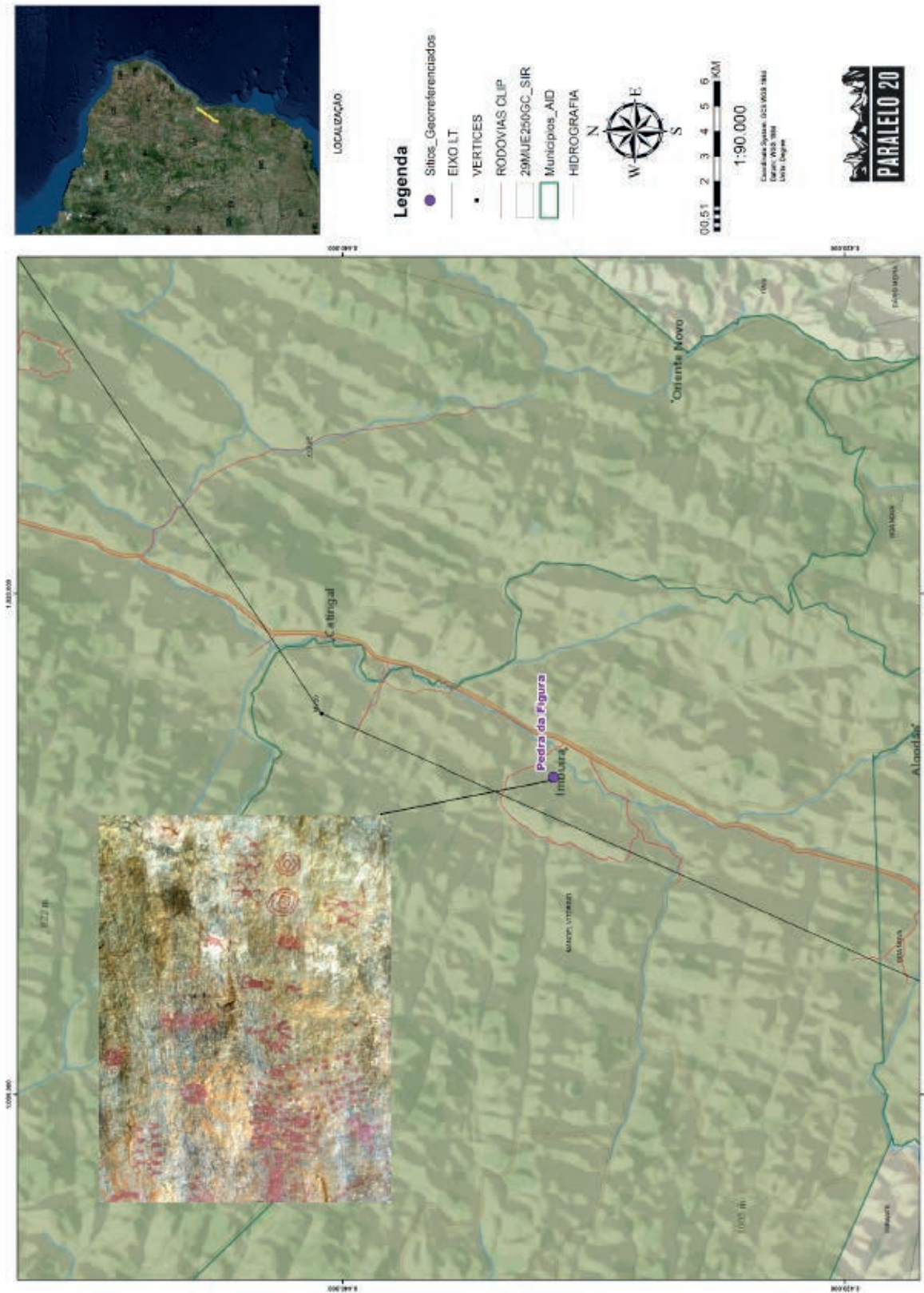


Figura 4.4-7: Mapa SIG com base de dados do IPHAN (2017) de sítios arqueológicos georreferenciados. Os mesmos foram projetados em relação à linha de transmissão, ficando bem fora da área de estudo. Exceção feita, ao sítio PEDRA DA FIGURA, que está a 1,46 quilômetro do empreendimento. Fonte: SIG Paralelo20, 2017.

Thayana C. Uetzi Rami Pontes



Thaiana C. Ostini Eliani Pontes

4.4.4.3 DEFINIÇÃO DE ÁREA DE ESTUDOS E METODOLOGIA DE PESQUISA PARA CARACTERIZAÇÃO ARQUEOLÓGICA DA ADA

4.4.4.3.1 Definição das Áreas de Estudo

As áreas de estudo nível IV para a pesquisa arqueológica da Linha de Transmissão 500kV Sapeaçu - Poções III C1 foram definidas nos seguintes limites e com as indicações dos definidores:

Tabela 4.4.4-1: Áreas de estudo e indicador de definição.

| ÁREA DE ESTUDO | TAMANHO | INDICADOR DE DEFINIÇÃO |
|----------------|---|---|
| ADA | 78 METROS X 245KM SE POÇÕES III | Faixa de servidão estipulada pela ANEEL/NBR e limite de onde o empreendedor pode alocar seu empreendimento; Para a SE, considerar como indicador toda a área projetada para construir a subestação; |
| AID | OFFSET de 80 metros além do limite da ADA | Faixa além da ADA que tenha condição de absorver quaisquer impactos decorrentes da instalação e operação do empreendimento em relação ao patrimônio arqueológico |

4.4.4.3.2 Metodologia de Pesquisa para Caracterização Arqueológica da ADA

Para a pesquisa arqueológica da ADA do empreendimento LT 500 kV SE Sapeaçu – SE Poções III C1, apresentaremos uma conceituação inicial e posteriormente, as metodologias a serem aplicadas, conforme divisão por relevo, domínio de uso do solo e condições gerais de pesquisa:

De acordo com o Artigo 2º da Lei nº 3924, de 26 de julho de 1961:

Art. 2º Consideram-se monumentos arqueológicos ou pré-históricos:

a) as jazidas de qualquer natureza, origem ou finalidade, que representem testemunhos de cultura dos paleoameríndios do Brasil, tais como sambaquis, montes artificiais ou tesos, poços sepulcrais, jazigos, aterrados, estearias e quaisquer outras não especi-

ficadas aqui, mas de significado idêntico a juízo da autoridade competente.

b) os sítios nos quais se encontram vestígios positivos de ocupação pelos paleoameríndios, tais como grutas, lapas e abrigos sob rocha;

c) os sítios identificados como cemitérios, sepulturas ou locais de pouso prolongado ou de aldeamento, "estações" e "cerâmicos", nos quais se encontram vestígios humanos de interesse arqueológico ou paleoetnográfico;

d) as inscrições rupestres ou locais como sulcos de polimentos de utensílios e outros vestígios de atividade de paleoameríndios.

A definição de sítio arqueológico passa por muitas concepções de espaço, inserção, paisagem, tipos de vestígios, sua disposição, tafonomia e também de sua representatividade, seja na unicidade das peças, seja no conjunto observado. Conforme aponta FUMDHAM (2011) de forma muito básica, mas definidora: "um sítio arqueológico é um local no qual os homens que viveram antes do início de nossa civilização deixaram algum vestígio de suas atividades: uma ferramenta de pedra lascada, uma fogueira na qual assaram sua comida, uma pintura, uma sepultura, a simples marca de seus passos."

Essa definição, por mais simples que possa ser, nos diz objetivamente ao que se define como sítio arqueológico, principalmente, de natureza pré-histórica. Entretanto, a revisão bibliográfica realizada aponta outras definições de maior complexidade.

Conforme Bezerra (2001:2), sítio arqueológico pode ser entendido em duas categorias de análise espacial: aleatório e feição geomorfológica. A denominação **aleatório** pode ser entendida "como sendo a adoção de um procedimento que, de acordo com a condição estabelecida pelo arqueólogo, apenas o vestígio deve ser considerado como suficiente para a identificação dos sítios que possam existir. O que resulta em um perímetro que pode ser aumentado ou reduzido, sendo que os vestígios encontrados dentro desse perímetro pertencerão a um sítio e aqueles que estiverem fora pertencerão

Mariana C. Uetzi *Rauli Barata*

a outro". A segunda, e mais complexa, em nosso ponto de vista, é denominada por **feição geomorfológica**, pois leva em consideração elementos condicionantes, dos quais depende, uma ocupação humana: vestígios arqueológicos, relevo e presença de água, entre outros aspectos que podem ser somados. Acrescentamos um quarto elemento, que geralmente condiciona a ocupação, que é a presença de recurso explorável, tal qual rochas (sílex, quartzito, quartzo, calcadônia, hematita, dioritos, entre outras).

4.4.4.3.3 Metodologia de Pesquisa Sugerida para Pesquisa Arqueológica de Campo

O empreendimento em tela contempla duas subestações (Sapeaçu e Poções III) e uma linha de transmissão de 245 km de extensão, com 24 vértices de mudança de ângulo, e uma média futura de 500 estruturas de sustentação (torres – com projeto de locação em curso pela empresa SAE Towers), em uma *área diretamente afetada* definida em um corredor de 78 metros de largura, ou seja, de 39 m para cada lado da diretriz do traçado da LT, denominado de *Faixa de Servidão Administrativa do empreendimento*.

Em definida a área de pesquisa, é preciso delinear os tipos de paisagens e elementos antrópicos nela contidos, pelas quais, o empreendimento passará, possibilitando eleição de diferentes formas de pesquisa, bem como, de diferentes resultados esperados. A metodologia de pesquisa arqueológica para esse empreendimento será realizada conforme Artigo 21 – Item II da

IN 01/15, como referência para a seleção dos trechos a receberem pesquisa de levantamento preliminar:

"Art. 21. Para os empreendimentos classificados como Nível IV na tabela constante do Anexo I, será exigido o Projeto de Avaliação de Potencial de Impacto ao Patrimônio Arqueológico contendo:

II - proposição de metodologia de pesquisa para caracterização arqueológica da Área Diretamente Afetada - ADA, prevendo vistoria em campo com caminhamento na ADA;"

4.4.4.3.3.1 Metodologia de Pesquisa para a Subestação

Para o caso específico da subestação Poções III, com 12,8 hectares de área, será utilizado o método de campo baseado em malha de intervenções no solo através de poço-teste (furos cilíndricos com abertura entre 35-40 cm de diâmetro e profundidade variável, desde o padrão 100cm até cotas menores, caso o estrato sedimentar local seja menor e abaixo do mesmo, no caso de incidência de rocha), que devem ser programados em ambiente SIG, com espaçamento equidistante escalonado em colunas entre 50 e 100 metros, cobrindo todo terreno disponível para instalação da mesma. Além dos mesmos, será traçado, também, um caminhamento complementar, para fins de vistoria da superfície local, em busca de vestígios arqueológicos de superfície, a forma mais comum de identificação de sítios arqueológicos. A seguir, as Figuras 20 e 21 ilustram as proposições metodológicas.



Foto 4.4.4-9: Exemplos de pesquisa por meio de aplicação de poço-teste realizados em outros projetos da Paralelo20, à semelhança do que é proposto para a pesquisa da Subestação Poções III. Fonte: Acervo Paralelo 20, 2017

Mariana C. Ostini Esmi Bastos

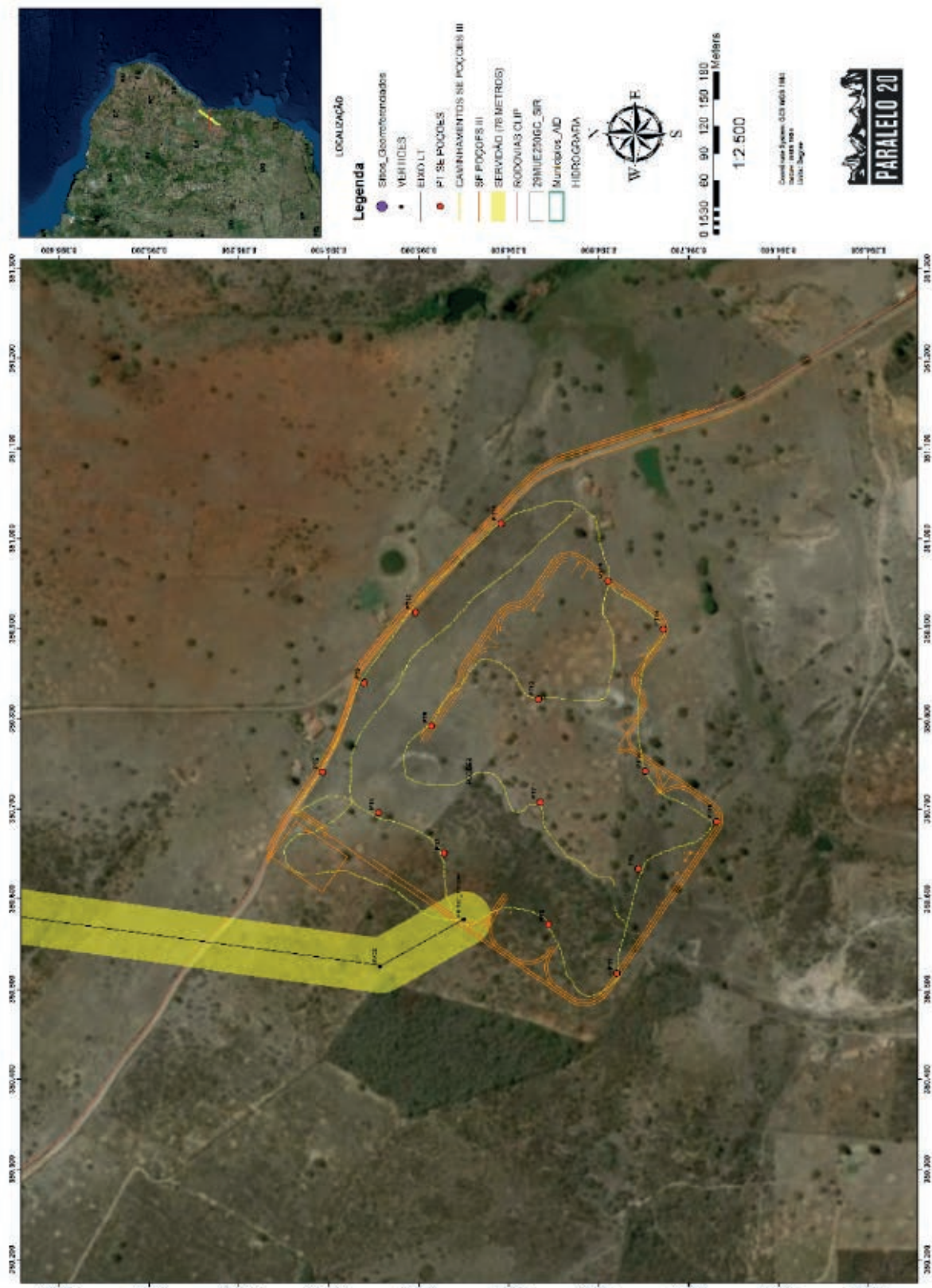


Figura 4.4.4-9: Projeção dos limites da Subestação Poções III, a ser construída, com área de 12,8 hectares. Estão também projetados os poço-teste de intervenção propostos para esta etapa (PT1 a PT 16) e caminhamentos com vistoria de superfície. Fonte: SIG Paralelo20, 2017.

Thayana C. Uetzi Loui Bastos

Tabela 4.4.4-2: Coordenadas UTM SIRGAS 2000 dos pontos de intervenção previstos para a Subestação Poções III. Fonte: SIG Paralelo20, 2017.

| POÇO TESTE | Coordenadas Geográficas DATUM SIRGAS 2000 | |
|------------|---|---------------|
| | Latitude | Longitude |
| PT1 | 14° 30' 57" S | 40° 23' 14" O |
| PT2 | 14° 30' 54" S | 40° 23' 12" O |
| PT3 | 14° 30' 50" S | 40° 23' 10" O |
| PT4 | 14° 30' 48" S | 40° 23' 8" O |
| PT5 | 14° 30' 46" S | 40° 23' 7" O |
| PT6 | 14° 30' 57" S | 40° 23' 10" O |
| PT7 | 14° 30' 54" S | 40° 23' 8" O |
| PT8 | 14° 30' 50" S | 40° 23' 5" O |
| PT9 | 14° 30' 48" S | 40° 23' 3" O |
| PT10 | 14° 31' 0" S | 40° 23' 8" O |
| PT11 | 14° 30' 58" S | 40° 23' 7" O |
| PT12 | 14° 30' 54" S | 40° 23' 4" O |
| PT13 | 14° 30' 49" S | 46° 23' 1" O |
| PT14 | 14° 30' 58" S | 40° 23' 1" O |
| PT15 | 14° 30' 56" S | 40° 23' 0" O |
| PT16 | 14° 30' 53" S | 40° 22' 57" O |

Conforme a Foto 4.4.4-9 e Figura 4.4.4-9 apresentam, esse é o método mais simples para detecção de sítios ou vestígios arqueológicos em espaços delimitados e de pequena dimensão. É importante destacar que este procedimento é uma prática aplicada na PROSPECCÃO do empreendimento. Portanto, se a subestação não receber nenhum tipo de alteração de projeto, reposicionamento ou modificação de localização, para a próxima etapa não será necessário refazer a pesquisa nesta subestação, uma vez que o método empregado para a mesma já é definitivo e conclusivo.

4.4.4.3.3.2 Metodologia de Pesquisa do Corredor (Servidão) da Linha de Transmissão

No tocante à faixa de servidão (78 metros) onde será instalada a linha de transmissão, o método de pesquisa é muito diferente do proposto para a subestação Poções III, uma vez que a subestação tem caráter local e pontual. No caso da linha, a mesma passa por

16 municípios (Sapeçu, Castro Alves, Conceição do Almeida, Varzedo, São Miguel das Matas, Amargosa, Laje, Jiquiriçá, Ubaíra, Cravolândia, Itaquara, Jaguaquara, Jequié, Manoel Vitorino, Boa Nova e Poções), com 245 km de extensão, atravessando diferentes domínios geológicos, com algum potencial para ocorrência de sítios arqueológicos, sendo, que algumas formações possuem melhor potencial e outras, praticamente, não apresentam potencial para ocorrência de sítios arqueológicos.

O método de pesquisa proposto para a pesquisa de levantamento e caracterização arqueológica do empreendimento procurará privilegiar os compartimentos de maior potencial, em detrimento dos compartimentos de potencial menos expressivo, em busca de resultados voltados para a melhor performance na detecção de sítios arqueológicos na ADA. Os impactos deverão ser mensurados e mitigados a partir da instalação e operação do empreendimento frente à presença de sítios arqueológicos e outras formas de patrimônio de forma prévia.

O resultado poderá ensejar a proposição de medidas mais precisas de pesquisa, melhor delimitação e detalhamento dos sítios arqueológicos, além da mensuração dos impactos, sendo o resultado desta etapa (Nível IV) o substrato de ações a serem recomendadas para execução em Nível III, futuramente. Com essas duas etapas e ações preventivas e mitigatórias, pretende-se estender a todos os sítios arqueológicos identificados, a oportunidade de serem preservados ou recuperados, de forma que o empreendimento não danifique nenhum tipo de patrimônio.

Para alcançar os resultados pretendidos, a diretriz do método de caracterização e levantamento arqueológico da ADA está definido na Tabela 4.4.4 3, abaixo, com as premissas, hipóteses e justificativas para a possível detecção de sítios arqueológicos, aliada a realização de entrevistas orais por meio de aplicação de questionários, além de caminhamentos e vistorias nos diferentes tipos de paisagens e domínios geológicos/geomorfológicos.

Mariana C. Ustini Eliani Pontes

Tabela 4.4.4-3: Metodologia a ser utilizada para a pesquisa de caracterização arqueológica da ADA (faixa de servidão do empreendimento) da Linha de Transmissão 500kV Sapeçu – Poções III:

| LOCAIS A SEREM PESQUISADOS | PREMISSAS, HIPÓTESES E JUSTIFICATIVAS |
|--|---|
| 1 Acessos que cruzam o eixo da linha de transmissão | Os caminhamentos poderão ser feitos em extensão calculada entre 200 e 600 metros (para cada lado) da via que cruza com a linha, de forma que duplas de pesquisadores (arqueólogo e auxiliar) poderão realizar caminhamento na faixa de servidão (ADA) de modo sistemático. A hipótese principal é testar a presença de vestígios arqueológicos (cerâmicos, líticos, vidros, metais, faianças e ruínas) na superfície e nos perfis de estradas, barrancos, entre outros locais. A justificativa principal é que os melhores e mais comuns resultados de detecção de sítios arqueológicos advêm dos caminhamentos atentos com observação da superfície. |
| 2 Pontos de Água (rios, córregos e nascentes) | Diversos modelos de ocupação testados, tanto para sítios líticos, como para sítios lito-cerâmicos, principalmente, obedecem esse modelo principal: o estabelecimento em locais que possuam uma ou até as três premissas. A ocupação pode estar na cabeceira de uma nascente, ao lado de um córrego ou na confluência de um córrego com um grande rio. |
| 3 Culturas anuais ou terrenos arados/gradeados | A prática de plantio de culturas anuais comuns (café, mandioca, tomate, milho, feijão, soja, entre outros) e terras que estão sendo preparadas para o plantio (que recebem aragem com disco ou gradeamento) para revolvimento do solo e descompactação do mesmo, são excelentes locais para realização de caminhamentos sem necessidade de realização de intervenções, uma vez que as máquinas agrícolas já executaram essa tarefa de modo eficiente. Cabe realizar caminhamentos intensivos por toda superfície trabalhada, uma vez que, se houver vestígios arqueológicos naquele local, certamente os mesmos são revolvidos pelo arado e lançados a superfície, tornando simples e facilitada, a detecção de sítios arqueológicos. Essa premissa já foi testada em centenas de trabalhos semelhantes, sempre surtindo efeitos positivos, sendo um método estatisticamente muito eficaz para detecção de sítios arqueológicos. |
| 4 Entrevistas por meio de conversa informal e/ou questionário com moradores locais | Aproveitando os caminhamentos a serem realizados nos acessos que cruzam com o eixo da linha de transmissão, geralmente esses acessos levam a residências, geralmente pequenos sítios, fazendas ou chácaras de camponeses (agricultores e pecuaristas) que têm excelente conhecimento e domínio do terreno que trabalham. Geralmente esse campesino conhece vestígios arqueológicos, muitas vezes envolvidos em alguns mitos populares. Através da linguagem rural e do discurso local, o arqueólogo com boa percepção e trânsito nos termos e linguajar local, consegue se comunicar bem com os camponeses, obtendo ótimos resultados na localização de sítios arqueológicos e/ou detecção de peças de coleção descontextualizadas (famosas pedras de raio), que na realidade são os machados polidos pré-históricos. |
| 5 Fragmentos florestais que permitam mobilidade | Com exceção das caatingas ou matas seca muito fechadas e repletas de espinhos, os fragmentos florestais existentes no trajeto do empreendimento devem ser alvo de caminhamento em seu sub-bosque e suas bordas. Para vistoria da superfície, geralmente há dois métodos muito eficazes de eliminação da serapilheira para vistoria da superfície: Rastelamento de áreas delimitadas (1x1, até 3x3 metros) ou raspagem da superfície feita com facão de 20' ou enxada de aba larga. Com esses procedimentos é possível, se houver no local, a detecção de sítios arqueológicos intactos ou próximos disso. |
| 6 Presença próxima de sítios arqueológicos já conhecidos ou cadastrados | Com a presença de um ou mais sítios arqueológicos nas imediações do empreendimento, é interessante como método de pesquisa, a visita do mesmo, para seu conhecimento e assimilação. A partir do mesmo, derivar os caminhamentos amostrais em direção ao empreendimento, testando a hipótese que uma ocupação pode geralmente, não estar sozinha, mas acompanhada de outros núcleos de ocupação que podem ser identificados pelos caminhamentos. A premissa de realizar em direção ao empreendimento é pelo fato desses sítios arqueológicos conhecidos estarem fora da ADA, e convergindo os caminhamentos no sentido da ADA, é possível identificar, se houver, ocupações na ADA do empreendimento. |
| 7 Domínios Geológicos e/ou Geomorfológicos específicos | A premissa é identificar em imagem de satélite, previamente nos trabalhos de dados secundários, locais que ocorram algum tipo de marco na paisagem condicionados pelos eventos geológicos (afioramentos de formações específicas, áreas de extensão de formações carbonáticas ou semelhantes) e feições geomorfológicas específicas (escarpas, afloramentos, abrigos, afloramentos sinclinais, de cavalgamento, de mergulhos, soerguimentos, cânions) e outras forma de relevo que possam ter atraído os habitantes pretéritos da área de pesquisa para ocupar temporário ou permanentemente os locais, deixando seus vestígios para as atuais pesquisa. A justificativa é que, nos sítios de abrigo-sob-rocha, é onde encontramos a maior parte dos sítios arqueológicos mais bem preservados e passíveis de datação radiocarbônica, contribuindo para o avanço científico das pesquisas arqueológicas brasileiras. Ainda, a enorme quantidade de sítios arqueológicos identificados em afloramentos e escarpas de rocha carbonática são numerosos, dentre eles, os de arte-rupestre. Esse tipo de sítio arqueológico pode ser identificado sem necessariamente ser realizada intervenção no solo, o que vem de encontro com a metodologia proposta para caracterização de Nível IV. |

Tabela 4.4.4-4: Resumo das atividades para prospecção da Linha de Transmissão e Subestações.

| TIPO DE ATIVIDADE | QUANTIDADE/DISTÂNCIA |
|---|----------------------|
| Prospecção/Intervenção | 75km |
| Pontos de Sondagem Previstos | 300 furos |
| Caminhamento | 57km |
| Pontos de Vistoria/Caminhamento Previstos | 285 pontos |
| Pontos de Sondagem na Subestação | 69 pontos |

Mariana C. Uetzi *Rauli Barata*

4.5 ANÁLISE INTEGRADA

O Estado da Bahia possui clima Tropical com temperaturas médias anuais elevadas, no entanto, há variações regionais como no caso do sertão onde o clima é semiárido com pluviosidade anual acumulada abaixo de 800 mm. A variação da temperatura no estado está relacionada à topografia.

A LT 500 kV Sapeaçu – Poções III C1 encontra-se na porção norte do Cráton São Francisco. A All é composta pelas rochas dos Complexos Jequié e Caraíba; e Corpos Máficos-Ultramáficos.

Embora ocorram afloramentos rochosos, não há registros de cavernas, desfavorecendo a preservação de vestígios de uma possível ocupação. As unidades litoestratigráficas que ocorrem também podem ser consideradas afossilíferas configurando, portanto, improvável o impacto da LT sobre patrimônios espeleológicos e paleontológicos.

As características do clima, geológicas e geomorfológicas da região contribuíram para a formação das Sub Bacias do Rio Jequiriçá, do Rio de Contas e do Rio Paraguaçu, localizadas na Região Hidrográfica Nacional do Atlântico Leste.

Essa diferenciação em gradiente dos fatores clima e rocha matriz reflete a variedade dos solos e das formações vegetais encontrados na área de estudo, pois esses últimos estão intimamente ligados à combinação dos primeiros.

O latosolo é a tipologia mais expressiva na área estudada. São solos muito profundos com avançado estágio de intemperização, fortemente ácidos, com baixa saturação por bases, distróficos ou álicos. Em regiões onde o período seco é mais prolongado e o solo formado por rochas básicas ocorrem latossolos com média e alta saturação em bases.

Para o desenvolvimento de atividades agrícolas nesses solos, torna-se imprescindível a correção da acidez e da fertilidade a curto-médio prazo, contudo as florestas nativas se adaptaram a essas condições. Abrigando alta diversidade ecológica dos mais

variados grupos de fauna e flora, a exuberância das formações originais tornou-se possível devido a um complexo sistema de ciclagem de nutrientes.

Na faixa litorânea, o clima é ameno e abriga uma Floresta Tropical Úmida, com remanescentes de Mata Atlântica. No semiárido, região do sertão, a temperatura é quente e a vegetação predominante é de Caatinga, enquanto no Oeste o clima é seco e a vegetação é típica do Cerrado.

Cerca de 40% dos municípios integrantes da All deste empreendimento, conforme demonstrado no quadro abaixo, então localizados na região Semiárida do estado, o que quer dizer que os mesmos possuem, em geral, uma vegetação de caatinga com solo arenoso e pobre em matéria orgânica, forte insolação anual, altas temperaturas e regime pluviométrico marcado pela escassez e irregularidade.

Por estarem localizados nesta região e em função da baixa qualidade de suas terras para a ampliação da agricultura, a economia é caracterizada por atividades pastoris, predominando a criação extensiva de gado bovino de corte, caprinos e ovinos. Também se encontra o cultivo manual de culturas de estiação, tais como: algodão, milho, feijão, mandioca e amendoim – nos municípios mais úmidos e, então, próximos ou dentro da zona de transição para a Mata Atlântica.

As pastagens, hoje, ocupam mais de 60% da Área de Influência Direta do empreendimento e os remanescentes florestais (menos de 35% da AID), de modo geral, apresentam níveis acentuados de antropização. Não foi identificada em campo qualquer vegetação primária ou que não apresentasse evidência de perturbação de origem antrópica. Não obstante, a diversidade biológica encontrada nos fragmentos interceptados pela LT é significativa e representativa dos biomas Caatinga e Mata Atlântica. Esses ambientes ainda apresentam uma grande diversidade de espécies da fauna típica da região, sendo de grande importância para a conservação da fauna, pois abrigam além de espécies comuns e abundantes, espécies ameaçadas, endêmicas e cinegéticas.

Emi Bastos

A AID do empreendimento, por integrar mais áreas rurais do que setores censitários urbanos, pode ser caracterizada como um todo por baixa ocupação populacional, baixo crescimento demográfico (em torno de 12 hab./Km²) e pouca capacidade de atração de população flutuante, isso porque, em geral, mesmo nas zonas rurais de municípios de grande porte como Jequié, há pouca ou nenhuma disponibilidade de infraestrutura pública e privada, tais como: vias de mobilidade asfaltadas, postos e/ou unidades de saúde, saneamento básico, escolas, segurança pública, áreas de lazer e, por fim, comércios ou setor de serviços bem desenvolvidos. Além da pouca ou nenhuma disponibilidade de serviços de transporte e, evidentemente, distância das sedes urbanas e centro político, social e comercial municipal.

Ressalta-se, ainda, que não foram observadas áreas ou práticas voltadas ao lazer e turismo, nem mesmo templos religiosos. Também não há registro de Comunidades Tradicionais, sejam elas Indígenas, Quilombolas ou Extrativistas.

A LT 500 kV Sapeaçu – Poções III C1 é um empreendimento de impacto reduzido que não oferece risco significativo de agravamento ou transformação dos principais aspectos ambientais e sociais negativos da região. Contudo, é essencial que os programas ambientais que compõem o Relatório de Detalhamento dos Programas Ambientais da LT estejam alinhados às informações levantadas no presente estudo para que, em posse das especificidades dos múltiplos ambientes atravessados, possam subsidiar a mitigação dos impactos negativos em áreas sensíveis e a maximização de impactos positivos em áreas potencialmente adequadas a recebê-los.

4.5 ANÁLISE INTEGRADA

O Estado da Bahia possui clima Tropical com temperaturas médias anuais elevadas, no entanto, há variações regionais como no caso do sertão onde o clima é semiárido com pluviosidade anual acumulada abaixo de 800 mm. A variação da temperatura no estado está relacionada à topografia.

A LT 500 kV Sapeaçu – Poções III C1 encontra-se na porção norte do Cráton São Francisco. A All é composta pelas rochas dos Complexos Jequié e Caraíba; e Corpos Máficos-Ultramáficos.

Embora ocorram afloramentos rochosos, não há registros de cavernas, desfavorecendo a preservação de vestígios de uma possível ocupação. As unidades litoestratigráficas que ocorrem também podem ser consideradas afossilíferas configurando, portanto, improvável o impacto da LT sobre patrimônios espeleológicos e paleontológicos.

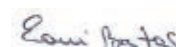
As características do clima, geológicas e geomorfológicas da região contribuíram para a formação das Sub Bacias do Rio Jequiriçá, do Rio de Contas e do Rio Paraguaçu, localizadas na Região Hidrográfica Nacional do Atlântico Leste.

Essa diferenciação em gradiente dos fatores clima e rocha matriz reflete a variedade dos solos e das formações vegetais encontrados na área de estudo, pois esses últimos estão intimamente ligados à combinação dos primeiros.

O latossolo é a tipologia mais expressiva na área estudada. São solos muito profundos com avançado estágio de intemperização, fortemente ácidos, com baixa saturação por bases, distróficos ou álicos. Em regiões onde o período seco é mais prolongado e o solo formado por rochas básicas ocorrem latossolos com média e alta saturação em bases.

Para o desenvolvimento de atividades agrícolas nesses solos, torna-se imprescindível a correção da acidez e da fertilidade a curto-médio prazo, contudo as florestas nativas se adaptaram a essas condições. Abrigando alta diversidade ecológica dos mais variados grupos de fauna e flora, a exuberância das formações originais tornou-se possível devido a um complexo sistema de ciclagem de nutrientes.

Na faixa litorânea, o clima é ameno e abriga uma Floresta Tropical Úmida, com remanescentes de Mata Atlântica. No semiárido, região do sertão, a temperatura é quente e a vegetação predominante é de Caa-



tinga, enquanto no Oeste o clima é seco e a vegetação é típica do Cerrado.

Cerca de 40% dos municípios integrantes da AID deste empreendimento, conforme demonstrado no quadro abaixo, estão localizados na região Semiárida do estado, o que quer dizer que os mesmos possuem, em geral, uma vegetação de caatinga com solo arenoso e pobre em matéria orgânica, forte insolação anual, altas temperaturas e regime pluviométrico marcado pela escassez e irregularidade.

Por estarem localizados nesta região e em função da baixa qualidade de suas terras para a ampliação da agricultura, a economia é caracterizada por atividades pastoris, predominando a criação extensiva de gado bovino de corte, caprinos e ovinos. Também se encontra o cultivo manual de culturas de estiação, tais como: algodão, milho, feijão, mandioca e amendoim – nos municípios mais úmidos e, então, próximos ou dentro da zona de transição para a Mata Atlântica.

As pastagens, hoje, ocupam mais de 60% da Área de Influência Direta do empreendimento e os remanescentes florestais (menos de 35% da AID), de modo geral, apresentam níveis acentuados de antropização. Não foi identificada em campo qualquer vegetação primária ou que não apresentasse evidência de perturbação de origem antrópica. Não obstante, a diversidade biológica encontrada nos fragmentos interceptados pela LT é significativa e representativa dos biomas Caatinga e Mata Atlântica. Esses ambientes ainda apresentam uma grande diversidade de espécies da fauna típica da região, sendo de grande importância para a conservação da fauna, pois abrigam além de espécies comuns e abundantes, espécies ameaçadas, endêmicas e cinegéticas.

A AID do empreendimento, por integrar mais áreas rurais do que setores censitários urbanos, pode ser caracterizada como um todo por baixa ocupação populacional, baixo crescimento demográfico (em torno de 12 hab./Km²) e pouca capacidade de atração de população flutuante, isso porque, em geral, mesmo nas zonas rurais de municípios de grande porte como Jequié, há pouca ou nenhuma disponibilidade de infraestrutura pública e privada, tais como: vias de mobilidade asfaltadas, postos e/ou unidades de saúde, saneamento básico, escolas, segurança pública, áreas de lazer e, por fim, comércios ou setor de serviços bem desenvolvidos. Além da pouca ou nenhuma disponibilidade de serviços de transporte e, evidentemente, distância das sedes urbanas e centro político, social e comercial municipal.

Ressalta-se, ainda, que não foram observadas áreas ou práticas voltadas ao lazer e turismo, nem mesmo templos religiosos. Também não há registro de Comunidades Tradicionais, sejam elas Indígenas, Quilombolas ou Extrativistas.

A LT 500 kV Sapeaçu – Poções III C1 é um empreendimento de impacto reduzido que não oferece risco significativo de agravamento ou transformação dos principais aspectos ambientais e sociais negativos da região. Contudo, é essencial que os programas ambientais que compõem o Relatório de Detalhamento dos Programas Ambientais da LT estejam alinhados às informações levantadas no presente estudo para que, em posse das especificidades dos múltiplos ambientes atravessados, possam subsidiar a mitigação dos impactos negativos em áreas sensíveis e a maximização de impactos positivos em áreas potencialmente adequadas a recebê-los.

Eduardo Bastos